

# Diário do Legislativo de 09/06/2004

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado George Hilton - PL

## LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PTB/PPS E PSB):

Líder: Deputado Antônio Carlos Andrada (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Carlos Pimenta (PDT), Neider Moreira (PPS), Arlen Santiago (PTB) e José Milton (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PT/PCdoB:

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputadas Jô Moraes (PCdoB) e Maria Tereza Lara (PT)

LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Deputado Elmiro Nascimento

Vice-Líder: Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DO PL:

Líder: Deputado Leonardo Moreira

Vice-Líderes: Deputados Célio Moreira e Jayro Lessa

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Ivair Nogueira

Vice-Líder: Deputado Chico Rafael

LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados José Henrique (PMDB), Dinis Pinheiro (PL) e Paulo Piau (PP)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Miguel Martini (PSB)

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Chico Simões (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

20/2/2004

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras, às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Domingos Sávio	BPSP	Presidente
Deputado Paulo Piau	PP	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BPSP	
Deputado Fábio Avelar	BPSP	
Deputada Jô Moraes	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Leonardo Quintão	PMDB	
Deputado Dinis Pinheiro	PL	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sargento Rodrigues	BPSP	
Deputado Alberto Pinto Coelho	PP	
Deputado Alencar da Silveira Jr.	BPSP	
Deputado Olinto Godinho	BPSP	
Deputado Roberto Carvalho	Bloco PT/PCdoB	
Deputado José Henrique	PMDB	
Deputado Leonardo Moreira	PL	

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – terças-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Bittar	PL	Presidente
Deputado Paulo Cesar	PFL	Vice-Presidente
Deputado Olinto Godinho	BPSP	
Deputada Cecília Ferramenta	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Pinduca Ferreira	PP	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonardo Moreira	PL
Deputado Doutor Viana	PFL
Deputado Zé Maia	BPSP
Deputado André Quintão	Bloco PT/PCdoB
Deputado Dimas Fabiano	PP

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bonifácio Mourão	BPSP	Presidente
Deputado Gilberto Abramo	PMDB	Vice-Presidente
Deputado Ermano Batista	BPSP	
Deputado Leonídio Bouças	BPSP	
Deputada Maria Tereza Lara	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Leonardo Moreira	PL	
Deputado Gustavo Valadares	PFL	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Miguel Martini	BPSP
Deputado Antônio Júlio	PMDB
Deputado Olinto Godinho	BPSP
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BPSP
Deputado Weliton Prado	Bloco PT/PCdoB
Deputado Dinis Pinheiro	PL
Deputado Doutor Viana	PFL

COMISSÃO DE DEFESADO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Lúcia Pacífico	BPSP	Presidente
Deputada Vanessa Lucas	BPSP	Vice-Presidente
Deputado Roberto Carvalho	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Irani Barbosa	PL	
Deputado Antônio Júlio	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fábio Avelar	BPSP
Deputado Miguel Martini	BPSP
Deputada Jô Moraes	Bloco PT/PCdoB
Deputado Jayro Lessa	PL
Deputado Chico Rafael	PMDB

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo	Bloco PT/PCdoB	Presidente
Deputado Roberto Ramos	PL	Vice-Presidente
Deputado Mauro Lobo	BPSP	
Deputado Biel Rocha	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Gilberto Abramo	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Marília Campos	Bloco PT/PCdoB
Deputado Sidinho do Ferrotaco	BPSP
Deputado Fahim Sawan	BPSP
Deputado Roberto Carvalho	Bloco PT/PCdoB
Deputado Leonardo Quintão	PMDB

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes	PMDB	Presidente
Deputada Ana Maria Resende	BPSP	Vice-Presidente
Deputado Leonídio Bouças	BPSP	
Deputado Weliton Prado	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Sidinho do Ferrotaco	BPSP	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Henrique	PMDB	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BPSP	
Deputado Arlen Santiago	BPSP	
Deputada Maria Tereza Lara	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Alberto Bejani	BPSP	

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ermano Batista	BPSP	Presidente
Deputado Jayro Lessa	PL	Vice-Presidente
Deputado Mauro Lobo	BPSP	
Deputado Sebastião Helvécio	BPSP	
Deputado Chico Simões	Bloco PT/PCdoB	
Deputado José Henrique	PMDB	
Deputado Doutor Viana	PFL	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia	BPSP	
Deputado José Milton	BPSP	

Deputado Neider Moreira	BPSP
Deputado Arlen Santiago	BPSP
Deputado Rogério Correia	Bloco PT/PCdoB
Deputado Ivair Nogueira	PMDB
Deputado Elmiro Nascimento	PFL

#### COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria José Haueisen	Bloco PT/PCdoB	Presidente
Deputado Doutor Ronaldo	BPSP	Vice-Presidente
Deputado Fábio Avelar	BPSP	
Deputado José Milton	BPSP	
Deputado Leonardo Quintão	PMDB	

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino Augusto	Bloco PT/PCdoB
Deputado Carlos Pimenta	BPSP
Deputado Olinto Godinho	BPSP
Deputado Márcio Passos	PL
Deputado Chico Rafael	PMDB

#### COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Quintão	Bloco PT/PCdoB	Presidente
Deputado Gustavo Valadares	PFL	Vice-Presidente
Deputado Mauro Lobo	BPSP	
Deputado João Bittar	PL	
Deputado Leonardo Quintão	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Jô Moraes	Bloco PT/PCdoB
Deputada Lúcia Pacífico	BPSP
Deputado Olinto Godinho	BPSP
Deputado Márcio Passos	PL
Deputado Ivair Nogueira	PMDB

COMISSÃO DE POLÍTICAAGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil Pereira	PP	Presidente
Deputado Padre João	Bloco PT/PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BPSP	
Deputado Márcio Passos	PL	
Deputado Doutor Viana	PFL	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Piau	PP
Deputada Maria José Haueisen	Bloco PT/PCdoB
Deputada Ana Maria Resende	BPSP
Deputado João Bittar	PL
Deputado Gustavo Valadares	PFL

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria Olívia	BPSP	Presidente
Deputado Laudelino Augusto	Bloco PT/PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Djalma Diniz	BPSP	

Deputado Antônio Genaro PL

Deputado Dimas Fabiano PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fahim Sawan BPSP

Deputado Durval Ângelo Bloco PT/PCdoB

Deputado Doutor Ronaldo BPSP

Deputado Irani Barbosa PL

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ricardo Duarte Bloco PT/PCdoB Presidente

Deputado Fahim Sawan BPSP Vice-Presidente

Deputado Carlos Pimenta BPSP

Deputado Neider Moreira BPSP

Deputado Célio Moreira PL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Chico Simões Bloco PT/PCdoB

Deputado Doutor Ronaldo BPSP

Deputado Sebastião Helvécio BPSP

Deputado Arlen Santiago BPSP

Deputado Roberto Ramos PL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sargento Rodrigues BPSP Presidente

Deputado Alberto Bejani	BPSP	Vice-Presidente
Deputado Leonardo Moreira	PL	
Deputado Zé Maia	BPSP	
Deputado Rogério Correia	Bloco PT/PCdoB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago	BPSP	
Deputado Márcio Passos	PL	
Deputado Mauro Lobo	BPSP	
Deputado Olinto Godinho	BPSP	
Deputado Biel Rocha	Bloco PT/PCdoB	

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Alberto Bejani	BPSP	Presidente
Deputada Marília Campos	Bloco PT/PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Alencar da Silveira Jr.	BPSP	
Deputado André Quintão	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Elmiro Nascimento	PFL	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Márcio Passos	PL	
Deputada Maria José Haueisen	Bloco PT/PCdoB	
Deputada Ana Maria Resende	BPSP	
Deputado Padre João	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Gustavo Valadares	PFL	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio Moreira	PL	Presidente
------------------------	----	------------

Deputado Djalma Diniz	BPSP	Vice-Presidente
Deputado Laudelino Augusto	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Adalclever Lopes	PMDB	
Deputado Gil Pereira	PP	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Márcio Passos	PL
Deputado Sidinho do Ferrotaco	BPSP
Deputada Cecília Ferramenta	Bloco PT/PCdoB
Deputado Ivair Nogueira	PMDB
Deputado Paulo Piau	PP

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo Cesar	PFL	Presidente
Deputada Maria Olívia	BPSP	Vice-Presidente
Deputado Biel Rocha	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Márcio Passos	PL	
Deputado Chico Rafael	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro Nascimento	PFL
Deputado Alencar da Silveira Jr.	BPSP
Deputado Laudelino Augusto	Bloco PT/PCdoB
Deputado Antônio Genaro	PL
Deputado Ivair Nogueira	PMDB

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB	Presidente
------------------------------	------	------------

Deputado Fábio Avelar	PTB	Vice-Presidente
Deputado Biel Rocha	PT	
Deputado Célio Moreira	PL	
Deputado Gilberto Abramo	PMDB	
Deputado Gustavo Valadares	PFL	
Deputado Padre João	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sebastião Helvécio	PDT
Deputado Leonídio Bouças	PTB
Deputada Cecília Ferramenta	PT
Deputado Sidinho do Ferrotaco	PSDB
Deputado José Henrique	PMDB
Deputada Ana Maria Resende	PSDB
Deputada Maria Tereza Lara	PT

OUIDORIA PARLAMENTAR

OUIDOR: Deputado Roberto Carvalho

OUIDOR SUBSTITUTO: Deputado Leonardo Moreira

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 14ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização do Ciclo de Debates O Eucalipto
- 1.2 - 15ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização do Ciclo de Debates O Eucalipto
- 1.3 - 16ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização do Ciclo de Debates O Eucalipto
- 1.4 - 18ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização do Painel "Prática Jurídica, Universidade e Sociedade"
- 1.5 - 20ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada a Homenagear a Fundação Cultural de Belo Horizonte - FUNDAC-BH - e o Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH - por seus 40 Anos de Fundação
- 1.6 - 22ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada a Homenagear o Sr. Abílio Pinto Gontijo, Presidente da Empresa Gontijo Transportes Ltda.

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

ATA DA 14ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 24/5/2004

Presidência dos Deputados Gil Pereira e Paulo Piau

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Secretário José Carlos Carvalho - Palavras do Sr. Affonso Damásio Soares - Palavras do Sr. Múcio Tosta Gonçalves - Palavras do Sr. Lourival Araújo Andrade - Palavras do Sr. Sebastião Renato Valverde - Palavras do Sr. Joésio Deoclécio Pierin Siqueira - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

### Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Célio Moreira - Doutor Ronaldo - Gil Pereira - José Henrique - Maria José Hauelsen - Padre João - Paulo Piau - Sebastião Navarro Vieira.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira) - Às 8h45min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### Ata

- O Deputado Célio Moreira, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. José Carlos Carvalho, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Affonso Damásio Soares, engenheiro-agrônomo e Chefe de Gabinete da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, representando o Secretário Deputado Odelmo Leão; Humberto Candeias Cavalcanti, Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas; Múcio Tosta Gonçalves, Prof. de Planejamento Econômico do Unicentro Newton Paiva e de Pensamento Econômico e Política Internacional da UNA; Lourival Araújo Andrade, Diretor do Instituto Brasileiro de Educação, Integração e Desenvolvimento Social - IBEIDES -; Sebastião Renato Valverde, Prof. da Área de Política, Administração e Planejamento Florestal da Universidade Federal de Viçosa; Joésio Deoclécio Pierin Siqueira, Prof. da Área de Política e Economia Florestal da Universidade Federal do Paraná e Diretor da STCP Engenharia de Projetos Ltda.; a Deputada Maria José Hauelsen, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e autora do requerimento que deu origem a este ciclo; e o Deputado Paulo Piau, Presidente da Comissão Especial da Silvicultura.

### Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do Ciclo de Debates O Eucalipto, com a apresentação do tema Eucalipto: Aspectos Econômicos e Técnicos.

### Palavras do Sr. Presidente

Sr. Secretário, debatedores, senhoras e senhores, todos nós sabemos da importância da cultura do eucalipto para Minas Gerais. Incorporado há muito tempo à economia e à cultura do Estado, ele é usado como matéria-prima para variadas aplicações, como produção de celulose e papel; de madeira para as indústrias de móveis e de construção; de carvão para as usinas siderúrgicas; de óleos, essências e chás, nos ramos cosmético e farmacêutico - entre outras formas de aproveitamento.

Possuindo as características de crescimento rápido, alta produtividade e fácil adaptação aos solos, o plantio de eucalipto teve forte incremento em Minas Gerais, principalmente em razão do reflorestamento voltado para as empresas consumidoras de carvão vegetal e para a indústria de celulose, o que tornou o Estado o maior pólo de produção dessa espécie no País.

Não há dúvidas, portanto, sobre o que a cultura do eucalipto representa para o Estado do ponto de vista econômico, seja como matéria-prima para diversos segmentos industriais, seja como fonte de arrecadação de impostos para o Estado, seja como forma de geração de emprego e renda para centenas de famílias em dezenas de municípios; contudo, ao lado desses inegáveis benefícios, devem ser considerados outros aspectos importantes relacionados com a eucaliptocultura. Um deles se refere aos prejuízos para o meio ambiente, provenientes do manejo florestal inadequado. Entre esses prejuízos, destaca-se o desequilíbrio da fauna e da flora, em razão dos desmatamentos e da exaustão dos recursos hídricos.

Outro aspecto negativo da eucaliptocultura, se não exercida de forma adequada, são as condições de trabalho encontradas em algumas

regiões, nas quais se registram várias formas de descumprimento da legislação trabalhista, como a exploração da mão-de-obra infantil e o ambiente insalubre ainda presente em muitas carvoarias.

O objetivo deste ciclo de debates é discutir as questões mencionadas, de forma que possam ser apontadas, com base em informações, estudos e depoimentos de pessoas envolvidas com o assunto, assim como os benefícios e os efeitos negativos relacionados com a cultura do eucalipto, buscando-se conciliar os interesses em jogo.

As discussões aqui desenvolvidas, a partir das exposições dos convidados e das opiniões e relatos dos demais participantes, serão encaminhadas aos órgãos competentes desta Casa e do Poder Executivo do Estado, para subsidiar a formulação de políticas públicas para o setor.

Esperamos que essas políticas sejam implantadas em sintonia com o conceito de sustentabilidade, que pressupõe a viabilidade das atividades econômicas em harmonia com o meio ambiente e com o interesse social. Esse nos parece o caminho mais apropriado para considerarmos a eucaliptocultura como atividade que deve ser estimulada e ampliada em nosso Estado.

Agradecemos a presença dos expositores, dos debatedores e de todos os demais participantes deste encontro, esperando que, com maturidade e ampla compreensão do problema, possamos contribuir para o desenvolvimento do Estado em uma área de muitas oportunidades, mas também de muitas carências, que é a do meio rural. Muito obrigado.

Palavras do Secretário José Carlos Carvalho

Exmo. Deputado Gil Pereira, Presidente da Mesa de trabalhos, em cuja pessoa cumprimento os demais parlamentares do Poder Legislativo do Estado de Minas Gerais, autoridades que compõem a Mesa, senhoras e senhores participantes, inicialmente trago uma palavra de estímulo à iniciativa da Assembléia Legislativa para a realização do debate que acontecerá, hoje e amanhã, sobre a cultura do eucalipto no nosso Estado. O Governo de Minas, por meio da nossa Secretaria e do Instituto Estadual de Florestas, está debruçado sobre uma proposta de política florestal relativa às atividades de fomento florestal do Estado e, com toda certeza, este seminário será um evento importante, por meio do qual auferiremos os conhecimentos necessários à consecução do nosso objetivo.

A realização deste evento é ainda mais relevante no momento em que precisamos encontrar um caminho de equilíbrio para promover as atividades florestais no Estado. Temos, sobretudo os que estão investidos da responsabilidade pública de dirigir a administração ambiental do Estado, vivido o desafio de ser duplamente criticados. Ora, criticados pelos que entendem que há uma regulação ambiental excessiva para a prática das atividades florestais no Estado; ora, pelos que entendem que essa regulação ambiental ainda não é suficiente. Esse é o ponto em que nos encontramos, e nada melhor que um debate, com os diversos atores envolvidos no tema, para que possamos, mediante a livre troca de idéias, realizar uma discussão que ajude a conciliar os diferentes aspectos dessa atividade.

E quando falamos em atividade florestal sustentável, como mencionou o Presidente dos nossos trabalhos, Deputado Gil Pereira, necessariamente temos de nos referir a políticas públicas que sejam capazes de combinar, da melhor maneira possível, os aspectos econômicos, sociais e ambientais inerentes à atividade florestal e ao reflorestamento, sem exclusão de qualquer um deles. Esse é o caminho que entendemos fundamental, mesmo porque, como sabemos, temos uma economia florestal que, diferentemente daquelas de outras regiões e países, está baseada na silvicultura e não no uso de recursos florestais nativos, ainda que de maneira remanescente tenhamos o suprimento de determinados produtos derivados da madeira oriunda de florestas nativas, principalmente do cerrado do Norte de Minas Gerais. Somos um Estado, com essas peculiaridades, detentor do maior pólo de siderurgia a carvão vegetal e que, por essa razão, sobretudo pelo perfil tecnológico de seu parque industrial, tem um consumo extraordinário de madeira. Com essas realidades temos de trabalhar.

Recentemente, num debate realizado nesta Assembléia Legislativa, mostrando os dados atualizados da matriz energética de Minas Gerais, verificamos que ainda hoje, em nosso Estado, a lenha e derivados representam o segundo item do suprimento primário de energia, perdendo apenas para o petróleo e seus derivados. Para um Estado que tem grande tradição na produção de energia hidrelétrica, a dendroenergia ainda tem maior importância na matriz energética que a hidroeletricidade. Obviamente, temos de imaginar o planejamento estratégico do Estado, levando em conta essas realidades que exigem políticas adequadas de reflorestamento para suprir a demanda industrial e a de biomassa para a produção de energia.

O que temos que discutir em Minas - esperamos que este seminário faça isso da maneira mais completa - são as escolhas estratégicas, as escolhas das melhores alternativas de suprimento para atender à nossa demanda.

Durante o seminário, com certeza os números serão apresentados. Nos últimos quatro anos, a siderurgia que utiliza carvão vegetal passou de 40% de capacidade ociosa para a plena capacidade, o que significou maior consumo de carvão. Evidentemente, se não equacionarmos adequadamente as fontes de suprimento para essas demandas, continuaremos a ter problemas ambientais que decorrem da fortíssima pressão antrópica que o uso dos recursos florestais pode provocar sobre os remanescentes florestais nativos, especialmente os dos cerrados.

Hoje, o debate desses problemas não é novidade. O próprio setor florestal privado entende que os equívocos praticados no passado com relação ao reflorestamento não podem se repetir na formulação das novas políticas. Da mesma maneira, entendemos que, uma vez superados os problemas do passado e definido o modelo de reflorestamento que combine os aspectos econômicos, sociais e ambientais, não há motivo para que Minas Gerais, em razão das peculiaridades da sua economia, deixe de realizar grande esforço na promoção do reflorestamento.

Do ponto de vista da melhor gestão ambiental do espaço territorial do Estado, não devemos examinar as questões do reflorestamento, da silvicultura de eucalipto fora de um contexto mais amplo. Relativamente ao uso da terra no Estado, é esse o principal problema a ser enfrentado. Se em algumas regiões o monocultivo extensivo de eucalipto provocou problemas, em outras regiões foi o do café; em outras, o da cana-de-açúcar; e, em outras, a pecuária. Temos de entender que o principal foco da preocupação da administração ambiental, relativamente à pressão antrópica da expansão da fronteira agropecuária e das atividades agrícolas, precisa estar situado claramente no contexto mais amplo das políticas de uso da terra, que temos praticado. Justamente por causa de outros tipos de monocultivo é que em algumas regiões os problemas ambientais se avolumam. Tudo isso se deve aos equívocos praticados no passado quanto ao uso da terra, como a erosão, a perda de fertilidade de solos, o afetamento de nascentes e cursos d'água etc. O que determinou a destruição da Mata Atlântica em Minas Gerais foi o café; da Mata Atlântica do vale do rio Doce e do vale do Mucuri foram a pastagem extensiva e os monocultivos dessa natureza. Precisamos escolher o foco certo.

Queremos discutir os problemas na sua verdadeira dimensão. Para nós, da administração do meio ambiente, o dilema verdadeiro está relacionado às políticas de uso da terra, seja para reflorestamento com eucalipto, seja para cana-de-açúcar, seja para café, seja para braquiária, seja para qualquer outro produto que possa causar pressão antrópica que ultrapasse a capacidade de proteção dos solos, da cobertura vegetal nativa, da flora e da fauna.

Estamos absolutamente convencidos de que é possível encontrar um modelo de reflorestamento que promova a integração da atividade florestal com a atividade agropecuária. Não podemos continuar imaginando um modelo de reflorestamento em que a atividade florestal seja

excludente em relação às atividades agropecuárias tradicionais. Temos uma quantidade extraordinária de alternativas em várias regiões do Estado, onde a integração da atividade florestal com as atividades agropecuárias tradicionais poderão trazer vantagens ambientais, vantagens econômicas e vantagens sociais. É esse modelo que queremos praticar, em articulação com a sociedade civil e com as entidades de classe do setor produtivo, certos de que é possível encontrar as melhores alternativas quando nós, com sinceridade de propósito, entramos em um debate como este, que, em hora oportuna, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais está promovendo.

Estaremos aqui o tempo todo, por meio do Instituto Estadual de Florestas, acompanhando os debates. Desejamos um debate rico e esclarecedor, que nos dê as luzes necessárias para que essa dicotomia seja superada e o Estado possa realizar em plenitude sua vocação econômica levando em conta as questões sociais e ambientais, sem as quais o desenvolvimento não tem o caráter de sustentabilidade que constitui a premissa básica do Governo Aécio Neves. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Affonso Damásio Soares

Sr. Presidente Deputado Gil Pereira, Sr. Secretário José Carlos Carvalho, demais componentes da Mesa de abertura deste ciclo de debates, nossas palavras são de boas-vindas a todos, em nome do Deputado Federal Odelmo Leão, Secretário de Agricultura, que representamos neste ilustre Plenário. A Secretaria de Agricultura está presente desde as reuniões preparatórias, e continuará presente durante o ciclo de debates tão oportunamente promovido por esta Casa do povo de Minas Gerais para poder ter alguma participação nas decisões que ora serão tomadas.

A Secretaria entende ser a cultura do eucalipto uma oportunidade de renda para diversas regiões do Estado, ao lado de outras atividades desenvolvidas nas fazendas de Minas Gerais, evidentemente respeitadas as condições ambientais e sociais, como enfatizaram o Presidente da Mesa e o Secretário José Carlos.

Não se pode pôr de lado essa atividade em Estado que tem grandes regiões montanhosas e onde algumas opções, complementares das outras, não se excluem; pelo contrário, complementam a renda de pequenos, médios e grandes produtores rurais.

O modelo de reflorestamento caberá, evidentemente, aos órgãos ambientais, aos órgãos de desenvolvimento do Estado e à sociedade civil. A Secretaria, no entanto, por intermédio de seus órgãos EPAMIG e EMATER, não se omitirá em dotar o Estado de mais uma atividade e de implementá-la segundo as necessidades das indústrias de gusa, celulose e outras.

Nossa intervenção tem o objetivo apenas de dar as boas-vindas a todos e de dizer que a Secretaria apóia o evento e que usará as conclusões deste seminário na medida em que isso lhe couber.

Palavras do Sr. Múcio Tosta Gonçalves

Bom dia a todos. Agradeço imensamente o convite que me foi feito e inicio minha fala qualificando o que me proponho a dizer, para que não haja nenhuma surpresa.

Não apresentarei dados, não argumentarei com cifras ou séries estatísticas, mas falarei da experiência que tenho acumulado desde 1988, quando, em meu mestrado em Ciências Políticas, apresentei uma visão sobre a política florestal de Minas Gerais. Depois de todo esse tempo, acompanhei também diversas atividades, iniciativas, movimentos e outros debates sobre plantação de eucalipto. Tentarei refletir um pouco sobre a questão metodológica.

Quando recebi o convite, fiquei pensando sobre o que deveríamos, afinal, debater nesta manhã. Poderíamos travar uma batalha de números. Seria muito interessante. Provavelmente, os egos dos defensores de quaisquer números ficariam devidamente massageados. Quem acredita que o problema seja relativo a uma espécie florestal, a uma árvore, ficaria satisfeito, assim como ficará, imagino, com os números que os demais palestrantes apresentarão aqui, todos dizendo que essa é a "salvação da lavoura" - aliás, o País vive da salvação da lavoura desde a crise da cana, lá pelo século XVII, e ainda estamos onde estamos.

De qualquer maneira, os que não acreditam nisso poderiam ficar muito satisfeitos se desfiássemos aqui os números que mostram o desemprego, os baixos salários, as péssimas condições de trabalho e daí por diante.

Já que terei oportunidade de falar, quero pelo menos não introduzir o que me parece mera batalha de números, mas chamar a atenção para uma questão de fundo. Na minha opinião, o debate que deve acontecer é o relativo a um modelo de desenvolvimento, que, obviamente, envolve as plantações, mas não se restringe a elas.

A tendência deste debate tem sido a de reduzir a questão à problemática do eucalipto. O problema é: o eucalipto seca ou não, estraga ou não estraga, é mau ou ruim? Estou vendo escrita ali a seguinte frase: essa árvore merece respeito. As outras não merecem? O pequi, por exemplo, não merece respeito? Tanto merece que há uma lei estadual que dispõe sobre a proibição do corte de pequizeiros. Então, ela merece tanto respeito quanto qualquer outra. Talvez o debate seja mal conduzido se posto nessa perspectiva.

Mais do que isso, o problema não é uma árvore. É claro que, plantado em pequeníssima escala, o eucalipto é muito importante para qualquer proprietário rural e até mesmo para as comunidades urbanas, que ainda dependem, como bem lembrou o Secretário José Carlos, da fonte energética produzida pela queima da madeira.

O grande problema é que não estamos falando de uma árvore, mas de alguns milhões de árvores plantadas em extensões quilométricas de magnitude expressiva, visíveis a longa distância, quando se fazem fotografias aéreas ou de satélite. Não estamos nos referindo a uma pequena cultura. E é claro que existem outras culturas tão significativas quanto essa.

Não devemos ter a inocência - para não usar outra expressão - de dizer que o problema é a árvore ou uma árvore. Quando comecei a discutir essas questões, lembro-me de ter lido um texto que informava que uma grande plantação de acácias esgota mais a água que uma grande plantação de eucalipto. Não sou da área florestal, mas ocorreu-me a pergunta: quem plantaria 200.000ha de acácias? Alguns dirão que pode ser feito porque é possível extrair dela uma série de subprodutos. Mas por que se optou pelo eucalipto e não pela acácia? A questão é a árvore em si ou o resultado que se espera dela, como, por exemplo, o rápido crescimento e o uso mais apropriado do ponto de vista agroindustrial, do ponto de vista da indústria da celulose ou do ponto de vista de qualquer outra finalidade que não exclusivamente a de produção de celulose?

Se analisarmos a história florestal de Minas Gerais - forçando um pouco o argumento -, verificaremos que havia uma espécie nativa, que começou a ser utilizada nos anos 40, que apresentava crescimento muito rápido. Trata-se da árvore chamada jacaré. Não sei se hoje ainda se encontram espécies de jacaré na região do vale do rio Doce, onde foram feitos os primeiros experimentos de plantio para a obtenção de carvão. Por que essa árvore foi substituída? A resposta é muito simples e está nos documentos das empresas que plantam árvores para fins agroindustriais: apesar do seu rápido crescimento, uma árvore como o jacaré não cresce tão rápido e não produz, portanto, como o eucalipto, o

volume de matéria-prima madeireira necessário.

A escolha da árvore que é plantada em larguíssima escala não é inocente. Não se trata de dizer que se está escolhendo uma árvore como se estivesse escolhendo outra qualquer.

Qualquer pessoa consegue chegar a essa conclusão. Não é necessário nenhum curso para isso. Uma determinada árvore é plantada porque cumpre uma finalidade e, em larga escala, também pelo mesmo motivo. Não é questão de dizer que temos de nos cercar de cuidados para proteger o eucalipto porque ele nos protege e fazer o mesmo com as plantações porque elas geram emprego e renda. Talvez, se estivéssemos falando de outra árvore, a discussão fosse a mesma. Ou seja, o problema não é a árvore, mas o modelo associado à sua plantação.

Se é isso o que ocorre, do ponto de vista da economia - e estou falando da boa teoria econômica, não da matemática econômica, com todo o respeito que devo aos modelistas e formuladores de modelos -, os modelos de desenvolvimento podem efetivamente depender da produção em larga escala e da grande unidade produtiva, porque são geradoras de um tipo de investimento que implica uma economia cada vez mais internacionalizada e a produção de vantagens comparativas e competitivas para as empresas.

Toda teoria econômica que discute desenvolvimento econômico aborda, por exemplo, que o objetivo da grande firma oligopolista internacional é obter vantagens concorrenciais para si. Até aí não há nada demais, porque é essa exatamente a natureza da firma no sistema capitalista. Se estamos falando de um modelo de desenvolvimento capitalista na perspectiva da grande empresa, sabemos que ela buscará o máximo de vantagens que permitam o controle de mercados de acordo com suas necessidades. Com isso, voltamos à questão da árvore e dizemos: plantam-se eucaliptos porque eles produzem uma determinada vantagem para algumas firmas em um certo mercado.

Se alguém duvidar de mim, basta ler os muitos informativos das empresas que falam exatamente o que acabei de dizer, mas de um jeito um pouco menos seco e árido. Eles falam isso de um jeito mais charmoso e interessante. O que estou mencionando é uma constatação. Desde os anos 60 a boa teoria econômica tem demonstrado isso. Se é assim, devemos perguntar: é esse o modelo que desejamos? Se for, o debate é sobre qual política pública controla essas firmas. Qual tipo de política pública é capaz de fazer com que a firma oligopolista internacionalizada produza vantagens competitivas e comparativas para si, criando mercados que atendam ao imperativo de lucro? Qual modelo pode fazer com que essas empresas contribuam para o desenvolvimento econômico nacional ou regional? As empresas obviamente dirão que já são controladas e vigiadas demais e que a carga tributária é essa ou aquela. Não estou-me referindo a essa política, mas exatamente àquela política pública que diz que a vantagem que uma entidade qualquer de uma economia produz para si deve, de algum modo, ser compartilhada com as demais que compõem a mesma economia.

Falo isso em favor de quem defende o livre mercado. Uma teoria econômica ensina que a tendência do livre mercado é para uma falha, o que é também simpático com o pessoal da microeconomia, a chamada monopolização. A boa teoria econômica ensina que isso não é uma falha. Na verdade, essa é uma tendência corrente da economia. A concentração do capital é uma constante, e esse é um movimento típico da grande empresa, que tende a puxar para si e concentrar capitais. Não estou falando apenas de teorias à esquerda, mas de qualquer boa teoria de pessoas que sabem usar a cabeça. As evidências estatísticas ensinam que a concentração do capital não promove necessariamente condições para a liberdade do mercado. Não é à toa que, mesmo em um país campeão na defesa da liberdade de mercado, como os Estados Unidos da América do Norte, desde 1940 existe uma legislação antitruste.

Essa, por exemplo, é a política pública que, garantindo a liberdade e o direito de uma entidade ou de uma economia qualquer ter ganhos, preserva o direito à liberdade e, mais do que isso, o bem-estar das demais entidades.

É com esse sentido que digo que, se o modelo que vamos adotar é o da grande empresa, o de desenvolvimento capitalista baseado na grande empresa, é preciso, então, passarmos para a discussão sobre a regulamentação da política pública, que - desculpem-me a franqueza e até a minha ignorância - é uma discussão básica que nem precisa de doutor para ser feita.

Ora, se não vamos optar por esse modelo, que já ficou um pouco complicado, vamos pensar qual é o outro modelo que a teoria econômica tem sugerido: é exatamente o da desconcentração, o da pequena iniciativa, o que aborda a estratégia de crescimento baseado naquilo que podíamos dizer, parafraseando um livro dos anos 70, do Schumacher, que "o negócio é ser pequeno".

Obviamente, há muitas considerações em torno disso e não terei tempo de fazê-las - também talvez não seja o caso -, mas até que ponto podemos seriamente dizer que a estratégia de produção concentrada em grandes unidades gera mais empregos e distribui melhor a renda do que uma grande rede de pequenos empreendimentos? Não há nenhuma evidência teórica nem mesmo empírica de que uma grande unidade empresarial, sobretudo quando consideramos o longo prazo, é capaz de produzir mais empregos e distribuir melhor a renda do que um grande número de pequenos empreendimentos. Vocês poderão dizer que há aí um problema de escala - claro, não sou tão idiota -, é um problema de escala, mas é exatamente disso que estou falando: um modelo de desenvolvimento trabalha com a grande escala, o outro trabalha com a pequena escala. Então, novamente, a questão não é a árvore ou a quantidade de árvores, mas o modo como sua plantação é gerida, o modo como esse tipo de produção é gestado.

Isso tem a ver com escala, mas também com outra questão: para quem? Essa é a pergunta que talvez mais incomode, em termos metodológicos, este debate, como tenho visto ao longo de todos esses anos. E é uma pergunta que se faz com muita insistência.

Posso já ter gasto muito tempo com isso - e gostaria de discutir outros pontos -, mas, entrando no campo econômico propriamente dito, temos de considerar os dois temas centrais, que é emprego e renda, os termos mais importantes hoje do debate. É claro que, por uma razão também metodológica, estou excluindo a questão ambiental, porque estou numa mesa que está tratando de aspectos econômicos. Pessoalmente, não acredito nessa divisão. Se estamos falando de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, temos de ser capazes de, junto com ecologistas, economistas, sociólogos e engenheiros, pensar numa solução comum. A fragmentação que se produz - por uma razão prática, reconheço que é necessária - na exposição e na argumentação temática não contribui em nada para a lógica da sustentabilidade.

De qualquer maneira, temos uma problemática econômica relacionada com emprego. Está ali escrito "precisamos de emprego". Do outro lado, há outras faixas que apontam para o desejo de haver outro tipo de emprego. As faixas não dizem isso, mas todos que conhecem os movimentos representados pelas demais bandeiras do lado de cá sabem exatamente que a questão não é apenas emprego, mas também o tipo de emprego.

E essa é a pergunta que se faz quando se olha para as plantações florestais, que é o nosso objeto de debate. Obviamente também se aplicaria a qualquer outra monocultura.

As publicações recentes do setor trazem que a apologia do progresso técnico mostra que cada vez mais é possível avançar, crescer, exportar e vender com menor número de trabalhadores na atividade-fim. Como estamos falando de plantações florestais, seja para produção de energia, de biomassa; seja para produção de outros produtos, por mais que haja processamento industrial, a atividade-fim dessa indústria é a produção da árvore, e não o contrário. Se é assim, deveríamos encontrar empregos em número significativo ou respeitável naquela atividade-fim. Mas encontramos um decréscimo dos empregos pela utilização das tecnologias, conforme o modelo de desenvolvimento escolhido. Não há

contradição nisso, talvez no discurso. Na prática, querendo melhorar os ganhos pelo aumento da escala, produzindo mais e aumentando a participação no mercado, ampliando as vantagens competitivas, obviamente, a substituição de trabalho humano por trabalho humano acumulado, como se diz em teoria econômica, ou por máquinas, ou por mecanismos, ou por processos, é a saída.

O desemprego é a condição trágica do desenvolvimento. Quando isso ocorre, pede-se ao Estado que cuide do assunto. É muito interessante como ao mesmo tempo se diz que o Estado regula, diz-se que regula de menos, porque tem de ser responsável por não regular a empresa, mas responsável por regular o mercado de trabalho. Precisamos chegar a uma conclusão um pouco mais decente: ou temos regulação para todo o mundo ou não temos regulação para ninguém, ou temos outra forma de regulação. O que não podemos é construir um tipo de discurso que se baseie numa teorização pobre diante de uma realidade que é muitas vezes trágica.

Há o problema de se saber quantos e quais empregos existem e para quem são esses empregos. Cada vez mais sabe-se que a demanda é por trabalhadores com nível mínimo de qualificação, com capacidade mínima de apreensão de processos complexos, que possuam certo capital intelectual que os torne aptos a operar com equipamentos e processos complexos que exigem abstração, por exemplo.

Quando lidamos com essa questão, deparamos com outro problema: a baixa capacidade da maioria dos trabalhadores de absorver conhecimentos complexos. Por efeito de seleção natural, ficam fora ou têm chances menores, para ser muito otimista, de obter empregos que permitam melhor distribuição da renda.

Faria as mesmas considerações a respeito da renda, mas não terei tempo para isso. Chamo a atenção para o fato de que todo discurso das empresas aponta para uma das grandes vantagens competitivas das plantações de eucalipto no Brasil: baixo custo da mão-de-obra. Daí podermos pensar se isso é, de fato, problema para a formação da renda.

Pensando em como se constrói o modelo de desenvolvimento e como se pratica esse desenvolvimento, encontramos em torno do cultivo das grandes plantações uma ausência de debate mais consistente sobre qual é a política pública necessária para promover o desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que se promove o respeito devido aos direitos humanos, individuais, sociais, políticos, culturais e econômicos da população, sobretudo da população rural.

Agradeço muito, peço desculpas pelo avanço do tempo. Obrigado.

Palavras do Sr. Lourival Araújo Andrade

Bom dia a todos. Inicialmente, quero parabenizar a todos os participantes deste debate, que já poderia ter acontecido há muitos anos. Como é do conhecimento de todos, essa atividade econômica vem sendo exercida há mais de 30 anos, e, por mais que tenham sido realizadas várias discussões nos diversos setores da sociedade, é a primeira vez que esta Casa assume, com tamanha envergadura e abrangência, este debate. Portanto, parabeno a Assembléia Legislativa, mesmo sabendo que esta é a primeira abertura para o assunto - houve um encontro em Teófilo Otôni, mas, para a direção da Casa e para todos os que convivem com ela, esta iniciativa, do ponto de vista da definição de políticas públicas relativas a esse negócio que acontece em Minas e no Brasil, é pioneira. Entendo que, a partir deste momento, faz-se necessário que o debate seja iniciado nas Câmaras Municipais, nos sindicatos rurais e nos movimentos ambientais nos mais diversos cantos do Estado.

Não podemos nos esquecer de que em quase 200 cidades essa atividade é exercida de forma intensa, mas, como disse inicialmente, esse negócio não foi regulado nem decidido pela sociedade. Foi na ditadura militar, nos anos 70, que se deu início a essa atividade. Tenho clara lembrança disso, até porque todos da minha família, que é envolvida com eucaliptos, diziam da importância do eucalipto para o Vale do Aço, para o vale do rio Doce e toda a região, argumentando, então, que era uma região muito atrasada, onde as pessoas viviam comendo eucalipto e caçando nas matas; era necessária, portanto, uma atividade mais inteligente e dotada de tecnologia. Essa era a linha de argumento e era o que eu escutava da minha família. De outro lado, na Escola Superior de Agricultura de Lavras, onde estudei, os professores diziam que o cerrado, como estava, era improdutivo e que, no máximo, daria pequi; que o bom mesmo para o cerrado era um D-8 com correntão, para depois colocarmos soja ou eucalipto. Vivi essa situação, nos anos 70, em uma universidade federal.

Então, quero elogiar a Casa pela iniciativa e deixar, já de início, um pensamento para essa discussão, com referência ao modelo. Acho que o melhor modelo parte do envolvimento da sociedade, por mais que tenhamos, de um lado, um acúmulo acadêmico e experiências de empresas, e, de outro, várias reivindicações dos trabalhadores, tanto da indústria extrativa, presentes aqui, quanto do Movimento dos Sem-Terras. Apesar de tudo isso, acho que a iniciativa tomada hoje trará melhores frutos e definições quando acontecer nos municípios; lá onde está o eucalipto e onde ninguém foi consultado sobre se deveria ou não haver essa atividade. Enfim, na abertura da minha fala, quero reafirmar a esta Casa, que tem a tradição de realizar audiências públicas e discussões em diversos ciclos de debates, que o melhor modelo é o que se discute com a população, por mais que existam estudos e tenhamos de considerar os empresários e o mercado externo. Tudo isso é verdade, mas esse é o melhor modelo, e para um momento delicado.

O professor que me antecedeu abordou a questão do agronegócio, do "agrobusiness".

É muito delicado falar isso sobre o Brasil. Afinal de contas, tivemos eleições há pouco tempo e estamos torcendo para que o País saia dessa situação e inicie seu processo de desenvolvimento. Os Governos Federal e Estadual defendem, investem e apoiam o agronegócio. Quando dizem na Europa que o nosso boi é verde, alguns perguntam se é verde porque comeu a Amazônia. Ao dizerem que o nosso eucalipto é verde, querem saber se é verde porque foi plantado de determinada maneira ou porque destruiu o cerrado e as vastas matas nativas da Mata Atlântica.

Precisamos tomar muito cuidado, porque estamos falando sobre um País e suas futuras gerações. O Prof. Tosta, que me antecedeu, fez ótimas observações. Embora alguns companheiros queiram discutir os números do eucalipto, a discussão é mais profunda, porque delinea debates sobre a cana, a soja e o café; enfim, sobre esses grandes negócios que excluem a maioria. Não precisamos de números. Quem cresceu e viveu no meio desses negócios sabe disso. A própria tecnologia não é inclusiva.

Outro ponto fundamental diz respeito a uma discussão maior - em que está inserido este debate -, que não está sendo feita somente por esta Casa, porque é internacional. Estou falando sobre a discussão do nosso padrão de consumo. É preciso ampliar nossas fronteiras agrícolas e plantar mais eucalipto, porque há demanda por celulose e madeira. Mas é importante discutir o nosso padrão de consumo. Infelizmente, o nosso processo de colonização e a situação que nos estruturou sempre foram baseados no escravagismo, no monopólio, no latifúndio e na abundância de recursos naturais. As riquezas do Brasil transcendem nosso sentimento, nosso olhar e nossa sensibilidade. Essa situação faz com que tenhamos como modelo o que é feito na Europa e nos Estados Unidos. Se continuarmos seguindo esse modelo, precisaremos de duas Terras para delas tirar recursos naturais. Por exemplo, Minas Gerais já perdeu mais de 80% de suas matas. Devemos discutir com muita profundidade esse modelo, a fim de que todos entendam que a próxima geração questionará as ações dos avós, pais, Deputados, líderes sindicais e empresariais, que, interessados apenas na monopolização da atividade, foram irresponsáveis para com os recursos naturais.

Segundo um estudo realizado pela ONU, 70% dos recursos naturais do mundo estão saindo do Sul em direção ao Norte. Temos orgulho errado em dizer que estamos exportando tanto de minério, de soja ou de celulose. Fico muito preocupado com isso. De certa forma, representa

progresso. Mas ao lado do progresso, segundo o IBGE, existem 100 milhões de brasileiros que não desfrutam dessa riqueza. É preciso verificar quanto cada um consome de alumínio, ferro, celulose e gás. Estamos exportando todos os nossos recursos naturais em nome da balança comercial, do superávit e de políticas macroeconômicas que não são inclusivas. Fico muito preocupado, porque o atual modelo do eucalipto é defendido pela sociedade, em todos os lugares.

Ele não é defendido apenas pelas empresas, pelas instituições, é o nosso processo de educação nas escolas, nas igrejas e em todos os lugares. Queremos conforto, alimentação, emprego, proteção, mas esse modelo não atende às reivindicações desses trabalhadores que aqui estão, porque ele é concentrador, e essa riqueza gerada não é distribuída à contento. Quem vive e viveu no mundo do eucalipto sabe o que é o êxodo rural. E quem vive, como eu, em Belo Horizonte, buscando incluir pessoas na cidadania, sabe que grande parte dessas pessoas que estão aqui veio dessas exclusões, e o eucalipto é uma delas, como o boi é. É uma delícia um bife, mas é exclusivo, e é o boi que acaba com as nossas matas, com as nossas florestas. A Floresta Amazônica está indo embora por causa da retirada da madeira e do avanço da braquiária e da pinheira.

Apresento essas duas discussões: uma é a necessidade de rever esse modelo, que só será melhor com a colaboração dos institutos de pesquisas e universidades, somadas às aspirações populares, às necessidades de todos aqueles que se dispõem a resolver isso. Por acaso, consultou-se alguém que tem pequena propriedade para saber-se se essa pessoa deseja plantar eucalipto, como planta feijão ou cana? Então, discutir o eucalipto se faz necessário no círculo acadêmico e nos segmentos sociais que pleiteiam melhorias no mundo rural.

O Secretário, que infelizmente foi embora, foi Ministro do Meio Ambiente do Governo Fernando Henrique e propõe uma discussão fundamental. Pena que ele não esteja aqui para lhe perguntarmos quais as melhores estratégias e alternativas. As posturas do Governo Federal e do Governo Estadual são voltadas para ampliar o agronegócio, mas não estão a contento. Foram liberados R\$5.000.000.000,00 para a agricultura familiar e, em contrapartida, foram liberados R\$1.000.000.000,00 para o plantio de eucalipto na Aracruz, uma empresa de 70.000ha. Isso mostra claramente a opção feita, o que muito me preocupa. Temos que aprofundar esse debate e discutir um modelo que atenda especialmente àquilo que o povo brasileiro expressou nas urnas ao Aécio Neves e ao Lula. São 100 milhões de brasileiros que não dispõem desses modelos de desenvolvimento que estão sendo adotados. Assim quero colaborar com esse debate.

Finalizando, digo que esta Casa, a partir dessa iniciativa louvável, poderia iniciar um processo de audiência pública, de seminários e ciclos de debate em todos os municípios que tenham eucalipto e em todos os municípios em potencial. Vamos discutir isso, com os interessados, e com os que são contra. Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Paulo Piau) - Com a palavra o Sr. Sebastião Renato Valverde, que disporá de 20 minutos para a sua exposição.

#### Palavras do Sr. Sebastião Renato Valverde

Meu nome é Valverde, mas para ser verde não foi preciso destruir a mata Atlântica, o cerrado ou a floresta atlântica.

Agradeço a oportunidade de participar deste brilhante momento da democracia brasileira, sobretudo da democracia mineira, e discutir as questões do reflorestamento. Parabéns esta Casa pela organização do evento, desejando a todos um bom dia. Aproveitem bastante os trabalhos.

Como professor, não perderei o costume de usar o "data show", ou seja, aquela dinâmica metódica de apresentação de palestras em sala de aula.

Apesar de o tema focado ser o eucalipto, não me centrarei apenas nisso, mas em todo o setor florestal. Dessa forma, aproveito a oportunidade para dizer quanto é importante a atividade florestal no Brasil, sobretudo em Minas Gerais.

Como engenheiro, optei pela área da engenharia florestal. Sinto-me realizado por isso. Essa é uma área que muito tem que contribuir para o desenvolvimento social e econômico de um país que tanto carece de emprego, renda, balança comercial, divisas e tudo mais.

O setor florestal é o 2º maior contribuinte da balança comercial brasileira. A Suécia, a Finlândia e o Canadá, que são países que desenvolveram a sua base econômica em recursos florestais, são hoje os maiores e melhores, em termos de qualidade de vida, do mundo. Arelada a isso, existe uma política de distribuição de renda fantástica, a qual precisamos copiar. Assim, desenvolveram um produto - floresta nativa -, mas, nem por isso, a área florestal deles foi extinta, já que souberam manejar um recurso que tinham em grande quantidade e, com isso, geraram riqueza, poupança, renda e trabalho, sendo hoje os melhores países em qualidade de vida. Para se ter uma idéia, a nossa renda "per capita" gira em torno de US\$2.500,00, e a deles está entre US\$25.000,00 e US\$30.000,00.

No Brasil existem 500.000.000ha de mata nativa, e não sabemos como manejar e gerar riquezas. Além disso, a nossa mata está exposta a pressões da pecuária e da soja, que invadiu a Região Norte e destruiu o cerrado, apesar de toda a legislação de proteção a respeito.

Sou do Departamento de Engenharia Florestal da UFV, por isso estou aqui para falar sobre a importância do setor florestal nos aspectos técnicos, econômicos e ambientais.

Em termos de área florestal, existem hoje, principalmente no Norte, 500.000.000ha, que podem ser manejados, de forma sustentável, para gerar renda e riqueza para a população que se encontra vulnerável, e apenas 5.000.000ha de floresta plantada, ou seja, apenas 1% em relação à mata nativa.

Apenas 5.000.000ha geram mais de 90% de toda a riqueza socioeconômica em termos de empregos, impostos, divisas, salários e produção. A área ocupada pelas plantações florestais é muito pequena e tem um potencial muito grande para ser aumentada, porque no Brasil, principalmente em Minas Gerais, na Zona da Mata e na região do vale do rio Doce, há muitas áreas ociosas. O custo de oportunidade dessas terras é zero.

Para implantar uma cultura qualquer, não é preciso desmatar mais nada, a pastagem já desmatou, degradou e tornou essas áreas ociosas. Essa área florestal é capaz de produzir produtos tangíveis e palpáveis, como produtos madeiros e não madeiros, madeira "in natura", lenha, tora, serrados, laminados, celulose, carvão. Os produtos não madeiros são folhas, cascas, raízes, fruto, sementes, cipós, resinas, borracha, óleos, etc. Ainda desconhecemos e precisamos pesquisar e estudar muito a transformação desses recursos em riquezas, renda e emprego para a sociedade brasileira. Desses recursos, o único que sabemos explorar é madeira em tora. Temos de aprender a explorar, transformar e dar retorno para a sociedade em relação a essas riquezas.

Os produtos não tangíveis são as melhorias na qualidade e na quantidade de água, na absorção de CO<sub>2</sub> e na emissão de O<sub>2</sub>. Quando as

florestas estão em crescimento, por meio de processos de fotossíntese, absorvem CO<sub>2</sub> da atmosfera e, juntamente com a água, por meio da energia solar, produzirão açúcares, celulose, glicose, sacarose e emitirão oxigênio. Além de produzirmos florestas, ainda produzimos oxigênio, absorvemos CO<sub>2</sub> e colaboramos com a redução do CO<sub>2</sub> na atmosfera e, conseqüentemente, com a redução do aquecimento global, por meio da redução dos gases do efeito-estufa, que é o metano, o CH<sub>4</sub>, o N<sub>2</sub>O e o CO<sub>2</sub>.

No aspecto socioeconômico, nosso setor contribui com 4% ou 5% do PIB. Essa estatística não é muito confiável porque o carvão vegetal, que é uma atividade florestal, está computado como atividade metal-siderúrgica no IBGE. A produção de carvão é uma atividade florestal e está computada como outros produtos agropecuários no IBGE. Se computarmos o carvão vegetal em siderurgia como setor florestal, a participação do PIB certamente aumentará. Sendo um País continental com tanta terra, mão-de-obra e clima favorável, poderíamos estar com mais de 10% ou 20% de participação no PIB, que é toda a riqueza produzida anualmente no País, em termos de bens e serviços.

Geramos em torno de 2 milhões de empregos. É uma atividade intensiva em trabalho, principalmente quando realizada em áreas acidentadas. Quando realizado em áreas planas, há possibilidade de se transformar essa intensividade de trabalho em capital. Mas não são todas as empresas que têm condições de transformar uma atividade intensiva em trabalho em intensiva em capital. Vivemos num mundo real e, dentro dele, cabe a nós, como cidadãos, professores, produtores rurais, Deputados e parlamentares transformar a selvageria existente no capitalismo em uma situação aceitável. Nossa realidade é um modelo capitalista com uma tendência à concentração de capital, o qual podemos reverter, pois temos capacidade para isso.

Os empregos são gerados de formas direta e indireta. Existem muitos empregos indiretos na área florestal, como caminhoneiros transportando madeira e carvão, o emprego gerado no campo e na cidade.

Essa é uma atividade que gera emprego na área industrial, na cidade. Na área florestal, no meio rural, os salários, em média, são melhores que os das atividades concorrentes, tais como a agricultura. Quanto ao recolhimento de impostos, os números variam muito. Quanto à balança comercial, somos o segundo maior setor exportador do Brasil. E para exportarmos não precisamos de importar quase nada, porque temos praticamente tudo: madeira, recursos naturais etc. É um setor que, além de exportar, importa pouco, contribuindo favoravelmente para o superávit da balança comercial. Para um País que tem uma alta dívida atrelada em dólar e o compromisso de seu pagamento, todo o setor que contribuir para o superávit da balança comercial é muito bem visto e deve ser olhado com todo o carinho pelos formadores de políticas públicas, pois nossas reservas são importantes. Se estão baixas, sofrem pressão violenta dos especuladores. É, também, um setor-chave na economia, porque tem forte relação de cadeia.

Tomemos, por exemplo, três setores. O setor de veículo é muito forte na compra de matéria-prima. Necessita comprar o aço que, para ser produzido, necessita do ferro gusa que, por sua vez, precisa do minério, que precisa do carvão vegetal, que precisa do reflorestamento, que precisa do trabalhador, que .... Necessita de um movimento para trás. Mas, para frente, o setor de veículos produz o automóvel, que vai para a concessionária e, daí, ao consumidor final. Portanto, para frente a relação é muito pobre. Porém, para trás, é muito rica. Num setor como a agricultura, que produz o milho, a partir do momento em que se produz o milho ou o feijão, há pouca coisa para trás, ou seja, comprou-se semente, fertilizante e o trabalho. Daí para frente, produziu-se o milho, que caiu nas mãos do consumidor final. Mas na agroindústria e, nela, a atividade florestal, tanto para trás como para frente há uma relação muito forte. Para se produzir o ferro-gusa, necessita-se de minério de ferro, carvão, madeira, mudas, sementes, fertilizante, insumo, trabalhador rural, e a cadeia continua para trás. Para frente, após a produção de ferro-gusa, temos a produção de aço que vai para a construção civil, para a indústria automobilística e de eletroeletrônicos, etc. Enfim, tanto para trás como para frente, há uma relação muito forte, o que pesa na hora da definição de uma política pública de estímulo à economia. Sabe-se que, se for estimulada a agroindústria, seja a sojicultura, seja a floresta, o capital empregado a estimulará nas duas direções, dando uma resposta maior que a agricultura ou a indústria de veículos sozinhas.

Passando aos aspectos ambientais, as plantações florestais contribuem para melhorar a qualidade do ar, diminuir o aquecimento global, controlar os efeitos erosivos dos ventos, reduzir os níveis de poluição aérea, regularizar a vazão dos mananciais, melhorar a capacidade produtiva do local, reduzir a pressão sobre os remanescentes de floresta nativa, assim como para a estabilidade ecológica das áreas de plantio, abrigo, refúgio e fontes de alimentos. Também contribuem para a obtenção de produtos não madeireiros, para a geração de recreação. Tem valor cênico, recupera a ação em áreas degradadas, etc.

Quanto à questão econômica, abordaremos os aspectos mercadológicos. O mercado florestal de produtos e derivados está em crescimento. Nosso aço e ferro-gusa têm grande aceitação no mercado, com tendência a aumento, porque trabalhamos com carvão vegetal, e não com carvão mineral.

Pode ser que no processo de produção de carvão vegetal ainda haja alguns trabalhos não muito humanos, mas prefiro trabalhar com carvão vegetal a ser mineiro, extrair carvão mineral, ser intoxicado, soterrado, como está acontecendo na Rússia, na China, etc. Além disso, no uso do carvão mineral há muita emissão de enxofre, que, em contato com o vapor da água, gera chuva ácida. Isso não acontece com o carvão vegetal, que produz um ácido de qualidade.

O nosso produto está tendo muita aceitação no mercado. A tendência é aumentar ainda mais. A indústria cirúrgica americana está obsoleta, depreciada. A tendência é que não consiga competir com a indústria brasileira. Segundo um amigo meu do Canadá, as indústrias de celulose daquele País estão quebrando, não conseguem competir com o Brasil, onde o setor florestal está em franco crescimento. As indústrias de celulose da Suécia e da Finlândia também tendem a quebrar.

Esse crescimento que estamos experimentando afetará os preços dos produtos, pois o setor de celulose é um setor de escala. É preciso fazer um grande investimento de capital, de aproximadamente US\$1.000.000.000,00. Tem-se que produzir muito para diluir esse investimento e torná-lo rentável. A parte industrial é feita em economia de escala. Como já disse, é intensiva em trabalho, é um mercado competitivo, principalmente no mercado internacional. Há estudos mostrando que o Brasil tem conquistado competitividade em detrimento de países como a Finlândia, com a introdução de novos projetos como a VERACEL, na Bahia, com a expansão de projetos já existentes, como a Aracruz, a BAHIASUL, a CENIBRA, etc., com a utilização da capacidade plena de produção das indústrias e com a criação e abertura de novos mercados e de novos produtos. Ou seja, na medida em que surgem novos produtos, novos mercados, como serrarias que utilizam madeira de eucalipto, é bom para a economia, pois os preços tendem a subir. Assim, os produtores rurais, que até então não recebiam um preço justo pela madeira, serão valorizados.

Na década de 80, trabalhei em uma empresa florestal e orgulhava-me ao ver uma área como essa, toda de floresta. Agora, não, achamos que foi uma falha. Em outros "slides" vocês verão o mosaico, ou seja, uma área com floresta, outra com floresta nativa e outra com floresta plantada, com preservação permanente, com área de reserva legal. Hoje, a empresa florestal é muito mais evoluída, se bobear planta até dentro d'água.

Até 1965, o Brasil tinha aproximadamente 500.000ha de floresta plantada e importávamos celulose. Era uma área muito tímida, pobre. A Lei nº 4.771, no art. 38, facultou às empresas que quisessem investir em reflorestamento abater do Imposto de Renda e aplicá-lo em projetos florestais. O investimento em floresta é de longo prazo. No Brasil, a taxa de juros é uma das mais altas do mundo e trabalhamos com um horizonte de sete anos. A nossa cultura é imediatista, o investimento inicial é muito alto e o retorno muito demorado. Por isso, nunca foi interessante investir em floresta. Só a partir da Lei nº 4.771 e da lei de incentivos fiscais é que as empresas começaram a investir. Os

produtores não investiam porque não tinham de pagar Imposto de Renda. Não era atrativo para eles, só para as empresas.

Como a lei facultou o investimento do Imposto de Renda e obrigou as empresas a terem alto suprimento, as empresas tiveram de constituir os maciços florestais. Como trabalhamos com economia de escala, com grande produção, precisamos de grande quantidade de matéria-prima; como as florestas não eram rentáveis, interessava apenas às empresas plantarem, não aos produtores.

O produto florestal tem uma característica muito interessante: é muito pesado e, ao mesmo tempo, barato, diferentemente do café, que é leve e caro. Uma carreta transporta 30t de madeira, o que equivale a 60m<sup>3</sup> de eucalipto; a R\$30,00 o metro cúbico, a carga vale R\$1.800,00. Para facilitar minha conta, suponhamos que a saca do café pese 50kg. A R\$200,00 a saca, são 60 sacas por tonelada; 60x3=180. Terei 180 sacas. A R\$200,00 a saca, R\$120.000,00. A mesma carreta que carrega R\$120.000,00 em café carrega apenas R\$1.800,00 em madeira. Transportar café até o porto de Paranaguá ou até o porto de Santos é tranquilo, porque o valor da carga paga o transporte. Mas a madeira tem de ser transportada por curta distância, porque o valor da carga não paga o transporte. Por isso há muitos latifúndios, ou seja, é necessário fazer um grande maciço florestal porque se trabalha com economia. É necessário que todo esse maciço esteja perto da indústria, porque não dá para transportar por longas distâncias. Foram obrigados a ter auto-abastecimento. Por isso tiveram de formar florestas. Daí, a monocultura; daí, o latifúndio.

A falta de conhecimento na época trouxe conseqüências negativas. A ciência florestal é nova, é de 1960. Não tínhamos conhecimento de nada. Hoje evoluímos. A conseqüência foi o latifúndio e a monocultura. Nenhum de nós, independentemente de sermos empresa, de sermos professores, de sermos trabalhadores, é a favor do latifúndio. Mas o contexto da época era esse. Temos de trabalhar com o contexto daquela época. Hoje evoluímos democraticamente, e não o aceitamos.

Saímos de 500.000ha para 5.000.000ha. O Brasil deixa de ser importador para ser grande exportador de produtos florestais. Precisamos produzir valor agregado, como meu antecessor disse. Se não houvesse essa política de incentivo fiscal de reflorestamento, não haveria nada de mata Atlântica, nada de cerrado, nada de floresta amazônica, porque tudo seria transformado em carvão.

O mercado de madeira de eucalipto era de competição imperfeita, porque as empresas atuavam como monopólio, com os latifúndios; mas era um monopólio natural, não era por opção. Era por falta de opção. Tudo isso em virtude dos incentivos da política, das características do produto, que é pesado, barato e sensível ao custo do transporte, o que favoreceu a formação de latifúndios e da monocultura.

Se tomarmos três Estados, Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia, como se fossem três empresas, a fábrica A, a fábrica B e a fábrica C, elas constituiriam um grande maciço de florestas em volta das quais havia os produtores rurais. Se esses produtores rurais reflorestassem, teriam de depender dos preços praticados pela empresa. Se os preços da madeira no mercado fossem elevados, a empresa deixaria-se de comprar do mercado e passar-se-ia a comprar dela. Quando isso ocorresse, o produtor, não tendo opção para quem vender, acabaria tendo de baixar o preço. Quando baixa o preço, a empresa deixa de consumir do mercado e passa a consumir do produtor, porque tinha esse monopólio. Só que, a partir desse momento, as indústrias não investiram em florestas, em virtude da política e em virtude do próprio conhecimento de que têm de descentralizar esse plantio para os produtores rurais. Então, o mercado passa a ser de competição perfeita, porque as empresas passarão a crescer.

Hoje estamos vivenciando um aumento no consumo de produtos florestais. A Aracruz, que produzia 1 milhão, passou a produzir 2 milhões. Dobrou a produção, mas não necessariamente a área plantada. Por quê? Porque as terras ficaram mais caras, e não há, por parte da sociedade, aceitação de se adquirir mais terras e se aumentar o latifúndio.

As empresas são obrigadas a partir para a descentralização, a fomentar os produtores rurais e a estimulá-los a plantar. Os produtores agora, com o aumento dos preços, passarão a ganhar dinheiro, o que, aliás, não é nenhum pecado. Pecado é fazer mau uso dele.

O que houve foi que as empresas aumentaram a produção, consumindo muito mais do que tinham plantado.

Quando as empresas começam a crescer, passam a concorrer entre si. Se há aumento na demanda e a oferta se mantém, ocorre um colapso na oferta. Falta madeira. Faltando madeira, vem o tal "apagão" florestal, e, em conseqüência, o aumento no preço dos produtos. Isso é ruim para as empresas, porque terão de comprar uma madeira mais cara, mas para os produtores rurais será a melhor coisa a ocorrer. Passarão a ser estimulados a plantar, porque, aí sim, valerá a pena plantar, investir, esperar seis ou sete anos, colher e vender. O preço, enfim, atingirá um patamar justo.

Para as empresas talvez não seja uma boa coisa em curto prazo, mas em longo prazo o será. Por quê? Porque as empresas passarão a responsabilidade de plantar para quem é de direito, ou seja, para o produtor rural, e preocupar-se-ão apenas com a produção. É muito mais justo.

Agora o modelo passa a ser o da competição perfeita. As empresas A, B e C aumentam sua demanda e também o raio de transporte. Precisam comprar em longas distâncias e, comprando em longas distâncias, começam a atingir mercados que eram de outras empresas. A empresa C começa a atingir o mercado que antes era da empresa A, e vice-versa. O mesmo ocorre com a empresa B. Cresce, então, a interseção entre elas e a concorrência. Havendo concorrência, a demanda para determinada oferta aumenta, os preços aumentam, o que repercute em melhoria para os produtores. E ainda surgem serrarias e siderurgias consumindo madeira de eucalipto e carvão vegetal, aumentando sua produção e a necessidade de consumo.

Há competição, e o mercado passa a ser perfeito. O monopólio que havia antes era imperfeito. A tendência, se não houver mais concentração de terra, é aumentar a concorrência. Aumentando a concorrência, os preços subirão. É lógico que atingirão um patamar que depois tende a descer, mas num nível de equilíbrio maior que o atual. As serrarias, as indústrias e as siderurgias crescerão, consumirão mais madeira e farão concorrência nesse mercado.

Acredito no setor florestal como capaz de promover o desenvolvimento socioeconômico. Precisamos, portanto, estimular esse setor.

Não estou dizendo que precisamos de política de subsídios, mas de políticas compatíveis. Precisamos desburocratizar onde é possível desburocratizar, flexibilizar onde é possível flexibilizar e compatibilizar políticas fiscais, tributárias e monetárias com a questão florestal. Trabalhamos em longo prazo. Não trabalhamos no presente, em curto prazo.

É preciso também melhorar as condições de transporte. Se queremos exportar - e precisamos exportar -, não há como fazê-lo eficientemente com as estradas esburacadas e postos ineficientes como os que aí estão.

Tenho certeza de que o setor florestal está passando por um processo de transição que está, sem dúvida, trazendo aos produtores rurais a oportunidade de ter ganhos com a atividade florestal. Não podemos limitar essa oportunidade. O produtor rural foi, até então, o mais penalizado com o baixo preço, e agora que tem a alternativa de produzir madeira, vamos dificultar as coisas? Não quero nem pensar nisso. Não

quero contribuir em nada para prejudicar o produtor. Se precisarem de mim para promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida do produtor rural e dos empregadores rurais, podem contar comigo. Caso contrário, deixem-me de fora. Obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira) - Com a palavra, o Sr. Joésio Deoclécio Pierin Siqueira, que disporá de 20 minutos para a sua exposição.

#### Palavras do Sr. Joésio Deoclécio Pierin Siqueira

Bom dia a todos. Quero, inicialmente, agradecer à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, na pessoa de seu Presidente, o convite para participar deste ciclo de debates. Saliento que o Prof. Valverde já apresentou o que eu pretendia expor em termos de números e prefiro tecer alguns comentários de caráter geral, utilizando, principalmente, a apresentação do Prof. Múcio e complementando a exposição do Prof. Lourival e a do próprio Prof. Sebastião.

Queria falar aos senhores sobre o que acredito. Não é necessariamente aquilo que poderia ser feito, mas o que acredito poderia ser feito para o nosso setor. Temos trabalhado em diversos países, principalmente nos de língua portuguesa da África, e observamos que a situação é mais ou menos semelhante à do Brasil. Trago essa experiência para que, no momento em que estamos numa Casa que formula políticas públicas, possamos contribuir efetivamente para que a política pública relacionada ao uso do eucalipto ou ao uso dos solos de Minas com esse tipo de cultivo seja elaborada de maneira adequada e de fato contribua para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Queria deixar claro que não acredito que possa haver sustentabilidade sem resposta econômica. Esqueçam qualquer coisa que se diga com o objetivo de se buscar uma resposta social e ambiental sem considerar o econômico como fator fundamental. Não tentem sequer formular qualquer tipo de política para qualquer tipo de produto ou para qualquer tipo de atividade se a resposta econômica não for o fator fundamental. Esqueçam-se disso. É nisso que acredito e é o que tenho visto no Brasil e em vários outros países. Isso não é possível, tanto que hoje, em todo o mundo, muda-se o modelo vigente enfatizando a sustentabilidade econômica. Esqueçam o resto, mesmo porque é a partir da sustentabilidade econômica que se pode pensar no social, no ambiental e na recuperação de ambos. Fora disso, nem tentem, que não conseguirão qualquer tipo de resposta.

Outra coisa muito clara é que não observei no País qualquer tipo de formulação de política pública que atendessem às características e às necessidades das comunidades ou às características e às necessidades de cada um dos Estados. Em nenhum momento, a partir de 1988, respeitou-se no Brasil a necessidade de efetivar o chamado pacto federativo. O que se observa, cada vez mais, é que a sanha arrecadadora do Governo Federal sobrepõe-se aos interesses de quaisquer dos Estados da Federação. Em nenhum momento são respeitadas as características culturais, econômicas e sociais para que o Estado possa desenvolver-se.

Quando participo de um debate como este, em que observo a presença de muitas pessoas em um processo de discussão, a única crítica que tenho - se o Presidente me permite dizer - é que quem deveria estar sentado aqui não são essas figuras de notório saber, mas pessoas da comunidade que retratassem sua posição, em termos do que querem e necessitam para o desenvolvimento econômico e social. Eles devem mostrar isso aqui. (- Palmas.) Devemos salientar esse ponto. De qualquer maneira, parabênizo a Assembléia, porque esta é a primeira vez que vejo no País e no mundo um Legislativo abrir-se para ouvir posições destinadas à formulação de políticas públicas.

Outra coisa em que acredito: há no País, felizmente para nós, espaço para todos, como as grandes, médias e pequenas propriedades rurais. O que não conseguimos ver é isso atendido nas políticas. Enxergo, sim, embates, um querendo destruir o outro, quando, na verdade, todos nós construiremos este País. Podemos fazer isso e vemos, cada vez mais, conseqüências sérias dos movimentos sociais. Por que eles ocorrem? Porque eles não têm suas aspirações atendidas. Não vemos os representantes atenderem àquilo que é mais puro de todo ser humano, o seu pedaço de chão para produção. Não vemos as políticas públicas voltadas para situações específicas que atendam aos anseios primários de cada brasileiro.

Farei uma comparação do setor florestal do mundo, e permitam-me citar alguns números para concluir o que estou dizendo. O setor florestal produz em todo o mundo quase US\$900.000.000.000,00 por ano. O Brasil produz apenas US\$27.000.000.000,00. Sabem quem é o Brasil no contexto florestal mundial? É o segundo maior detentor de áreas florestais de todo o mundo e tem apenas 1% da área com florestas plantadas, enquanto a Alemanha tem 97% e é o quarto maior país em produtos florestais. Vinte e sete bilhões de dólares não é nada para o Brasil. Consumimos cerca de 365.000.000m<sup>3</sup> de madeira para gerar um produto de US\$27.000.000.000,00. Segundo informações do Ministério do Meio Ambiente, sabem quanto foi queimado na Amazônia no ano de 2003? Foram 1.000.000.000m<sup>3</sup> de madeira, que é "apenas" três vezes o que consumimos para gerar US\$27.000.000.000,00. Onde está a política pública para o processo de uso sustentável do solo na Amazônia brasileira? De que adianta estarmos sentados aqui diagnosticando o que está ocorrendo, se não temos políticas públicas claramente definidas? Os senhores acham que qualquer pessoa que necessita da sua plantação, por menor que seja, respeitará a árvore? Parem com isso, e essa para mim é a segunda maior mentira do mundo. É lógico que ele derrubará a árvore para se sustentar e contribuirá para a poluição das águas e a eliminação da fauna e de flora. Ele não morrerá de fome. Com exceção deste momento em Minas Gerais, onde os senhores ouviram dizer que um formulador de política chamou alguém para discutir e criar coisas corretas? Discutiremos modelos? Sim, mas eles devem ser adequados às características locais. Não é mais possível que o atual sistema de propriedade da terra no País se mantenha. Mais cedo ou mais tarde, ele mudará.

E o que precisamos fazer por isso? Precisamos nos adaptar, buscar resultados cada vez melhores, porque a situação econômica do País não permite. O que adianta vir aqui fazer um discurso por emprego, se não possibilita renda? Quem consegue manter emprego sem renda? Há aqui algum economista que consegue isso? Digam-me qual é o modelo de desenvolvimento que não possibilita renda, mas gera emprego. No mundo inteiro é assim. No entanto, venho aqui e ouço, pela primeira vez, que haverá uma participação na formulação de políticas pelo uso adequado do solo em Minas Gerais.

O eucalipto, a cana, o café são importantes, mas há lugar para todas as culturas. Não é destruindo um e outro que vamos chegar a um resultado econômico satisfatório para o Estado e para o País. Tenho certeza absoluta disso. Mas também não é trazendo os grandes conhecedores, as pessoas de notório saber para discutir e para obter a melhor proposta para as políticas. Precisamos trazer os representantes de cada um dos movimentos sociais, para dizerem o que querem. Vamos ouvi-los; vamos formar o contraditório com a empresa, que é a grande proprietária de terras; vamos formar o contraditório com o pequeno; vamos buscar resultados cada vez melhores em termos econômicos; vamos nos esquecer - desculpem-me, por estar dentro da Assembléia - do Governo e trabalhar por aquilo que é melhor para nós, tentar formular uma política com os nossos amigos e os representantes que estão nas Assembléias, na Câmara e no Congresso, pois são eles os nossos defensores. Só por intermédio deles poderemos atingir o que mais nos interessa, que é possibilitar renda; e, por ela, garantir que os nossos filhos efetivamente tenham uma resposta social e ambiental adequada. O que adianta falar de desenvolvimento sustentável, se não tenho dinheiro suficiente para enviar meu filho para a escola?

E quanto a esse setor florestal que gera um produto de US\$27.000.000.000,00? Se já queimamos três vezes esse valor, por que não o aproveitamos agora? Por que continuamos desmatando o solo? Por que continuamos discutindo ações pequenas, quando há outras muito maiores, como essa oportunidade para todos produzirem? Por que nos voltamos única e exclusivamente para o nosso pedaço, se o nosso pedaço também pertence ao Brasil e a Minas Gerais? Não fazemos isso por que o modelo é inadequado? Não, senhores, o modelo é adequado, é o atual, é o que traz respostas para o momento atual. Só que o momento atual não satisfaz mais ninguém. Chegou o momento da mudança, e a mudança começa aqui.

Não sei como estão os outros setores em Minas Gerais; não sei se ocorreu esse tipo de discussão entre eles, mas sei que esse movimento vai gerar moda. Podem ter certeza de que os resultados que serão obtidos nessas reuniões, nessas audiências farão com que os outros setores comecem a formular políticas que realmente possam contribuir para o desenvolvimento econômico, em seguida para o social e, por fim, para o ambiental. É assim que vai ser. Por isso, mais uma vez parabéns a Assembléia Legislativa e a Comissão de Meio Ambiente.

Discussão sobre ações técnicas, sobre o que o eucalipto faz em termos de secar solo e de expulsar as pessoas da terra, enfim, tudo isso vocês ouvirão aqui, durante esses dois dias.

Quero que os senhores se manifestem, cobrem, exijam, porque somente os senhores sabem o que é melhor para cada local, para cada rincão deste País. Nós, os de notório saber, teremos de ouvi-los e tentar auxiliar na formulação das políticas públicas que transformem essas ansiedades em propostas melhores para o desenvolvimento econômico, social e ambiental e que tragam geração de renda para todos.

Outro aspecto importante é que os senhores se desarmem dessas verdadeiras ojerizas e pensem que todos nós devemos buscar aquilo que os orientais têm: o nirvana, situação ideal em que todos possam ter participação mais efetiva e encontrar a melhor forma de vida. No meu modo de ver, isso só ocorre em momentos como este, em que todos podem participar do processo decisório, para que nossos amigos e nossos representantes nas Assembléias possam formular as políticas adequadas para o desenvolvimento deste País.

Fico à disposição dos senhores. Não ultrapassei meu tempo. Vamos discutir esse problema com ênfase e apresentar propostas que contribuam para formulação adequada do uso do solo e do reflorestamento com eucalipto neste Estado. Sr. Presidente, trouxe uma apresentação que está cheia de números. Deixo-a à disposição dos senhores. Ela retrata o setor florestal em nível mundial e nacional. Ficará à disposição dos senhores. Obrigado.

#### Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início à fase de debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito, ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos que, ao usarem o microfone, os participantes, se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas. Informamos que a ata deste ciclo de debates, contendo a transcrição completa das exposições e dos debates, será publicada no "Diário do Legislativo" do dia 9/6//2004. Aos interessados em gravar as reuniões em vídeo, informamos que a TV Assembléia reprisará as reuniões nos seguintes dias e horários: no dia 29/5, às 8h30min, a reunião das 8h30min; e às 18 horas, a reunião das 14 horas; e no dia 30/5, a reunião das 8h30min.

#### Debates

O Sr. Presidente - Iniciamos com o Sr. José Medina, do IEF, dirigindo pergunta ao Prof. Múcio Tosta, que terá 3 minutos para resposta: "Considerando-se a cultura do eucalipto um agronegócio mineiro, que exemplo de cultura praticada em larga escala deverá ser seguido ou foi conduzido de forma correta?"

O Sr. Múcio Tosta Gonçalves - Se entendi bem a questão, diria que não há um exemplo que se possa dizer que foi melhor ou pior, porque nesse caso se trata de uma comparação a respeito de um mesmo tipo de problema.

Mesmo que Minas Gerais tenha se caracterizado por conduzir uma política florestal e, conseqüentemente, uma estratégia de plantações de eucalipto muito bem-sucedida, do ponto de vista empresarial, e o mesmo tenha acontecido em alguns aspectos com outras culturas, notadamente a do café ou, como querem alguns, a das pastagens, não há nada que nos permita fazer uma comparação para dizer que uma tenha sido pior ou melhor do que a outra. Minha resposta pode ser entendida como uma evasão, mas na verdade aponta para o fato de que voltamos ao problema, que é a definição do modelo.

Efetivamente, grandes áreas de pastagens trazem problemas enormes, como a erosão. Obviamente, do ponto de vista técnico, a formação de área sem cobertura florestal é sempre muito pior do que a formação de grandes áreas com cobertura florestal. Mas o problema que estamos discutindo não é a técnica, mas a quem isso serve. Quem ganha com isso? Podemos dizer que os problemas de baixos salários e empregos ruins também acontecem nos grandes latifúndios ou mesmo nas médias propriedades produtoras de café, assim como podemos dizer que são, na verdade, problemas associados com um modelo de extensão da fazenda, da grande propriedade rural, em áreas em que antes havia o uso comum da terra. Quer dizer, no fundo, estamos apontando para um problema de modelo.

O Sr. Luiz Ronaldo Carvalho - Sou Luiz Baku, assessor do Deputado Rogério Correia. Como disse o Prof. Joésio, os principais atores desse caso seriam os movimentos sociais, dos quais vemos aqui alguns representantes. Mas é interessante ver como são relegados em todo esse processo. No momento da certificação, por exemplo, seria interessante ouvi-los, mas, no decorrer desse processo - tanto na certificação da Aracruz Celulose, quanto na da Plantar e da VM, em Minas Gerais -, o que vimos foi a completa exclusão desse setor.

Minha segunda observação é sobre o apagão florestal. Muito se fala da necessidade do aumento da produção, alegando-se que haverá falta de madeira. Mas como vai faltar madeira se há tanta madeira e tanta celulose sendo exportadas? Se realmente houvesse preocupação com o mercado interno, deveríamos racionalizar mais essa exportação. Aí, entramos novamente na questão do tipo de modelo que queremos: é o agronegócio exportador ou algo mais voltado para o desenvolvimento interno? Falar que o latifúndio no agronegócio, seja qual for, produz emprego é uma mentira. Se fizermos uma análise, veremos que, no Brasil, nos últimos 10 anos, a mão-de-obra ocupada no campo caiu de 22% para 13%; ou seja, na verdade, o número de empregos no campo está sendo reduzido. Dizer que esse tipo de plantação traz desenvolvimento é outra balela. Para dar um exemplo, as condições de vida da população do Alto Jequitinhonha, que é o maior maciço em extensão de floresta plantada, não melhoraram muito depois da entrada do eucalipto.

O Sr. Presidente - O senhor não fez uma pergunta, mas uma consideração.

O Sr. Geraldo Armando Martins - Sou assessor jurídico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Curvelo, e participamos da Rede Alerta Contra o Deserto Verde.

Representando a Rede, estive, juntamente com o companheiro Eliseu, participando dos debates realizados pela ONU, em Milão. Ficamos surpresos com o fato de não só a Plantar S.A., empresa mineira, mas também todas as empresas brasileiras que atuam na área florestal haverem recebido o prêmio - simbolizado por esta bacia que estou mostrando ao Plenário - de pior projeto do mundo quanto ao mercado de carbono, de MDL, por considerar o eucalipto capaz de limpar a atmosfera terrestre e contribuir para a questão climática. As ONGs internacionais deram esta bacia como prêmio, querendo dizer que o eucalipto não pode ser considerado capaz de contribuir para o mercado de carbono.

O mercado de carbono foi criado pelo capitalismo. Os países do Norte obrigam os países subdesenvolvidos a desenvolverem uma economia que

gera apenas matéria-prima e biomassa para eles. Daí esse crescimento a que o Prof. Valverde se referiu. As empresas que atuam nesse tipo de mercado receberam esse prêmio porque degradam o meio ambiente, oferecem empregos desumanos, trabalho degradante e escravo, como percebemos em alguns locais de Minas. Utilizam argumentos como "socialmente justo", "ecologicamente correto" e "ambientalmente adequado". Mas o que percebemos no vale do Jequitinhonha, no Norte de Minas e na região central é o contrário. Como tais empresas podem ser consideradas socialmente justas se pagam os piores salários e não investem na saúde dos trabalhadores, que, após um ano, estão doentes? Isso é socialmente justo?

Pode ser considerada ecologicamente correta, professor, uma empresa que degrada todos os rios e córregos da região, não permitindo que trabalhadores e pequenos produtores desenvolvam culturas de subsistência? Solicito que V. Exa. esclareça melhor a questão do mercado de carbono.

O Sr. Lourival Araújo Andrade - Na parte da tarde, o Sr. Winniefried Overbeck discutirá, profundamente, a questão do mercado de carbono. Farei uma abordagem mais genérica, porque, como não sou especialista no assunto, não tenho conhecimento dos números e das políticas ligadas ao tema. Abordarei essa questão com base na discussão sobre responsabilidades social e ambiental.

É do conhecimento de todos a competência e a capacidade do modelo capitalista: ao surgir qualquer bandeira de luta que contrarie o que está sendo feito, rapidamente esse modelo se refaz e começa não só a resolver o problema, mas também a vender soluções. Nos anos 70, participei dos primeiros movimentos ambientalistas. O que é hoje o meio ambiente? Talvez um dos grandes negócios do mundo capitalista seja vender essa idéia.

Tive a oportunidade de participar do Observatório Social da CUT, que recebeu cerca de 15 mil empresas transnacionais - alemãs e holandesas, que atuam no Brasil - num evento realizado em São Paulo, que discuti as responsabilidades social e ambiental. Fiquei surpreso ao ouvir dessas empresas um combate feroz ao que a grande maioria das empresas capitalistas vem fazendo no Brasil sob o nome de responsabilidades social e ambiental. Empresas como Phillips, Bayer e Bosch disseram que a política adotada pelas empresas e apoiada pelas instituições governamentais, com relação a essas responsabilidades, é o que acontece com o eucalipto, com a silvicultura.

É a empresa que arruma postes para o Prefeito resolver o problema da ponte; é a empresa que arruma madeira para resolver o problema da escola. Isso é o que está predominando aqui como responsabilidade social da empresa. O pior é que são empresas que dão R\$2.000,00 a R\$3.000,00 para uma creche, fazem o que podem em termos de mídia, que normalmente custa 10 a 20 vezes mais, para dizer que têm responsabilidade social. Uma grande empresa mineradora, que reformou uma igreja de Mariana gastando R\$150.000,00, gastou R\$200.000,00 na Rede Globo para divulgar o seu feito. Que responsabilidade social é essa? E o Mato Grosso, que está vendo as famílias serem expulsas das suas terras para plantar soja? Isso é responsabilidade social do agronegócio? Temos que discutir profundamente o que você está falando. Existe uma falácia, uma manipulação, uma hipocrisia que temos que esclarecer de uma vez por todas.

O Sr. Presidente - Pergunta do Sr. João Antônio Domingues, do Sindicato dos Trabalhadores de Bocaiúva, ao Prof. Sebastião Valverde: "Quando o senhor diz que os trabalhadores rurais são beneficiados pelo plantio de eucalipto, quais são esses benefícios? O trabalhador rural come eucalipto?"

Pergunta de Terezino Cordeiro de Azevedo, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capelinha: "O que fazer para dividir renda dentro do setor florestal, aumentar o emprego e acabar com a mecanização?"

Pergunta de Dizim Manoel dos Santos, trabalhador rural de Rio Pardo: "Por que você não quis mostrar a degradação que o deserto verde causa? Por que você só mostrou o lado bom, e não o desastre que as empresas causam, como a destruição dos frutos do cerrado, a morte das nascentes, o desemprego, etc.?"

O Sr. Sebastião Renato Valverde - As duas primeiras perguntas estão relacionadas. Temos 2 milhões de trabalhadores na área florestal. Não sou eu que estou falando, é estatística do órgão oficial, o IBGE. Alguém está trabalhando para plantar, alguém está trabalhando para colher, alguém está trabalhando para transportar. Não vamos fazer vista grossa porque empregos estão sendo gerados.

Vivemos dentro de um progresso tecnológico. É da natureza humana a evolução. Meu pai formou a sua família no cabo da enxada. Espero que meu pai não queira para mim o mesmo início de vida que teve. Espero, como eu as quero para o meu filho, que ele queira para mim condições melhores de vida. Se ele começou no cabo da enxada, espero que queira que eu comece com um trator. E eu espero que meu filho consiga uma máquina mais moderna do que o trator. Essa é a nossa engrenagem, a nossa vida. Querer algo diferente disso é hipocrisia. Não desejo que as pessoas passem a sua vida no cabo da enxada. É necessário que as condições de plantio e colheita sejam mais humanas. Nós, pesquisadores, estamos dispostos a pesquisar tecnologias que proporcionem condições mais humanas de vida. Isso é lógico, pois ninguém quer o subemprego nem o trabalho subumano.

O Sr. Presidente - Pergunta de um participante: "E o desemprego que essas matas causam?"

O Sr. Sebastião Renato Valverde - Com relação ao deserto verde, dentro do modelo econômico existente, se não evoluirmos, ou melhor, se continuarmos com um custo de produção alto, por adotar um modelo oneroso, não haverá como competir no mercado. O mercado busca a eficiência e a eficácia, ou seja, produzir mais com um custo cada vez menor.

Não adianta vender as máquinas e contratar toda a mão-de-obra, mesmo porque não há mão-de-obra disponível para esse tipo de trabalho. Existem regiões em que o trabalhador já não está disposto a esse tipo de trabalho. Isso é muito sério. Então, o que fazer? Colocar uma arma em suas costas e obrigá-lo a plantar com a enxada? Logo, nos lugares onde existir mão-de-obra disponível e o custo for menor, é burrice uma empresa investir em máquinas. Essa é uma questão de política local. Ninguém é a favor da mecanização quando ela gera desemprego, mas também não podemos deixar de mecanizar nem de evoluir. É preciso ter cautela, pois ninguém é a favor do desemprego nem do trabalho subumano. A mecanização não é uma opção, e sim uma necessidade. Na região do vale do rio Doce, por exemplo, faltam trabalhadores, pois o pessoal já não quer trabalhar com a enxada e vão embora tentar a vida nos Estados Unidos. Assim, diante dessa falta de opção, os empresários se vêem obrigados a comprar máquinas.

Sobre o deserto verde, nós, do setor florestal - não sou de empresa, portanto sou neutro nesse processo -, buscamos as demandas dos empresários, dos trabalhadores e da sociedade para encontrarmos o antagonismo, o ponto de divergência. É necessário identificarmos isso para tratar o problema de maneira científica. Não assumirei postura de ninguém, nem fomentarei essa dicotomia, apenas unirei esses dois pólos. Existe espaço para todos, ainda mais agora, quando os preços dos produtos florestais irão subir e os produtores ganharão mais com isso. O meu papel é unir os dois pólos, que, na verdade, desejam se unir, porém há um embate desnecessário.

No passado, houve práticas equivocadas, que até hoje ocorrem no caso da soja. A soja está aí destruindo tudo. Nós, da área, estamos muito avançados nesse aspecto, porque sofremos pressões por parte da AMDA. É importante registrar o histórico de luta da AMDA, que muito aprendeu e ensinou no aspecto ambiental. Nós evoluímos com esse envolvimento, com essas críticas.

Dessa forma, não podemos ficar apegados ao passado, crucificando o setor e as empresas. Os erros do passado devem servir de subsídio, de ferramenta, para fazer melhor, e dar o "show" de bola que temos dado na cultura da soja, do trigo e do arroz.

Nós, da área florestal, estamos mais "satanizados" do que quem planta fumo. Quem planta fumo precisa de água para irrigar, e, em matéria de reflorestamento, não existe nenhum pivô central.

Estamos seguindo a lei com relação à preservação permanente e à reserva legal. O setor agrícola não segue. Não irrigamos, obedecemos à lei, mas somos "satanizados", como se estivéssemos fazendo alguma coisa errada, cometendo o maior crime, no Juízo Final. E não é por aí. Onde houver erro, ele terá de ser combatido. O erro não é da cultura, mas de quem fez a prática errada. O homem que fez errado tem de ser punido quando insiste, mas também tem de ser educado e instruído. Estamos aqui para instruí-lo de forma correta e com uma política de extensão. A EMATER não está preparada, mas vai se preparar para instruir o homem do campo a plantar corretamente, buscando a sustentabilidade.

O Sr. Presidente - Pergunta dirigida ao Deputado Paulo Piau, do Sr. Ciro José de Araújo, do Centro das Indústrias: "Qual é a melhor maneira de manejar o eucalipto de forma econômica e sustentável, visando à renda e a uma sociedade ecologicamente correta?"

O Deputado Paulo Piau - Não sou palestrante, mas darei um palpite a respeito da pergunta formulada. Minha resposta está inserida naquilo que foi dito pelos professores que compõem a Mesa.

Com relação ao manejo, é uma parte técnica, e não pertence a essa área. Quero falar a respeito da renda. O Prof. Joésio falou com propriedade a respeito do econômico, do social e do ambiental. Mencionei um conceito filosófico: a renda tem que ser buscada por meio da educação. Não há outra forma de as pessoas terem oportunidade na vida, a não ser por meio da educação. Esse é um discurso que todos fazem, mas pouca gente vai nessa direção, desde o Presidente da República até a pessoa mais humilde. Nossas escolas públicas estaduais estão em situação lamentável. Portanto, enquanto a sociedade não aprender que nossa escola tem de ser a coisa mais bonita e importante da sociedade, falar sobre renda é mera utopia. Todos podem ajudar a construir nossa escola. Para falarmos sobre eucalipto e renda, temos de falar sobre o preparo da mão-de-obra e do trabalhador, para que se possa trabalhar com uma tecnologia moderna.

Temos de investir no conhecimento para falar sobre um manejo de eucalipto ecologicamente correto. Foi dito que a silvicultura e o plantio de madeira e de eucalipto no Brasil começaram a partir da década de 60 e são muito recentes. Não teremos conhecimento e erraremos, se não nos basearmos nos estudos das universidades e dos institutos de pesquisa. Estamos aprendendo a manejar até a cultura de eucalipto. Existem erros, principalmente no início, mas estamos buscando acertos.

O Prof. Joésio perguntou: onde estão as políticas públicas? Considero que um dos grandes defeitos do Brasil está no parlamento, porque cada Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador está fazendo apenas aquilo que o povo quer. São clientelistas que buscam o voto, e as pessoas estão sendo ludibriadas. Poucos parlamentares trabalham as questões estruturais, que realmente mudam a vida deste País. Deixo esta resposta para que a platéia possa refletir a respeito. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Deputado Paulo Piau. Pergunta do Sr. José Luís ao palestrista Múcio: "O Estado defende o plantio de mais de 2.000.000ha de eucalipto. Não seria hora de uma moratória do plantio, até que os pequenos produtores tivessem suas aspirações atendidas?"

Há uma solicitação de Rômulo Barreiros, da Câmara Municipal de Téofilo Otôni, para que o senhor comente a frase: "quem é contra uma árvore é contra uma vida".

O Sr. Múcio Tosta Gonçalves - Obviamente, ser contra uma árvore, ser contra árvores ou ser contra a natureza é ser contra a vida, porque somos parte da natureza. É claro que determinados ambientes podem ser convertidos a partir dos interesses humanos ou da economia. Portanto, o problema não é dizer que ser contra a árvore, qualquer que seja ela, é um atentado contra a vida, se o modo como a árvore é produzida ou se o modo como o ambiente é produzido é, ele em si, um atentado contra a vida. O grande problema é que não podemos trabalhar com essa oposição simples, pois toda a questão da sustentabilidade se refere exatamente a como construir as combinações possíveis entre interesses econômicos, sociais, humanos e interesses do ambiente, que são também os nossos interesses.

Com relação à outra questão, confesso que se trata de uma proposta muito interessante. Tenho o defeito de gostar das propostas polêmicas, pois nunca sabemos onde chegarão. Mas, normalmente, chegam a lugares muito mais interessantes que as propostas conservadoras, que mantêm tudo como está. Em determinados momentos, precisamos manter as coisas como se encontram, em outros, precisamos sair de onde estamos para chegar a lugares melhores. Mas, se isso serve como um pontapé para um debate, diria que não só seria necessário pensar na negociação de uma moratória, tendo em vista os muitos interesses que implica para os trabalhadores do setor e para as próprias empresas, mas também nos interesses da pequena produção, assim como nos da coletividade. Numa outra oportunidade, tive a chance de discutir uma questão sobre o uso da terra e os impactos causados por plantações florestais e sugeri que algo muito interessante poderia ser feito em Minas Gerais ou, pelo menos, em algumas regiões do Estado: um zoneamento ecológico-econômico que apontasse as possibilidades da produção de modo a que evitássemos atribuir à terra, aos agricultores e às sociedades locais alguns qualificativos como "atrasado", "imprestável", etc, que somente mascaram o debate. Podemos começar a pensar numa negociação em torno do ritmo - isso é o que estou entendendo por moratória - da implantação de novas áreas, desde que isso também tenha como contrapartida um planejamento dos usos alternativos para que a sociedade possa, de fato, escolher.

O Sr. Luís Sérgio Furlan - Meu nome é Luís Sérgio Furlan. Sou produtor rural e tive a oportunidade de trabalhar em duas empresas de celulose, em São Paulo e Minas Gerais, e gostaria de comentar o que sei sobre o eucalipto. O eucalipto, há algumas décadas, foi trazido da Austrália, de onde é originário, e teve um crescimento muito rápido em nosso País. Como curiosidade, foi trazido por Navarro de Andrade, sendo aqui plantado em escala comercial.

Numa dessas empresas, tive a oportunidade de participar de alguns seminários em que foi mostrada a produtividade de todas as empresas brasileiras. É justamente no Estado de Minas Gerais que o eucalipto se desenvolve melhor, atingindo uma média de até 80m<sup>3</sup> por hectare por ano. Depois desses seminários, posso dizer que o Estado de Minas Gerais tem um potencial muito grande. É por isso que empresas de outros países estão falindo. Com todo esse potencial, por que não podemos continuar plantando eucalipto? Faremos isso juntamente com o IEF, sem atingir o meio ambiente, sem derrubar as florestas nativas, tendo boa produtividade e lucro. O que interessa a nós, produtores, é a rentabilidade, o dinheiro. Muito obrigado.

O Sr. Ângelo Gerard Torromeo Júnior - Bom dia. Professor Joésio, qual é o modelo econômico que estabelece os preços de mercado do eucalipto? Ele atinge todos os seus derivados? O preço pago ao produtor é muito baixo. Acho que tem de haver um balanceamento desse modelo, pois as fábricas no Brasil exportam a matéria-prima para outros países, que fazem o produto e depois o vendem novamente para nós.

O Sr. José Bатуíra de Assis - Sou Secretário Executivo da Associação Mineira de Silvicultura. Participamos da organização deste seminário e nosso objetivo é fazer com que a produção florestal ocorra de maneira adequada e atenda à sociedade mineira.

Foram apresentadas aqui algumas informações que descambam para a distorção ou para desinformação. Isso não é bom.

Uma primeira é falar de desertos e de imensas áreas plantadas, desconhecendo qual é a real área plantada de Minas, que está muito próxima de 2%. Não discutirei se o modelo é certo ou errado, mas é importante que a sociedade saiba que a área atualmente mantida nas mãos das empresas florestais ultrapassa 1.000.000ha, maior do que todas as áreas protegidas por lei no Estado de Minas Gerais.

Outro ponto é que estamos trabalhando no nosso limite geográfico. Normalmente, não nos deslocamos para países distantes, para discutirmos situações políticas em Milão, porque, apesar de o regime brasileiro ser capitalista, o capital internacional não financia nossas atividades. Preocupamo-nos com os interesses a que algumas entidades servem. Não estaria o capital internacional preocupado com nossa produtividade? O Prof. Joésio destacou que a Alemanha é o quarto produtor de produtos florestais do mundo. Não estariam a Alemanha, a Finlândia, a Holanda e o Canadá preocupados com nossa competitividade? Solicito ao Prof. Joésio que discuta esse aspecto.

Termino perguntando que modelo queremos. Até agora entendi todos os que abordaram questão do tamanho. Será que o modelo é uma questão de ser grande ou pequeno? Lembro apenas que os pequenos danos, antes de se somarem, se multiplicam. Vide exemplo da Zona da Mata de Minas e do vale do Rio Doce, que foram construídos a partir de pequenas, médias e grandes propriedades. Não foi uma questão de modelo de tamanho.

O Sr. Presidente - A última pergunta escrita, dirigida ao Sr. Joésio, é do Sr. Said Pontes de Albuquerque: "Em relação ao eucalipto, como o pequeno produtor poderá se inserir no modelo econômico atual, que prioriza a produção em escala sem vender suas terras, mas obtendo os recursos necessários para sua permanência e produtividade no campo?".

O Sr. Joésio Deoclécio Pierin Siqueira - Parabenizo-o pela pergunta muito bem posta. Talvez seja este o momento mais adequado para se discutir esse assunto. Há diversas formas de produção e de análise da atividade de produção florestal com base no eucalipto. Para resumir, abordaremos dois aspectos, o primeiro o da plantação em si. Como o que mais importa é a taxa interna de retorno, digo que a taxa interna de retorno médio da atividade de plantação de eucalipto no Brasil hoje é de 19%, um excelente negócio.

Há outra alternativa em que consideraremos única e exclusivamente uma atividade industrial que dependa de uma plantação não verticalizada que compra madeira no mercado. Qualquer atividade industrial que considera isso tem uma taxa interna de retorno médio na atividade industrial de 22%. Quando consideramos o eucalipto como múltiplo uso, em que o contexto da atividade industrial é verticalizado, em que uma parte pode destinar-se ao carvão vegetal ou à celulose e, ao mesmo tempo, maneja-se a floresta para a produção de madeira para serraria, a taxa interna de retorno do produtor é de 25%, independentemente do tamanho, pode ser de 1ha a 50.000ha. E mais, a resposta social do múltiplo uso é extremamente significativa. Diria que compete e ganha de uma atividade de pecuária ou de café, por exemplo, em torno de 2,5 vezes. Se tivéssemos o direcionamento de uma política de plantações com manejo para múltiplo uso, com certeza, teríamos um retorno muito mais satisfatório.

Em relação à ponderação do Dr. Batuira, a atividade de produção florestal hoje no País, independentemente de ser pinus, eucalipto ou outra essência, é a atividade de melhor resposta ambiental entre as atividades vinculadas ao setor privado. E, de acordo com os arts. 2º, 16 e 44 do Código Florestal, mais de 60% da área que produz devem ser preservados.

No que diz respeito aos países desenvolvidos, é importante ficar claro que o Canadá, os Estados Unidos e os países nórdicos, que são utilizadores de florestas plantadas, têm uma preocupação muito grande com o Brasil. Não têm a mínima condição de competir com o nosso País.

Nosso maior desenvolvimento em ciência e tecnologia nos últimos tempos foi na silvicultura. Tudo o que conhecemos de melhoramento florestal foi nessa área. Saímos da produção de 7m<sup>3</sup> de eucalipto para 90m<sup>3</sup> por hectare por ano. Ninguém compete conosco.

Em visita àqueles países, fica claro que sua preocupação é que lhes quebrems o setor florestal. É nítido, assim, que estão orquestrando contrariamente à nossa atividade produtiva. Essa pressão contra, usando o ambiente sem considerar os aspectos e as características da produção florestal, é organizada pelos países que, repito, quebrarão se o Brasil resolver adotar a silvicultura como tema principal.

Sr. Albuquerque, graças ao esforço por parte de algumas empresas e de alguns Governos Estaduais, garanto-lhe que o pequeno agricultor tem muita chance de produção na área da silvicultura.

No início dos anos 80, havia um programa federal chamado Reflorestamento em Pequenos e Médios Imóveis Rurais - REPEMIR - que utilizava recursos do Conselho Nacional do Petróleo e foi desenvolvido em diversos Estados da Federação. Hoje, as empresas sabem muito bem que o atual processo de produção deverá sofrer mudanças e estão estimulando as pequenas e médias propriedades rurais a produzir. Assim, as áreas marginais e degradadas das propriedades serão transformadas em áreas de produção florestal.

É isso que os sindicatos devem buscar. Se os sindicatos forem suficientemente fortes para atuar junto às empresas, com certeza o senhor não trará uma bacia de prêmio, mas uma resposta adequada aos seus associados. Percebe a diferença? (- Palmas.)

Onde está, então, a proposta? Está na ação cada vez mais forte do sindicato junto à instituição. É o sindicato que tem de buscar essas coisas. Não adianta entrarmos numa briga em que o mais forte vencerá. Nada disso. Vamos equilibrar esse negócio. Vamos buscar a situação ideal.

Tenho certeza absoluta de que o senhor, com a liderança que tem nos sindicatos, os pequenos e médios produtores rurais, todos nós chegaremos a uma situação em que a produção, seja de eucalipto, de pinus ou de nativa, será a melhor para o Estado.

É isso o que estamos buscando. Todos temos o mesmo objetivo, só que, neste momento, reina o antagonismo, que, podem ter certeza, não nos levará a lugar nenhum e só avolumará os problemas sociais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Pergunta de Bruno Pereira, do Grupo Mais, para o Dr. Humberto: "Como e quais os princípios básicos para montar uma cooperativa com pequenos produtores rurais que têm terras em que há mais de 20 anos não fazem absolutamente nada?".

O Sr. Humberto Candeias Cavalcanti - Amanhã farei uma apresentação sobre aspectos ambientais, mas, se entendi a pergunta, a cooperativa deve ser voltada para a questão florestal. A situação atual é extremamente interessante do ponto de vista da recomposição do estoque de floresta em Minas. Talvez seja o Estado com maior potencial para a recomposição tanto do estoque real de floresta para produção quanto do estoque de biodiversidade, com a possibilidade de trabalho com reposição florestal.

O IEF tem se esforçado nesse aspecto. Aplicamos devidamente os recursos recolhidos de reposição florestal, que são baseados no consumo de

áreas nativas por parte de empresas, e atuamos também no trabalho conjunto com associações de reflorestamento. Numa área em que há produtores que têm reservas de terra para serem utilizadas na produção florestal, podemos trabalhar diretamente com o uso dos recursos de reposição, em que a própria associação cria a sua estrutura, recolhe recursos de consumidores - o que é extremamente legítimo - e pode atuar nos preparativos para que essas propriedades sejam recompostas com atividades florestais, tanto de extrativismo quanto de uso da biomassa florestal do setor produtivo. Se esse sistema de reposição tivesse sido implantado para o grande consumidor desde a primeira lei florestal do Estado - a Lei nº 10.561 -, teríamos uma situação bastante diferente em Minas. Acreditamos numa política um pouco diferenciada, que era a do auto-suprimento, que promove, logicamente, o suprimento em terras contínuas, mas a política de reposição realmente é adotada para a ampliação da base florestal a partir de pequenos plantios nas propriedades rurais.

O Sr. José Coelho Júnior - Inicialmente, cumpro o meu dever de parabenizar esta Casa pela realização de um evento como este, mesmo tardiamente. Porém, nunca é tarde para ser feliz, para conhecer um direito e para exigí-lo, porque quem tem direito não pede, exige-o.

Trago um sério problema. Na nossa região, o Alto Jequitinhonha, há empresas reflorestadoras, entre as quais destaco a ACESITA, a quem até parabenizo, apesar das grandes falhas cometidas. Com muita convicção, quero criticar o Governo pela forma de aquisição dessas terras. Começou com um contrato da RURALMINAS, por intermédio do Aluísio Fantini Valério, cujo prazo já expirou, e as terras continuam sendo ocupadas pela ACESITA para plantio de eucalipto. Não estou dizendo que seja contra esse plantio. Sou representante de oito sindicatos e aproveitei a oportunidade para parabenizar o Prof. Leonardo e também o Sr. Joésio, que disse que o melhor modelo é saber ouvir a população. A melhor forma de resolver um problema social é ouvir o produtor rural, porque é dele que vem o que estamos vestindo, calçando e comendo. E, às vezes, só é lembrado em época de eleição.

Exijo que o Governo resolva o problema imediatamente. Esta Casa sabe por que essas terras continuam ocupadas? Além do mais, os contratos já não têm validade. Uma grave falha foi dizer terras devolutas, sem haver primeiro uma ação discriminatória, ainda que administrativa. Esse é um problema delicado, e o tempo é curto, mas mais importante que falar é exigir que o direito seja respeitado. Estou à disposição para escrever, mas não quero criticar a ACESITA, que deve ter representantes aqui. Ela deve ouvir mais a população, o trabalhador, os possuidores de terra e os que realmente têm direito. Tenho ações reivindicatórias a apresentar. São pessoas que têm registro e até hoje não são respeitadas. Mandamos um ofício, e eles acham que é brincadeira. Então, provaremos que o direito existe e que eu, sindicalizado, sou obrigado, neste momento, a dizer sem medo toda a verdade. Quem tem direito não pede, mas exige. O direito existe para ser respeitado. Muito obrigado. Estou aqui para dizer a verdade. Parabenizo a todos os presentes da nossa região de Turmalina, Capelinha e Itamarandiba. Somos pessoas simples. Viajaria hoje, mas, graças a Deus, fiquei sabendo desse movimento e estou aqui, onde encontrei conterrâneos. Por isso, digo: quanto mais falo, mais gosto de falar. Só Deus me calará, em um momento destes. Peço desculpas, pois gosto de falar, e mais importante que isso é agir. Como advogado, tenho esse direito, e esse dever como cidadão de Minas Novas e residente no vale do Jequitinhonha. Muito obrigado.

O Sr. Edelson Pimenta - Cumprimento a Mesa, na pessoa da Deputada Maria José Hauelsen, da nossa região. Sr. Presidente, compartilho as idéias do advogado da nossa região e digo a ele que aí de nós, se não fossem a ACESITA e o eucalipto. Olhamos para o rosto das pessoas presentes e vemos que a maioria é trabalhador braçal. Paulo, o plantio de eucalipto é responsável pela geração de empregos diretos e indiretos na nossa região. Vendemos uma fazenda para os Carrara, do Paraná, e foram impedidos de plantar eucalipto na região. Temos mais de 2.000.000ha de chapadões, Deputado Gil Pereira, você os conhece muito bem, e o Governo quer plantar 2 milhões de eucaliptos. São chapadões. Falar de fauna em chapadões? É mata. Os maiores eventos realmente ocorridos e com valores foram em países como a Finlândia, o Vietnã, a Austrália e o Canadá, uma riqueza, hoje. Estou de pleno acordo com o progresso tecnológico e a eficiência, como disse o Prof. Joésio Siqueira. Devemos plantar eucalipto com máquinas ou braçalmente e desenvolver a região. Aí de nós, Deputado Gil Pereira, se não fosse o eucalipto na região de Capelinha, Turmalina, Minas Novas, Chapada e Berilo. Essa é a realidade. Não adianta vendermos uma imagem e querermos aparecer ao falar para o povo. Não estou discutindo sobre a sua terra devoluta. Ele tem razão. Os meus irmãos são advogados, e conheço o vencimento da terra devoluta do Estado.

A ACESITA está "plantando" uma maravilhosa praça no Centro de Capelinha. Isso tem fundamento, mas o mais importante é o que falta na região, Gil e Maria José. Se, por intermédio da Plantar, a ACESITA instalasse lá uma fábrica de celulose, estaria resolvido esse problema, porque haveria emprego. Planta, mas oferece empregos.

É isso o que falta em nossa região. No entanto, vai se deixar de plantar eucalipto perto daqueles chapadões? São 2 milhões, Maria José. Já te falei três vezes, Gil, que é a maior área descontínua plantada no mundo. O senhor sabia disso, professor? Por que, então, não plantar mais eucaliptos?

O Sr. Luciano di Fant - Vimos de uma experiência no vale do Jequitinhonha há quase 12 anos. Temos muitos elementos, dados e números para desmentir vários pontos aqui apresentados. No entanto, vamo-nos ater à questão técnica, já que, hoje à tarde, discutiremos o aspecto social e, amanhã, o ambiental.

Do ponto de vista técnico - renda, geração de emprego, etc., citarei alguns dados relativos ao vale do Jequitinhonha. A migração para o corte de cana e outras colheitas em São Paulo não passava de 2 ou 3 mil pessoas, que saíam sazonalmente todo ano. Dez anos depois, já em meados dos anos 80, esse número se multiplicou para mais ou menos 25 mil migrantes. Isso ocorreu dez anos depois da chegada da "Sra." ACESITA, da "Sra." Suzano, da CAF, do Projeto Carvalho, da Plantar, etc.

Até meados dos anos 90, ultrapassamos o número de 40 mil migrantes, trabalhadores rurais que viviam da sua pequena produção até o impacto fortíssimo da monocultura do eucalipto nos chapadões, que o meu predecessor falou que não tinham vida, que não tinham nada. Mas, na verdade, eram chapadões de cerrado, de caatinga, onde a convivência, a biodiversidade sozinha gerava muita condição de riqueza, de produção e de sobrevivência para o povo.

Hoje, há ultrapassamos o número de 60 mil migrantes, que vão para São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Sul de Minas e Triângulo. Juntando o Norte de Minas, 120 mil migrantes, todo ano, têm de deixar as famílias e sair por sete ou oito meses, porque ali não há mais condição de produzir e sobreviver.

Agora só há esse grande mar ou deserto verde, que não é floresta nenhuma, porque todas as pesquisas sérias mostram e demonstram que, na monocultura do eucalipto, não existe biodiversidade. Não existe vida nem pequenos insetos nem animais que mantenham o equilíbrio, pois desapareceram. Só ficaram as formigas, que vão sumir também por causa dos venenos, dos agrotóxicos que descem para as águas e matam o nosso povo de câncer e de outras doenças que, antes, não existiam. E matam também os bichos que, de vez em quando, os trabalhadores encontram. Outro dia, por exemplo, sete veados foram mortos na chapada de Turmalina, na região de Poço Dantas.

Seja como for, quero fazer mais uma consideração de nível superior e internacional. Nos anos 70, na Europa, lutamos para impedir que o capitalismo transformasse os países da África em fabricantes de produtos que a Europa e os Estados Unidos consumiam.

O Senegal virou produtor de amendoim. O povo começou a passar fome, não podia mais produzir milho, arroz ou mandioca. A Guiné começou a produzir só rosas para serem vendidas na Europa com outras etiquetas. Temos medo, pois vemos o agronegócio transformar os países, deixando-os à mercê dos senhores ricos do mundo. Nasci num país rico e sei como é a vida lá, o desperdício. Toda a celulose se transforma em

papel ou em produtos descartáveis, que são usados às toneladas e jogados fora.

Se o Brasil deixar sua terra se transformar numa grande produção de eucalipto para celulose, para gerar lucros que não ficarão aqui, pois é produto de consumo dos países ricos, estaremos de novo na escravidão.

O Sr. Presidente - Temos duas perguntas de Claudenir Rodrigues, universitário da UNIMONTES, ao Prof. Sebastião Valverde: "Quero parabenizá-lo pelo otimismo em relação à economia, mas há contradição no seu discurso, quando diz que a economia só cresce quando a população possui renda para gerá-la. Quais os benefícios para a população local com o eucalipto? Como ficaria a questão do solo, com o eucalipto consumindo muita água do subsolo? Após o seu plantio, o solo correrá o risco de ficar infértil para outras culturas agrícolas. O que o senhor acha disso?".

O Sr. Sebastião Renato Valverde - Claudenir, não sou da área de hidrologia, mas de economia. Responderei rapidamente, segundo meu ponto de vista. Amanhã, o Prof. Herly, da área de manejo de bacias hidrográficas, poderá esclarecer melhor essa questão.

Qualquer espécie plantada ou nativa não vive sem absorver água. Um absorvem mais que as outras. Tenho mais sede que outras pessoas, outras pessoas podem ter mais sede que eu; nada há de errado nisso. Temos de buscar eficiência no uso da água e evitar plantar - não só o eucalipto, mas qualquer cultura - em áreas de preservação permanente, principalmente em áreas de produção de água, nas nascentes. A lei já proíbe plantar em volta das nascentes num raio de 50m. Precisamos conhecer o ciclo hidrológico, o ciclo de produção de água. Há áreas de recarga, de produção de água e áreas de proteção ao lado do curso de água.

Se o eucalipto for plantado em áreas permitidas, evitando-se áreas proibidas por lei, essa questão poderá ser solucionada. Temos de saber manejar isso. A água não tem tanta influência em relação à fertilidade. O que acontece com o eucalipto é que, à medida que vai crescendo, seu sistema radicular vai se infiltrando, retirando os elementos do subsolo e levando-os para a parte aérea. Com a queda das folhas e dos galhos, folhas e cascas são decompostas. Isso é incorporado ao solo, e parte dos gases é emitida, não resta dúvida.

O que acontece é que se tira do subsolo e joga-se para as partes mais superficiais do solo. O que se retira da floresta é o tronco; ou seja, é madeira, é carbono. Os nutrientes ficam nas folhas, galhos e cascas. Assim, o certo é não se retirar além do tronco; ou seja, deixar no campo as folhas, galhos e cascas, para que haja reciclagem. Com um bom manejo, contorna-se o problema da água e dos nutrientes. Isso é questão de ciência. Quer dizer, fazendo-se bem feito e evitando-se as áreas de preservação permanente, não há problema nem para a água nem para os nutrientes.

Com relação à economia, não resta dúvida de que, para que haja desenvolvimento, é preciso haver distribuição de renda. Mas essa não é uma questão micro. As empresas florestais ou os reflorestamentos não são culpados pela distribuição de renda. Essa é uma questão de conjuntura macroeconômica, que se vem arrastando há muito tempo neste País, que há anos e anos vem concentrando renda, principalmente no período do Governo anterior, que foi o período de maior distribuição de renda às avessas: tirou do pobre e das empresas e jogou na mão dos banqueiros. Agora, temos de reverter esse processo. E não são o eucalipto nem a agricultura os culpados por isso, mas as políticas macroeconômicas, principalmente as direcionadas para as questões monetárias. Não temos de culpar o eucalipto. Precisamos é de formar renda, porque, com renda, há demanda; com demanda, há produção; com produção, há emprego; com emprego, há renda. Vira um círculo virtuoso. É nisso que precisamos evoluir. E isso cabe às políticas macro, e cabe à nós, sociedade, cobrá-las. Mas não há como ligar uma questão macroeconômica com uma questão micro, de floresta ou de reflorestamento.

A Sra. Miryam T. Silva Belo - Prof. Lourival, tenho uma filha de 3 anos de idade, e quero para ela uma vida digna, com saúde e educação, e que tenha acesso a um pouco de tudo o que tive. Também quero que tenha escolhas, que possa fazer suas opções.

Bem, o professor falou muito em se discutir o consumo, e acredito que já estamos passando da hora de discutir essa nova política que aí está, para debatermos o consumo, não só com relação ao eucalipto, à exploração dos recursos naturais como um todo - o que inclui, por exemplo, os nossos minérios - e aos impactos que isso causa, mas também, antes de tudo, com relação ao consumo inserido nessa política de mercado capitalista, atualmente adotada no Brasil e no mundo. Então, gostaria que o senhor explanasse mais um pouquinho sobre isso.

O Sr. Juarez Teixeira Santana - A maior justificativa das empresas é a geração de emprego, mas, se isso fosse verdade, quem seria contra? Para dar um exemplo concreto, quando a Mannesmann chegou a Bocaiúva, ela gerou mais de 2 mil empregos diretos. Naquele momento, todos ficamos satisfeitos, mesmo nós do Sindicato. Mas, 20 anos depois, na V & M, que assumiu o controle acionário da empresa, não há mais do que 600 empregos diretos. As comunidades rurais, que também ficaram satisfeitas, porque, além de trabalharem em suas propriedades, trabalhavam para a empresa, não trabalham mais para a empresa. Hoje, para operar as máquinas, as pessoas devem ser treinadas e vêm de fora.

Hoje estão confinados nas grotas, sem água - todas as cabeceiras secaram -, sem emprego e passando por diversos problemas. O que aumentou? Do ponto de vista do capital, é bom negócio. Está tudo a favor da balança comercial. E o povo, que vivia dos frutos do cerrado, como o pequi e a mangaba? A cadeia alimentar foi interrompida para as pessoas e animais. E a empresa ainda se diz defensora do meio ambiente e da preservação de espécies. Onde os animais estão sendo preservados? Só se for nos zoológicos, porque, no cerrado, estão morrendo. Se isso foi feito em nome do emprego, qual emprego está sendo gerado? E o desenvolvimento tão prometido? Alguns, como já foi dito, estão satisfeitos, porque estão enviando produtos para fora do País. Mas o povo brasileiro não ganhou nada até agora.

Pedimos que nos mostrem, concretamente, que o povo está feliz, que melhorou de vida. Realizam o que chamam de audiências públicas em hotéis confortáveis, com meia dúzia de gatos-pingados. Isso é audiência pública? É preciso chamar o povo para que mostre como está sua vida. As pessoas não podem sequer andar dentro das matas ou pegar um feixe de lenha, porque são presas imediatamente. É isso que desejam para o povo?

O Sr. Presidente - Lourival, procederei à leitura de três perguntas que lhe são dirigidas. Depois, V. Exa. poderá respondê-las.

A primeira é formulada por Sheila Ricoy, nos seguintes termos: "O que V. Exa. quis dizer com 'situação aceitável no atual modelo capitalista', tendo em vista que tal modelo estimula a competitividade mundial em detrimento de aspectos sociais, como péssimas condições de trabalho e sérios impactos ambientais, conseqüências da monocultura do eucalipto?"

As perguntas seguintes são de autoria do Sr. Odilberto Roque Bezerra, produtor rural de Inhapim: "Foi citado o trabalho infantil na agricultura. Não quero defendê-lo, mas como fica o trabalho infantil nas novelas?"

"Será que não precisamos parar de competir com as potências econômicas, que visam ao regime capitalista? Será que o Brasil deve definir um regime que seja bom para a qualidade de vida, gerando empregos e boa distribuição de renda, já que não basta gerar renda, mas distribuí-la de modo a melhorar a qualidade de vida para todos? Após a definição do regime, poderia ser discutido plantar ou não determinada espécie de cultura? Será que o regime capitalista gera qualidade de vida para o povo dos países considerados potências, ao contrário do Brasil, onde gera

desigualdade social?"

O Sr. Lourival Araújo Andrade - Ao discutirmos o regime que o Brasil possui, divergindo dos colegas Bатуíra e Valverde, afirmo que não existe qualquer item de leis brasileiras definindo o nosso País como capitalista. Fazemos parte de uma hegemonia, de uma minoria, que determina que a economia é essa. A grande maioria é excluída. Precisamos tomar cuidado para não justificar a situação, dizendo: se é capitalismo, tchau, pobreza. Estou passando o trator por cima.

Vamos tomar cuidado com essas discussões que dizem que a nossa economia é assim ou assado. O resultado das últimas eleições mostra que temos um Governo de coalisão, com um partido de trajetória socialista e outro de trajetória declaradamente liberal. Calma aí.

Outra discussão é sobre o consumo. Antes de discutir consumo, temos que discutir qual é o sonho de todos, qual é o desejo de todos. Se formos nos mirar nas propagandas, vamos ter vontade de consumir mais do que os americanos ou europeus, o que é um absurdo. Quem teve a oportunidade de viver lá sabe disso. Eu tive a oportunidade de participar de diversas polêmicas sobre o amianto, o mercúrio, o urânio e a própria silvicultura, e pude constatar que não dá para fazer comparação com Suécia, Suíça, Finlândia ou Canadá. É uma outra cultura, é uma outra história, é uma outra relação o que eles têm na Europa. Somos uma população formada por pessoas que vieram escravizadas da África, por índios brasileiros, por portugueses e outros. Não dá para fazer comparações mecânicas, como termos 2.500 e eles, 25mil. Calma. Temos que ir à Câmara Municipal de Capelinha discutir com os excluídos para saber se plantar 2 milhões de chapadão é certo ou errado. Temos que discutir em Capelinha o que significa colocar uma monocultura em 2.000.000ha. A vida que existe lá é muito sensível. Não podemos simplesmente plantar. Assisti isso ao longo da minha vida. Não só do ponto de vista técnico ou biológico como do ponto de vista político, é excludente o atual modelo. Vamos abordar o aceitável. Começo a discutir o aceitável pelos resultados eleitorais de 3 de outubro. Foi feita uma eleição. O Governo tem várias debilidades, como a falta de políticas públicas, mas o aceitável para mim é isso aqui. Vamos começar a discutir. O Deputado teve uma excelente idéia em discutir essa questão nas cidades que têm plantação de eucalipto. Vamos ver quem quer plantar, quem não quer, qual é a crítica sobre a exclusão, etc. Aceitável para mim é mais do que três refeições, é a inclusão educacional. Não adianta dizer que serão dados dois mil empregos. A Aracruz está dizendo que vai dar dois mil empregos com R\$1.000.000.000,00. Isso não significa que está incluindo socialmente. É um processo que contrata, derruba, planta e demite. Há uma mão-de-obra que vai e volta. Na verdade, o modelo adotado é um modelo para além das três refeições. É um modelo que inclui esses três milhões de brasileiros que não são consumidores no Brasil. Temos que discutir como ser feliz com R\$170.000.000,00 e todos tendo acesso à riqueza produzida pelo Brasil.

O Sr. Presidente - As perguntas seguintes são dirigidas ao Sr. Sebastião Valverde. Pergunta do Sr. Manoel Rosa da Rocha: "O que as firmas podem fazer para recuperar as águas que faltam por causa do plantio de eucalipto?" Do Sr. Arnaldo Geraldo Cardoso: "O senhor vê os sistemas agroflorestais, como o eucalipto consorciado com as culturas agrícolas e a pecuária, como modelos que permitem a descentralização dos plantios e a diversificação da produção nas pequenas, médias e grandes propriedades e que deveriam ser adotados na política florestal de Minas Gerais?". Do Sr. João da Silva Gomes, Secretário da Associação Comunitária de Canabrava, de Guaraciama: "Por que o senhor incentiva os agricultores a plantar eucalipto, sendo que tal prática irá destruir as matas nativas e acabar com a biodiversidade da região?". Do Sr. Carlos Gonçalves, da Agência de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável, de João Pinheiro: "O pequeno produtor, no Município de João Pinheiro, está percebendo que o plantio de eucalipto pode representar complemento de renda em sua propriedade e está começando a plantá-lo, utilizando-se de recursos do BDMG." A última pergunta é do Sr. Antônio Nogueira, da Nogueira Transportes e Serviços Ltda.: "O eucalipto entrou em alguma área onde havia condições mínimas de saúde, educação, econômica e social? O êxodo dos nordestinos para São Paulo, Brasília e outros Estados, se deve à cultura dos eucaliptos?".

O Sr. Sebastião Renato Valverde - A primeira pergunta é com relação aos plantios já existentes e como fazer para recuperar as águas.

Em primeiro lugar, é preciso identificar se realmente houve uma redução da vazão para, posteriormente, monitorá-la. Nos trabalhos a serem apresentados na parte da tarde, há depoimentos de produtores dizendo que o volume de água aumentou a partir da plantação. A partir do momento em que foram feitos plantios em áreas de preservação permanente, eles devem ser manejados de forma diferente, principalmente nas regiões ao redor de nascentes. Essas regiões devem ser mantidas com a preservação de mata nativa, favorecendo, dessa forma, a preservação de água.

A produção de água é muito complexa. A água é produzida nos topos de morro. Se esse topo de morro tiver cobertura vegetal nativa, a tendência é haver infiltração. O ponto de recarga é o topo de morro. Então, não adianta revegetar as nascentes, se o topo de morro está todo descoberto, degradado, conforme vimos naquelas fotos do rio Doce. A situação é muito mais complexa que parece. Portanto, não nos cabe dizer que a culpa é apenas do eucalipto. Precisamos ser sensatos.

Sobre os sistemas agroflorestais, conforme disse, estamos num processo de transição, ou seja, a tendência é haver um aumento nos preços da madeira. Dessa forma, aos pequenos produtores, que vivem da propriedade, ninguém é insano de recomendar o plantio de 100% de suas áreas com determinada cultura. Temos de dar opções, para que possam diversificar o investimento, a fim de que não levem prejuízo caso caia o preço de uma determinada cultura. Não desejo mal a ninguém, muito menos aos produtores, porque também sou filho de produtor e conheço o sofrimento em que vivem.

Respondendo à última questão, a floresta tem uma vantagem, pois o investimento em floresta é diferente do investimento agrícola. Por isso, costumo falar aos meus alunos que o projeto florestal, no papel, dá prejuízo, mas, na prática, dá lucro. Enquanto que o projeto agrícola, no papel, dá lucro, e, na prática, dá prejuízo.

Como explico isso? Sempre que fazemos um projeto para plantação, é porque o preço daquele produto está alto. Por isso, todos plantam e há superprodução. Assim, a oferta fica maior que a demanda e os preços caem. E vem uma decepção, as pessoas não querem mais plantar aquele produto.

Na floresta, é diferente. Quando um projeto é feito, geralmente os preços não são muito bons e a pessoa não é forçada a colher. Se o preço da lenha não estiver bom, segura-se, maneja-se. Para que vender? Não vai se perder, pelo contrário. A floresta e a cachaça são idênticas: o tempo lhes faz bem. Quanto mais velha a cachaça, melhor preço. Quanto maior o tempo, melhor o preço para a floresta. Se o preço da lenha está ruim, espera-se o carvão. Se o preço do carvão está ruim, espera-se a celulose. Se o preço da celulose está ruim, espera-se a serraria, ou seja, vai-se manejando. Essa característica de manejar-se com o tempo e com o preço do mercado é boa. Quando os sistemas agroflorestais são implantados, o risco do investimento é diluído, passando-se a ter florestas com pastagens, feijão, milho, etc. O sistema agroflorestal, do ponto de vista social, é o melhor, não resta dúvidas. Isso é um avanço, e chegaremos lá, com certeza. As empresas florestais investirão nisso.

Jamais incentivei o produtor: plante 100%. Não temos necessidade de desmatar, porque temos áreas ociosas. O Estado de Minas Gerais, na Zona da Mata e no vale do rio Doce, tem muito mais terras ociosas do que mata nativa. Por que vamos desmatar? Ninguém é a favor de desmatar nada. E ninguém, em sã consciência, vai comparar as biodiversidades da floresta plantada e da floresta nativa. Nada se compara à floresta nativa. Mas também não comparamos a biodiversidade de uma cultura agrícola com uma floresta plantada. Entendam florestas plantadas como plantações de eucaliptos ou conforme queiram, mas essa é a realidade. A biodiversidade em uma floresta plantada é muito maior que em uma cultura agrícola.

Com relação ao BDMG, os produtores estão percebendo que os preços estão melhorando e estão plantando. Isso foi um comentário, e não uma

afirmação. Não vejo pecado em quem tenha condições de plantar e vê perspectivas de ganhar dinheiro e gerar renda, dentro da realidade em que vivemos.

A outra pergunta é sobre o êxodo. O Luciano falou sobre o êxodo na região do Jequitinhonha. Não sei se podemos ser tão radicais e atrelar um problema social a uma única atividade. O Nordeste sempre sofreu com êxodo, pobreza, seca, miséria e não tinha eucalipto. Agora é que o eucalipto está entrando no Sul da Bahia; os produtores estão plantando com voracidade, porque vêem uma oportunidade. Não podemos atrelar uma situação macroeconômica histórica a uma questão que surgiu agora. Temos de ser mais sensatos e pesquisar, para depois divulgar. Temos de tomar cuidado com o que dizemos. Nunca viria aqui dizer alguma coisa de que não tenha certeza; antes, pesquiso e investigo. Nada do que digo sai da cartola ou do bolso do paletó; é um trabalho de investigação científica, e não vejo como atrelar essas coisas. Temos de ter mais cuidado com o que dizemos.

Disseram que somos um país exportador de matéria-prima, e não sou a favor disso de forma alguma. Temos de exportar produtos com valor agregado e, ao invés de celulose, exportar papel. Exportar celulose para importar papel não é correto. Surge o comentário de que estamos necessitando importar madeira. É menos mau importar madeira que importar celulose. O ideal seria não importar madeira. Ninguém é a favor da exportação de navios e navios de minério para importar um "container" de produtos eletroeletrônicos, pagando-se muito mais por essa operação do que o valor obtido pelos navios que se foram, criando uma cratera violenta e uma grande pobreza. Eu, professor; nós, sociedade; Deputados, movimentos sindicais, trabalhadores, sem-terra, todos necessitamos buscar a convergência, não fomentando a dicotomia e o embate desnecessário. Também sou a favor de tudo o que vocês dizem, da melhoria da renda e das condições sociais.

Caso tenha deixado de responder a alguma questão, coloco-me à disposição dos interessados.

O Sr. Presidente - Pergunta de Maria Zulma Fonseca, do Movimento Popular de Montes Claros, dirigida a mim: "Quais políticas públicas o senhor tem apresentado para a redução dos impactos ambientais causados pelo plantio do eucalipto, principalmente para a região Norte de Minas?".

O Prof. Joésio, da Universidade Federal do Paraná, disse-nos ser a primeira vez que vê, em um Estado da Federação, um debate como este, um debate que chama as bases, toda a sociedade interessada no tema, para uma troca de idéias.

Zulma, desde 1995, quando assumi meu primeiro mandato nesta Casa, solicitei da Secretaria de Meio Ambiente o estudo de um plano diretor da bacia do rio Verde, entre Minas e Bahia, assim como o de um plano diretor da bacia do São Francisco, que engloba o Jequitinhonha. Temos de investir nos valores agregados, justamente para diminuir a área de reflorestamento. O Prof. Joésio também disse que estamos muito à frente dos outros países plantadores de eucalipto da região Norte do nosso planeta. Produzíamos 7m<sup>3</sup> por hectare e hoje produzimos 90m<sup>3</sup> por hectare. Esta Assembléia ajudou o então Governador Itamar Franco a construir uma usina no vale do Jequitinhonha, a Usina de Irapé, que gerará mais energia que Três Marias, que está usando 1/3 da sua área para inundação, justamente para agregar valores. Aquela região, com o manancial que possui, abrigará um pólo moveleiro. A infra-estrutura da região será viabilizada por intermédio da ação do Governador Aécio Neves. O plano diretor passa pela Secretaria de Meio Ambiente, onde temos o Secretário José Carlos Carvalho, uma das pessoas com maior conhecimento sobre as questões ambientais no Brasil, e nosso Diretor do IEF, Humberto Candeias.

Estamos debatendo aqui as políticas públicas. Ouvimos dele, que está no Paraná, o Estado mais próspero e desenvolvido da Região Sul, com IDH maior que o das nossas regiões, principalmente o Norte, o Jequitinhonha e o Mucuri, que essa é primeira discussão que viu no Brasil. Para nós, é uma forma de contribuir, ao final deste ciclo de debates, para o engrandecimento do País.

Como disse o Deputado Paulo Piau, outra coisa que temos feito muito é investir na educação. Investimos muito na nossa UNIMONTES, que já tem 12 mil alunos e está fazendo um excepcional trabalho no Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e agora no Noroeste. Realmente, temos de dar a nossa contribuição por intermédio da nossa universidade, assim, não só a região Norte, mas todas as outras terão melhor qualidade de vida, meio ambiente preservado, e gerarão emprego e renda para toda a população.

Agradecemos a todos os participantes e expositores, ao Prof. Múcio Tosta Gonçalves, ao Sr. Lourival Araújo Andrade, ao Prof. Sebastião Valverde e ao Prof. Joésio Deoclécio Pierin Siqueira, que realmente enaltecem e engrandeceram a primeira parte do ciclo de debates. A Presidência manifesta às autoridades e demais convidados os agradecimentos pela honrosa presença.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de logo mais, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 15ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 24/5/2004

Presidência da Deputada Maria José Haueisen

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Winniefried Overbeck - Palavras do Sr. Carlos Gonçalves da Silva - Palavras do Sr. Carlos Eduardo Mazzetto Silva - Palavras do Sr. Paulo Rogério Soares de Oliveira - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Ana Maria Resende - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Simões - Dinis Pinheiro - Doutor Ronaldo - Gustavo Valadares - José Henrique - Maria José Haueisen - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

A Sra. Presidente (Deputada Maria José Haueisen) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Doutor Ronaldo, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Composição da Mesa

A Sra. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Winniefried Overbeck, Técnico da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE - Espírito Santo; Carlos Eduardo Mazzetto Silva, Prof. do Curso de Geografia e Análise Ambiental do UNI-BH; Carlos Gonçalves da Silva, Vice-Presidente da Agência para o Desenvolvimento Social e Econômico Sustentável de João Pinheiro; Paulo Rogério Soares de Oliveira, engenheiro florestal e doutorando em Ciência Florestal pela UFV; e o Deputado Paulo Piau, Presidente da Comissão Especial da Silvicultura.

#### Registro de Presença

A Sra. Presidente - A Presidência registra a presença em Plenário do Prof. Sérgio Vale, Diretor do IEF, do Sr. Luiz Chaves, Diretor do ITER, e dos Srs. Rômulo Barreiros e Vânio Amaral, Vereadores de Teófilo Ottoni.

#### Destinação da Reunião

A Sra. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do Ciclo de Debates O Eucalipto.

#### Palavras do Sr. Winniefried Overbeck

Boa-tarde. Parabeno a Assembléia Legislativa de Minas Gerais pela iniciativa deste seminário. Sou holandês e vivo no Brasil há dez anos. Pela manhã, disseram que existiria um complô internacional contra a silvicultura brasileira. O Brasil tem uma produção de eucaliptos sem comparação no mundo. Desconheço esse complô, mas a competição internacional é uma realidade. No Norte do Espírito Santo e no Sul da Bahia, há interesses internacionais no plantio de eucalipto, desde Bancos e consultorias européias, até empresas que produzem máquinas para as fábricas de celulose. Mas não se pode insinuar que algumas pessoas façam um complô internacional contra a silvicultura brasileira. É uma falta de respeito, pois essas pessoas sentem o problema na pele. É preciso buscar argumentos mais sólidos.

Quanto às questões sociais, é impossível separar o fator social do econômico e do ambiental. A lógica da sociedade moderna é separar e simplificar, correndo-se o risco de fazer leituras fragmentadas e reduzidas da realidade. O eucalipto é uma realidade em que todos os aspectos estão interligados, não é simples de ser compreendida. O crescimento econômico e financeiro do capital privado tem maior peso, o que vale para o conceito de desenvolvimento sustentável, tão abraçado por ONGs, empresas, acadêmicos e pelo Estado. Esse conceito sugere que o social, o ambiental e o econômico se conciliem em harmonia; no entanto, após 15 anos de uso desse termo, o desenvolvimento sustentável significou uma nova possibilidade para o capital explorar a natureza e as pessoas e continuar privilegiando o crescimento econômico e financeiro.

O desenvolvimento sustentável virou uma busca de consenso entre todos os setores: empresas, comunidades, ONGs, sociedade e Estado. Vamos resolver agora os problemas existentes com condicionantes em processo de certificação e com medidas mitigadoras nos processos de estudo sobre o impacto ambiental. O desenvolvimento sustentável veio, então, para manter - e é importante lembrarmos isso - as bases de um modelo hegemônico de produção e consumo, a princípio ilimitado. Por isso, por exemplo, as desigualdades sociais no Brasil e no mundo, entre os países considerados ricos e os países do Sul, continuam crescendo, ao invés de diminuir.

Gostaria de citar um exemplo que se relaciona com o plantio de eucalipto em Minas Gerais. Todos sabemos que o clima do mundo está mudando, trazendo efeitos drásticos à sobrevivência do ser humano. Se as emissões de gases como o CO2 continuarem no ritmo que estão, até o final deste século a temperatura mundial aumentará cerca de 3 graus, conforme estudos científicos. Para proteger o mundo dessas consequências, os países do chamado Primeiro Mundo, que contém apenas 20% da população mundial, mas são responsáveis por 80% dos problemas de poluição do ar, têm de diminuir essa poluição em 60% ou 70%, conforme estudos científicos; no entanto o Protocolo de Kyoto, acordo feito objetivando resolver esses problemas, diz que, no primeiro período, essa redução será apenas de 5%. Ou seja, serão apenas 5% de redução na poluição produzida pelos países ricos, em vez dos 60% ou dos 70% necessários. Ademais, há o mecanismo de desenvolvimento limpo, que possibilita a esses países diminuir ainda menos suas emissões, quando deveriam investir em projetos nos países do Sul, como o Brasil, para compensar a poluição, pelo uso contínuo de combustíveis fósseis. Como proposta, surge, em Minas Gerais, o projeto da empresa Plantar, que objetiva plantar 23.100ha da monocultura do eucalipto, que vai fixar temporariamente CO2 na atmosfera. Quem será beneficiado com esse projeto? Os países do Primeiro Mundo, que vão continuar poluindo, e a empresa que o apresentou, ou seja, a Plantar, que vai poder plantar mais eucalipto e vender os créditos-carbonos. E quem sairá perdendo? O clima, que interessa a todos nós, pois os efeitos são drásticos. Quem afirma isso não é uma ONG, mas cientistas renomados. Além disso, as comunidades locais também sairão perdendo. É o caso de Felixlândia, que tem representantes aqui. Lá a quantidade plantada aumentará, e, conseqüentemente, o ambiente sofrerá mais impactos negativos. A partir desse exemplo, penso que o ponto fundamental do debate sobre o lado social questão do eucalipto reside em perguntarmos: a quem interessa o plantio do eucalipto?

Lembro o que foi dito aqui, em Belo Horizonte, há algumas semanas, pelo representante do Ministério do Meio Ambiente, que disse que cada brasileiro até seus 65 anos consome 367 árvores. Logo, precisamos plantar muitas árvores para atender a esse crescente consumo. Há o projeto do Plano Nacional de Florestas, que visa a aumentar, no curto prazo, as plantações no Brasil em mais de 2 milhões de hectares. Essa afirmação do representante do Ministério mostra que o aspecto econômico domina o ambiental.

Tenho certeza de que as famílias que têm sido expulsas do campo em razão da expansão das monoculturas de árvores no Brasil consomem menos que as 367 árvores.

Como tenho certeza também de que se repete a mesma coisa com parcela privilegiada da população brasileira e da mundial, principalmente em certos bairros de centros urbanos: consomem mais de 367 árvores na sua vida.

Grande parte do que está sendo plantado no Brasil, com uma série de impactos negativos para a população local, não é utilizado por brasileiros. A maior empresa nessa região - Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia -, a Aracruz Celulose, exporta 97% de sua produção de celulose, sobretudo 51% para a produção de papéis descartáveis, para Europa e Estados Unidos, principalmente.

O americano consome nove vezes mais papel que o brasileiro, 11 vezes mais que o tailandês, 58 vezes mais que o vietnamita, com um detalhe: a taxa de alfabetização no Vietnã é de 94%, igual à taxa de alfabetização dos Estados Unidos.

Esses dados servem para começarmos uma reflexão sobre a idéia de que, quanto mais consumimos, mais civilizados somos, o que não é verdade.

Essa diferença gigante entre consumo vale também para outros produtos. Há interesses empresariais, do capital, como dos produtores de papel de máquinas de papel e de consultores, a quem o aumento desse consumo interessa, porque disso depende a viabilidade da empresa, o lucro contínuo, etc.

Para mostrar que isso realmente não é sustentável, foi feito um cálculo. Pegamos o padrão de consumo dos campeões do mundo e o transferimos para o planeta todo. Então, precisaremos de seis planetas Terra, em termos de recursos naturais, para garantir esse padrão de consumo.

Sobre a questão do consumo, é importante falar que, no extremo Sul da Bahia, no Norte do Espírito Santo, onde temos 600.000ha de eucaliptos, falta madeira para uso na agricultura. Temos, por exemplo, o setor de fruticultura, que reclama da falta de madeira, e que, muitas vezes, recolhe mata nativa para cortar, porque todo esse eucalipto é praticamente destinado para produção de celulose. Isso também é outro ponto de que temos de lembrar.

Quero falar sobre alguns impactos sociais e sobre pessoas às quais essa monocultura, com certeza, não interessa, também não inventaram isso para suas regiões. São populações que sofreram muito - há algumas representadas aqui -, e continuam sofrendo, mesmo com empresas consideradas sustentáveis hoje em dia.

A primeira questão fundamental é a terra. Índios - tupiniquins, guaranis, pataxós, quilombolas, geraizeiros - e pequenos produtores perderam suas terras para empresas de eucaliptos no Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia. Só a Aracruz Celulose, no Espírito Santo, acabou com cerca de 40 aldeias indígenas. A população foi expulsa - isso tudo muito bem documentado pela própria FUNAI -, retirando as riquezas dos índios que viviam nas terras: a mata atlântica, que não é riqueza financeira.

Um companheiro disse que interessa produzir, para se ter dinheiro. No entanto, precisamos lembrar que, quando a população indígena foi expulsa, expulsou-se também uma cultura ligada à terra. A riqueza da mata não é financeira, mas essa não é a única riqueza do mundo. E a construção do maior complexo do mundo de produção de celulose de eucalipto está exatamente em cima da aldeia de Macacos, aldeia tupiniquim.

Olhem a simbologia: a hegemonia do poder econômico sobre valores culturais, sociais, econômicos e espirituais dos povos indígenas.

Ouvi esse mesmo representante do Ministério do Meio Ambiente falar que não precisamos nos preocupar porque o eucalipto cobre só 1% do território do País, como foi falado aqui hoje, de manhã. Esse 1% está concentrado exatamente nas maiores terras em certas regiões, como o Norte do Espírito Santo, o Sul da Bahia e também em certas regiões aqui de Minas Gerais.

Por exemplo, no extremo Sul da Bahia, três empresas de eucalipto juntas ocupam 30% das terras agricultáveis da região. É significativo; diferente de 1%.

Onde se dará a proposta atual de ampliação de 2.000.000ha? Nessas regiões, porque ficam perto dos complexos de celulose. A indústria está se expandindo de 2.000.000 para 2.400.000t de celulose. A Veracel está construindo uma fábrica com 900.000t de celulose. A Bahia Sul está expandindo de 500.000t para 1.500.000t. É preciso de madeira para isso.

As empresas competem diretamente com a reforma agrária nessa região, como mostrou bem a ocupação de uma área da Veracel Celulose. Ontem, no Norte do Espírito Santo, o MST ocupou uma área da Bahia Sul Celulose. Conforme notícias, essa área estava sendo vendida para a Bahia Sul. Era uma área extremamente boa. Não era degradada como está nas propagandas das empresas que ocupam áreas degradadas para plantar eucalipto. Trata-se de uma área onde vivem dez mil famílias embaixo de lona, em acampamentos, esperando um pedaço de terra. O MST ocupou essa área e questionou a sua função social.

Essas invasões estão sendo muito atacadas pelos empresários na imprensa. Estão chamando atenção para um problema social, real e grave. O INCRA não tem conseguido desapropriar áreas na região. Enquanto isso, as plantações de eucalipto tem se estendido. As empresas têm muito dinheiro para comprar terras e estão pagando duas ou três vezes acima do preço do mercado. É um problema grave. Uma empresa, ao comprar com muito dinheiro terras em uma região, aumenta seu poder e continua expulsando pessoas, até indiretamente. No Sul do Espírito Santo, em um município pequeno, tivemos 100 agricultores expulsos, que foram à porta da Prefeitura pedir cesta básica. Isso aconteceu em plena época de desenvolvimento sustentável.

Há o desmatamento. O fazendeiro vende a terra por um preço três vezes maior que o da região. O fazendeiro vende, mas e o gado, também é vendido? Não, a pessoa compra outra área e coloca o gado nela. No Sul da Bahia está havendo desmatamento feito pelos fazendeiros. Não são as empresas de eucalipto, mas fazendeiros que foram incentivados por causa da pressão do plantio do eucalipto.

Com relação ao trabalho, as empresas chegaram em todas as regiões com muitas promessas de geração de emprego. Inicialmente, de fato tinha bastante trabalho na implementação das plantações. Mais tarde, no Espírito Santo, nos anos 80 e 90, operadores de motosserra começaram a ser substituídos por máquinas. Existem cálculos que dizem que uma máquina com tecnologia importada conseguiu substituir 240 homens. Mas não só a mecanização é um problema. O trabalho em si "demite" aos poucos as pessoas.

Conhecemos, através de nosso trabalho, de perto, os casos mais graves no Espírito Santo, de mutilação de pessoas, intoxicação por aplicação de agrotóxicos, principalmente as profissões de operador de motosserra e de aplicador de venenos por pelo menos oito horas por dia. Com relação ao equipamento de proteção individual, que resolveria tudo, conforme estudos de impacto ambiental, observo sinceramente a lembrança de um trabalhador que me disse estar em casa, doente, acabado, abandonado e que não conseguia mais trabalhar. Na verdade, esse equipamento não protege.

Acima disso, veio o processo de terceirização, levando a uma maior degradação das condições de trabalho, como tem sido bem levantado por esta Assembléia em três CPIs do carvão, nos últimos dez anos.

Lembro ainda que os municípios com mais eucalipto no seu território hoje compõem o grupo de municípios com o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - mais baixo.

Em sua tese de mestrado, a Historiadora Bárbara Bethonico mostra que a indústria de carvão levou Montezuma à miséria.

Nas periferias de Curvelo, São Mateus, Eunápolis e Bocaiúva há muitos casos de trabalhadores que lutam em vão por seus direitos. É um drama social, em que há miséria e fome em grandes proporções. Em São Mateus, tentamos ajudar os trabalhadores a montar uma associação para lutarem por seus direitos.

O divulgado aumento do fomento florestal tem problemas. No Espírito Santo, onde há trabalhadores oriundos de Minas Gerais, a legislação trabalhista não é respeitada e o eucalipto é retirado de regiões serranas e morros onde não poderia haver plantação. Lá, a DRT tem encontrado condições ruins de trabalho.

Na semana passada, fizemos um audiência pública com 300 pessoas em Vila do Riacho, onde vive uma comunidade próxima ao maior complexo mundial de produção de celulose e de eucalipto, pertencente à Aracruz Celulose. No ano passado, a empresa teve um lucro líquido superior a R\$800.000.000,00. A população trabalhava com pesca e hoje é carvoeira. A Aracruz destruiu 40 fornos e impediu que as pessoas pegassem restos de eucaliptos nas plantações. Muitos foram ameaçados e maltratados pelos seguranças da empresa e presos pela Polícia Militar. Essa, inclusive, anda em carros financiados pela Aracruz. As pessoas estão desempregadas, famintas e desarticuladas. Há crianças doentes e casos de prostituição infantil. Quantas comunidades vivem acudadas em meio aos eucaliptos? As pessoas perderam a identidade, a terra, a referência e a dignidade.

A partir deste debate, precisamos pensar propostas baseadas nos anseios da população que venham de baixo para cima, e não o contrário. No Brasil e no mundo, decisões tomadas de cima para baixo não conseguem garantir direitos econômicos, sociais e culturais. É preciso priorizar sugestões que atendam a todos esses aspectos e não apenas ao econômico-financeiro.

No Espírito Santo, iniciamos o zoneamento agrícola do Estado, que foi interrompido por ser considerado ilegal. Chegamos a realizar dez audiências públicas no interior. A população nos disse três coisas muito importantes. Inicialmente, disseram ser a primeira vez que alguém procurava saber o que priorizavam em relação à distribuição de terra, ocupação do solo e preservação ambiental. Depois, afirmaram que não desejavam que empresas de eucalipto adquirissem terras, pois aumentariam o poder político e a monocultura. Por fim, não querem o fomento florestal da forma como é feito, pois interessa apenas às empresas. Desejam recuperar as nascentes, proteger rios e árvores nativas.

Querem mudas diferenciadas, porque precisam de madeira em suas propriedades, mas não apenas de um só tipo, só eucalipto para a fabricação de celulose.

Queria dizer aos companheiros que estão vestidos com camisa em que está estampada a palavra "eucalipto" que pensem nisso. "Quem é contra uma árvore é contra a vida." E ninguém aqui é contra nada. Todos nós somos a favor da vida, mas somos contra a monocultura de eucalipto, pois causa impactos às comunidades locais. Creio que vocês são do interior e têm conhecimento desses impactos. As pessoas que aqui falaram sobre os seus problemas não estão inventando nenhuma história. Quero convidá-los para conversar com os companheiros das regiões atingidas, para avançarmos nesse debate, o que é do nosso interesse. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Carlos Gonçalves da Silva

Boa tarde. Cumprimento as autoridades presentes na pessoa da Deputada Maria José Haueisen, coordenadora deste debate, e os demais convidados, em nome do ex-colega de trabalho, Antônio Geraldo Silva.

É com grande alegria e satisfação que estou na Casa dos representantes do povo mineiro, tendo oportunidade de falar muito à vontade sobre eucalipto, por ser minha atividade há 27 anos.

Meu nome é Carlos Gonçalves da Silva, sou natural de João Pinheiro, Noroeste do Estado, onde resido. Formei-me em Contabilidade e atualmente curso Administração de Empresas. Sou empresário do setor de reflorestamento com eucaliptos e de atividade de prestação de serviços com tratores. Sou ex-Presidente e atual Vice-Presidente da Agência para o Desenvolvimento Social e Econômico Sustentável de João Pinheiro, que tem como parceiros o SEBRAE, os poderes públicos municipais, os grupos de serviços, como o "Lions", o "Rotarys" e as maçonarias; as entidades representativas, como os sindicatos patronal e dos trabalhadores rurais e a associação comercial; o SENAC e as empresas do setor privado. Também sou Diretor de associação comercial, ex-Diretor e ex-Vice-Prefeito. Atuo ainda no setor de prestação de serviços para as empresas V&M e Plantar.

Iniciei minhas atividades aos 15 anos, como trabalhador rural, em uma empresa denominada Triflora, em João Pinheiro. Durante 18 anos, fui funcionário da V&M Florestal. Iniciei meus trabalhos nessa empresa como trabalhador rural e encerrei-os como coordenador administrativo dessa empresa.

Gostaria de falar também sobre o meu município, João Pinheiro, o que julgo de inteira importância. O nosso município é o maior do Estado, com 8.000km<sup>2</sup>. Sua atividade principal é a pecuária, e seu rebanho é o 2º maior de Minas Gerais. Também merecem destaque em nosso município duas usinas de álcool, de grande porte. Além disso, há o setor florestal, de muita importância. Faço questão de frisar essas atividades, porque João Pinheiro tem condições de conciliar perfeitamente o setor florestal com os setores de agropecuária e de cana-de-açúcar.

Nosso município possui uma atividade no setor de agricultura ainda pequena, mas que cresce a cada dia. Temos perfeitas condições de conciliar essas coisas. Há em João Pinheiro o maior assentamento de sem-terras. O assentamento de Fruta Dantas é considerado um dos maiores e mais bem-sucedidos do Brasil.

Dentro de 30 dias, o Presidente Lula visitará o nosso município, podendo, assim, averiguar a importância do assentamento e o sucesso da implantação.

Tenho 42 anos de idade e 27 anos de experiência no setor florestal. Iniciei há 15 anos como trabalhador rural. É possível conciliar a atividade de plantio de eucalipto com os assentos rurais. Plantar floresta numa parte de sua área é uma forma de melhorar sua condição de vida, pois haverá madeira para consertar a cerca e a pocilga e para fazer o curral. Dessa forma, após sete anos, terá mais uma fonte de renda.

A área de plantio de eucalipto pode ser consorciada com a área de pastagem. Nada impede que isso seja feito, pois é possível conciliar os dois. O BNDES e o BDMG concedem empréstimos ao pequeno produtor, sendo o pagamento efetivado após a colheita da floresta. É o que fazemos em João Pinheiro, onde há grandes empresas, com florestas, como a V&M Florestal, a White Martins, a Companhia Mineira de Metais e a Siderúrgica Bandeirantes.

Há preconceitos no setor florestal, com o plantio de eucaliptos. Afirma-se que empresas descomprometidas plantam eucaliptos desrespeitando o meio ambiente e a norma trabalhista, sem dar manutenção nas florestas, chegando a abandoná-las, pois o objetivo é conseguir os recursos de incentivo fiscal. Há um mito contra o eucalipto.

Queremos empresas comprometidas com o meio ambiente, com o trabalhador e com a legislação trabalhista, que recolham seus impostos e gerem renda e trabalho.

O reflorestamento tem grande importância no setor de arrecadação de impostos. As empresas são sérias e recolhem todos os impostos. O uso das florestas de eucaliptos está sendo otimizado. Em João Pinheiro, as empresas estão cedendo suas áreas aos vizinhos e às pessoas interessadas para a implantação de apicultura. Nosso mel tem grande qualidade e aceitação no mercado mundial. Essas empresas estão dando assistência técnica e treinamento, com convênio, junto à EMATER, ao SENAI e ao SEBRAE, propondo auxiliar a exportação do mel. São empresas sérias, que possuem florestas certificadas.

Essas empresas cuidam das florestas, sem usarem agrotóxicos. O mel tem grande aceitação no mercado. Essa certificação proporciona qualificação aos nossos produtos. As empresas atuam positivamente no município em projetos sociais, contribuindo para associações, como as APAEs, e cumprindo as legislações trabalhistas. Quando terceirizam os seus serviços, exigem que as terceirizadas cumpram também com as obrigações trabalhistas.

É importante dizer que essas empresas transportam os seus funcionários em ônibus, fornecem café da manhã e uma alimentação balanceada, com cardápio prescrito por uma nutricionista. Os funcionários dispõem de equipamentos de segurança e contam com o acompanhamento dos técnicos em segurança, com a formação de comissão interna de prevenção contra acidentes e com o fornecimento de uniformes e de cestas básicas.

O nosso município está interessado nessas empresas que cumprem a legislação, respeitando o meio ambiente e o trabalhador. Por outro lado, não nos interessam empresas do setor florestal nem de outros setores, como a pecuária e a agricultura, que não cumprem as normas trabalhistas e que não respeitam o ser humano.

Com relação aos impactos sociais positivos, percebemos que há geração de emprego, pois o setor florestal gera muito mais empregos que a pecuária, a agricultura e muitos outros setores. Essas empresas apresentam projetos sustentáveis, ou seja, com continuidade, geram impostos e melhor qualidade de vida, pois respeitam as leis trabalhistas e o direito do trabalhador, proporcionando-lhe uma condição digna de vida, pois podem voltar para sua casa todos os dias e continuar seus estudos. Quando iniciei as minhas atividades no reflorestamento, estava com 15 anos, cursando a 6ª série. Trabalhando nessas empresas, pude continuar meus estudos e estou tendo a oportunidade de realizar o grande sonho de cursar o nível superior.

Sabemos da importância do eucalipto, principalmente para o nosso Estado, no fornecimento do carvão vegetal para os nossos parques siderúrgicos, para a celulose, para os postes de iluminação e para a fabricação de móveis. O eucalipto, no futuro, será uma madeira nobre. Em uma matéria do "Globo Rural", foi mostrada a fabricação de móveis utilizando-se eucalipto. Essa planta é muito importante para o Estado e para o País. O nosso Estado é o que apresenta maior vocação para esse plantio.

Na região, uma empresa planta eucalipto em consórcio, nos dois primeiros anos, com grãos. Essa experiência é muito interessante. São plantados arroz, soja e milho junto ao eucalipto, nos dois primeiros anos. Do terceiro em diante, essa empresa transforma a terra em pastagem com sucesso absoluto. Pode-se perfeitamente conciliar a plantação de eucalipto com grãos e com pastagens, utilizando-se as técnicas mais modernas. É interessante que todos tomem conhecimento desse projeto da nossa região de Vazante, pois é bastante interessante.

Os nossos fazendeiros estão percebendo que o eucalipto é um bom negócio, podendo ser conciliado com pastagens. Há linhas do BNDES para que sejam formados grupos de plantio.

Srs. Deputados, sabemos que a taxa de desemprego está cada vez maior. Por minha experiência, podemos gerar muitos empregos e renda, caso sejam disponibilizados projetos para o reflorestamento, com o apoio do Estado e do Governo Federal. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Carlos Eduardo Mazzetto Silva

Boa-tarde. É um prazer estar nesta Casa participando de debate democrático sobre a monocultura do eucalipto, abordando o seu plantio, as indústrias siderúrgica e de celulose, enfim, todo esse complexo integrado que faz parte das economias mineira e brasileira. Seus aspectos econômicos, ambientais e sociais devem ser discutidos de maneira integrada. Parabêniso a Assembléia pela realização deste evento. Infelizmente, não tivemos um espaço como este para discutir o tema na década de 70, época em que as monoculturas invadiram especialmente o cerrado mineiro.

- Procede-se à apresentação de transparências.

No capítulo intitulado "Problemática Socioambiental da Cultura do Eucalipto", procurei não separar o social do ambiental, porque essas coisas não se separam, já que a questão ambiental é social. Dependemos dos recursos naturais para termos qualidade de vida e sustentabilidade e para mantermos funcionando a sociedade e a economia, que depende desses recursos. Portanto, não é possível afastar esses dois aspectos. É uma relação sociedade-natureza no âmbito da construção de modelo de desenvolvimento. Também não chamarei eucalipto de floresta, porque isso é um grande equívoco do ponto de vista ecológico. A ecologia não pode ser tratada como cosmética. A questão ambiental veio para ser tratada com seriedade. Floresta não é uma fisionomia nem um amontoado de árvores iguais, mas um ecossistema complexo, heterogêneo e biodiverso, onde vivem microorganismos, insetos, plantas e pessoas. Todas as florestas do mundo se desenvolveram com populações vivendo nelas e para elas, nos cerrados, nas caatingas ou em quaisquer outras tipologias de vegetação.

Sou agrônomo e geógrafo. Formei-me em Agronomia em Viçosa no ano de 1984. Fiz mestrado em Geografia, faço doutorado nessa mesma área e dou aulas no curso de Geografia e Análise Ambiental do UNI-BH. Desde minha passagem pela agronomia, venho optando pela linha da agroecologia do espaço rural. Trabalhei no Norte de Minas por oito anos, na implantação do Centro de Agricultura Alternativa. Desenvolvemos projetos vinculados aos camponeses da região, à promoção da agricultura familiar e da agroecologia, e presenciamos o desastre socioambiental provocado pela expansão da derrubada do cerrado para fazer carvão e alimentar siderúrgicas mineiras, e a sua posterior substituição pela cultura do eucalipto. Algumas ocorreram na década de 70 e outras na de 80. No final da década de 80 e no início da de 90, tivemos o auge da produção de carvão, em que vários caminhões carregados desse produto circulavam entre Sete Lagoas e a região Norte do Estado.

Na minha dissertação de mestrado, em que enfoquei desenvolvimento e sustentabilidade no cerrado, dediquei pequeno espaço ao eucalipto. Recentemente, durante minha passagem pela Diretoria de Desenvolvimento Rural Sustentável do ITER, procurei implementar processo de recuperação das terras públicas que foram arrendadas na década de 70 para implementação de projetos sustentáveis junto com as comunidades rurais.

Talvez estejamos, pela primeira vez, discutindo a questão democraticamente em um fórum oficial como este.

Existe hoje uma resistência social por parte de populações que se identificam como atingidas pela monocultura do eucalipto. Isso existe porque as pessoas querem se intitular assim, porque resolveram se fazer de vítimas? Não, mas porque existem situações concretas que levaram essas pessoas a tomar esse tipo de posição. Ninguém está inventando nada. Uma das questões que geraram essa resistência à monocultura do eucalipto foi o desenvolvimentismo autoritário da década de 70 que, com base numa produtividade cega e autoritária, passou o trator por cima

de populações e ecossistemas, que é o que vamos ver a seguir. Vou mostrar algumas fotos de regiões onde esse impacto foi operado.

Hoje, temos que aproveitar a democracia para discutir o desenvolvimento que queremos. Não há só um caminho, mas uma série de opções que a sociedade tem que fazer. É para isso que fazemos esses debates. Não temos que ser plantadores de monocultura de eucalipto a vida inteira. Isso não está escrito em nenhum livro. Temos diversas opções sociais, econômicas e ecológicas para trilhar o caminho, não sei se desse desenvolvimento que os americanos querem nos vender, ou de outro desenvolvimento que incorpore as pessoas e os ecossistemas. Aí, o papel do cientista passa por uma questão ética, social, ecológica e humana, que é o desafio de reorientar a sociedade para o caminho da sustentabilidade. Daí também a impossibilidade de se separar a questão social da ambiental.

Essa questão ética passa, infelizmente, por dados muito objetivos. No mundo, temos 1.200.000.000,00 de pessoas vivendo com menos de US\$1,00 por dia, 50 milhões de pessoas nesse estágio de pobreza no Brasil, 30 milhões passando fome e, ao mesmo tempo, abundância de desperdício de alimentos. A produção de grãos do Brasil, calculada para mais de 120.000.000t, daria para fornecer 2kg de grãos para cada família brasileira.

E por que há tanta gente passando fome? Isso é muito estranho. O problema não está na técnica ou na produção, mas na política, na questão da distribuição, no modelo. O modo de produção pode ser concentrador ou distributivo. Não temos primeiro o modo de produção para depois concentrar ou distribuir; cada modo de produção já carrega em si o fato de ser concentrador ou distributivo. Esse é um dos problemas da monocultura, o fato de carregar em si uma lógica concentradora. Podemos desenvolver com base no latifúndio ou com base na agricultura familiar. Um é concentrador, e o outro é distributivo. Podemos desenvolver com base em grandes corporações transacionais ou com base em pequenas e médias empresas brasileiras. Um é concentrador, o outro é distributivo. O distributivo ou concentrador já está no modo de produção que a sociedade escolhe. A globalização atual radicaliza a concentração da renda no planeta. Todos os dados de concentração da terra e da renda estão piorando no período de globalização. Nesse sentido, o crescimento do agronegócio exportador contribui para o crescimento das favelas, a violência e o caos urbano. O agronegócio, ao contrário dessa ideologia que a mídia está querendo nos mostrar - no sentido de que está salvando a pátria, desde 1500, no Brasil -, é o responsável pela exclusão, pela violência e, mais recentemente, pela expulsão de 40 milhões de pessoas do campo, pelo crescimento das favelas, pela violência nas cidades, por esse caos urbano que vivemos hoje. Na verdade, o agronegócio é um dos grandes causadores dessa situação social que vivemos hoje. O problema não é produzir, mas construir um estilo de desenvolvimento em que os modelos produtivos sejam simultaneamente geradores de trabalho e riqueza, democráticos e distributivos, sustentáveis e adaptados às diferentes condições ecológicas. Hoje ocorre o contrário: as medidas ambientais e sociais mitigadoras, compensatórias do caráter impactante dos grandes projetos de desenvolvimento. Hoje, o próprio licenciamento ambiental é uma ferramenta. Não vou dizer que não é útil, mas trabalha com as questões dadas. Os projetos vão acontecer, vide Irapé: com todos os problemas de impacto ambiental, sem cumprir condicionantes, foi aprovado no COPAM.

É preciso haver compensação e mitigação, e não mudar o modelo e procurar outro caminho. Segundo a Profa. Andrea, a adequação ambiental é o paradigma da UFMG. Se o ambiente tornar-se insumo-suporte, a população local não será o sujeito, mas a favorecida, como os favorecidos pela barragem ou pela monocultura. Portanto os projetos vêm de cima para baixo, e se adaptam soluções ambientais para minorar o impacto.

Outro paradigma seria a sustentabilidade, e não o desenvolvimento sustentável. Os projetos deveriam ser adequados às realidades socioambientais, resultantes da participação e do protagonismo das populações locais, da valorização dos ecossistemas e dos respeito aos seus limites. Nesse caso, a população torna-se o sujeito, e o ambiente, o portador de processos ecológicos, cuja manutenção deve ser a base das atividades econômicas, pois só assim poderão gerar qualidade de vida duradoura. Primeiramente, baseando-se na realidade da população e da natureza, os projetos deverão oferecer qualidade de vida duradoura àquela região, diferentemente do processo atual, no qual os setores econômicos, providos de propostas prontas, implementam seus projetos a partir do licenciamento ambiental, concedido pelas empresas, e a natureza é insumo, e não portadora de processos ecológicos próprios.

O problema não é a planta, o eucalipto, mas o modelo da monocultura concentradora, geradora de impactos associados ao modelo exportador de matéria-prima barata, à qual se agregará um valor ainda menor. E cabe a nós fazer o serviço sujo do impacto, da grande "plantation" e das indústrias poluidoras. O problema socioambiental tem suas causas em várias questões, como a concessão das terras públicas e o arrendamento a preços irrisórios, oriundos da privatização das chapadas pela RURALMINAS na década de 70, o que ocasionou a perda das terras de uso comum das comunidades rurais; a perda da biodiversidade, objeto do extrativismo e da solta de gado; a contaminação, a erosão dos solos, o assoreamento dos cursos de água e, cientificamente comprovado, o desequilíbrio hidrológico nas regiões do cerrado e nas chapadas; a destruturação da agricultura familiar; os problemas trabalhistas; a falta de política de gestão territorial e fundiária no Estado, pois, à medida que setores do Governo, como o ITER, recuperam terras e as arrenda às reflorestadoras, estas as compram indiscriminadamente no vale do Mucuri. Talvez daqui a 10, 20 ou 30 anos, discutiremos os impactos ambientais, a exclusão social, a concentração de terra e todas as mazelas que as monoculturas de eucalipto causarão nesse vale, já que, no Brasil, não há política de regulação fundiária das terras, como na França, que conta com a Sociedade de Ordenamento Fundiário, onde o mercado de terras não é livre, e a terra é a principal riqueza do País.

Hoje uma pessoa pode comprar um ou dois municípios. Isso é permitido no Brasil. A Aracruz possui 230.000ha no Brasil. A Veracel comprou 150.000ha no Sul da Bahia. Isso é normal acontecer.

Citarei alguns depoimentos recolhidos pela equipe do ITER, que fez uma pesquisa de campo.

O Sr. Júlio, da comunidade de Lagoa Vermelha: "Monocultura do eucalipto, que tomou conta da chapada, provocou grande impacto na água, além de invadir e tomar terra dos pequenos. A firma tomou terra das famílias que antes podiam soltar o gado na chapada. Hoje a situação é dramática, acabou com a água e o veneno usado no eucalipto atinge a saúde das pessoas e matou muito gado dos pequenos".

Sr. Nivaldo, Presidente da Associação da comunidade de Tatu, de Rio Pardo de Minas: "Isso aqui era um carrascão enorme, dava cada paução dessa artura! Ninguém plantava não, mas a terra é produtiva. Nós só tirava madeira, não tinha roça, não tinha nada. Só o carrascão, nele soltava gado. A água, tinha lugar que não podia nem passar de tanta água. Hoje está tudo seco aí. Ninguém plantava nada de tanta água".

Sr. Antônio, morador da comunidade de Tatu, de Rio Pardo de Minas: "O eucalipto tomou conta da chapada, e o que era fartura aqui em baixo foi desaparecendo. Lá na chapada acabou com as plantas nativas, com as nascentes de água e com a lenha. Aqui em baixo, acabaram os pomares, por causa da falta de água".

Sr. Quintino, morador de Tatu, de Rio Pardo de Minas: "Tinha araticum, pequi, mangaba, cagaita, plantas medicinais. O rebanho, todo mundo criava solto. Era tudo em comum. O gado dava cria lá na chapada, e nós sabia o que era de cada um. Agora no eucalipto ele não entra. Não tem água, a chapada secou. Até os bichos acabou tudo, num tem nem pássaro".

D. Adelina, moradora de Barra do Rio Preto, de Rio Pardo de Minas: "Tô com 51 anos, moro aqui a vida toda, nunca saí daqui, nem meu pai e minha mãe. Nós foi nascido e criado aqui. Tem esta firma aí, mas nós nunca participô de nada. Chegô e pegô e num deu satisfaçã de nada. Cabô cum tudo o que nós tinha aí acabô tudo. Tanto pequizeiral que tinha, mangaba, cabô cum tudo. E agora, como se diz o caso, o calipto é só pra lenha, madeira mesmo nada. Pegô um terrão minha fia! Só ficô um pedacico de terra aqui. No mais tomaram tudo! Minha filha do céu. Naquele tempo o povo num se ligava. Como se diz o caso, ficarum quietinho, num pode fazer nada! Deixaram só uma tirinha pra nós morá, entre o Rio Preto e a estrada.

A água como se diz o caso, depois que esta firma entrou, baixou muito. Meu Deus! Aqui tinha muita água. A enxurrada das áreas desmatadas foi cobrindo nossas terra, as nascente. Tá tudo seco. Se eu quero água tem que manter cisterna ou caixa d'água. A água corrente que eu tinha aqui, num tem mais".

Há dezenas de outros depoimentos. Infelizmente são tidos pela ciência como não-científicos. O povo não sabe. Então, vamos à ciência. Os dados são irrefutáveis no livro "Impacto Ambiental da Monocultura do Eucalipto", do Prof. Walter de Paula Lima, pesquisador da USP, que é favorável à monocultura. Ele pesquisou e comparou a dinâmica hidrológica do cerrado, da monocultura do eucalipto e do pinus em Grão-Mogol, no Alto Jequitinhonha. A taxa de transpiração do cerrado: 2,5mm nas águas e 1,5mm na seca; do eucalipto 6mm. Transpira três vezes mais que o cerrado, que ainda economiza transpiração na seca. Biomassa: cerrado, 36m<sup>3</sup> por hectare; eucalipto 366m<sup>3</sup>. Dez vezes mais biomassa que o cerrado.

Não bastasse, pesquisou-se a drenagem, ou seja, o que irá para o lençol. No cerrado, irá 556mm; na monocultura de eucalipto, 326mm.

A monocultura do eucalipto rouba 41% da drenagem da água, que, nas chapadas do cerrado... Pela manhã, o meu colega de Viçosa disse que somente fala o que tem certeza. Ele se equivocou, porque o importante no cerrado não é 50m em volta da nascente nem a área de preservação permanente, mas as áreas de recarga, que são as chapadas. Topo de morro somente se encontra na Mata Atlântica. No cerrado, o topo são as chapadas.

Mostrarei algumas fotos, porque o tempo é curto. Há a fisionomia de Rio Pardo de Minas, onde observamos os vales contornados de chapadas. Os agricultores ficaram encurralados nos vales. As chapadas são as áreas de recarga tomadas pelo eucalipto que comprometeram a bacia que se encontra lá em baixo. Quer dizer, a área de lavoura dos camponeses por 30 anos foi de arroz e, atualmente, é de mandioca, que é o que agüenta a seca. Antigamente, plantava-se arroz porque a várzea ficava encharcada.

E, ainda, há as chapadas de eucalipto; os carregadores que são ruas de erosão e assoreamento dos cursos de água; as enormes erosões dentro das monoculturas; o aspecto de desertificação após o corte; outra erosão; a regeneração do cerrado; os camponeses encurralados no vale; o povo da região; o eucalipto quase na porta da casa do camponês, que ficou com 200m de largura de terra entre o rio e a estrada; o retorno do pequi - dizemos que há eucalipto somente em área desmatada, mas é importante dizer que onde ele degenerou, o cerrado, a vida e a água estão ressurgindo, e a mina de água voltando a brotar.

Não me estenderei para não ser maçante. Podemos discutir sobre o aproveitamento do cerrado em modelos muito mais sustentáveis ou, na verdade, sustentáveis em contraposição à monocultura. Há as ameaças, que são o novo discurso do seqüestro de carbono; a captura da questão ambiental para desculpar os países ricos de poluírem e promoverem mais monocultura nos chamados países em desenvolvimento - isso é um engano, porque, na verdade, somos periferia do capitalismo -; transformar a fotossíntese em mercadoria; o plano nacional de florestas que possui um forte "lobby" das corporações a fim de aumentar para 11 milhões; o terrorismo do apagão florestal; e a ideologia do agronegócio.

Finalmente, há essa foto que simboliza a resistência do cerrado e do povo do cerrado, e mostra a vida ressurgindo onde o eucalipto já degenerou, abrindo novas possibilidades. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Paulo Rogério Soares de Oliveira

Boa tarde! Agradeço o convite e elogio a Assembléia Legislativa pela iniciativa. Na realidade, trago os resultados da minha tese de mestrado, realizada na Universidade Federal de Viçosa, dentro do Departamento de Engenharia Florestal.

- Procede-se à apresentação de transparências.

Nossa tese inicial é de que, se programas de fomento florestal fossem utilizados desde as décadas de 60 e 70, com incentivo do Governo, problemas como formação de latifúndios e grandes extensões em monocultura, causando êxodo rural e impactos ambientais, seriam evitados. Para a empresa, o fomento é interessante, pois reduz e até elimina a necessidade de compra de terras, além de contar com a mão-de-obra familiar e com o produtor rural como fornecedor estratégico. Para o produtor, trata-se de uma opção de renda e de disponibilidade de madeira na propriedade. Mas qual seria a influência do fomento florestal na sustentabilidade da sua propriedade?

Foram objetivos desse trabalho diagnosticar os indicadores sociais, econômicos e ambientais junto aos produtores rurais que participaram ou ainda participam do principal programa de fomento florestal do Estado do Espírito Santo; caracterizar, especificamente, a percepção desses produtores quanto ao presente e ao futuro; identificar aspectos importantes para serem fomentados e que merecem ser considerados quando da construção de indicadores de sustentabilidade para as propriedades envolvidas no programa; dar subsídios que favoreçam o prosseguimento das atividades agrícolas e florestais nas propriedades que experimentaram a integração florestal.

O estudo foi realizado no Espírito Santo, com 13 microrregiões. No mapa, as áreas em amarelo são aqueles municípios que possuíam pelo menos um contrato de fomento florestal; as áreas em branco referem-se aos que não possuíam nenhum contrato. Havia 1.873 contratos, 981 produtores, dos quais 57% estavam em vigor - produtores que plantaram o eucalipto, mas ainda não o colheram; 37% referem-se a contratos finalizados - produtores que chegaram ao final do ciclo da cultura e já venderam a madeira; 5,48% referem-se aos contratos finalizados e renovados - produtores que fizeram o corte e fizeram contrato na fase de brotação do eucalipto.

Foram feitas entrevistas em profundidade com alguns produtores, a partir das quais foi elaborado um questionário aplicado ao restante dos produtores.

Foi feito também um pré-teste para verificar a aplicabilidade desse questionário, que depois foi aplicado. Primeiro, foi utilizado o critério que se refere às situações dos contratos feitos pelo produtor. Refiro-me às três situações que já havia exposto, ou seja, quando o contrato já havia sido finalizado e não renovado, que é o caso do produtor F; quando o contrato ainda está em andamento, ou seja, o ANF; e quando o produtor tem um contrato finalizado e renovado, o FR.

Há ainda uma classe fundiária. Fizemos uma média da área de todos os produtores que, dentro do município, participavam do fomento e criamos três classes. Por fim, nossa amostragem foi essa. Em roxo, temos os municípios que foram selecionados ao acaso e proporcionalmente ao tamanho; em amarelo, os outros municípios; e, em branco, os municípios excluídos. Estão aqui os nomes de cada município da amostragem selecionada.

Para finalizar, nessas três microrregiões, temos 1.873 contratos, que representavam 981 produtores. Nas sete microrregiões mostradas, havia 805 produtores. Então, foi aplicado o total de 204 questionários. Foram entrevistados 20,7% da nossa população total, ou seja, os produtores que finalizaram os contratos, os que ainda têm contrato em vigor e os que finalizaram e renovaram esses contratos.

Com relação aos produtores que nunca haviam feito um contrato de fomento, foi entrevistada uma média de produtores por município. Eles também foram selecionados ao acaso. Foram aplicados 235 questionários em todo o Estado, e os dados foram processados no Excel e no SPSS.

Vamos falar um pouco sobre os resultados. Quanto ao perfil do produtor e de sua família, percebemos uma pequena relação entre o tamanho médio das propriedades e o da área de fomento. Quanto maior a área da propriedade, maior é a tendência de se aumentar a área de fomento. Aqui vemos o número médio de filhos não residentes, que não podem mais colaborar com a mão-de-obra. Esse número é de dois.

Dentro da classificação que fizemos, da divisão da área das propriedades que estão dentro dos municípios, de modo geral, podemos ver que esse programa de fomento tem sido mais procurado por produtores que estão nas classes fundiárias que vão da inferior à média. Elas somam a maior parte desses produtores, a quem perguntamos como seria a composição de sua renda familiar e qual a contribuição de cada atividade que compõe essa renda. Neste quadro, podemos ver que, no Estado, a atividade agrícola é, de fato, a que mais colabora; está sempre presente na composição da renda familiar. Verificamos valores acima de 80%. Vamos pegar um exemplo: 88,9% dos produtores F indicaram que a agricultura contribui, em média, com 67,1% na composição da renda familiar.

Como podemos ver, as três grandes atividades são: a agricultura, a criação animal e a florestal. Bem próximo está o trabalho fora, ou seja, aquele que não é realizado dentro da propriedade. Trata-se do produtor que, de alguma forma, tem de trabalhar fora para poder investir, injetar dinheiro em sua propriedade. Há também outras rendas, como a aposentadoria, pensões, etc.

Chamo a atenção para este caso: mesmo os produtores que finalizaram o contrato, que já entregaram sua madeira - 34,9% deles - disseram que a atividade florestal continua compondo, em uma média de 27,6%, a renda familiar.

Para aqueles produtores cujo contrato ainda está em vigor, que ainda não entregaram sua madeira, houve uma contribuição, 7,1%, e ela contribui com 46,6%. Talvez, para essa classe de produtores, seja interessante citar que, no Estado do Espírito Santo, onde é feito um tipo de contrato de fomento com adiantamentos, a dívida vai transformando-se em madeira. Talvez esses adiantamentos tenham feito esses produtores, ANF, darem importância tão grande à contribuição da renda familiar, aparecendo com 46%. E, para aqueles produtores que já finalizaram o contrato e o renovaram, 67% informaram que ela contribui para a renda familiar, num percentual de 37%.

Perguntamos a esses produtores qual seria, na propriedade, sua atividade principal, aquela que o produtor considera como o carro-chefe, e qual a atividade secundária. No Estado, o café, de fato, é a grande atividade desenvolvida pelos produtores. Os maiores percentuais apareceram para as atividades de cafeicultura. A pecuária também aparece, mas 9,5% dos produtores, aqueles que já finalizaram seu contrato, têm o eucalipto como atividade principal de sua propriedade, e 31,4% dos produtores, que já não mantêm contrato, têm a silvicultura como uma atividade secundária. Maior importância do eucalipto está sendo dada àqueles produtores que fecharam um ciclo e renovaram um contrato, com 25,6%, e na atividade secundária, 31,6%.

Foi perguntado também a esses produtores qual o tipo de mão-de-obra envolvida nas atividades da propriedade. Há familiares, diaristas, empregado formal, aquele que é registrado em carteira, meeiros e empreiteiros. A mão-de-obra familiar, de fato, por todos esses produtores, até no grupo de controle, é a mais utilizada. Mas percebemos que, quando falamos de empreiteiros para todas as atividades, a frequência é muito baixa. Há uma frequência baixa para os produtores ANF e para os FR. Mas, quando jogamos essa pergunta para a atividade da silvicultura e, mais especificamente, para a questão de corte e transporte da madeira, esses valores mudam bastante. Percebemos, pelos resultados, que a grande maioria, 63,5% e 60%, não teve condições de fazer o corte e a entrega, o transporte dessa madeira. Os produtores que conseguiram finalizar e renovar o contrato foram os que mostraram o valor de 30,2% e estariam mais aptos a executar essa tarefa.

O produtor não tem grande experiência com o corte da madeira, atividade que, de fato, traz riscos. Há a utilização da motosserra, o peso da madeira, o arraste dessas toras, enfim, vários problemas que levam o produtor a não querer colocar sua família, que não tem experiência no assunto, em risco, e a contratar as empreiteiras da mão-de-obra florestal.

Aqui temos um quadro que traz as diversas fases do ciclo do eucalipto. Até o primeiro ano, combate à formiga e o plantio. Depois, as atividades de manutenção, que seriam basicamente a construção de aceiros e algumas capinas, combate às formigas e a colheita. São as três fases.

Esse produtor, que finalizou o contrato, foi o que gastou mais dias-homem por hectare, em sua cultura de eucalipto. O produtor f gastou 400 dias-homem, ao longo do ciclo do eucalipto.

Enquanto isso, o produtor que conseguiu finalizar e renovar o contrato o FR, parece que foi mais eficiente e fez isso num menor número de horas, usando apenas 210 dias por homem.

O produtor ANF, que tem o contrato em vigor, aparece colhendo madeira. Do momento em que nos foi passado o cadastro até a época em que nos encontramos com esse produtor no campo, alguns deles já haviam chegado ao tempo de colher a sua madeira. Resolvemos pegar desses produtores, para ter uma base de como seria com relação aos produtores que estão fechando novos contratos agora; para ver como estão indo.

Eles têm mostrado que estão utilizando mais horas do que os que finalizaram, mas menos dias por homem do que aqueles que não finalizaram o contrato. Alguns produtores da classe do grupo controle tinham determinados dias por homem na sua atividade. No caso, não-fomentado seria o produtor que implantou sua floresta com recursos próprios ou através de fomento do Governo, e não de empresa privada

Procuramos ver o antes e o depois, ou seja, a percepção que o produtor rural teve entre o antes de a floresta ter sido implantada e o depois de ela ter sido implantada. Foi perguntado ao produtor qual seria a atividade mais rentável antes de ele ter entrado para o programa de fomento. Continuou sendo a atividade do café. Apresentou o valor de 71,1% e de 62% e 63%. A pecuária também aparece com valores expressivos.

Perguntamos a esse produtor qual atividade se tornou mais rentável depois do fomento. Foi a mesma atividade que antes do fomento: a grande maioria dos pesquisados respondeu que continua sendo a cafeicultura.

Antes do fomento, tínhamos a cafeicultura e a pecuária bovina. O eucalipto apareceu como a atividade mais rentável depois disso, principalmente para aqueles produtores que finalizaram e renovaram o contrato. O mesmo ocorreu com os produtores que somente finalizaram o contrato.

O café aqui aparece com valores pequenos de 3,2%, 4,1% e 2,3%, percentuais que indicam que, a partir do fomento, houve algum incentivo ao produtor, que tornou a atividade mais rentável. Não quer dizer que para todos os produtores seja por causa do fomento. Pode ter sido por outro contexto, mas, depois do fomento, essa atividade se tornou a mais rentável.

Foi perguntado ainda aos produtores sobre a água antes e depois de ter sido implantada a floresta de eucaliptos. Foi perguntado se havia

menos ou mais água do que atualmente ou se continuava a mesma coisa. A maioria dos produtores respondeu que continuou a mesma coisa.

Houve uma divisão quase igual, nas classes que finalizaram e nos que ainda estão com o contrato em andamento, entre os que acham que hoje tem mais água em suas propriedades e aqueles que acham que tem menos água em suas propriedades. No caso do produtor FR, houve uma porcentagem maior daqueles que acham que tinha menos água do que atualmente.

Aos produtores que responderam que a água está diminuindo, foi perguntado por que isso estava ocorrendo. Uma parte dos produtores disse que se deve à localização dos plantios, com proximidade de nascentes. Outros dizem que se deve ao eucalipto, um percentual atribui ao desmatamento, e há, ainda, os que apontam os fatores climáticos e os que acreditam no aumento de recursos agrícolas.

Sobre o aumento da quantidade de água, no item "alocação de plantio", agruparam-se respostas como plantio no topo do morro e distante da nascente. Quem acredita que se deve ao eucalipto acredita que o mesmo favorece a infiltração da água no solo. O desenvolvimento da consciência ambiental - por exemplo evitar o fogo - também foi outra causa apontada, seguido de fatores climáticos e ações que retêm água - construção de barragens. Os 20% restantes não souberam identificar.

Na pergunta sobre a manutenção da água, a maioria atribuiu a dificuldade à alocação de plantios, que era distante das nascentes. A esses seguiram-se a presença do eucalipto, mas a maior parte disse que não há influência da árvore na manutenção desse recurso. Questionados se a fauna aumentou ou diminuiu com a presença da floresta, a maioria não apontou nenhum valor de redução superior ao aumento ou à manutenção dos animais. Para os que acreditam no aumento, as razões são desenvolvimento da consciência ambiental - a caça não é permitida -, à floresta de eucalipto - que dá condições de refúgio à fauna - e à agricultura - que colabora na alimentação dos animais.

O desmatamento das florestas nativas e o uso de fogo foram as causas mais apontadas para a diminuição da fauna, seguidas da floresta de eucalipto - pouca oferta de alimento - e do uso de agrotóxicos na atividade agrícola. Quando à fonte de energia, a maioria usa o conjunto gás de cozinha e lenha. Entretanto, um número expressivo utiliza apenas a lenha. Questionados sobre a origem da mesma antes da presença da floresta de eucalipto, a maior parte disse que vinha da floresta nativa e dos cafezais.

E, nos dias de hoje, de onde vem essa lenha que está sendo usada para gerar energia?

Percebemos que houve redução da floresta nativa em todas as categorias. Essa redução só foi menor no caso do produtor ANF, em função de sua floresta não ter atingido ponto de corte ou possuir indivíduos que pudessem servir a essa finalidade.

A floresta de eucalipto serve a todos os produtores como fonte de energia. Além disso, a reforma de cafezais e de pomares continua a ser ainda muito importante em todo o Estado. No caso da madeira para mourões, ou seja, para cerca, há também a contribuição da floresta de eucaliptos.

Por que alguns produtores não quiseram assinar contrato de fomento florestal? Porque preferiram conduzir a plantação sozinhos. Dessa forma, têm maior liberdade de venda. Por isso, a maior parte das pessoas preferem não conduzir a sua plantação.

O principal motivo de as pessoas renovarem o contrato é a obtenção de uma boa venda; e o principal motivo de produtores nunca terem feito contrato de fomento florestal é possuírem pouca área.

Há ainda várias questões relativas a vantagens e desvantagens. A maior parte dos produtores informou-nos que não há desvantagens.

Finalizando, poderiam ser construídos indicadores para as propriedades envolvidas no programa de fomento florestal de iniciativa privada. Os produtores deram grande importância aos seguintes indicadores: geração e expectativa de renda, devido ao comportamento do preço da madeira, que tem pouca oscilação; financiamento da produção; porcentagem da receita da atividade florestal, que compõe a renda familiar; geração de trabalho e de emprego; e preocupação com a mão-de-obra familiar. Outros indicadores são: o perfil do produtor e da família - idade, composição familiar, endereço -, os recursos naturais - flora, fauna e recursos hídricos do subsolo - e o custo de corte e de transporte, indicador muito importante, que seria traduzido pela distância entre a parte e o recebimento; mão-de-obra utilizada, experiência familiar; disponibilidade de máquinas e de equipamentos; interação de fomento que se deve ao uso de recursos e grau de satisfação e flexibilidade de adequação dos contratos. Outro indicador é a diversidade de atividades realizadas na propriedade, uma vez que o fomento florestal, especificamente, diferencia-se do fomento de aves e de suínos, já que requer pouco tempo de mão-de-obra familiar, sobrando tempo para que a família se dedique a outras atividades em sua propriedade, ao contrário do que ocorre nas atividades fomentadas de suínos e de aves, que exigem trato diário.

Há recomendações que tentam melhorar as condições dos produtores, que têm grande dificuldade na realização de corte e de transporte.

Sugerimos que fosse feito um programa de capacitação ou de apoio ao corte de transporte, na forma de locação de pátios e recebimentos mais próximos, ou, ainda, de subsídios para executar essas operações na propriedade rural, monitorar e oferecer em bloco a demanda de serviço ao mercado empreiteiro ou comprar essa madeira em pé. Essa é uma forma de deixar o produtor livre do trabalho de lidar com o custo de corte de transporte.

A começar de novas adesões ao contrato, sugerimos ainda que os novos produtores entrassem no contrato a partir das propriedades, de programas de monitoramento de vazão dos cursos d'água. É interessante que isso seja feito. É preciso oferecer um bônus, visando a cumprir as prescrições passadas para a condução da cultura. Talvez possamos discutir os resultados no debate. Obrigado.

#### Esclarecimentos sobre os Debates

A Sra. Presidente - Neste instante, daremos início à fase de debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que se identifiquem ao fazerem uso do microfone, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

#### Debates

O Deputado Paulo Piau - Farei duas observações sobre os pronunciamentos dos Srs. Winniefried e Carlos Eduardo. Tenho grande alegria de participar de debate dessa natureza. O passivo que existe na sociedade brasileira ambiental e social é muito grande. Ficamos felizes de ver que as pessoas querem ajudar a resolver esse problema.

O Sr. Winniefried disse que não há fundamento em falar de influências externas. Se isso fosse verdade, os Estados Unidos não estariam invadindo o Oriente Médio por causa de petróleo.

Durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, um indivíduo queria cortar a soja transgênica da Monsanto. Não tenho nada contra o fato de ele ser contra os transgênicos, o problema é que o holandês é o indivíduo mais conservador da Europa, defensor dos subsídios agrícolas europeus que prejudicam frontalmente a agropecuária brasileira, seja ela grande, média, pequena ou micro. Quase todo o Brasil bateu palmas para ele.

Há aproximadamente quatro anos, uma ONG canadense participou de reunião no Sindicato Rural de Uberaba, pagando para que o produtor brasileiro não plantasse soja. Felizmente, essa ONG, que queria desarticular o nosso mercado de soja, não progrediu.

Isso é fato real. Não se trata de suposição. Sabemos que há influências de ONGs finlandesas em ONGs brasileiras para entrarem no parlamento deste País, a fim de desarticular a nossa produção de madeira. Essa guerra, Winniefried, existe. Não duvidamos da sua intenção de vir ao Brasil ajudar a resolver o nosso problema relativo ao passivo ambiental e social, mas a guerra existe, e temos de desconfiar dessas boas ações, até mesmo com relação à nossa Amazônia, pois sabemos o que acontece lá.

Fala-se que o eucalipto prejudica a reforma agrária, mas não falta terra neste País, pois ela é muito abundante. Não é necessário utilizar a terra com plantação de eucalipto para a reforma agrária. Existe, até hoje, um projeto de reforma agrária no País. Dizer que o plantio de eucalipto prejudica a reforma agrária é uma falácia.

Concordo com o Carlos Eduardo quando diz que uma lavoura de eucalipto não é uma floresta. Trata-se de uma cultura que tem de ser produzida, cortada, vendida com nota fiscal, de acordo com todos os requisitos ambientais, como os licenciamentos que já estão em vigor.

De uns tempos para cá, percebo a satanização do agronegócio brasileiro. Talvez, pelo fato de a mídia brasileira começar a evidenciar o potencial do Brasil de concorrer, de gerar empregos e de participar do mercado internacional, quiseram satanizar o nosso agronegócio, diferenciando-o da agricultura familiar. Conceitualmente, não há diferença alguma. Não queiram destruir algo brasileiro que, talvez, seja a única forma de o Brasil competir internacionalmente. Percebo que há também uma guerra por trás disso tudo.

Com relação ao abastecimento, o que comeremos? Fala-se da soja. Uma parte dela é exportada, e a outra é transformada em óleo, com o qual nos alimentamos. Talvez alguns tenham comido frango ou carne de porco, e se alimentam de farelo de soja. A soja não é um produto de exportação, mas um produto para encher a barriga dos brasileiros. Se essa plantação está ambientalmente incorreta, temos de corrigi-la. Há muitos erros neste País. Como agrônomo, sei que precisamos corrigir essas situações. A consciência ambiental é algo que existe há 12 anos. A Rio 92 trouxe essa consciência aos brasileiros. Anteriormente, com o programa do Ministério da Agricultura, ajudamos a drenar várzeas e veredas. Esse programa era do Governo. A informação é o mais importante para nós. Não podemos consertar isso da noite para o dia. O mesmo acontece com relação ao café, que é um produto de exportação. Ganhamos apenas 8% com esse produto. Quem ganha dinheiro com o café são a Alemanha e a Itália. Isso está errado. A atividade suja está ficando para o Brasil. Há uma estratégia internacional para deixar as atividades poluidoras aqui e as agregadoras de valores, de riqueza, de mão-de-obra e de melhor remuneração lá fora. Isso é uma guerra. Precisamos ter consciência disso.

O Prof. Carlos Eduardo diz que o eucalipto provoca a diminuição da água e a degradação ambiental. Ele falou também sobre ética. Tenho a minha opinião pessoal e a da academia. Será que toda academia brasileira é antiética e errada? Temos de acreditar na ciência e na posição da academia brasileira.

O Sr. Luiz Ronaldo Carvalho - Boa tarde! Permito-me discordar da quase totalidade da fala do Deputado Paulo Piau. Concordo com ele em apenas um aspecto, quando diz que o Brasil está se especializando nos negócios sujos. As empresas poluidoras estão vindo para o Brasil, e elas ficam com o "filé".

Disse que o problema da reforma agrária esbarra na falta de projeto. Para discutirmos essa matéria seriamente, temos de debater primeiramente a formação do latifúndio neste País e todo o processo de grilagem de terras, que ainda acontece por várias empresas ditas reflorestadoras. Não gosto de usar esse termo.

Recentemente, a Floresta Minas foi pega no pulo ao tentar legalizar terras do Norte de Minas em cartórios desta região metropolitana. Como na época da RURALMINAS, não havia demarcação de terras muito certa - existiam marcos feitos aleatoriamente. A empresa aproveitou-se disso para transformar terras de 20ha em 2.000ha e fazer seus registros. Então, o processo de grilagem continua sendo feito, até mesmo por algumas firmas de silvicultura.

Quanto ao agronegócio e à agricultura familiar são, a nosso ver, excludentes. Não é possível conciliá-los. Basta analisar os dados oficiais do Governo. À medida que o agronegócio cresce em nosso País, a população rural vai sendo expulsa do campo e vindo para a cidade. O agronegócio mecanizado tira, cada vez mais, o emprego dessas pessoas e a terra que possuíam. É óbvio que o Brasil depende das divisas e das exportações. A agricultura familiar poderia cumprir esse papel, caso tivesse incentivos. O atual Governo aumentou em seis vezes o valor do dinheiro destinado à área da agricultura familiar, mas é claro que, se fosse priorizada, haveria mais pessoas ocupadas. A produtividade de uma família de agricultores num pequeno pedaço de terra é muito maior que no agronegócio, assim como o desperdício é muito menor. Essa é uma questão de opção. Se esse setor fosse mais incentivado, este Governo não precisaria gastar tanto em projetos como o Bolsa-Família, porque a população do campo certamente não necessitaria deles.

A Sra. Ivanete Rodrigues dos Santos - Boa-tarde a todos! Sou lavradora de Rio Pardo de Minas e estou muito satisfeita por ter sido convidada para estar nesta Assembléia. É com tristeza que vemos as propostas apresentadas aqui, porque daqui de cima vemos o pequeno sendo massacrado. É isso o que está acontecendo conosco. Os grandes não estão vendo, porque pensam apenas no capitalismo. Seria bom se plantassem um pé de eucalipto nas portas de suas casas, para sentirem o peso nas costas, assim como nós; para sentirem o peso das enxurradas, dos carregadores e dos empresários; para sentirem o peso do veneno do qual fui vítima; para sentirem o peso de ver uma nascente morrer, uma barragem sendo assoreada e um rio morrendo. Vemos algumas camisetas por aí e sabemos que as pessoas estão sendo pagas para isso. Quem é contra uma árvore é contra a vida. Como defendermos uma árvore que não permite que haja vida dentro dela? Qual é o bichinho que vive numa floresta de eucalipto, se é que podemos chamar isso de floresta?

Portanto não temos condições de continuar vivendo. Estou aqui representando 30 comunidades e exijo que os nossos direitos sejam cumpridos. Muito obrigado.

O Sr. Juarez Teixeira Santana - Boa tarde a todos. Quero aqui, na forma de literatura de cordel, trazer um recado dos moradores que estão nas favelas. Foi falado que o pessoal foi para a rua porque quis vender sua terra. Isso não é verdade. O êxodo rural dá-se de duas formas: direta ou indireta. O sistema obrigou-nos a isso. Belo Horizonte abriga a maior parte desse pessoal expulso, e não Bocaiúva, uma pequena cidade do Norte de Minas. Em cada esquina e em cada beco de Belo Horizonte, nós deparamos com um trabalhador que estende sua mão e diz:

- Procede-se à apresentação de literatura de cordel.

É um retrato, em poucas palavras, do que vemos nas cidades, pela expulsão direta do trabalhador, que hoje fica mendigando nas ruas da cidade.

O Sr. Enio Bohnenberger - Boa tarde a todos. Temos de retomar um debate iniciado hoje, pela manhã. Quero falar de dois projetos que temos para o nosso País. Um é o projeto do continuísmo, que começou igualzinho com o que está acontecendo hoje. O latifúndio de origem foi comercial. Começou traficando escravos na Europa. Essa foi a origem, e nunca se conseguiu desvincular disso. Hoje o latifúndio do eucalipto quer continuar o mesmo discurso do comércio, do lucro e do crescimento econômico no chamado agronegócio, com uma diferença: há doutores em universidades que defendem isso. Não é possível defender o latifúndio atrasado, no qual predomina o trabalho escravo de quase 500 anos atrás e que ainda existe no Norte e no Jequitinhonha. Atualmente, o latifúndio é um pouco mais moderno.

Outro projeto que está sendo debatido visa ao não-investimento em negócio, já que o Brasil sempre foi tratado como um negócio. Como nunca se olhou para os seres humanos, os projetos apresentam propostas diferentes. Plantar eucalipto não significa desenvolvimento. O latifúndio causou a destruição da natureza e a exclusão do povo. Portanto, queremos um projeto de desenvolvimento que, em vez de incluir lucro e comércio, inclua pessoas. Assim, enxergamos com bons olhos as causas da reforma agrária e da agricultura familiar. No Jequitinhonha, desapropriou-se uma fazenda. Em vez de um latifúndio, no qual se empregavam 10 pessoas, criaremos 400 empregos. Em quatro anos, 120 famílias gerarão R\$2.600.000,00 para o município, a serem investidos em crianças, seres humanos, escolas, comunidades e creches, e não em boi, eucalipto e comércio exterior. Precisamos investir é no Brasil.

Dizem que o agronegócio está sendo satanizado. A revista "Veja", de um lado, estampou a foto de máquina realizando a colheita de soja, com a frase: "Esse é o Brasil que dá certo.". Do outro lado, um sem-terra, umas 200 pessoas, com a frase: "Esse é o Brasil que dá errado.". Por quê? Porque essa é a visão do agronegócio, que enxerga uma máquina, ao passo que os seres humanos e os movimentos sociais enxergam gente no Brasil.

O Sr. Mauro Lemos - Repetir as mazelas e os estragos que a monocultura tem acarretado ao solo brasileiro ao longo de 500 anos tornará o debate maçante. O latifúndio vem excluindo e jogando milhões de trabalhadores para as grandes cidades, os quais, ao longo da história, produziram a subsistência no interior do País. Há quem diga que limpar a cultura de eucalipto com mão-de-obra braçal gera emprego. Mas vão-se os animais, os rios e, principalmente, os trabalhadores.

Um detalhe interessante: conjugue isso, a ganância do capital internacional de retirar desse solo as matérias-primas para a subsistência para a boa vida deles, com um outro processo de alienação, citado pelo professor, Ph.D. em Engenharia Florestal, em que as pessoas estão a serviço do capital internacional no País. O Deputado Paulo Piau disse que há interferência internacional. Concorro. Essas pessoas são professores, Deputados e sindicalistas que não fazem parte de empresas multinacionais plantadoras de eucalipto. Apenas estão na folha de pagamento para difundir a idéia do monopólio do eucalipto. Recebem para participar de seminários e de grandes encontros para defender o plantio de eucalipto.

O pior de tudo: são sabidos e têm grande capacidade de persuasão. Pela manhã, vimos alguns companheiros, de que não sabemos qual é o nível de consciência, defendendo o plantio de eucalipto. Eram jovens de 17 ou 20 anos. Eles são herdeiros dessa terra. Quando seu pai, que planta eucalipto pensando apenas no lucro imediato, entregar-lhe a terra daqui a 10 ou 15 anos, veremos se conseguirão sustentar-se nela. Nessa terra nem eucalipto nascerá.

Portanto, precisamos enfrentar a situação, com educação e esclarecimento. Há o desafio: temos de nos organizar. O Lourival propôs que a Assembléia discutisse o assunto nas comunidades, mas acredito que nós, os pequenos agricultores, é que temos de nos organizar e não esperar por ninguém. Temos de ocupar os sindicatos e todos os espaços do campo, discutindo com a comunidade rural o papel do eucalipto na nossa sociedade e no Brasil. Qual será o nosso futuro como agricultores? A partir daí, poderemos discutir um projeto para este País, pois sabemos que não será o eucalipto que gerará riqueza a este País e libertará seu povo.

O Sr. José Murilo Alves de Souza - Boa tarde a todos. Faço parte da equipe técnica do CAVE, com sede em Turmalina. Desenvolvemos atividades em alguns municípios do alto vale do Jequitinhonha. Antes de perguntar, gostaria de relatar um trabalho feito na região, de influência daquele grande maciço florestal, juntamente com a Universidade Federal de Lavras, com os alunos da Escola-Família Agrícola de Turmalina e com as comunidades rurais das quatro bacias que cortam o município: Jequitinhonha, Araçuaí, Itamarandiba e Fanado.

Nessa pesquisa, constatamos que 70% dos pequenos, médios e grandes córregos secaram, restando apenas alguns barramentos, onde antes eram as veredas. Os pequenos córregos secaram totalmente, causando um grande êxodo rural. Com isso, ocorreu um grande inchaço na cidade. Como o Luciano bem disse, essa questão da migração aumenta a cada ano, porque as pessoas não encontram trabalho no campo.

Minha pergunta será dirigida ao Carlos Gonçalves. O consórcio de eucalipto com pastagem talvez seja uma boa proposta. Mas sabemos que o eucalipto necessita de 6mm de água por dia. Se considerarmos que a vegetação do cerrado, no período chuvoso, absorve 2,5mm de água, e, na seca, 1,5mm de água, não seria problemático ter um consórcio com uma planta com alto consumo de água, e que poderá acarretar falta de água para as pastagens e para outras culturas?

Antes da implantação desse grande projeto, não seria melhor, no momento, um programa de manejo integrado de bacias hidrográficas, fazendo com que as águas das chuvas sejam armazenadas e melhor utilizadas, com o uso racional dos recursos hídricos?

A Sra. Sheila Regina Ricoy Soares - Boa tarde! Sou estudante do curso de Geografia e Análise Ambiental. Não desejo formular perguntas, mas comentar o que disse o Deputado Paulo Piau. A academia deve ser respeitada, mas não é a única fonte de saber. Devemos ouvir o senso comum, pois as pessoas aqui sabem o que ocorre no País. Os dados que trouxeram são importantes. Obrigada.

O Sr. José Luís Ciotola Guimarães - Boa tarde! Formulo duas perguntas: uma ao Sr. Carlos Eduardo Mazzetto Silva e outra ao Sr. Winniefried. A primeira é sobre o eucalipto consorciar-se com grãos e, depois, com pastagens. Isso dá a impressão de que o problema fundiário no Brasil está resolvido, porque, na agricultura, há terras de sobra para plantar eucalipto, feijão e criar pequenos animais. Gostaria que falasse sobre a questão fundiária, principalmente no Norte de Minas, em Indaiabira e Rio Pardo de Minas, e se há abundância de terra na mão do agricultor.

Sr. Winniefried, estudava no Espírito Santo em 1992 e tive o desprazer de ter em mão um contrato referente ao eucalipto, em que havia uma negociação da Aracruz Celulose com os agricultores. Não sei se mudou, mas ocorria dessa forma: os agricultores recebiam um adiantamento para preparar a área a fim de plantar o eucalipto. Depois de cinco ou sete anos, eles não possuíam mais recurso para levá-lo aonde a empresa mandava. Logo, a empresa tomava-lhes as terras. Isso aconteceu com centenas de agricultores no Espírito Santo.

O Bové defende o subsídio da agricultura francesa, porque atrás dela há o agricultor francês. Não adianta ir à OMC chorar contra o subsídio da agricultura francesa e americana. Eles defendem o povo. Então, se desejamos defender o povo, devemos subsidiar o milho, o feijão e a agricultura camponesa.

A Sra. Miryam T. Silva Belo - Antes de formular uma pergunta ao Sr. Mazzetto, faço uma observação. Sou zootecnista. Quando estava na universidade, começando a trabalhar - nunca trabalhei em grandes empresas -, aprendi que, para se tratar um bom animal e haver lucro, devemos dar-lhe ração balanceada, remédios para não adoecerem, além de um transporte que não gere estresse e ambiente adequado. Então, uma empresa que transporta os animais e trata seus empregados dessa maneira não faz mais que sua obrigação. Na verdade, as que agem assim o fazem somente para gerar lucro.

Indago ao Sr. Mazzetto sobre suas propostas referentes a outras alternativas e ao plantio do eucalipto. Não deu tempo para ele expô-las.

O Sr. Carlos Eduardo Mazzetto Silva - Polemizarei com o Deputado Paulo Piau, porque somos agrônomos formados em épocas próximas e sofremos verdadeira lavagem cerebral na defesa da monocultura e da modernização da agricultura. Procurei desconstruí-la por meio da agroecologia e agora vejo a situação do prisma de uma análise crítica, de outros estudos e da convivência com os agricultores que nos ensinam sobre a realidade concreta.

Citei dados científicos do cerrado, mas a mata atlântica merece outro estudo, pois tem outra dinâmica. O renomado pesquisador da USP, Prof. Valter de Paula Lima, em seu livro ironicamente patrocinado pela Associação Nacional de Fabricantes de Papéis e Celulose, expõe dados inquestionáveis de hidrologia, demonstrando que o eucalipto seca as águas quando plantado em monocultura na chapada ou no cerrado, porque rouba a água que o cerrado generosamente não usava e deixava entrar para os lençóis. Ninguém questionou os dados. Sou cientista, professor, estou fazendo doutorado, mas defendo uma ciência que dialogue com o saber popular. A Prof. Leila, geóloga da UFMG, juntamente com dois professores da USP, no estudo sobre o Jequitinhonha intitulado "Impacto ambiental do eucalipto na recarga de água subterrânea em áreas de cerrado no Médio Jequitinhonha, em Minas Gerais", diz: "As conseqüências danosas ao meio ambiente, ocasionadas pelas florestas de eucalipto e pinus, quando implantadas às custas da remoção da vegetação nativa, são particularmente maiores quando a vegetação nativa substituída é a de cerrado, ocasionando perda importante na parcela da recarga, devido à maior demanda evapotranspirativa daquelas espécies em relação às nativas do cerrado." Está provado. Cego é quem não quer ver e continua dizendo que quem diz isso é preconceituoso. Preconceito é não querer abrir a visão. Os dados científicos estão aqui; tragam outros para contestar, mas não digam apenas que estamos contrariando a ciência. Influências externas existem. A Gerdau, que recebeu milhares de hectares de terra para plantar eucalipto no Norte de Minas, é suíça; a V&M é holandesa e francesa; a Aracruz é norueguesa. Resta saber quais dessas influências externas defendem o lucro privado e quais defendem a vida. Há quem defenda a vida e quem defenda o interesse privado. Em vários campos é assim, no meio ambiente, na luta pela questão agrária e por modelos de desenvolvimento rural etc. A Via Campesina é um organismo internacional de defesa dos camponeses, fazendo seu papel no mundo globalizado em que a disputa é acirrada.

Quanto ao agronegócio, a agricultura familiar responde por 40% do valor bruto da produção no Brasil, está dentro do negócio agrícola, mas, ao contrário da satanização, há uma ideologização do agronegócio monocultor exportador, por meio da mídia, das instituições governamentais e de alguns setores da academia, que querem santificar o agronegócio.

Pelo contrário, querem mostrar que esse grande agronegócio exportador é a salvação do Brasil. Querem esvaziar a discussão da função social da terra e da sustentabilidade dos ecossistemas. Esses brasileiros a que se referiu o Deputado, a meu ver, constituem pequenas peças da engrenagem, porque não são eles que comandam o agronegócio. Aliás, o nome mais apropriado seria "agrobusiness", termo que nós, brasileiros, grandes produtores e firmas, usamos, o que já demonstra o caráter transnacional desse agronegócio. Nesse contexto, os brasileiros são: tratoristas, aplicadores de veneno e alguns poucos proprietários rurais. Isso porque a produção de tratores, adubos e venenos é transnacional. Ademais, quem financia todo esse negócio são Bancos internacionais, como o HSBC, por meio da Cargill, Sadia e de outras grandes empresas do negócio transnacional. Então, de brasileiro esse negócio tem muito pouco. Os brasileiros estão excluídos, vide a favela, a violência e quase 6 milhões de pessoas sem terras. Por que não as incluem no agronegócio, visto que se destina aos brasileiros?

No tocante à questão das áreas devolutas, onde os cerrados estão-se regenerando, existem propostas. O pessoal de Rio Pardo de Minas, o Sindicato CAA possui a proposta de remanejar o cerrado e agregar valor a seus frutos, por meio do doce, licor, polpa, óleos, remédios, ciências medicinais, etc., que o cerrado pode oferecer. O cerrado é a savana mais rica do mundo. Cinco por cento da biodiversidade do planeta estão no cerrado brasileiro, mas imaginamos que ele significa apenas fronteira agrícola para a soja e para o eucalipto. A nossa mente colonizada é que compra esses pacotes, ao invés de ver a riqueza que só nós possuímos.

Vale resgatar essa visão de modelo de uso comum dessas chapadas, pensar em modelos agroextrativistas, manejando os recursos hídricos, porque as águas estão voltando. Não sei se há aqui alguém do IGAM. É impossível dispormos de uma política de gestão de recursos hídricos em Minas Gerais sem aprofundarmos a questão da ocupação das chapadas pelas monoculturas do eucalipto. Não há política de água no Norte de Minas e no Jequitinhonha que funcione, enquanto as chapadas estiverem ocupadas por monoculturas de eucalipto. É preciso escolher entre a água e a monocultura. O IGAM tem um desafio com relação ao ordenamento do uso do solo.

As propostas passam pela agricultura, pelo fortalecimento da agricultura familiar, por uma visão desconcentradora, redistributiva de vários teores. Por isso não dá para aprofundá-las neste momento. Obrigado.

O Sr. Dazinho - Boa tarde a todos. Sou um lavrador de Rio Pardo de Minas. Represento, nesta oportunidade, 30 comunidades, que, há dois anos, participam de um movimento para discutir a monocultura do eucalipto, que vem causando prejuízos à nossa região.

Admiro-me quando um empresário fala que esse fato traz desenvolvimento às regiões. Nasci e cresci no Município de Rio Pardo. Estou com 42 anos de idade e nunca vi desenvolvimento com essa cultura. O eucalipto só tem trazido problemas para nossas famílias. Somamos cerca de 10 mil pessoas, e não vejo ninguém ser beneficiado pelo eucalipto. O benefício que tivemos até agora foi o seguinte: consumo de veneno, peixes mortos, nascentes assoreadas e barragens entupidas. Lá há uma barragem construída pelo PRONAF, mas foi entupida devido à erosão causada por empresas. Será que uma empresa dessas está trazendo desenvolvimento para nossa região? Entendo que não. Se essas empresas estivessem mesmo trazendo desenvolvimento, as comunidades apoiavam-nas.

Se não apóiam, certamente não se trata de bom negócio. Bom negócio para um ou dois não é bom para a Nação. Digo isso em nome de 30 comunidades. Só trouxeram prejuízos para Rio Pardo.

Os grandes empresários, quando plantam eucalipto, usam veneno, o (...), na mesma composição do aldrim, na barragem, desde a enxurrada, e os peixes morrem. Aquela é a água que nós, moradores, consumimos. Certo seria que eles morassem na mesma localidade que nós e aumentassem a dose do veneno, para eles, para ver se resistem como estamos resistindo. Muito obrigado.

O Sr. Ângelo Gerard Torromeo Jr. - Boa tarde. Estamos precisando de soluções que incentivem os produtores a plantarem mais, porque os negócios com vaca e outros produtos não estão bons.

Estamos pensando em uma solução: criar um parque industrial para processar todos os produtos finais da colheita de cada área. Isso gerará emprego, abrirá caminhos para a educação, essencial para sustentar o crescimento da indústria.

Com isso, os investidores acreditarão mais no Brasil e nas indústrias e darão mais força para os brasileiros negociarem o preço no mercado e

sustentarem o dinheiro brasileiro. A moeda ficará mais forte. É preciso um parque industrial em cada região para diminuir o transporte e todos os demais custos. Obrigado.

O Sr. Edélson - Novamente estou aqui. Sou assessor da Prefeitura de Capelinha e, em nome do Deputado Adelmo Carneiro Leão, cumprimento a Mesa.

Não estou sendo repetitivo nem quero aparecer em nenhum momento. Também sou plantador de eucalipto.

Sr. Carlos Eduardo, não sei se é de seu conhecimento que nossa região, em área contínua, é a maior do mundo em plantação de eucaliptos. Em todos os momentos a Acesita Energética, da qual não sou defensor, embora tenha vendido muitas terras para essa empresa, respeitou rigorosamente a distância de mais de 100m da vereda da nascente quando da introdução do eucalipto na região.

Ai de nós se não fosse o eucalipto na região. Tem de haver o respeito recíproco. Primeiro, aos Deputados desta Casa, como o Deputado Paulo Piau, que arriscou sua vida dentro de um avião para ir a Capelinha fazer audiência pública, mas recebeu o deboche de alguns. Estamos tratando de um assunto sério aqui dentro.

Não basta chegar aqui com poesias bonitas para resolver o problema da audiência pública. Perdoem-me, não quero ofender quem quer que seja. Não podemos tolher a liberdade de ninguém. Se quero plantar eucalipto, plantarei eucalipto de acordo com as normas estabelecidas.

Quando vamos a Diamantina e olhamos à sua esquerda e à sua direita, só vemos chapadões, não há mata nativa.

Nasci na região, e não se vê mais mata nativa. Quero plantar eucalipto em vez de pequi. Nossa realidade hoje é a madeira de lei. Acabou a sucupira, tudo. Hoje o corte é em 6, 12 ou 18 anos. Louvo a ACESITA. Sou contra o desmatamento em mata nativa, mas, nos chapadões, como em nossa região, pelo amor de Deus.

Sr. Presidente, quero que conste na ata dos nossos trabalhos de hoje nosso pedido para que se realize audiência pública na região onde se planta eucalipto. Costumo dizer que somos das Gerais e não de Minas Gerais. Na região, iremos saber se o nosso produtor quer plantar eucalipto ou café. É mais fácil essa escolha ser feita na cidade do produtor do que aqui, onde um fala, outro fala e outro recita uma poesia. Isso não adianta.

Infelizmente, com todo o respeito à Mesa, do jeito que está vamos perder um pouco de tempo. Aqui, onde temos 500 pessoas, não se fala pelo local que tem cerca de 20 mil pessoas. Capelinha, por exemplo, tem 40 mil pessoas, e aqui temos quatro representantes. No local poderemos saber se é bom produzir eucalipto, café ou deixar os chapadões. Muito obrigado.

O Sr. José Batuira de Assis - Peço perdão aos produtores rurais e ao Winniefried se entenderam que afirmei terem pedido financiamento internacional. Referi-me, apenas, a um fato, a que todos assistiram, de uma entidade que foi a Milão.

A quem interessa o plantio de eucalipto? Na minha visão, que é a de filho de produtor rural, engenheiro florestal, cidadão - presto, por profissionalismo e por acaso, serviços a uma associação de empresas de produção florestal -, interessa a todos, principalmente aos que estão no Rio de Janeiro e São Paulo. Essas cidades foram construídas em cima de ocas de comunidades indígenas. Segundo dados do IBGE, 85% da população estão nas cidades. Se não forem alimentados, se não tiverem madeira, invadirão as pequenas propriedades, que hoje têm problemas. Se não garantíssemos uma alta produtividade, as dificuldades seriam muito menores.

Pode ser que em algum caso seja monocultura, mas é uma utopia imaginar que o agroextrativismo alimentará a cidade. Ele alimentará o povo do campo, que pode e quer viver assim. Defendo-o com unhas e dentes, para que haja reforma agrária. Estamos aqui para traçar rumos. O mais importante é a descentralização, a fim de que pequenas e médias propriedades rurais abasteçam as indústrias. Para isso é necessário garantir a produção. Não vejo políticas públicas para que o pequeno e o médio produtores garantam o abastecimento. Reafirmo: somos 85% de cidadãos na cidade e necessitamos de alta produtividade. Enquanto não houver condições de produção para os pequenos e médios, teremos de nos valer dos modelos vigentes, caso contrário não sobreviveremos para fazer essa divisão.

O Sr. José Coelho Júnior - Com amor, respeito e ação, todo problema tem solução. Aqui, encontramos boas alternativas, principalmente por parte das reflorestadoras que conheço de perto, entre elas a ACESITA. Estou pronto para entrar com uma ação civil pública em nome do sindicato. Entretanto, acredito que educação e diálogo trazem soluções. É preciso provar que há pessoas de visão na região. Sou advogado há 33 anos e sou realista. A Assembléia, que é um órgão sério, deveria aprovar um projeto de lei que tornasse obrigatório que toda reflorestadora, além do eucalipto, plantasse algo de mais utilidade. Hoje não se planta alimento, a ponto de trabalhador rural buscar ovos na cidade.

Há sérios problemas. De maneira indireta, houve coação para que proprietários de pequenas áreas vendessem suas terras. Em vez de investir dinheiro em praças, deveria haver investimento no social, nos produtores rurais. Aliás, alguns produtores rurais adoeceram por utilizarem agrotóxicos.

Na região, sou o único advogado que não aceitou trabalhar para essas empresas. A liberdade não tem preço. Se advogasse a favor dessas empresas, não estaria aqui convicto e tranquilo, solicitando respeito a essas pessoas. Onde há respeito, qualquer problema tem solução.

Que se invista na área social e se analise a possibilidade de se acabar com problemas sérios, como os que ocorrem com a flora e a fauna. É preciso haver mais respeito. Exigimos que as reflorestadoras voltem ao estado normal antes de plantarem eucalipto. É um direito que temos.

Estou à disposição em qualquer hora e lugar, para tentar ajudar a nossa região a voltar a ser uma região de respeito, onde o trabalhador tem voz e vez. Deixo a sugestão de as reflorestadoras reunirem-se com os representantes sindicais, para se exigir maior respeito. Às vezes encaminho ofício às empresas, e nem resposta obtenho. Essa instituição é séria, e também sou sério. Não tenho medo de dizer a verdade. Sou de Minas Novas, estudei em Diamantina e sinto-me feliz de estar aqui - aliás, ao lado do meu contemporâneo Deputado Chico Simões. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Apresentaremos as quatro perguntas dirigidas ao Sr. Winniefried. A primeira pergunta é do Sr. Arnaldo Geraldo Cardoso: "Como o senhor justifica problemas sociais como a miséria e a prostituição infantil ocorrerem associados - como o senhor disse - a regiões com reflorestamento se, infelizmente, são problemas de todas as regiões brasileiras?".

A segunda pergunta foi formulada pelo Sr. Rubens Costa: "O senhor citou exemplo isolado do IDH em Montezuma, extrapolando municípios onde há plantio de eucaliptos. Entretanto, conforme dados do IBGE, no período de 1992 a 2000, as cidades do Jequitinhonha com eucaliptocultura tiveram crescimento do IDH muito superior à média de todo o Estado. O que me diz?".

A terceira pergunta é da Sra. Maria Bárbara Bethonivo: "Os impactos sociais decorrentes das atividades de reflorestamento estão diretamente ligados à falta de alternativa de emprego da população. Acredito que um investimento mais acertado em agricultura familiar é um caminho para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, com o retorno das pessoas para o campo. Esse investimento deve estar aliado ao trabalho de outros órgãos, como o IEF e a Secretaria de Educação. Como o Espírito Santo está encaminhando os trabalhos para minimizar esses impactos?".

A última pergunta, dirigida ao Sr. Winniefried, é da Sra. Rosa Maria Barbosa: "O Sr. Paulo Rogério disse que em alguns lugares as águas permaneceram, apesar da plantação de eucalipto. Gostaria de saber se isso é verdade".

O Sr. Winniefried Overbeck - Creio que o Deputado não me entendeu bem. Eu não disse que não havia interferência internacional, mas que nosso companheiro tentou esconder. Ligar esse fato a interesses internacionais é problema que pode ser sentido na pele. Isso não tem fundamento, é um desrespeito à luta das comunidades.

Disseram que não existe um plano de reforma agrária no Brasil. O que conheço do Espírito Santo foi-me apresentado no mês passado, ou seja, o plano estadual de reforma agrária, inclusive com regiões prioritárias, que possuem mais latifúndio, como na região Norte do Espírito Santo, onde as empresas estão se expandindo.

Existe um plano de reforma agrária, um plano de ampliação das plantações na região do Sul da Bahia, saindo da divisa do Espírito Santo com a Bahia e entrando em Minas Gerais. Há um problema de priorização. Aparentemente, há maior prioridade no aumento do "agrobusiness" que para fazer agricultura campezina e reforma agrária.

O Governo Federal investirá R\$7.800.000,00 no PRONAF e R\$40.000.000,00 no "agrobusiness", o que indica qual é a prioridade. A quem interessa estimular a reforma agrária e a agricultura campezina? A quem interessa estimular a prioridade do "agrobusiness"? Qual das propostas resolverá as questões sociais do Brasil?

Foi feita uma pergunta sobre os problemas ocorridos com o fomento florestal no Espírito Santo. Existe um problema com o adiantamento que os produtores recebem, o que não ocorre em culturas. Depois de sete anos, na hora de entrega, é descontado o adiantamento, que é uma forma de incentivo da produção.

As empresas não têm interesse na região serrana, pois há dificuldade para trabalhar com máquinas. É mais interessante que os produtores produzam o eucalipto lá. Os produtores afirmam que na hora do corte começam os problemas. Tem havido casos de trabalho degradante e de produtores desistindo de tirar o eucalipto. Da região serrana até a fábrica de Aracruz, o transporte é muito caro.

Existem dois estudos, cujos resultados me surpreenderam. São necessários mais estudos para que tenhamos mais dados. Dois estudos no Espírito Santo, um do INCAPER e outro da Fundação Luterana Sementes, revelam que outras culturas, principalmente a fruticultura, são economicamente mais interessantes. São estudos de duas entidades sérias. É interessante que a universidade de Viçosa tenha conhecimento desses estudos, que devem ser feitos continuamente, pois os preços estão mudando.

O fomento é um projeto oriundo das empresas, e não das comunidades. Se, no Espírito Santo, há 1.800 produtores fazendo fomento, posso dizer que há 70 mil famílias trabalhando com a agricultura familiar. A grande maioria dos pequenos produtores não tem interesse nesses fomentos. Já ouvi muitas vezes isso. Podem até proceder a uma pesquisa científica sobre a questão, mas percebo que não há esse interesse. O movimento dos pequenos agricultores do Espírito Santo, que aglutina quase 10 mil famílias, está trabalhando com reflorestamento, com jaca e com outras espécies que lhe interessam. Ele está procedendo a isso sem nenhum apoio. Seria importante pesquisar sobre isso, para que haja suporte, já que esse projeto parte da realidade e das necessidades dos produtores rurais.

Com relação aos 85% na cidade, digo que, para isso, teremos de ter uma alta produtividade de eucalipto. Moro em um bairro popular em Vitória, com todos os problemas relativos à violência. Ao lado, há um bairro chamado São Benedito, com 85% de negros, que vêm do Norte do Espírito Santo, expulsos pela plantação de eucalipto e de cana. É importante lembrarmos que todo esse povo está lutando pela sobrevivência, causando muitos problemas. A luta do MST existe no Brasil exatamente devido a essa expulsão violenta que vem ocorrendo ao longo desses 500 anos. Esse quadro tem de ser revertido. Não é questão para se dizer que o agroextrativismo, como o pessoal de Rio Pardo está defendendo, não alimentará a cidade. Trata-se de uma proposta oriunda das comunidades, ou seja, é uma luta legítima, pois essas terras devolutas pertencem às comunidades, e não às empresas. Essa proposta é concreta. Há muito estudo a ser realizado sobre a riqueza do cerrado.

Foi-me feita uma pergunta com relação ao exemplo que citei da Vila do Riacho, onde há prostituição infantil, miséria e fome. Isso não existe em todas as regiões do Brasil. Há regiões no Espírito Santo em que predomina a agricultura familiar, onde muitos trabalham e comem, onde há uma diversidade de culturas. Não simplificaremos a questão. Estamos falando sobre o eucalipto. Esses problemas existem em outros lugares, causados por outros motivos, mas não usaremos esse argumento para dizer que o problema é geral e que estamos atacando especificamente o eucalipto. Estamos fazendo isso porque esse é o assunto em debate.

Com relação à questão do IDH, disseram que eu generalizava isso para todas as regiões do eucalipto. Posso dizer que, no Município de Aracruz, que ocupa o terceiro lugar em arrecadação no Estado do Espírito Santo, localiza-se a Vila do Riacho. Há outros bairros que estão na miséria. Ao mesmo tempo, lá encontra-se o maior complexo do mundo de produção de celulose de eucalipto. Onde existe esse tipo de projeto, de acordo com a nossa experiência, há um aumento da desigualdade e um IDH baixo, segundo dados do IBGE com relação ao Norte do Espírito Santo. Gostaria que comentassem esse dado com relação ao Jequitinhonha, porque sei que não é tudo plantação de eucalipto, apenas uma parte.

Na agricultura familiar do Espírito Santo, há mais investimento, de acordo com a sua realidade, nas monoculturas. A prioridade é a monocultura de eucalipto, o fomento florestal e o ecoturismo, antecedendo às propostas dos movimentos rurais.

Com relação à questão da água, tenho a experiência de que ela permanece onde há eucalipto plantado. Acredito que, em propriedades rurais onde o eucalipto sempre foi plantado - pois veio ao Brasil no século XIX, há um tempo -, isso não tem sido um problema. Começou a ser um problema a partir desse projeto de extensões, que ocasionou diversas questões sociais e ambientais. O modelo vem-se impondo com mais ênfase nas regiões com problemas de água e com outros problemas.

A Sra. Presidente - Ao Sr. Carlos Gonçalves, foram feitas três perguntas sobre emprego, que serão respondidas primeiramente, e outras de assuntos diversos. O Sr. Wanderley quer saber da participação das empresas de reflorestamento na geração de empregos no Município de João Pinheiro; o Sr. Hércio Landim deseja saber se as empresas exploram mão-de-obra infantil no seu município, se utilizam trabalho escravo e se respeitam as leis ambientais; e o Sr. João Aldaires da Silva Gomes indaga-lhe sobre a geração de empregos, já que o senhor afirmou que a atividade gera muitas vagas, o que ele discorda. Em Guaraciama, o eucalipto provoca desemprego.

O Sr. Carlos Gonçalves da Silva - Começo respondendo aos questionamentos do Wanderley e do João. Como eu disse anteriormente, no nosso

município, as empresas de reflorestamento atuam de maneira muito responsável, cuidam de todos os eucaliptos com o objetivo de conseguir madeira para a produção de carvão vegetal. Portanto, participam de todas as atividades, desde o plantio à manutenção, o que gera muitos empregos. De fato, elas trabalham com o objetivo de produtividade.

Quanto à pergunta do Sr. Hélcio Landim, é importante dizer que nenhuma empresa do nosso município usa mão-de-obra infantil. Todos os seus trabalhadores têm mais de 18 anos. São empregados devidamente registrados que recebem a devida assistência, como transporte diário, condições de estudo, café da manhã, refeição balanceada, material de segurança completo, uniforme e cesta básica, portanto, não podem desempenhar trabalho escravo. Não temos esse tipo de problema na nossa região.

O assunto meio ambiente será discutido amanhã.

O Sr. José Barbosa me perguntou sobre o plantio do eucalipto. Ele quer saber se essa atividade tem mais força que a agricultura no nosso município. Isso ocorre realmente e é uma questão de vocação. Conforme citou, se plantarmos apenas eucalipto, como iremos comer?

Você tem de plantar o que a região propicia. A agricultura da região de João Pinheiro está no início, mas expandindo-se bastante. Os celeiros da agricultura daquela região são Paracatu e Unai. Não temos que plantar em João Pinheiro aquilo para que não temos vocação nem produtividade. Não preciso plantar tudo o que vou comer. Em João Pinheiro, produzimos eucalipto, que propicia a produção de ferro-gusa e aço. Para comer, precisamos de colher, garfo e faca. Esse talher vem do ferro-gusa e do aço. Todos que plantam ou não eucalipto precisam de ferro para o seu carro, para a construção da sua casa, para a confecção de seus móveis. Temos de plantar e trabalhar com aquilo que cada região propicia.

O João Antônio Domingos disse que antigamente o gado pastava no meio do eucalipto e não morria, e que hoje pasta e morre. Isto é uma inverdade. Na nossa região, temos experiências de produtores que estão plantando grãos no meio do eucalipto - feijão, arroz, milho - e até melancia. São projetos reais. No meio do eucalipto pode ser plantado tudo isso. Há projetos também em consórcio com pastagem, onde fica o gado. Temos projetos que podem ser visitados. Realmente, há um consórcio, e o gado pasta normalmente no meio do eucalipto, sem nenhum problema.

A Sra. Presidente - Essas perguntas referiam-se a emprego. Agora tenho perguntas variadas. Vou lê-las, e passar a palavra para o Carlos responder a elas. Pergunta de Manoel Roda da Rocha: "Por que, antes de plantar eucalipto na região de Guaraciama, os afluentes tinham água e, depois da plantar, não têm mais água? É assim que o eucalipto preserva a água?" Pergunta de Marcelo Flávio Gonçalves Pereira: "Dentro dos órgãos públicos, as empresas precisam ter a ISO para estar participando das licitações. Até as mineradoras possuem um sistema de gestão. Como as empresas de reflorestamento estão inseridas nesse processo e quais as suas obrigações?" Pergunta de José Barbosa: "Como o eucalipto é mais importante do que a agricultura, como ficaria a alimentação para seus filhos e netos no futuro? Pergunta de Siqueira: "Se todo o nosso Brasil fosse plantado de eucalipto, o que acha que se vai comer? Poucos estão preocupados com isso. Dinheiro e pau a gente não come." Pergunta de João Antônio Domingos: "Por que, nos tempos passados, o gado pastava à vontade nas áreas de eucalipto e não morria, e hoje, se pastarem em área de eucalipto morrem? Gostaria de ouvir sua resposta."

O Sr. Carlos Gonçalves da Silva - Anotei todas as perguntas e já respondi. Ficou faltando somente a pergunta do Marcelo. Mas, voltando ao José Barbosa, como falei anteriormente, nosso município não é dotado só de eucalipto. A atividade principal do nosso município é a agropecuária. Temos cana-de-açúcar, com duas usinas de álcool. Temos uma agricultura em fase inicial que está se expandindo. Nosso município trabalha em todos os campos. O eucalipto é muito bem-vindo, é uma atividade de grande peso.

Às vezes, as pessoas se enganam ao pensar que não se come pau. Entretanto, usam o garfo e a colher, produzidos pelo carvão vegetal, pelo ferro e pelo aço. Não se planta apenas o que se come, pois o homem não vive somente do pão. O que seria de nós sem o plantio de eucalipto e sem um papel para escrever?

Com relação às certificações, há sérios projetos, acompanhados por técnicos da EMATER, do SENAR e do SEBRAE, em que, por exemplo, as empresas de reflorestamento cedem áreas para a apicultura, cujo produto terá maior valor no mercado internacional. Portanto, prestando trabalho de assistência social ao município, as empresas estão dispostas a ajudar os produtores, já que possuem certificações desde o meio ambiente até a qualidade total.

A Sra. Presidente - A Sra. Maria Camargo pergunta: "Sou viúva e muitas vezes fui ameaçada por guardas armados que fazem a vigilância da GMF. Minha água secou após o plantio de eucalipto. Esse é o bom empreendimento?"

O Sr. Carlos Gonçalves da Silva - Graças a Deus, não temos esse problema na nossa região, apesar de haver divergências. Somos conciliadores, pois sempre conversamos para resolver os problemas. Gostaria que esse assunto fosse tratado amanhã, já que haverá grandes debatedores habilitados em meio ambiente. Tenho grande experiência no setor de reflorestamento, e, como trabalhei na área administrativa, queríamos ver o desenvolvimento do nosso município.

A Sra. Presidente - Lerei as perguntas direcionadas ao Sr. Carlos Mazzetto. Sheila Ricoy comenta: "Parabéns pelo uso do termo 'sustentabilidade', que faz correta distinção em relação ao termo 'desenvolvimento sustentável', expressão em moda, utilizada pelas grandes empresas para justificar os impactos causados pela monocultura do eucalipto."

Sebastião Vicente Filho: "O eucalipto é o culpado pela falta de água no Nordeste? Não há lógica. O desmatamento, sim, seria o culpado."

Carlos Mercês de Oliveira: "Qual seria a diferença do consumo de água entre um hectare de floresta de eucalipto e um hectare de cerrado, no período de um ano?"

Antônio Geraldo: "O senhor deu exemplo de pessoas sem o mínimo conhecimento técnico e citou apenas um livro. Não acha que é pouco para um assunto tão importante? Sugiro que conheça as florestas e as empresas para realizar os debates propostos."

Pergunta de Valverde: "Em nenhum momento contestei fulano ou beltrano ausente ou presente, nem afirmei sobre algo que não domino - água -, apenas expus meu pensamento. Dessa forma, não concordo com o senhor ao direcionar meu nome a algo que não afirmei. Acredito que, como professor, falta ética de sua parte."

O Sr. Carlos Eduardo Mazzetto Silva - Não comentarei as considerações da Sra. Sheila. Para mim faz-se necessária a distinção entre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.

Com relação à pergunta do Sr. Carlos Mercês, do Ministério Público, digo que, pelo estudo do Prof. Walter, em Grão-Mogol, onde chove 1.121mm, o eucalipto consumiria 795mm, e o cerrado 565mm, o que implicaria numa diferença quanto ao que iria para o lençol. Na

monocultura do eucalipto, iriam apenas 326mm para os aquíferos, e no cerrado 556mm. Portanto, ao se plantar eucalipto no cerrado, há uma perda de 41% da água que recarrega os lençóis na chapada, que são as áreas de recarga desses biomas. Na mata atlântica é outra coisa; ainda não tenho acesso a nenhum estudo.

Quanto à pergunta do Sr. Sebastião, por que na caatinga não há eucalipto? Porque lá chove 500mm. O eucalipto não sobrevive no sertão. Mas sobrevive com 1.000mm no cerrado mineiro. O que acontece? Na caatinga, como chove pouco, os rios não são perenes. Eles correm apenas na época das águas. No cerrado mineiro, os rios correm o ano inteiro, porque chove 1.000mm, e o cerrado na chapada funciona como esponja e deixa que 556mm da água entrem nos lençóis freáticos. Quando se planta eucalipto, dos 556mm, 41% não irão para o lençol freático. Então, plantar eucalipto no cerrado é pior que o desmatamento. Claro que o desmatamento é ruim. Mas pior que o simples desmatamento é tirar o cerrado e plantar eucalipto, porque gerará alto consumo de água nas áreas de recarga, que serviriam para abastecer, e não para consumir. Isso foi o que a natureza construiu, em milhões de anos, nessas regiões em que chove por seis meses, e nos outros seis meses há seca. O que acontecerá? No cerrado, antes, os rios eram perenes, corriam nas águas e na seca. Com a plantação do eucalipto, correrão nas águas e secarão na seca. Caso você não se convença disso, a opção é sua. Paciência.

O Sr. Antônio Geraldo diz que citei exemplos de pessoas de pouco conhecimento técnico e apenas um livro. Citei mais, um da Profa. Leila, geóloga e hidróloga do Instituto de Geociências, e dois da USP. Para o Sr. Antônio Geraldo, não serve quando cito o povo, nem quando cito a ciência. Ele já fez sua opção, fechou os olhos e não discute mais. Amanhã haverá aqui um debate sobre a questão ambiental, e acredito que outras informações e estudos sejam citados. Espero que sejam estudos, pois dizer que o eucalipto não seca a terra não servirá. Cadê os dados? Se querem discutir com base na ciência, mostrem os dados. Eu os mostrei.

Sr. Valverde, se não fui ético, peço-lhe desculpas. A minha fala foi de provocação. O senhor diz que somente fala quando tem certeza, mas desqualifica alguém que não está no altar acadêmico. Isso também não é ser ético. Como o senhor disse, o nosso debate aqui é democrático. O senhor disse que não entende de hidrologia, mas diz coisas que não se sustentam e, depois, que possui informações que não secam. Logo, fiz a provocação, porque o senhor não possui informações e desqualifica a fala do companheiro. O povo sabe, pois, há 200 anos, está na grota observando a chuva, a infiltração, o cerrado, o comportamento da água, do solo e das plantas. Então, basta olharmos e ouvirmos o povo.

Nenhum conhecimento é autônomo e eterno. Hoje a ciência diz uma coisa; daqui a dez anos, diz outra. Então, as certezas de hoje são derrubadas amanhã. Todo conhecimento é socialmente construído. Não há ciência neutra. Os cientistas que possuem ideologias, crenças, fazem poesias - adoro poesias -, participam da sociedade. Não podemos pôr um conhecimento no altar e jogar todos os outros por terra. Isso é um equívoco.

O Bатуíra falou sobre a provisão de 82% das cidades, a alta produtividade, que o agroextrativismo não dará conta de prover, etc. Prefiro inverter o seu raciocínio. Por que há essa provisão? Em 1960, havia 40% nas cidades e 60% no campo. O agronegócio e o eucalipto não têm nada a ver com isso? Na minha exposição, tentei mostrar o contrário. O processo concentrador e predatório da modernização da agricultura no Brasil, com as diversas monoculturas que fizeram parte desse complexo, expulsou o povo do campo. A guerra na Favela da Rocinha hoje é devido a esse processo. Se continuarmos nesse modelo, amanhã serão 90%, depois de amanhã, 95%, e, em 2050, 90% nas cidades. Isso é uma bomba-relógio prestes a explodir. Daqui a pouco, haverá meia dúzia de pessoas andando de carro blindado e 500 mil armadas. É essa a sociedade que desejamos?

Procuo defender a inclusão do pequeno, a partir do seu ponto de vista ou do agronegócio transnacional. Quer dizer, esse camponês que, durante 500 anos da história, foi invisível para a tecnocracia, a ciência, o Governo e o poder privado, precisa ser percebido. Alguns estão aqui. Precisamos discutir o modelo. Para mim e para a maioria da população brasileira, não interessam 90% na cidade. Quem sempre proveu as cidades de alimento foram os camponeses, desde 1500. Os latifundiários no Brasil somente exportam, e os camponeses é que abastecem o País. Então, devemos procurar olhar essa situação de outra forma.

A Sra. Presidente - Pergunta do Sr. Renam Paulo da Costa Alves ao Sr. Paulo Rogério Soares de Oliveira: "Considerando que a maioria das empresas florestais arrecada impostos e taxas; respeite a legislação ambiental; desenvolva projetos de pesquisa visando ao aumento do volume de madeira por hectare; respeite as leis trabalhistas e a segurança do trabalho, como garantir que os fomentados respeitem tudo isso?"

O Sr. Paulo Rogério Soares de Oliveira - O licenciamento ambiental e o fomento poderiam forçar os produtores rurais a cumprir as legislações ambiental e trabalhista. É complicado colocar um órgão ambiental para fiscalizar as atividades no Estado, pois não há efetivo nem estrutura, e a demanda é muito grande. Se as empresas iniciarem um movimento no sentido de não adquirirem terras, ou de reduzirem essa atividade e investirem em fomento, suponho que o Governo e as empresas trabalharão para que o licenciamento ambiental seja mais eficiente no caso do fomentado.

No Espírito Santo, para o licenciamento ambiental, é exigida uma planta da propriedade em que será demarcada a área de plantio do eucalipto, a qual só é aprovada após aval do órgão ambiental. Medidas como essa são um avanço e podem solucionar a questão de fiscalização do produtor rural.

O Deputado Paulo Piau - O debate é muito salutar, mas as idéias devem ser colocadas de acordo com princípios éticos e morais. Quero ler algo de Thomas Malthus, nascido em 1766: "Supondo, então, meus postulados como garantidos, digo que a capacidade de crescimento da população é indefinidamente maior que a capacidade da terra de produzir meios de subsistência para o homem. (...) Pode-se seguramente declarar que, se não for a população contida, irá ela dobrar-se de 25 em 25 anos, ou crescerá em progressão geométrica. Pode-se afirmar, dadas as atuais condições médias da terra, que os meios de subsistência, nas mais favoráveis circunstâncias, só poderiam aumentar, no máximo, em progressão aritmética". Muitos condenam a revolução verde, eu também não aprovo o uso de agrotóxicos, mas será possível alimentar o mundo sem isso? Deixo essa pergunta para que reflitam, porque alguém pensa que é possível. Gostaria de saber que modelo deveríamos adotar para que o mundo não passe fome.

Fala-se que agronegócio é negócio e que movimento é gente. Afirmar isso é, na verdade, forçar a barra, porquanto não constitui privilégio dos movimentos - esse privilégio é dos cristãos - falar de gente. Esse é o lado humanitário da questão. Trata-se de uma força de expressão, visando, talvez, a fazer uma lavagem cerebral para que as coisas não dêem certo.

O Sr. Mauro afirmou que as universidades, os sindicalistas e os Deputados fazem parte da folha das grandes corporações. Essa é uma afirmação genérica. Da mesma forma, não duvidamos de que elas existam. Há acusações de que algumas ONGs recebem recursos das grandes corporações para manter o "status quo" ou para prejudicar o Brasil. São influências externas. Peço ao Sr. Mauro que passe o pente-fino, proceda a uma fiscalização minuciosa para apurar se eu tenho algum laço com alguma corporação. Faça esse desafio, pois não tenho nenhuma ligação. Nesta Casa, faço o meu trabalho pensando nas pessoas, e não em receber algo em favor pessoal.

Refiro-me agora à fala da Sra. Sheila. Entendo que o político que não escuta a população não é um político. A essência da política é escutar. E é assim que esta Casa age diante de todos os temas de interesse da sociedade. Não podemos desconsiderar esse fato. Todavia, temo o tal do "acho": eu acho que transgênico não é bom; eu acho que transgênico é bom. Esse tal de "acho" é complicado, tenho medo dele. Nesse movimento do "acho", as pessoas que têm o poder de convencimento vão persuadindo as outras, e a nossa ignorância vai prevalecendo. No

entanto, entendo que os movimentos contrários a qualquer avanço devem existir, até para que se faça uma reflexão. Esse é o caso dos ambientalistas, que muito combatemos na década de 70. Eu mesmo fiz isso. Nós o chamávamos de "ecoloucos". Eles estavam errados? Não. Devemos ter a humildade de dizer que eles estavam enxergando algo além do que podíamos ver. Parabéns para eles! Nada é definitivo nesta vida. Hoje, reconheço que, se não cuidarmos do meio ambiente, não conseguiremos sequer exportar. Essa é uma grande verdade.

Quanto ao subsídio do milho, concordo com o que foi dito. Alguém, de cujo nome não me lembro, disse que o Bové protege a agricultura lá e que temos de ter subsídio aqui. Concordo plenamente. Porém, entendo que não podemos ter condições diferentes das do norte-americano, do europeu e do asiático. Se não tivermos condições iguais às deles, não conseguiremos produzir. Se lá tem subsídios, aqui também tem de ter; e, se condenarmos os subsídios deles, como foi dito aqui hoje, pela manhã, vamos acabar com a agricultura subsidiada, porque o Brasil tem potencial para produzir.

Entendo que podemos receber lavagem cerebral na universidade ou depois que de lá saímos. Isso é perfeitamente possível. Não considero ter recebido nenhuma lavagem cerebral na Universidade Federal de Viçosa, que é uma instituição séria e tem, por meio da geração de empregos, contribuído definitivamente para o desenvolvimento da Nação. Penso: como alguém pode combater o agronegócio se ele emprega hoje 37% da população brasileira? Será que não estamos precisando de empregos? Vamos acabar com essa quantidade de empregos, havendo tantas pessoas desempregadas? Vamos pensar nisso. Não quero que minha verdade prevaleça. Este debate tem como finalidade encontrar o melhor caminho para resolver essa questão.

Pergunto, então, ao professor: se não for o agronegócio, qual será a alternativa para o País? Admiro as pessoas que pensam no ideal, em um sonho. É importante ter uma utopia. Todavia, é preciso termos os pés no chão. A realidade também é importante. Se tivermos só uma utopia, nada irá para a frente.

Quanto ao desenvolvimento sustentável, afirmo que é impossível fazermos qualquer produção de fibra, de energia ou de alimentos sem um mínimo de agressão à natureza, a não ser que voltemos a ser nativos. Se a opção for essa, teremos de convencer a sociedade brasileira a ser nativa. A solução, a meu ver, é não virar nativo nem degradar. Sustentável significa abrir mão de algo, tecnicamente analisado, para satisfazer o ser humano. Temos de ter essa preocupação e muito cuidado com as ideologias.

Mas, parabenizo todas as pessoas que têm pensamento divergente e tiveram coragem de vir aqui se posicionar. Só com a divergência, com o contraditório, a sociedade forma sua opinião, e as políticas públicas vão sendo construídas na busca do melhor para o Brasil e para sua gente.

O Brasil é nosso. Nenhum estrangeiro, norte-americano, europeu ou asiático resolverá nossos problemas. Nós, brasileiros, temos de construir esta Nação. Esse é o caminho, e não duvido das intenções de ninguém. Se não for esse o pensamento, há interesses escusos no processo.

Essa é a minha mensagem, minha contribuição para que esse debate seja o mais rico possível. Obrigado.

O Deputado Chico Simões - Cumprimento a Mesa e todos que estão nos assistindo.

O Deputado Paulo Piau defende seu ponto de vista com convicção, mas sabemos que esse é o modo de pensar dele, não de todos. Com todo respeito, não é o meu.

V. Exa. cita Malthus, mas é uma realidade diferente. Hoje, temos controle da natalidade, e o que está causando a fome é o uso indevido do solo por uma meia dúzia de pessoas, a falta de solução para a questão fundiária. Não será com o agronegócio que mataremos a fome do brasileiro. Não produzimos o que comemos, e sim coisas que, muitas vezes, servirão para alimentar porcos lá fora.

Para mim, a saída é outra. Se discutirmos a questão fundiária veremos que, se há 37% de pessoas envolvidas no agronegócio, com o fim dessa atividade teríamos muito mais pessoas trabalhando. Qualquer um enxerga isso. Com os equipamentos e as máquinas, o ser humano ficou relegado a segundo ou terceiro plano.

Dizem que não plantar uma árvore é não respeitar a vida, mas essa árvore deve ser plantada de maneira que respeite o ser humano, que também é vida. O eucalipto, infelizmente, veio para ficar. Não sei como vamos lidar com o plantio de eucaliptos, principalmente em Minas Gerais, na Bahia e no Espírito Santo. Esta Casa, após este debate, precisa definir como conviveremos com o plantio de eucaliptos, que continuarão a existir. Não adianta dizer que os cientistas estão falando a verdade. Não há cientista melhor que esse povo, que dá seu testemunho, vindo de todos os cantos do Estado, com dificuldade. Não vieram com a facilidade daqueles que trouxeram essas faixas, que vemos, pela letra, que são do mesmo lugar. Uma mesma pessoa escreveu todas; os pobre coitados, não.

Isso é ciência. Sou médico. O "Fantástico" questionou a homeopatia e a alopatia, medicina convencional, porque, nos moldes científicos, não se comprova o que existe no remédio. No entanto, esqueceu-se de que a medicação alopatia é testada em ratos. Se deu certo em ratos, dará certo no homem. A homeopatia é testada diretamente no homem. Que laboratório há melhor que o homem?

Esta Casa precisa fazer essa discussão. Temos de sair daqui, amanhã, sabendo pelo menos qual o projeto que esta Casa vai elaborar. Que haja o plantio de eucalipto, mas que este não mate a natureza e o povo que vive na terra. Se isso acontecer, que o eucalipto vá para o caixa-pregos. Não haveremos de querer conviver com ele.

A Sra. Presidente - Muito nos preocupa o problema do eucalipto na nossa região. Esta Casa é, por excelência, a Casa do contraditório; esta Casa é, por excelência, a Casa do debate. Entendemos que o melhor local para esta reunião deveria ser a Assembléia Legislativa.

O debate e o contraditório fazem-nos crescer e aprender. Como aprendemos e crescemos aqui hoje, pois não somos vasos cheios, mas cabeças abertas para aceitar uma outra opinião e entender o que os outros falam. Se pensamos que já entendemos tudo, somos vasos fechados, e aí não cai nenhuma gota de sabedoria em nós.

Quando esse ciclo de debates estava sendo preparado, por meio de inúmeras reuniões preparatórias - e algumas pessoas que aqui se encontram sabem disso, como o José Batuira e meus assessores -, vários nomes, por diversas vezes, foram lembrados para aqui estar presentes. Com certeza, outras capacidades poderiam ter participado do debate, mas tínhamos número limitado.

Queríamos que participassem técnicos, não porque fossem iluminados, mas porque este deveria ser, sobretudo, um debate técnico, com a participação daqueles que têm a vivência e a experiência da vida, daqueles que não conhecem os problemas do eucalipto pela leitura ou pelo conhecimento técnico, que é valorizado e importante, mas que têm o conhecimento pela experiência de vida. Nada melhor que a vida para ensinar.

Quero fazer um comentário a respeito de uma colocação que fez aqui, hoje, o Prof. Joésio Deoclécio. Ele disse que não deveriam estar aqui, nesta Mesa, os iluminados, aqueles que têm conhecimento técnico, mas as pessoas que organizam e participam lá, na luta e no dia-a-dia do movimento. Lamentou que não havia a contribuição da fala de populares.

Comentei com ele que esse assunto já havia sido interiorizado em várias regiões. Houve um seminário organizado pelos trabalhadores rurais, pelos movimentos populares do Jequitinhonha, com a participação de várias cidades da região. Houve a discussão na região de Salinas. Em Teófilo Otôni, há algum tempo, houve um debate sobre o eucalipto, e o Batuira estava lá. Na semana passada, haveria outra discussão, mas, infelizmente, não pôde acontecer por questões climáticas.

Hoje vimos a participação popular de maneira muito expressiva. As colocações feitas não foram adquiridas nos livros e nos conhecimentos técnicos, mas, como disse, pela experiência do dia-a-dia. Então, solicitamos uma discussão sobre o eucalipto, porque ando preocupadíssima com a monocultura do eucalipto. Temos o consenso para dizer que ninguém deseja a monocultura de nada, nem do eucalipto, nem das pastagens, nem do café, nem da soja. Nenhuma monocultura é boa.

Aí vem a observação de que não é para se fazer monocultura. Quanto a plantar no topo, etc., não tenho conhecimento técnico sobre isso. Sou do Mucuri, região empobrecida, que já teve a monocultura da pastagem, quando as matas foram devastadas e a mata atlântica acabou.

Como ocorre no Jequitinhonha, o Mucuri é visado para ser a região do eucalipto. Dizem que não se trata de monocultura, mas vemos que as empresas estão comprando terras. Ora, qual o interesse de uma empresa de reflorestamento em comprar tanta terra? Pessoas já disseram que não resistirão ao preço, que estão altíssimos no Mucuri e no Jequitinhonha, regiões mais pobres de Minas.

O ex-Ministro e ex-Secretário Paulo Haddad pesquisou a situação dos 853 municípios mineiros e concluiu que a pobreza está descendo pelos limites da região do Espírito Santo, no vale do rio Doce, e chegando ao Mucuri, ao Jequitinhonha e à região Norte. As condições de vida melhoraram no Noroeste. Ao listar as 50 cidades mais pobres de Minas, o estudo mostrou que todas estão nas regiões do Jequitinhonha e do Mucuri, no Norte de Minas, e algumas próximas ao Espírito Santo.

Preocupa-nos a atual situação. Isso é progresso sustentável? Daqui a 50 anos, os filhos dos plantadores de eucalipto continuarão produzindo? Segundo o ditado popular, a cabeça pensa de acordo com o local que os pés pisam. Ninguém melhor que aqueles que vivem na região para avaliar o problema. Esse debate continuará amanhã e não se esgotará. Se cada um levar suas convicções para qualquer lugar que seja, as consciências serão formadas.

Agradecemos a presença de todos, especialmente dos que nos honraram ao aceitar o nosso convite. Além da bagagem de anos de estudo, preparam-se para melhorar suas explicações e conhecimentos.

#### Encerramento

A Sra. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 25, às 8h30min, e para a reunião extraordinária também de amanhã, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a reunião ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição do dia 25/5/2004.). Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 16ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 25/5/2004

Presidência do Deputado Rogério Correia e da Deputada Maria José Haueisen

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Rubens Vargas Filho - Palavras do Sr. José Roberto Scolforo - Palavras do Sr. Herly Carlos Teixeira Dias - Palavras do Sr. Leonardo Fares - Palavras do Sr. Klemens Laschewski - Palavras do Sr. Carlos Alberto Dayrell - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Alberto Bejani - Ana Maria Resende - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Jô Moraes - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Padre João - Paulo Piau - Ricardo Duarte - Rogério Correia - Sargento Rodrigues.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rogério Correia) - Às 8h45min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Doutor Ronaldo, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Convido para compor a Mesa os Exmos. Srs. Rubens Vargas Filho, Diretor de Monitoramento e Controle do IEF; José Roberto Scolforo, Professor de Biometria, Inventário e Manejo Florestal da UFPA; Herly Carlos Teixeira Dias, Professor da Área de Hidrologia Florestal e Manejo de Bacias Hidrográficas da UFV; Leonardo Fares, Diretor do Conselho da Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente; Klemens Laschewski, Professor de Geografia e membro do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da UFMG; e Carlos Alberto Dayrell, membro do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas e da Rede Alerta contra o Deserto Verde; e a Deputada Maria José Haueisen, Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

#### Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença da Vereadora Clemência Antunes, de Itaobim.

#### Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a dar continuidade ao ciclo de debates sobre o eucalipto, com a apresentação do tema "O Eucalipto e o Meio Ambiente".

#### Palavras do Sr. Rubens Vargas Filho

Bom dia. É um prazer muito grande estar participando deste debate, rico em temas importantes. Daremos algumas contribuições a esse respeito. Dentro de abordagem um pouco mais ampla, farei breve histórico do eucalipto quando da sua introdução no Brasil.

- Procede-se à apresentação de transparências.

O plantio do eucalipto iniciou-se na década de 40, principalmente para a produção de carvão vegetal no entorno de usinas, como a Belgo-Mineira e a ACESITA. Nas décadas de 60 e 70, os maiores plantios foram incentivados na região do cerrado pelo Governo Federal. Naquela época, grandes áreas de florestas nativas foram cortadas para o plantio de florestas artificiais. Na década de 80, o plantio começou a apresentar alta produtividade, com o uso intensivo de fertilizantes e herbicidas e mudas originadas de propagação vegetativa, originando ciclo com um pouco mais de tecnologia. Na década de 90, houve visão pouco mais ecológica a respeito dos plantios, com a introdução do manejo-paisagem e a implantação de corredores ecológicos. Isso criou novo ciclo e orientação para a utilização do eucalipto como floresta, já com prática mais adequada de uso dessas florestas.

A madeira de eucalipto está sendo valorizada pelo mercado e utilizada na fabricação de móveis, favorecendo a expansão do mercado de celulose. O eucalipto tem grande função em nosso Estado, diminuindo a pressão sobre a floresta nativa principalmente com relação à produção do carvão vegetal. Esse gráfico mostra a área plantada e os ciclos desde 1989 até 2003, com as sazonalidades da execução e a política de incentivo para a área de plantio. Entre 1993 e 1994, temos pico de 12.503ha plantados. Em 2003, mais 13.185ha plantados. São áreas de fomento florestal para pequenos produtores.

O uso do eucalipto: o carvão, a gusa, como termo redutor; a celulose, em embalagens, absorventes, cadernos, tecidos, cápsulas de remédios, tecidos sintéticos, madeira serrada, tratada, roliça, lenha e combustível; em grandes aplicações para proteção de culturas agrícolas e pecuária, como quebra-vento; proteção do solo com relação à casca, folha, flor e frutos; utilização em compostos orgânicos, remédios caseiros, óleos essenciais, produção de mel e sementes; proteção do solo em relação ao contato direto das chuvas, comparativamente a solos expostos ou a áreas degradadas por pastagens. Além disso, o eucalipto tem função de resgate do CO<sup>2</sup> da atmosfera e proteção contra queimadas, que não são prática comum de utilização com o plantio do eucalipto, e de proteção de unidades de conservação, principalmente nos corredores de zona de amortecimento. O eucalipto tem função de redução da pressão sobre as áreas das unidades de conservação.

Os procedimentos técnicos utilizados pelo IEF no fomento florestal com o eucalipto estabelecem que é um plantio sempre feito em áreas ociosas de pastagens degradadas, marginais ao processo produtivo ou em áreas com processo de erosão acentuada. Não queremos incentivar o plantio em áreas de preservação permanente e em áreas de reserva legal, muito menos em substituição à agricultura, mas que seja realizado pelo IEF, como o faz, fomento florestal, em que não se incentivam grandes áreas de plantios homogêneos, mas a utilização sustentável como fonte de renda para pequenos produtores. O fogo não é utilizado para o preparo dessas áreas. Algumas das diretrizes do IEF estabelecem que áreas de floresta nativa não podem ser desmatadas para dar lugar ao plantio de eucalipto, que o fogo não poderá ser utilizado para o preparo das áreas e é obrigatória a utilização de técnicas de conservação do solo e da água nas áreas de morro. O IEF tem um trabalho voltado especificamente para essa questão.

O plantio e a capina mecânica nas áreas de morro devem ser feitos em sentido contrário ao escoamento da água de chuva, e há técnica para a execução desses plantios. O incentivo ao plantio deve ser acompanhado de ações para a recuperação de áreas de espécies nativas, de preservação permanente e da reserva legal da propriedade. Quando o IEF vai fazer fomento florestal ou qualquer atividade, obviamente tudo é regulamentado. Vai à propriedade, é feita a análise técnica, o que incentiva o próprio proprietário rural a manter sua área de preservação permanente, a averbar sua reserva legal e a estudar melhor a área para plantar o eucalipto. Quanto ao encercamento, o plantio deverá estar em área cercada, não deve ser incentivado nas áreas ocupadas com atividade de subsistência - agricultura e ou pecuária leiteira. O IEF tem algumas modalidades de fomento do eucalipto. O fomento florestal social: parcerias com prefeituras, comunidades rurais e EMATER.

O fomento florestal industrial: convênios com empresas (CENIBRA, Aracruz, Itaminas, CBCC). Cada um desses fomentos tem suas características próprias. A questão da reposição florestal é uma taxa adquirida pelo IEF, utilizada para a reposição de áreas florestais, não só de eucalipto, mas também de florestas nativas, em parceria com a ASIFLOR para a reposição florestal.

O fomento ambiental: como projetos junto com a ITTO. A Secretaria de Estado fez parceria com o IEF e com essa organização, especificamente para incentivar o fomento ambiental em áreas necessárias para a formação de corredores ecológicos, o que está sendo feito também junto ao PROMATA. Há grande trabalho de proteção da mata atlântica, especificamente na criação de corredores, na definição de áreas propícias à manutenção da fauna e da flora nativas do nosso Estado.

O fomento de produção: incentivado com recurso próprio, de arrecadação própria do IEF, voltado principalmente para o pequeno produtor rural. Produção: fomento industrial e social com eucalipto.

Proteção: uso de espécies nativas visando à recuperação de áreas degradadas; proteção de mata ciliar e de áreas de recarga hídrica e nascentes; recuperação, entre outras, de áreas de preservação permanente, visando à proteção das áreas de recarga hídrica, das matas ciliares e de algumas áreas que necessitam de recuperação. Proteção: manejo sustentado da candeia ainda no fomento. Utilização em parceria com a UFLA, há grande projeto de candeia, de proteção dessas áreas com o manejo sustentado; interligação entre fragmentos e unidades de conservação (corredores ecológicos); arborização urbana, rural e rodoviária. Tudo faz parte do fomento nas atividades do IEF.

Citarei vantagens do eucalipto com relação ao meio ambiente: reduz a pressão sobre a mata nativa e protege a fauna e, normalmente, quando se faz o fomento ou a utilização de áreas para o plantio de eucalipto, incentiva-se também a manutenção das áreas marginais e dos corredores com as matas no entorno; recupera solos exauridos pelo cultivo e queimadas e controla a erosão; mantém a cobertura do solo pela deposição dos resíduos florestais; contribui para regular o fluxo e a qualidade dos recursos hídricos; estabiliza o solo, promovendo retenção de água; absorve grande quantidade de CO<sub>2</sub> da atmosfera, diminuindo a poluição e o calor e combatendo o efeito estufa; maior produção sem prejuízo à natureza, disponibilizando matéria-prima para produtos indispensáveis a nossas vidas. Tudo isso dentro de um contexto, de não desmatar, não utilizar áreas de florestas nativas para incentivo ao eucalipto, mas incentivar áreas que o pequeno produtor possa utilizar para o fomento florestal sem prejuízo da natureza. O Estado tem cobertura florestal um pouco exaurida, e mais de 50% da cobertura do solo do Estado é feita com pastagens. Constatamos que o eucalipto tem melhor função em relação ao meio ambiente do que as grandes extensões de pastagens. Poderemos detalhar depois. São funções do eucalipto: geração de riquezas econômicas e sociais e de empregos e fixação do homem no campo.

Aqui, vemos o mapa de cobertura vegetal e uso do solo posterior à intervenção de manejo integrado. Em algumas áreas de pastagem foi realizado incentivo com o plantio de eucalipto e, obviamente, a manutenção das áreas necessárias para os corredores de ligação da flora e da fauna. São alguns projetos que o IEF desenvolve.

Aqui, área que era toda de pastagem. Agora, podem notar a cobertura, aliás, do remanescente florestal nativo, com a adequada manutenção e o crescimento da floresta. Pouco abaixo, a manutenção e as áreas de topo de morro com eucalipto, que também poderiam ser mantidas cercadas para a utilização de floresta nativa. Aqui, a utilização das técnicas de preparo do solo para o plantio de eucalipto, com as curvas de nível e com todos os taludes sendo preparados. Aqui, a retenção de águas realizada pelos taludes, evitando o carreamento dessa água e, conseqüentemente, a erosão.

Falarei sobre a legislação, mas não em detalhes. A Lei Estadual nº 14.309, de 19/6/2002, que dispõe sobre política florestal e proteção à biodiversidade, incentiva o fomento florestal no nosso Estado. O poder público criará mecanismos de fomento ao florestamento e reflorestamento, com o objetivo de favorecer o suprimento e o consumo de madeira, minimizar o impacto da exploração e da utilização das formas de vegetais nativas e complementar programas de conservação de solo. Nas áreas consideradas de preservação permanente, será respeitada a ocupação antrópica. A área de preservação permanente recuperada, recomposta ou regenerada é passível de uso sustentável. Nas plantações florestais, são livres a colheita e a comercialização de produtos e subprodutos, mediante prévia comunicação ao órgão competente. Isso é inovação da lei, pois permite melhor saída, melhor fluxo do eucalipto plantado.

Falarei sobre o fomento social do IEF. Em 2003 foram plantados 5.541ha. Aqui, à direita, as áreas estão sendo distribuídas. As maiores áreas com fomento social foram Jequitinhonha, Alto e Médio São Francisco e Paranaíba. No Jequitinhonha, foram plantados 2.100ha com o fomento social para os pequenos produtores rurais. Aqui, 2.681 produtores beneficiados. É importante fazer análise desse dado. Temos novamente o Jequitinhonha com 993 produtores beneficiados.

Aqui, as metas de fomento de produção de 2003 e 2004, em um comparativo da reposição florestal. No ano passado, foram realizados 4.600ha. Para este ano estão previstos 10.000ha. Em parceria com as empresas, a meta é 6.000ha - no ano passado, foram realizados 4.000ha. Com o fomento social, foram realizados 4.975ha. Para este ano, a meta é 4.890ha. Isso perfaz total de aproximadamente 21.000ha para o fomento da produção. Aqui, o fomento ambiental realizado em 2003. Já é o fomento com floresta nativa, ou seja, 2.180ha realizados para área de recarga hídrica, 6.378ha para áreas de regeneração, e um total de 1.997 beneficiados com fomento ambiental. O total de produção de mudas para a proteção de nascentes e de área de recarga hídrica foi de 2.180.000 em 2003, e a meta para 2004 é a distribuição de 2.675.000 mudas.

É importante ressaltar que, além do fomento com relação ao eucalipto, o IEF vem desenvolvendo várias atividades de cunho social. Algumas unidades produzem frutos do cerrado, outras produzem mel, promovendo inclusão social de algumas áreas. Com isso, vem trazendo grande benefício para os produtores rurais. Não promove apenas o fomento do eucalipto, mas também o fomento social, voltado para os pequenos produtores, incentivando-se a utilização de frutos do cerrado, as produções sustentadas e a participação da comunidade para a geração de emprego em áreas onde há maior demanda. Obrigado.

#### Palavras do Sr. José Roberto Scolforo

Congratulo-me com vocês pela realização de seminário que tem permitido estabelecer discussão apropriada e em bom nível, muitas vezes polêmica. Tentarei ser o mais didático possível durante a exposição de uma série de pontos de vista sobre como interagem as espécies do gênero eucalipto e o ambiente. Antes de entrar no tema, exporemos rapidamente a dimensão do setor florestal no Brasil.

- Procede-se à apresentação de transparências.

Há cerca de 5.000.000ha de áreas com reflorestamento no País: 3.000.000ha com espécies do gênero eucalipto; 1.800.000ha com espécies do gênero pinus, e outras espécies nativas ou não, que também são trabalhadas em reflorestamentos, em escala ainda muito reduzida para o potencial do Brasil. Consumimos anualmente 109m<sup>3</sup> de madeira. O setor florestal contribui com 4,5% do PIB, o que significa US\$20.000.000.000,00 por ano. Dos 3.000.000ha de reflorestamentos de eucalipto, 65% estão centrados em São Paulo, Paraná e Minas Gerais. O setor gera 1.500.000 empregos diretos e 5.200.000 indiretos; contribui em impostos com US\$3.400.000.000,00 por ano. No ano passado, exportou R\$3.400.000.000,00 e importou US\$1.000.000.000,00. Em que pese as estatísticas diferirem em função das fontes, em Minas Gerais as estatísticas oficiais apresentam número maior que o que acabei de citar. Levantamento feito recentemente indica que o Estado possui 1.200.000ha de área reflorestada, o que, em relação aos quase 58.000.000ha de sua extensão, representa cerca de 2,5%.

A indústria de base florestal mineira gera em torno de 110.000 empregos diretos e 450.000 indiretos, e paga R\$330.000.000,00 de ICMS anualmente. É muito importante perceber que a madeira de eucalipto é usada prioritariamente para gusa e celulose, mas que existe um sem-número de outros usuários de madeira. Das milhares de padarias no Estado, centenas usam lenha como fonte de energia, assim como as olarias, cerâmicas e uma série de outras atividades. O consumo nesse mundo, que às vezes dimensionamos como de pequenos consumidores, é muito mais expressivo do que se pode imaginar. Estamos consolidando essas informações para, em julho, publicarmos a relação dos consumidores de matéria-prima em Minas Gerais. É extremamente importante tirarmos o foco de que só os guseiros ou as empresas de celulose usam madeira como fonte de matéria-prima. Os secadores de café, por exemplo, também usam essa fonte de energia. E um sem-número de atividades que executamos no nosso dia-a-dia demanda o uso de madeira, que tem de ter fonte para suprir. Usar a vegetação nativa ou reflorestar são as duas possibilidades que temos para obter fonte sustentável de energia, desde que tudo seja feito de acordo com os princípios do manejo sustentável.

Gostaria de abordar dois pontos, mais especificamente o segundo, mas esclareço que é impossível dissociá-los. Um deles é a credência de que o eucalipto seca o solo, e o outro é o impacto dos reflorestamentos na biodiversidade. Acredito que consiga expor esses dois itens de forma clara.

Quando falamos em consumo de água, temos de partir de dois princípios básicos. O consumo de água depende do clima e da área foliar. Sem considerar esses dois pontos, fica difícil falar sobre o assunto. Quero dividir o tema consumo de água do eucalipto em duas partes: uma seria o consumo anual das espécies do gênero "Eucalyptus", e a outra a eficiência, ou seja, como se pega a água extraída do solo e se converte essa água em matéria-prima. Não sei se o "slide" que estou mostrando está nítido, mas a idéia que tínhamos nos primórdios da ciência florestal no Brasil - e em escala comercial isso é algo muito recente, data da década de 60 - era que os eucaliptos de sementes tinham raiz pivotante, que fixava a árvore. Apresentarei ensaio de pesquisador do INPI, João Vianey, e de um doutor da Austrália em evapotranspiração na parte de hidrologia, que hoje atua em empresa florestal.

Nesse "slide" podem ter noção da dimensão do sistema radicular que fazemos hoje em termos de plantio. Nos plantios clonais, as plantas não têm raiz pivotante, e o sistema radicular não ultrapassa 2,5m de profundidade. Podemos fazer pesquisas e derrubar eucalipto onde quisermos que o eucalipto clonal não passará de 2,5m de profundidade em termos de sistema radicular. Aquela história de que chega ao lençol freático e chupa toda a água não é bem assim. Vamos evoluir nessa questão. A mata atlântica é um ecossistema extremamente importante para o Brasil, assim como o cerrado. Tenho grande apreço por essa vegetação, temos estudos de muitos anos sobre o cerrado, e a média de profundidade do sistema radicular vai a 5m. Estou usando um único de dezenas ou talvez centenas de estudos a respeito dessa questão da água no eucalipto.

Por meio de figura, mostrarei a tendência do consumo de água do eucalipto e da vegetação da mata atlântica. Falarei sobre mata atlântica porque utilizo estudo do qual conheço os autores e sua credibilidade. Conheço outros, mas optei por esse, porque é mais didático. Daqui não consigo vislumbrar bem, no gráfico, a ordenada e a abscissa, que é a porção de baixo, onde há as escalas. Esse estudo retrata três anos de coleta de informação. Na ordenada, está representada a água disponível no solo; na abscissa, a coleta de informação. Os pontos mais escuros retratam a água disponível em função do eucalipto; e os claros, a água disponível no solo, nas diversas épocas do ano, em relação à mata atlântica.

Não me preocupa o fato de acharem o gráfico isso ou aquilo, porque o importante é perceberem a tendência. Observem que, na primeira porção do gráfico, o comportamento é o mesmo, em que pese os pontos escuros ou claros subirem ou descerem. Infelizmente, o "data show" daqui não conseguiu captar como deveria. No gráfico, verificamos que a tendência de água disponível no solo num mesmo ambiente é praticamente a mesma, seja, neste caso, para clones de eucaliptos grandes, seja para a mata atlântica. Em alguns momentos, possui um pouco mais de disponibilidade de água para o eucalipto e, em outros, para a mata atlântica. Porém, a tendência, ao longo de três anos de observação, mostra que há um mesmo comportamento. Este gráfico é proveniente de modelos desenvolvidos, e me permiti concluir que as plantações de eucaliptos, selecionados por meio de exaustivo melhoramento genético, exercem controle "histomático", de maneira que, se há disponibilidade de água na época mais seca do ano, se apropriarão menos dela. O gráfico anterior mostra isso. Esse trabalho está publicado na revista "Árvore", da UFV. A lógica que detectamos é que o eucalipto possui o mesmo comportamento da mata atlântica, que, por sua vez, é semelhante ao da Amazônia. Portanto, do ponto de vista do consumo de água, podemos dizer que são coisas similares.

Não apresentarei outras espécies florestais, porque imaginei que o público tivesse interação maior com a agricultura. Observem o consumo de água, ao longo de um ano, para as diferentes espécies. Para a cana-de-açúcar, o consumo é de 100mm a 2.000mm, ou seja, na média, consome 1.050mm; o café, de 800mm a 1.200mm; os citros, de 600mm a 1.200mm; o milho, de 400mm a 800mm; o feijão, de 300mm a 600mm; e o eucalipto, de 800mm a 1.200mm. Quer dizer, é um gênero cujas espécies possuem atividade que não difere da de outras espécies, de maneira geral. Naturalmente, pelo porte arbóreo, tem de consumir mais água que feijão, ao longo de um ano, até porque sobrevive mais tempo, já que o feijão tem ciclo muito mais curto. Com quatro, cinco ou seis meses, dependendo da região, o feijão consome um pouco menos de água.

Do ponto de vista de converter água em madeira, em grãos ou no produto que quisermos considerar - cada espécie se apropria dela de uma maneira -, vemos que o eucalipto foi melhorado geneticamente para ser mais eficiente. Vejam que, para se formar 1kg de madeira de eucalipto, são necessários 350 litros de água; para se formar 1kg de batata inglesa - todos adoram batatinha frita -, são necessários 2 mil litros de água. Então, a eficiência de conversão de água em madeira no eucalipto é muito grande, porque existem anos e anos de estudos e evoluções. Não podemos perder de rumo as evoluções que houve desde o início dos reflorestamentos.

Trouxe uma série de artigos assinados por pessoas das mais diferentes instituições, cujo lastro de credibilidade conheço. Poderia dizer que o Dr. Walter de Paula Lima é um brasileiro ilustre, que orgulha este País e é a referência maior desta apresentação por que estou me pautando. Mas não quero parar aí. Na realidade, isso é o início da minha apresentação. Sei que o meu tempo é reduzido, mas gostaria de dizer que ficar comparando uma cultura com outras não é o objetivo de um seminário dessa natureza. Vou ler um trecho que diz respeito a essa situação: (- Lê:)

"Entretanto, ou a ciência não está conseguindo eliminar essa inquietude..." - a inquietude vinculada àquelas duas perguntas - ..."por uma razão ou outra, ou o problema não é apenas técnico, físico ou biológico."

Estou querendo dizer que conseguimos provar que o eucalipto não usa mais água que outras espécies. O problema é outro, e não o entendam como subterfúgio, porque vou explicá-lo.

De fato, o que entendemos como solução de problemas ambientais complexos envolve aspectos ecológicos, além dos sociais e culturais. Ficar considerando que o eucalipto não usa mais água que outras espécies já está tão batido que só não enxerga quem não quer, porque as bibliografias científicas estão aí para provar. Assim, sempre vai haver dois lados: um que defende uma postura, e outro que defende outra, e não se procura solução. Portanto, as evidências relativas a eucalipto que apresentamos são apenas parte de um problema muito maior. Por que o solo seca? Por que os riachos e córregos secam? Por que as microbacias inteiras se degradam?

Três pontos podem explicar essas razões. Um ponto é o efeito estufa, as mazelas do homem geram maior disponibilização de CO<sub>2</sub> para a atmosfera, há aquecimento que aumenta a evapotranspiração. Isso tem impacto no meio ambiente. Muitos defendem que o eucalipto é uma alternativa, mas não é ele somente. Várias espécies têm capacidade de capturar o carbono. Se forem feitos reflorestamentos como o pessoal da USP sugeria há anos, pode ser que haja inversão nessa história.

O segundo ponto todo o mundo entende, agricultor, cidadão, qualquer pessoa. Numa escala menor, percebemos que o clima muda regionalmente. No Polígono das Secas, há muita evapotranspiração e pouca água. A sobra de água será pequena. Por que no interior do Nordeste muitos dos rios não são perenes? Porque não existe sobra de água para que sejam perenes. Já numa região que chove mais, em que a precipitação é mais bem-distribuída, ocorrerá sobra. Nas condições em que o suprimento de água é pequeno, toda vez que mudarmos o cenário para qualquer plantio: para capim, soja, fruticultura, eucaliptocultura, podem existir conflitos na questão da água. Não é para o eucalipto somente, mas para qualquer cultura.

Finalmente chegamos à essência da situação, a microbacia, onde ocorrem as ações de manejo. Lá fazemos ação de manejo e percebemos o impacto dessa ação. Gostaria de ler. (- Lê:)

"É lá onde o homem planta, onde o homem colhe, onde o homem destrói, onde o homem desmata, onde o homem preserva, onde o homem contacta, onde ele abre estradas, pavimentação, impermeabiliza, sistematiza o terreno, soterra nascentes, protege nascente, põe fogo, ara, gradeia, não gradeia, não faz nada, faz monoculturas extensas, planta até na beira do riacho, protege a mata ciliar, queima a mata ciliar, cria gado, não cuida da pastagem, constrói açudes, etc. e destrói a mata ciliar."

No passado - há 20, 30 40 anos -, isso foi feito com tal intensidade no Brasil, que se estigmatizou um gênero - as espécies do gênero eucalipto -, mas quero mostrar-lhes, com alguns "slides", que ainda há esse risco. Infelizmente, não podemos ver com clareza, embora minhas fotos sejam ótimas - o problema é com o "data show" da Casa -, mas, com um pouco de boa-vontade, podemos ver ali um pivô que vem até a beirada da água. E há vários pivôs nessa situação. Isso é um bom manejo? Essa pastagem, tão degradada, é um bom manejo? Essas fotos foram tiradas por mim, ao final de 2003. Isso não é reflorestamento de eucalipto; é agricultura, mesmo. E vejam onde está vindo o trator! Observem as queimadas das matinhas ciliares, e todos esses outros exemplos. Nenhum deles é no Sul de Minas. Literalmente todos são no Norte do Estado. É uma pena que não consigamos ver direito, mas esse "slide" mostra os fornhinhos de carvão na mata ciliar e um cursinho de água. Essas são as mazelas do homem. Às vezes, as pessoas se fixam apenas no fornhinho e no eucalipto, esquecendo-se do dia-a-dia e do que todos os outros cidadãos estão fazendo. É importante que tenhamos noção da responsabilidade de cada um. Nesse "slide" vemos as baterias de fornos, as voçorocas. Não dá para ver o assoreamento dos rios, mas podemos perceber o fogo na lateral. Se o homem trata o meio ambiente dessa forma, fica muito difícil encontrar solução séria para os desmazelos que nós mesmos promovemos. Mas listamos aqui duas coisas que poderiam ser soluções. A primeira é o fortalecimento de políticas que incentivem o planejamento das ações da microbacia. Se não houver mudança de atitude e se cada um entender que sua propriedade termina na cerca, a solução fica muito difícil. É preciso que cada agricultor - e me refiro às diferentes escalas, o pequeno, o médio e o grande - entenda que sua propriedade faz parte de microbacia e que o impacto

ambiental tem relação direta com qualquer ação que promova.

Em uma série de fotografias de 2003, vimos matas ciliares serem desmatadas e queimadas, muitas para virar carvão, como fonte de renda ou energia, o que é um absurdo, e ainda há aqueles que entendem que a mata ciliar ocupa o melhor pedaço de chão de sua propriedade. Ora, ou trabalhamos com programa de educação e políticas públicas, que garantam a existência da mata ciliar e a revitalização do que já foi destruído, ou a solução fica muito difícil. Até porque, se sai o eucalipto, entra outra cultura, e, com a ação do homem, o impacto vai continuar ocorrendo. Então, consideramos que o planejamento da microbacia, ou melhor, as políticas que fortaleçam as ações em relação à microbacia são fundamentais.

Segundo o Prof. Paula Lima, um dos fatores mais importantes para que as microbacias não sucumbam às mudanças impostas pelo homem é a integridade do ecossistema ripário, ou seja, a pujança da mata ciliar, protegendo adequadamente toda a cabeceira de drenagem às margens de riachos, assim como outras porções de terreno mais saturadas ao longo das microbacias; por isso essas áreas são denominadas de preservação permanente, prestando grandes serviços ambientais, sendo a água, sem dúvida, o mais importante. O Prof. Paula Lima considera que a perda gradativa da resiliência, ou seja, da capacidade de a bacia suportar mudanças, foi a responsável pela degradação hidrológica. Precisamos ter em mente que não adianta estabelecermos comparações, culpando determinada cultura. Se ela sair, outra tomará seu lugar, mas o problema continuará, porque não estamos indo ao seu foco.

A segunda solução proposta é o manejo da paisagem com relação à biodiversidade, que, obviamente, será alterada em razão de qualquer transformação da paisagem. Se plantarmos soja, capim ou eucalipto, a biodiversidade será alterada. Existem formas de trabalharmos isso. O que significa manejo da paisagem? Se tivermos mosaico com talhões de eucalipto, podemos harmonizá-lo com a vegetação nativa, estabelecendo forma de se enxergar a propriedade. Podemos proceder da mesma forma com as pastagens, com a soja, enfim, com qualquer prática que exerçamos na propriedade.

Estamos mostrando fotos do que deve ser um bom manejo. Este é um modelo muito interessante para algumas áreas menos sustentáveis, onde podemos adotar os modelos agroflorestais. Os interessados podem consultar o nosso "site": [www.ufla.br/NEMAF](http://www.ufla.br/NEMAF) - Núcleo de Estudos em Manejo Florestal -, Projeto Fragmentos, em que existem exemplos de manejo de paisagem que estão sendo praticados neste Estado. Ainda que não estejam sendo usados na plenitude desejada, são exemplos de boas práticas para a harmonização de vegetação nativa com cultura produtiva.

Palavras do Sr. Herly Carlos Teixeira Dias

Agradeço a oportunidade de estar neste importante debate, não só para o cenário estadual, mas também para o nacional. A exposição que farei enfoca o ciclo hidrológico e a interferência do eucalipto.

- Procede-se à apresentação de transparências.

No canto direito da tela, vemos o EPERF, equipe de pesquisa e extensão em hidrologia florestal, formada recentemente com estudantes de Engenharia Florestal do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Engenharia Florestal de Viçosa. São jovens pesquisadores que estão sob minha coordenação e têm trabalhado bastante a relação entre as florestas e o ciclo hidrológico, não só florestas plantadas como também nativas. Aos poucos estamos conseguindo evoluir e desvendar o relacionamento desses dois importantes recursos naturais.

Como estamos enfocando o ciclo, falar da importância da água é coisa fácil. Poderíamos ficar a manhã inteira falando sobre isso. Quero dar destaque especial para a importância ambiental da água. A água tem importância ambiental biológica porque 90% dos organismos vivos estão imersos em água e o restante está numa atmosfera úmida. A água constitui também 60% a 90% das células vivas. Nos seres humanos, quando nascemos, as células contêm cerca de 90% de água, que vai sendo perdida com o passar dos anos, o que gera a flacidez. Mas a água é vida e tem importância química porque é solvente universal. Participa de reações químicas como solvente e é também como catalisadora, fazendo parte de reações químicas no ambiente, como o intemperismo, que faz parte da nossa evolução.

Também tem importância ambiental física, pois se apresenta no estado sólido, líquido e gasoso. Segundo os estudiosos, essa é a razão da forma de vida na terra. Se não fosse a possibilidade de a água se apresentar nesses três estados, não teríamos vida no planeta, porque não teríamos o ciclo. A nossa distância do Sol é de cerca de 150.000.000km. O Prof. Walter de Paula Lima, em um de seus trabalhos, diz que se o Planeta Terra estivesse distante do Sol 134.000.000km, não teríamos água nas formas sólida e líquida, somente na forma gasosa. Quer dizer, o ciclo não estaria completo. Por outro lado, se a Terra estivesse distante do Sol mais de 166.000.000km, não existiria água nos estados líquido e gasoso, apenas no sólido, pois estaríamos muito distantes do Sol. Isso tem sido comprovado com a descoberta de água em estado sólido em alguns planetas. Também faz parte do processo o seu lado negativo, a erosão. Infelizmente, nem tudo é perfeito. A erosão hídrica é o principal fator que desejamos combater.

Com relação aos ecossistemas, a água é considerada recurso limitante de crescimento. Nos nossos ecossistemas, radiação não tem sido problema, pelo menos nos trópicos, onde é abundante. Quanto aos nutrientes, também não é empecilho, já que existe a possibilidade de ser adicionado. A grande questão que transforma a água num recurso tão importante diz respeito à sua ausência como limitante de crescimento. Não havendo água, não haverá crescimento; havendo pouca, haverá pouco crescimento. Assim, a principal importância ambiental da água é ser indicadora da qualidade do ambiente. Dessa forma, as características positivas de quantidade e de qualidade da água, num determinado ambiente, são indício forte de que esse ambiente é saudável. Então, se faltar água, ou se for de péssima qualidade, é sinal de que esse ambiente vai mal de saúde. A água é o termômetro de qualidade do ambiente.

Por tudo isso, o meu desejo é mostrar alguns aspectos importantes da influência do ecossistema da eucaliptocultura no ciclo da água, de acordo com dados encontrados na literatura científica. Esse é o nosso principal objetivo. Sou bastante exigente quanto a isso. Assim, para sabermos da influência do eucalipto sobre o ciclo das águas, é importante conhecê-lo. Embora muitos já o conheçam, tenho o costume de sempre apresentá-lo para que todos o entendam perfeitamente. Logo, a vida na Terra só é possível por causa desse ciclo. A água existe em três estados: sólido, líquido e gasoso.

Como isso acontece na superfície do planeta? Um ciclo não tem início e fim, mas adotaremos a evapotranspiração como o início do ciclo da água, por motivos didáticos, principalmente nos oceanos, onde está a maior concentração de água no estado líquido. A radiação solar incide sobre os oceanos, principal fonte de água para a evaporação, transformando a água do estado líquido para o gasoso, formando o vapor d'água, que é impulsionado em direção ao continente pelas correntes de vento. Ao chegar ao continente, mesmo sobre os oceanos, encontrando correntes de ar quente, o vapor d'água sobe para a parte mais alta da atmosfera, condensa-se e forma as nuvens. Essa condensação cada vez maior faz com que as nuvens fiquem pesadas e inicia-se a precipitação de água nos oceanos e continentes.

Daremos continuidade ao ciclo, falando sobre os continentes. Essa precipitação de água nos continentes é a chuva, que pode seguir dois caminhos: escoar ou infiltrar-se na superfície do terreno. A escolha desse caminho depende de uma série de condicionantes. A tendência da água será infiltrar-se, se o solo tiver uma alta capacidade de infiltração. Escoamento é o termo técnico da hidrologia, que muitos conhecem como enxurrada ou escoamento. O escoamento não é positivo, porque é o início da formação da erosão. Preferimos que a água se infiltre, porque vai percolar pelo perfil do solo e abastecer os lençóis freáticos, dando continuidade ao ciclo. Essa água surgirá na forma de nascente,

brotando e aparecendo na superfície do terreno, em algum momento. Essa nascente dará origem a um curso de água inicialmente pequeno, formando um córrego, ribeirão, riacho, rio, um rio maior, até chegar novamente ao mar e completar esse ciclo imprescindível para nossa existência. Esse é o ciclo hidrológico de forma geral, que acontece a todo momento e em todos os lugares.

A grande questão do momento é como a eucaliptocultura interfere nesse ciclo. É difícil encontrarmos resposta precisa sobre isso, mas podemos e devemos consultar os diversos trabalhos científicos existentes sobre o assunto, para compreender como se dá a interferência do eucalipto. Falamos que o ciclo é formado de precipitação, escoamento superficial, infiltração e deflúvio. Vejamos como o eucalipto interfere na precipitação de chuvas. Durante muito tempo na história florestal do mundo, acreditava-se que, plantando florestas, formaríamos chuva. Posteriormente, concluiu-se que se tratava de uma grande mentira, porque a quantidade esmagadora de água que se precipita sobre o continente provém dos oceanos. A participação da água evapotranspirada dos continentes na formação de chuva é muito pequena. Nem que ocupássemos todos os continentes com florestas, a participação da evapotranspiração dessas florestas na formação de chuvas seria ainda muito pequena. Portanto, caiu por terra a idéia que se tinha da floresta como formadora de chuvas.

A floresta pode não formar chuva mas forma microclima totalmente úmido, ameno. A importância das florestas não seria a formação de precipitação, mas de um microclima desejável. Não há, até o momento, a evidência científica de alteração no regime de chuva pelo plantio de florestas. No entanto, as florestas têm uma participação importante na precipitação efetiva, ou seja, na quantidade de chuva que efetivamente atinge a superfície do solo. Se tomarmos uma floresta, seja nativa, de eucaliptos, pinos, etc, colocarmos alguns artefatos para coletar a água que desce, que escoar pelo tronco das árvores, que salpica nas folhas, que passa diretamente pelas copas e atinge o solo - portanto, se colocarmos um pluviômetro debaixo da floresta -, estaremos coletando o que chamamos de precipitação efetiva, ou seja, uma parte daquela chuva ficará interceptada no dossel da floresta, e a outra passará diretamente. Essa parte que passa ou salpica nas folhas é chamada de precipitação efetiva, que é a precipitação interna mais o escoamento pelo tronco.

É importante observar que parte da chuva fica interceptada. Como se comportam as florestas em relação à interceptação? Numa rápida revisão na literatura, constatamos que a interceptação em ecossistemas de eucaliptocultura varia de 5,3% até 16,8%. Ou seja, 16,8% da chuva ficam interceptados no dossel da floresta e, provavelmente, se perderão por evaporação. Isso é muito ou pouco? Por exemplo, o plantio de oliveiras em Portugal numa floresta adulta, com 6 m por 6 m de espaçamento, é capaz de interceptar até 25%. O plantio de "Hevea Brasiliensis", a seringueira, é capaz de interceptar 23,7%; o de cacau, 15%; o de mata atlântica, que é um trabalho que nós mesmos conduzimos, 18,4%; quanto ao de floresta tropical, temos dois exemplos, um com 17% e outro com 37%. Percebemos que esses valores de água interceptada pelo dossel do eucalipto são inferiores, no máximo igual a outros ecossistemas. Relativamente ao escoamento superficial - aquela fração da água que não infiltra -, montamos experimentos no campus da UFV com o plantio de pinus, de copaíba e de eucalipto. O escoamento inicial do pinus foi de 0,54%; o da copaíba 0,22% e o do eucalipto 1,5%. Queremos evitar o escoamento superficial, porque causa erosão, perda de solo. Agora, podem falar que o escoamento inicial do eucalipto foi maior, mas devem observar que são valores muito pequenos para esses experimentos.

Segundo trabalho clássico de Lepsch, o escoamento inicial pode causar a perda de solo. Em uma mata essa perda pode chegar a 4kg por hectare por ano; no cafezal, 1.100Kg; na pastagem, 700Kg; e no algodão, 38.000Kg. A perda de solo não deixa de existir, mas é muito pequena. Esse é o modelo que tivemos na Zona da Mata, e acredito que em vários outros locais. Está lá o nosso curso de água. Retiramos a mata original e plantamos cultura perene, inicialmente. Na Zona da Mata, geralmente é o café. Com a perda de solo, essa cultura começa a assorear o curso de água. Quando o solo perde sua fertilidade e apresenta baixa produtividade, essa cultura é normalmente substituída por pastagem. Nesse caso, o assoreamento do curso de água ainda é maior.

Esse outro experimento, do Prof. Walter de Paula Lima, é clássico. Mostra cinco parcelas; a quarta é de mata nativa, e o restante, de eucalipto. Nessas parcelas, verificou-se o escoamento superficial ao longo dos anos; em 1983, 1984, 1985 e 1986. Nesse trabalho, observamos que é pequena a diferença de escoamento superficial do eucalipto para a mata nativa no primeiro ano, ou seja, no do plantio, logo após a colheita do eucalipto. Nos anos seguintes, no entanto, há diminuição acentuada do escoamento superficial nas parcelas de eucalipto. Na mata nativa continua havendo maior escoamento superficial. Não estamos sugerindo substituir. A mata nativa tem outros mecanismos importantes que conseguem aproveitar a água de escoamento superficial. Na verdade, queremos chamar a atenção para o fato de que a grande importância do eucalipto, em termos de degradação ambiental, concentra-se praticamente em dois anos - no ano da colheita e no ano do plantio -, quando há movimentação de solo e compactação pelo maquinário, o que não inviabiliza a atividade, apenas indica que nesses dois anos é necessário ter maior cuidado de conservação de solo e água. Ainda que a diferença de escoamento superficial seja pouca, a grandeza é pequena: 3% de escoamento superficial é muito pouco.

A infiltração, que é o oposto de escoamento superficial, e a percolação são responsáveis pela umidade do solo, pela recarga da água subterrânea, pelo crescimento das plantas e pela qualidade da água. A infiltração e a percolação abastecem os lençóis, que abastecem as nascentes, que abastecem os cursos de água. Alguns resultados apontam que o regime de água do solo e o da água subterrânea sob plantações de eucalipto não diferem significativamente de outros ecossistemas. A dinâmica do balanço hídrico parece ser semelhante. Com base em alguns resultados, esse é o comportamento da umidade do solo em profundidade. De cima para baixo, a primeira das três curvas representa a vegetação herbácea; a segunda, o eucalipto; e a terceira, o pinus. Percebemos que essas curvas, que demonstram a umidade do solo, têm comportamento semelhante. De todas as raízes ativas do eucalipto, 90% estão nos primeiros metros do solo. A figura não está muito boa, mas é fácil perceber quando a analisamos. Quanto à infiltração, cabe chamar a atenção para o comportamento semelhante aos ecossistemas.

E deflúvio, o que é? É o resultado de tudo o que acontece na bacia hidrográfica. É a quantidade total de água que passou naquele rio ao final de um ano, de um mês, de um determinado tempo. Outro aspecto extremamente importante a considerar é que a utilização das áreas passíveis de alteração de uso do solo causa diminuição do deflúvio. Isso é real. Seja qual for o uso que se dá ao solo e à área passível de alteração, há diminuição do deflúvio, ou seja, do volume total de água que passa num determinado ponto do rio. Essa é a realidade apontada em todos os trabalhos feitos na área. O contrário também é verdadeiro. Há aumento de deflúvio principalmente quando monoculturas são retiradas e o ecossistema volta ao equilíbrio. E isso independe do tipo de plantação, se de eucalipto, soja ou cana-de-açúcar.

O importante é perceber a disponibilidade de água para todos os usos. Esse é o saldo. Enquanto tivermos excedente de água e tal excedente for suficiente para abastecer todos os usos, não importa que uma cultura consuma maior ou menor quantidade de água que outra. É preciso ter visão geral de tudo o que está acontecendo.

O gráfico mostra o comportamento do deflúvio ao longo do ano. A curva de cima dá pico bem mais cedo do que a de baixo. A de cima representa bacia urbana, que, como tal, é totalmente permeável. Basta começar a chover, e a vazão de seus cursos de água dá picos imediatos. Significa enchente, vazão muito alta em pouco espaço de tempo. Já em bacias rurais, representadas pela curva de baixo, o pico é amenizado e mais bem distribuído ao longo do tempo. A dimensão depende do uso que se está dando à bacia. Observem o comportamento do deflúvio no segundo gráfico. Estão representadas duas bacias rurais. Uma, com o uso não muito adequado do solo, em que o pico da vazão ocorre logo após o início da chuva. Embora de forma amena, é o mesmo que acontece na bacia urbana. A outra, uma bacia bem cuidada, bem manejada, bem tratada, independentemente do uso do solo, tem o pico diluído ao longo do tempo. É o que chamamos de regularização do comportamento da vazão do curso de água ao longo do tempo. O manejo auxilia-nos a administrar o deflúvio de água em uma bacia. Levando em conta o tipo de plantação, devemos observar a eficiência do uso da água e o consumo total ao final do ciclo.

No entanto, a idéia que queremos passar é que o que deve ser observado realmente é a bacia hidrográfica. As atividades realizadas numa bacia são eficazmente denunciadas pela qualidade e quantidade da água, conforme dissemos no início. E as pequenas bacias são as mais indicadas

para a avaliação do "status" ambiental. Estamos pregando que a bacia hidrográfica deve ser observada como unidade de planejamento, de gerenciamento e de uso na prática. Se temos áreas de preservação permanente com as suas funções ecológicas e hidrológicas garantidas em uma bacia hidrográfica e práticas conservacionistas de solo e água nas áreas passíveis de alteração de uso - práticas vegetativas e mecânicas -, temos a garantia de produção dos recursos econômicos e de conservação.

Devemos sair desse plano. Em minha formação como engenheiro florestal, durante muito tempo, quando se falava em florestas plantadas, aprendi a olhar o talhão e o projeto, e, quando se tratava de floresta nativa, o fragmento de mata atlântica ou de cerrado. Analiso a situação de forma diferente atualmente. O mais importante agora é ver como está o talhão e o projeto dentro da bacia hidrográfica, como está o fragmento dentro da bacia hidrográfica. Dessa forma conseguiremos conciliar produção e conservação.

Se quisermos elaborar proposta para o desenvolvimento de Minas Gerais, o que deve ser discutido é o modelo de desenvolvimento sustentável, sob os aspectos econômico, ecológico e social. Mas se quisermos resolver as questões de maneira mais prática, a bacia hidrográfica, sem dúvida, é a unidade mínima a ser planejada, monitorada, pesquisada, e é onde devem ser implantadas as atividades de conservação do solo e da água. Temos grande aparato técnico-científico no Estado para desenvolver pesquisa em bacias hidrográficas como indicadores de qualidade de ambiente, seja qual for o uso, mas, infelizmente, não utilizamos esse potencial. É o contrário de outros Estados, que estão muito mais avançados que nós, essa é a realidade. Precisamos de mais atenção, mais apoio e de política adequada para desenvolvermos essa forma de enxergar a paisagem. Os efeitos ambientais de qualquer empreendimento poderão ser minimizados, contribuindo para a saúde da bacia hidrográfica.

#### Palavras do Sr. Leonardo Fares

Agradeço a todos e parabeno a Deputada Maria José Hauelsen e o Deputado Rogério Correia pela iniciativa estratégica para o Estado, tema extremamente complexo. Como dizia o Prof. Mário Henrique Simonsen, todo problema complexo possui solução simples, objetiva e errada. Não adianta querer achar solução simples para este que se encontra na categoria dos problemas complexos. Minha contribuição gerará mais dúvidas, porque não sou especialista da área de eucaliptos. Há vários temas a serem abordados, mas abordarei um ponto específico, o lado energético. Por quê? Porque a sociedade hoje não vive sem energia. Se partirmos do pressuposto de que acreditamos nos direitos iguais, não podemos aceitar um cidadão de uma categoria e um de outra, isso somente tem sentido se aceitarmos o princípio - diria que é o axioma das minhas dúvidas - de que cada ser humano, neste planeta, possui o direito de um consumo mínimo vital e necessário de energia. Não podemos aceitar que um cidadão consuma 100 ou 50 vezes mais energia que outro, que possui consumo absolutamente insuficiente para uma subsistência digna. Logo, iniciarei pelo conjunto das dúvidas.

- Procede-se à apresentação de transparências.

Como o mundo consome energia? Lamentavelmente, não dá para ler as transparências. Logo, passarei as informações daqui. Quem são os dez maiores consumidores "per capita", ou seja, por habitante de energia do mundo? O primeiro é o Catar, País produtor de petróleo. Cada cidadão no Catar consome 562 milhões de BTUs por ano. O BTU é a Unidade Térmica Britânica e denomina a moeda para o consumo de energia. Nos EUA, um cidadão consome 307 milhões de BTUs por ano; e, na Finlândia, 222 milhões. O Catar, os emirados arábes, o Bahrein, o Luxemburgo, o Canadá, a Noruega, os EUA, a Islândia, a Suécia e a Finlândia são os maiores consumidores de energia "per capita" no mundo. Essa energia é comercial. Não consideramos aqui a não-comercial, como a lenha e o esterco, que, em muitos países do mundo, são fonte importantíssima de energia. A média dos dez maiores é 381.000.000BTUs "per capita" por ano.

Agora vamos considerar alguns dos dez menores consumidores: Camboja, Vietnã, Mali, Chad, Cabo Verde e Togo. O menor consumidor gasta 2.000.000BTUs por ano por habitante. Enquanto, no caso anterior, em países consomem-se 562.000.000BTUs "per capita", há cidadãos que consomem 2.000.000BTUs, menos de 250 vezes o consumo de energia. Mas não vamos ficar no topo nem na base. Vamos pensar em países intermediários, como o Japão, que consome 128.000.000BTUs. Quer dizer, um japonês consome, em média, três vezes menos que um americano. Em termos de milhões de BTUs, os dados são os seguintes: Itália, 114; Grécia, 91; Coréia do Norte, 90; Espanha, 83; Argentina, 61; Cuba, 59; Brasil, 47; Síria, 29, e China, 24. Ora, um chinês consome 15 vezes menos energia que um americano ou 30 vezes menos que um finlandês. Esse é o quadro do mundo. Precisamos entender esse contexto. O Brasil consome 47.000.000BTUs "per capita" e está em 54º lugar. Mas o que isso significa? Para termos uma idéia, vamos ver o que representa o gasto de 47.000.000BTUs em nossa residência, já que esse total engloba o consumo no transporte, na produção de alimentos e bens, na indústria, no comércio. No caso do Brasil, o consumo em nossas residências equivale a 4,1% desse total, porque todo o resto envolve produção de alimentos, indústria, transporte, etc. Transformando em quilowatts por hora, que é o que pagamos em nossa conta de luz, podemos concluir que cada brasileiro consome, em média, 1,58kWh por dia.

Podemos dar alguns exemplos: uma lâmpada de 60W ligada 3 horas por dia equivale a 0,18kWh; um banho quente de 15 minutos, 0,6kWh; passar roupa durante 15 minutos, 0,3kWh; geladeira ligada o dia inteiro, 0,4kWh; uma televisão ligada 2 horas por dia, 0,1kWh. Portanto, um cidadão brasileiro que tem esses gastos consome o total de 1,65kWh por dia, ou seja, mais do que os 1,58kWh, que correspondem à realidade brasileira. Ai, sim, sabemos que as residências consomem muito mais do que isso. No entanto, 12 milhões de brasileiros não têm acesso à energia elétrica. Esse é o quadro brasileiro de consumo de energia. Nesse contexto, precisamos saber onde o Brasil quer inserir-se. Evidentemente ninguém é insano para defender que vamos pegar um dos dez maiores padrões de consumidores, ou seja, de 381.000.000BTUs por habitante. Mas também não queremos ficar no padrão em que estamos: isso fere o princípio de que as pessoas têm um mínimo vital de energia para ter qualidade de vida e exercer seu papel de cidadão. Temos de escolher: queremos ser Cuba, Argentina ou Espanha? O consumo médio de energia de um brasileiro é muito baixo.

Falamos do consumo, do problema das diferenças dos países e, agora falaremos de onde vem essa energia.

A estrutura de oferta de energia no mundo é a seguinte: 86,4% são não renováveis e 13,6% da energia são renováveis. No Brasil, 43% da energia são renováveis, e 57% são não renováveis. Por que o Brasil leva essa vantagem sobre o resto do mundo? Por duas razões óbvias: a energia hidrelétrica e a biomassa. Temos o quadro de como é estruturada a distribuição de energia no Brasil. Temos outro quadro que faz comparação da matriz energética mundial. Por essa matriz energética, no Brasil, o petróleo corresponde a 40,4% das nossas fontes de energia; o gás natural, a 8,2%, e o carvão mineral, a 6,7%. No mundo, o petróleo corresponde a 45%, o gás natural, a 16%, e o carvão, a 24%. No Brasil, a energia hidrelétrica corresponde a 14,4% e, no mundo, a 2,2%. No Brasil, a biomassa corresponde a 28,2% e, no mundo, a 11,4%.

O que isso tem que ver com esse contexto que discutimos? Esta parte é o petróleo e o gás natural. Esta do meio é o carvão mineral. A maior é a lenha. Depois, temos o azul, que são os produtos da cana-de-açúcar e, nesta pontinha, outras. Estamos vendo claramente que há aumento do consumo de gás, petróleo e carvão natural. A matriz já se inverteu. Hoje, o Brasil consome mais energia fóssil do que energia renovável. Qual o impacto disso para o Planeta? É a emissão de CO<sub>2</sub>. O quadro da emissão de CO<sub>2</sub> é o seguinte, em 1990, 2000, 2010, 2020. Há uma divisão. Esta coluna em azul representa os países industrializados, a segunda representa os países em desenvolvimento, e a terceira, os países chamados de economia de transição, uma expressão para designar os países pobres. Observamos que as projeções demonstram que os países em desenvolvimento vão passar os países desenvolvidos no uso de energia fóssil, por uma razão natural: "como parar o processo de crescimento econômico que está ocorrendo na China ou na Índia?". Então, há tendência natural de os países que consomem menos e que estão se organizando em querer consumo maior de energia. E a consequência aí está. Desde o ano 2000, estamos lançando anualmente na atmosfera 7.000.000.000t de CO<sub>2</sub>, ressaltando que a tendência é de aumento, apesar do Protocolo de Kyoto e de diversos esforços. É importante medirmos o desequilíbrio, para sabermos se é apenas no consumo de energia ou também na emissão. Desses 7.000.000.000t, 20%

são lançados pelos Estados Unidos - ou seja, esse país é responsável pelo lançamento de 20% das emissões globais e é exatamente o que não quer aderir ao Protocolo de Kyoto.

Vamos acrescentar alguns dados interessantes. O nível de dióxido de carbono na atmosfera cresceu 25% desde o início da Revolução Industrial. No mesmo período, o nível de metano duplicou. O consumo de combustíveis fósseis cresceu dez vezes no século XX, e hoje representa 87% da energia comercial do Planeta. Dos 7.000.000.000t de CO<sub>2</sub> lançados na atmosfera, a biosfera só consegue metabolizar 3.000.000.000t. Ou seja, dos 7.000.000.000t que são lançados, 4.000.000.000t ficam na atmosfera. Se conseguíssemos parar a economia americana, que responde por 20%, conseguiríamos evitar que 1.400.000.000t fossem lançados na atmosfera, mas, ainda assim, restaria um saldo de 2.600.000.000t de CO<sub>2</sub> lançados na atmosfera. Mas o que tem isso a ver com nosso problema? O fato é que há evidências de aumento na temperatura média global de 1,8°F a 2,7°F; e o nível do mar apresentou um aumento médio de 0,6m. O IPPC, que é um instituto de cientistas apoiado e financiado pela ONU, estima que, nesse ritmo de aumento das emissões de CO<sub>2</sub>, a temperatura média global deverá apresentar, ao final deste século, um aumento de 7,2°F, equivalente a mais ou menos 3°C, atingindo a temperatura mais alta que o Planeta terá experimentado nos últimos 160 mil anos. Para que tenham idéia, a diferença entre a temperatura média do Planeta na última glaciação e a atual é de 5°C, e estamos prevendo, para o fim do século, um aumento de 2,6°C a 3°C na temperatura no Planeta.

Ainda segundo o IPPC, é necessário reduzir as emissões de dióxido de carbono em 60% para estabilizar os níveis atuais. Ou seja, para mantermos do jeito que está, teríamos de conseguir reduzir 60%, mas não estamos conseguindo isso; ao contrário, estamos ampliando. Isso é um grande desafio para a humanidade, que nos coloca diante de algumas questões que a sociedade terá de resolver. São diversas, mas a primeira é que, se acreditamos que não podemos promover o extermínio da população pobre do Planeta - que tem os mesmos direitos da população rica -, temos de trabalhar na redistribuição do consumo de energia, o que é um problema político complicadíssimo. Seria simplesmente falarmos com o Bush que eles precisam parar de consumir! Vamos falar isso com ele, para ver o que acontece!

O segundo problema que temos de enfrentar é como vamos produzir energia para atender às demandas vitais mínimas da população humana. Seguramente, não podemos continuar usando o combustível fóssil, porque o Planeta não aguenta mais. Então, para onde vamos? Não tenho dúvidas de que temos de encontrar solução multifacetada, e nessa solução a biomassa estará presente, tanto pelas florestas energéticas, quanto pelo "biodiesel" ou por outras formas que ainda temos de descobrir. A energia eólica tem contribuição muito pequena diante da demanda. Se não tomarmos atitude muito responsável e séria diante do problema da matriz energética e da discussão do uso da biomassa, em alguns anos - não muitos - discutiremos o funcionamento das usinas nucleares. Esse é o dilema em que nos encontramos.

Palavras do Sr. Klemens Laschefski

Agradeço o convite para participar deste evento. Sou professor de Geografia da UFMG, como pesquisador visitante. Fiz minha tese de doutorado sobre manejo florestal na Amazônia. Por isso estou muito interessado nesse tema. Faço parte do GESTA, que trabalha a questão da sustentabilidade. Nesse contexto, desenvolvi um sistema para avaliar a sustentabilidade da dinâmica da ocupação no espaço. As plantações de eucalipto causam grandes impactos ecológicos e sociais no espaço, de forma bastante complexa. Explicarei um pouco essa abordagem, porque desejamos integrar as dimensões ecológicas, econômicas e sociais num conceito que tenta avaliar tudo isso em conjunto.

- Procede-se à apresentação de transparências.

Desenvolvemos sete parâmetros. O primeiro é o uso da terra. Avaliamos a sustentabilidade do uso da terra como o grau da transformação do ecossistema natural. Também pode ser artificial, passando por várias etapas. O segundo parâmetro é a capacidade da reprodução, que pode ser auto-suficiente, em que as necessidades da sociedade podem ser satisfeitas em determinado espaço. Avaliamos também o consumo de recursos e do espaço. A discussão sobre os recursos não renováveis ainda é insuficiente. Um grande problema é a ocupação do espaço pelo consumo. A organização espacial diz respeito à manifestação da sociedade no espaço. Também avaliamos o sistema de transporte. É claro que distâncias mais longas com meios de transporte que consomem muita energia são menos sustentáveis do que distâncias curtas. Avaliamos as fontes de poluição do meio ambiente e o último ponto, que é a justiça ambiental e social. Isso significa a distribuição dos recursos e do espaço na população, a equidade.

Não vou entrar em detalhes na questão das plantações. Vou concentrar-me em alguns aspectos para mostrar algumas plantações, principalmente as certificadas pelo Forest Stewardship Council, entidade que atesta o bom manejo sustentável das florestas com critérios sociais e ambientais.

Aqui temos imagem de uma área da Plantar, que é um exemplo para o bom manejo do eucalipto. Podemos ver que essa área tem alguns corredores ecológicos bastante estreitos. A Plantar pretende respeitar a legislação ambiental sobre a questão dos corredores ecológicos, mas precisamos considerar que a legislação ambiental vale para o Brasil todo. Vale tanto para a Amazônia como para o cerrado. Esses ecossistemas são completamente diferentes, como vamos ver. Nesse sentido, isso não corresponde aos problemas causados pela plantação. A plantação em si é uma área uniforme de monocultura, que é sempre o contrário de uma área de biodiversidade. Nesse sentido, a área é extremamente artificial e, para manter essa área, é necessária uma grande quantidade de insumos agroquímicos, que são feitos com recursos não renováveis. Nesse caso, a plantação não pode ser considerada sustentável.

Do ponto de vista econômico cabe lembrar que as plantações em Minas Gerais foram estabelecidas com subvenções do Estado. Elas nunca foram economicamente viáveis, e agora surgiu a possibilidade de financiamento pelo mecanismo de desenvolvimento limpo, vindo da Europa. Isso também é subsídio. A justificativa da proposta para esse projeto foi exatamente essa. A Mannesmann e a Plantar destacaram que não vão continuar com essas plantações consideradas energia renovável, porque não recebem subsídios. Nesse sentido, não há uma sustentabilidade econômica.

Também precisamos lembrar que essas plantações são inseridas no conceito da industrialização que, num primeiro momento, cria muito emprego. Em decorrência do processo tecnológico, essas mesmas empresas cada vez mais aumentam a produção, diminuindo os trabalhadores. Podemos ver isso no setor das plantações com o processo de mecanização. Na área de Felixlândia são 150ha para cada trabalhador. Isso significa que essas plantações contribuem para o espaço demográfico. Nesse sentido, não existe sustentabilidade social em termos de empregos. Vamos ouvir outras propostas que mostram como segurar melhor o trabalhador no campo.

Uma grande polêmica, conforme já foi dito, é a questão das águas. Observamos centenas de agricultores em Minas Gerais falarem sobre o ressecamento dos córregos e veredas. Essa foi a constatação em Felixlândia, na área onde essas empresas certificadas atuam. Também vimos exemplos disso na área da Plantar, em Curvelo. Além do mais, a observação dos moradores é similar: após cerca de dois ou três anos do plantio do eucalipto, esses córregos secam.

Mostrando de perto esse sistema das águas, podemos constatar que a legislação ambiental não é respeitada. A plantação de eucalipto resseca as nascentes, já que destrói a sua faixa de vegetação natural. Como podem ver, essa é a foto que foi feita no final de março de 2004, após a época das chuvas. Apesar de ter havido muita chuva, essa vereda, que já estava seca há dois anos, continuou vazia.

Foi citado o nome de um grande especialista nessa questão do eucalipto, o Sr. Walter de Paula Lima, que defende a cultura do eucalipto com muito mais propriedade que os estudos apresentados aqui. Além do mais, ouvimos exemplos referentes à mata atlântica, por meio de estudos realizados pela Aracruz na costa do Espírito Santo, onde foi feita essa comparação entre a mata atlântica em pé e o eucalipto. Foi constatado que lá, como na Amazônia, havia água em abundância. Mas não podemos comparar essa situação com a existente no cerrado. Walter de Paula também fez pesquisas no cerrado, mostrando o problema da interceptação no aspecto fisiológico das plantas no ecossistema. Publicou um quadro dessa situação em comparação com o cerrado. Estamos falando sobre uma fronteira de expansão do eucalipto no cerrado, e não na Amazônia ou na mata atlântica. Dessa forma, ele mostrou que a interceptação, ou seja, aquela água que fica parada na copa das árvores é fator significante na comparação com o cerrado. A vegetação do cerrado possibilita a entrada da água, diretamente no solo, no lençol freático.

O eucalipto tem evapotranspiração bastante elevada, por meio de suas grandes copas e pequenas folhas, que é contínua durante a época da seca. A vegetação do cerrado tem um mecanismo ecológico para armazenar água, perdendo as folhas e parando com a evapotranspiração, mas o eucalipto continua consumindo a água do subsolo. Esse é o problema percebido pelos moradores, quando dizem que os córregos estão secando. Temos evidências científicas - e não há discussão sobre isso - de que o eucalipto, no cerrado, consome mais água do que a vegetação natural e, sobretudo, os sistemas agroecológicos dos pequenos agricultores.

Outro problema refere-se à dinâmica do plantio e colheita de eucalipto. Nesta transparência, vemos uma área com um regime de água completamente diferente. Verificamos que há um deflúvio enorme no córrego de Pindaíba, observado pelos moradores. Foi relatado que, depois do corte do eucalipto, havia uma grande quantidade de água suja, porque o solo não é protegido e tem grandes problemas, como a erosão, que sempre se repete depois do corte do eucalipto.

Esta transparência mostra o exemplo do pasto, que causa mais degradação e erosão do que o plantio de eucalipto. Os impactos ecológicos causados pelas pastagens são iguais ou piores do que os que acontecem na plantação do eucalipto. Cogitamos sobre a idéia de fazer corredores ecológicos também no pasto, mas duvidamos da eficácia. A solução é plantar o eucalipto em vez do pasto? Isso significa desconsiderarmos o significado social do pasto, que é a carne. Quando ocupamos o pasto com eucalipto, só abrimos outro em outro lugar depois que tratamos do melhoramento do manejo do pasto.

Esta transparência mostra o melhoramento de pasto degradado. Essa área é típica e encontra-se na região de Felixlândia e Curvelo. O pequeno agricultor mantém árvores de pequi e diversas outras frutas no pasto. Contamos mais ou menos 30 espécies diferentes. Esse pasto, do ponto de vista ambiental, é mais rico em biodiversidade do que a plantação do eucalipto. Combinado com um sistema de corredores ecológicos, podemos falar que há tendência a aproveitar a vegetação natural daqueles produtos que têm grande potencial no mercado. Assim, haverá proteção da natureza em 100% do espaço.

Exatamente esta é a filosofia da ecologia florestal na Alemanha: 97% das plantas são plantações ou um tipo de agricultura, porque as funções florestais não podem ser cumpridas. A engenharia florestal acordou após vários eventos que mostraram a fragilidade do sistema. Várias tempestades destruíram grandes áreas de florestas que não eram economicamente viáveis, extremamente frágeis, tendo a chuva ácida como um de seus problemas maiores. Isso mostra claramente o uso ecologicamente inadequado da terra. Precisamos repensar o modelo da monoculturação do espaço, o que vale também para a soja, o café e os demais tipos de monoculturas. A divisão do espaço em grandes áreas monocultivadas não pode ser sustentável, porque depende de grande quantidade de insumos agroquímicos e espaçamento demográfico, e ainda corremos o risco de que os problemas do subdesenvolvimento se agravem. Problemas de subdesenvolvimento são aqueles causados por estratégias de desenvolvimento direcionadas à exportação.

As plantações de eucalipto são o grande produto de exportação do Brasil para os países do Norte, porque a sua maioria é consumida lá, e não aqui, no Brasil. Temos um problema na justiça ambiental nesse sentido: precisamos pensar o que é melhor para o povo brasileiro. Uma questão atual refere-se aos mecanismos de desenvolvimento limpo. Há grandes esperanças de que a política ambiental do Brasil consiga recursos para esse desenvolvimento. Explicaremos como o mecanismo de desenvolvimento limpo não reduz o efeito estufa, como é esperado, pois isso é bastante complicado. Basicamente, o consumo de recursos não renováveis ou fósseis ainda é permitido, o que sobrecarrega os ciclos entre atmosfera e biosfera. Dessa forma, não conseguimos combater o efeito estufa aceitando a queimada de fontes de energias fósseis para ser contrabalançada com plantações de eucalipto.

Há um risco enorme que pode ser um freio para o desenvolvimento do Brasil: existem cálculos referentes à Inglaterra indicando que, para aquele país reduzir 5% de suas emissões de gás carbônico, causadores do efeito estufa, necessita-se de uma área maior que o dobro de sua própria extensão. Isso significa que há necessidade de a Inglaterra ocupar muito mais espaço apenas para diminuir em 5% suas emissões atuais. Isso é um problema enorme porque o Brasil também quer crescer e, portanto, emitir mais gás carbônico. Quando o Brasil chegar à situação em que necessita das plantações para contrabalançar as próprias emissões, não mais terá espaço, uma vez que esse já se encontra ocupado pelo mecanismo de desenvolvimento limpo para os países do Norte. Assim, agravam-se a dependência do Norte e os problemas citados.

Palavras do Sr. Carlos Alberto Dayrell

Em nome do CAA e da Rede Alerta Contra o Deserto Verde, agradeço o convite para participar deste ciclo de debates. Quem nos dera tivéssemos tido essa oportunidade há 30 anos, exatamente quando se iniciou o processo de expansão da monocultura do eucalipto em Minas Gerais. Estou em Montes Claros há mais de 20 anos. Em algumas épocas trabalhei pelo Estado e posteriormente no CAA. Ao longo desses anos, tive a oportunidade de visitar grande parte dos municípios que foram objeto dessa política das décadas de 70 e 80. Há alguns anos, nós, do CAA, desenvolvemos trabalho junto às comunidades que vivem no entorno dessas áreas. Estou aqui como técnico, pesquisador, mas principalmente como cidadão. Apesar de ser detentora de grande conhecimento, essa população com a qual convivemos não é reconhecida. Se pudéssemos ouvi-la, com certeza, estaríamos trilhando um caminho muito diferente no nosso País.

A política florestal tem de enfrentar as demandas do nosso tempo, o desafio da promoção econômica e da inclusão social. Hoje precisamos enfrentar uma grande demanda internacional e nacional de materiais e de energia. Agora, não podemos nos subordinar a ela. Como disse o Leonardo Fares, temos de saber qual é a lógica que a move. Se não a enfrentarmos - hoje já nem falamos em geração futura -, é possível que daqui a nove ou dez anos estejamos arrependidos por não termos tomado as decisões que deveríamos ter tomado hoje. Vivemos sob lógica econômica e mundial de produção e consumo que se autolubrifica. Temos de enfrentar o desafio de produção e consumo que subordine a capacidade ecossistêmica de fornecimento de materiais e de energia e a capacidade de os ecossistemas reciclarem os detritos. Há um desafio para que a economia passe a incorporar novos parâmetros a sua lógica de produção e consumo. Apresentarei minha abordagem de maneira simples, a partir da vivência no Norte de Minas. Citarei a realidade que vivemos, sem chorar o leite derramado. Temos de discutir as questões atuais, mas não podemos deixar de voltar no tempo para balizarmos a construção de nossas propostas.

O cerrado, berço das bacias hidrográficas brasileiras, desempenha papel fundamental no equilíbrio hidrológico e funciona como um grande reservatório enterrado. Qualquer alteração que se faça no semi-árido é muito perceptível e pode-nos ensinar a lidar com problemas que já ocorreram não apenas no semi-árido, como também nas regiões mais úmidas.

No Norte de Minas, vivemos um tempo de abundância. A maior parte da região tinha rios perenes ou temporários, áreas de umidade que a população soube desenvolver durante mais de 300 anos, por meio de um processo de utilização das áreas de vazantes, de brejos e de veredas, garantindo a produção regional suficiente de alimentos e possibilitando ainda a exportação de alguns produtos, como carne, queijo, farinha,

rapadura e outros. Essa lógica de utilização do ambiente foi muito importante. Havia seca e fome, mas durante períodos críticos de dez ou de nove anos, apenas nas secas mais severas. Normalmente, a produção era suficiente para o abastecimento regional. Essa produção estava associada à lógica de utilização das potencialidades do cerrado e da caatinga, ou seja, a produção se estruturava no aproveitamento das potencialidades do cerrado e da caatinga. Tanto a criação de gado quanto a coleta de frutos nativos, de plantas medicinais, de madeira e de lenha eram fundamentais para viabilizar os sistemas produtivos tradicionais desenvolvidos pela população local.

A partir da década de 70, a realidade começou a mudar. Em menos de 20 anos, a paisagem da região sofreu bruscas e radicais alterações políticas, baseadas no tripé pecuária, carvão e irrigação. A monocultura do eucalipto foi uma das estratégias planejadas pelo Governo do Estado para ocupar áreas consideradas desérticas, só que não eram. Nelas viviam verdeiros, vazanteiros e milhares de comunidades camponesas, geraiseiras, quilombolas e gurutubanas, que tinham sua sobrevivência garantida pela lógica produtiva tradicional. A mudança foi muito rápida, e, em pouco tempo, o cerrado, que era útil àquela população, passou a ser mercadoria e a abastecer os centros siderúrgicos de Minas Gerais, garantindo também a maior parte da produção destinada à exportação. A agricultura nativa ficou encurralada. A maior parte das comunidades perdeu seu território. As monoculturas ocuparam as áreas de chapadas, que eram planas. As áreas aonde os tratores não conseguiram chegar foi o que restou aos nativos, que tiveram, então, de reorientar suas estratégias produtivas. Uma delas foi utilizar intensamente as beiras de grotas, espaço antes pouco utilizado e a que se davam os devidos tempos de pousio. Logo, logo, tornaram-se ineficientes para o plantio.

Há quem considere a agricultura familiar e o pequeno, o médio e o grande agricultores como sendo a mesma coisa, mas não leva em conta o modelo de agricultura que cada um desses segmentos está utilizando e, principalmente, que tipo de agricultura foram obrigados a implementar. Às vezes, generaliza-se também, ao responsabilizar os agricultores familiares pela degradação ambiental, mas não se analisa o que os está levando a provocá-la.

O que sobrou para os nativos? A penúria e a sede. A imagem que os senhores estão vendo é típica em muitos e muitos grotões. A maior parte da população hoje não tem água para beber ou, então, tem de se sujeitar, de maneira muito conveniente, à política clientelista de perfuração de poços artesianos ou de distribuição de água em carros-pipas. Uma população que tinha toda a estratégia produtiva é hoje obrigada a viver em imensa miserabilidade. Vendeu-se muito, àquela época, a idéia de trabalho e emprego. Tomando como exemplo, Rio Pardo de Minas, que teve quase 40% de sua área transformada em monocultura de eucalipto, é um dos municípios que mais exporta mão-de-obra para São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso. Se formos lá, verificaremos que a maior parte das comunidades está vazia. As pessoas que vivem nessas áreas e que deveriam ter o tão falado emprego são obrigadas a garantir o mínimo de sustento por meio do trabalho temporário. É nesse contexto que devemos discutir um novo modelo de desenvolvimento para a região e em que precisamos analisar a eucaliptocultura em Minas Gerais; analisar a nossa história recente e enfrentar esses desafios, para seguirmos adiante.

Foi bastante salientado que o eucalipto não seca as águas, que não provoca impacto ambiental nos recursos hídricos e não faz uma mistura, como ocorre com a pastagem ou com a soja. Mas estamos tratando de eucalipto e devemos nos ater a ele. Também foi bem exposta a questão da profundidade da raiz, do solo e da capacidade de retenção de água, mas não apresentamos os outros fatores associados. Quanto à profundidade da raiz, foi citado que o máximo seria 2m e, em áreas erodidas do Norte de Minas encontramos 4m, 5m, 6m de raiz principal do eucalipto. Mas, na verdade, há um conjunto de fatores que levam a maior ou menor profundidade, como, por exemplo, os tipos de solos, a frequência dos ciclos de umidade e de seca, ou seja, a regularidade das chuvas pode determinar casos em que a raiz é mais profunda ou não e também a variedade e os clones que estão sendo desenvolvidos. Existe uma diversidade de situações que provocam o crescimento das raízes no perfil.

Poucos estudos têm sido feitos para demonstrar, em todo esse conjunto, o que de fato está sendo provocado na bacia, como bem disse o Prof. Herly. Temos em mãos um trabalho de dois professores, um da USP, e o outro da UFMG, que fizeram um estudo do caso específico de Grão-Mogol, no vale do Jequitinhonha. Vou fazer a leitura de uma pequena parte da introdução: "Essas monoculturas substituíram a vegetação nativa de cerrado, a qual tem evapotranspiração muito inferior àquelas, gerando uma redução anual na recarga de cerca de 164mm".

Carecemos de mais estudos, mas, fazendo uma inferência grosseira desse déficit na recarga dos recursos hídricos e do que significaram 1.000.000ha plantados de eucalipto, chegamos à ordem de 1.640.000.000m<sup>3</sup> que tiveram a recarga comprometida nos aquíferos. Por ano, isso equivale a mais do que duas vezes o dobro da Barragem do Bico da Pedra, que é a maior do Norte de Minas.

Finalmente temos em mãos pesquisa que foi a campo e procurou verificar o que de fato ocorre na região e que nos aponta o que, insistentemente, as comunidades locais nos vêm afirmando e o que podemos enxergar nas visitas e nas conversas que realizamos. Essa é uma questão crucial para discutirmos. De fato, é preciso que haja investimentos em pesquisas realizadas no lugar, e não em gabinetes. Portanto, é preciso verificarmos o que ocorre no local.

Esse é um exemplo do processo do novo modelo que se propõe para a eucaliptocultura em Minas Gerais. Essa área é da V&M no Município de Bocaiúva, na divisa com Guaraciama. De um lado, há o eucalipto, no segundo ou terceiro corte; do lado direito, há uma área de regeneração do cerrado. Com o pouco valor do carvão na década de 70, as comunidades ficaram muito eufóricas, porque se paralisou o plantio e o replantio em muitas áreas. Nas áreas em que houve o último corte, certamente, depois de dois, três ou quatro anos, o cerrado já se encontra nesse porte. Além disso, as populações podem ter acesso a essas áreas, coletando frutas nativas e soltando o gado. Principalmente, em muitos locais, as comunidades viram aumentar as águas das nascentes.

Falo coisas que estão ocorrendo agora no Norte de Minas. Nos Municípios de Bocaiúva, de Guaraciama e de Rio Pardo de Minas, está havendo o retorno dos abomináveis carretões. Há quatro dias, numa região perto de Varzelândia, percebi isso. Pensei que já tivessem abolido o seu uso. Eles estão sendo utilizados intensivamente em todas as áreas de cerrado em regeneração, provocando rapidamente alteração. Novas áreas estão sendo preparadas para o plantio.

Essa foto é de vereda seca em Guaraciama, no entorno da Plantar, onde o eucalipto chega, mais ou menos, a 50m. Dessa forma, os recursos hídricos são conservados. A vereda é totalmente assoreada. Encontramos essa realidade em muitas regiões do Norte de Minas, que estão sendo incorporadas no plantio. O processo de preparo das águas provoca rapidamente o assoreamento dos rios e córregos.

A apresentação do IEF foi muito importante. O que está acontecendo de novo? Cito um caso que ocorreu exatamente na área da V&M. Há pessoas na região que podem comprová-lo. Essa área está em processo de incorporação de novos plantios de eucaliptos. No preparo inicial, preservaram os remanescentes, como os pequizeiros, as mangueiras e as cagaiteiras. Depois que o IEF fez a fiscalização e deu a liberação, o empreiteiro Gentil Gontijo desmatou todo o remanescente e produziu carvão. As comunidades reclamaram, fizeram denúncias aos técnicos do IEF José Nilson e César, mas nada aconteceu. Ou seja, sentimos que é importante que essa política estadual proposta chegue de fato a esses grotões, sob pena de estarmos aqui discutindo uma Minas Gerais ideal, e não real.

Hoje, as pessoas não estão paradas. No Norte de Minas, gritam, tomam posição, fazem um enfrentamento direto contra as empresas e as máquinas que estão destruindo a região. Em Rio Pardo de Minas, as comunidades estão barrando os tratores e os carvoeiros que continuam o desmatamento. Foram relatados diversos casos em que as comunidades não agüentam mais ficar reclamando no IEF e na Promotoria Pública e vir a Belo Horizonte trazer documentos para serem apresentados ao IBAMA, ao IEF e à Procuradoria do Estado. Agora estão sendo obrigadas a enfrentar os tratores e os carvoeiros para paralisar o desmatamento.

Há outro caso interessante na V&M em que os agricultores são réus. Restando-lhe apenas uma pequena tira de terra e não encontrando outra alternativa de trabalho, um agricultor construiu um forno de carvão e tira lenha das áreas da V&M. Seu forno foi destruído duas vezes, mas ele o está construindo pela terceira vez. Passamos por lá. Esse agricultor está sendo acusado, processado, mas, na verdade, é a vítima, assim como são vítimas outras 15 pessoas de uma comunidade da região de Cana Brava, onde habitam hoje mais de 120 famílias. Essas 15 pessoas são processadas porque utilizam lenha, pegam madeira para fazer mourão de cerca.

Tudo isso está ocorrendo exatamente porque essas comunidades ficaram espremidas e não conseguem sobreviver. Na comunidade de Cana Brava, até há poucos anos moravam 80 famílias, e hoje já são 120. As pessoas que tinham emprego antigamente, hoje já não o têm. Os filhos que tinham saído estão sendo obrigados a voltar a viver com seus pais e precisam de uma alternativa de trabalho. Como a maior parte das terras foi expropriada, estão sendo obrigados a tirar essa madeira da área da V&M. Pairei um clima de terror lá. Fiquei realmente impressionado com o relato das crianças. Quando voltam da escola, de bicicleta, pegam pequenos feixes de lenha para levar, mas os guardas da V&M, armados, ficam ameaçando-as. Está presente uma senhora que pode nos relatar um caso. A comunidade está aterrorizada com as perseguições da V&M.

O pessoal falou sobre o que está acontecendo com relação a emprego. O processo de evolução tecnológica acabou com a função dos picadores de lenha, que antigamente utilizavam machados, já que uma motosserra substitui dez empregados. Hoje, há na região, máquinas que cortam e empilham. Cada máquina dessas substitui 80 motosserras, eliminando 800 empregos. Todo o processo é mecanizado. Existem máquinas até para barrelar os fornos.

Quando se fala em fomento, de um lado há grandes empreendimentos com processo tecnologicamente avançado, com alta produtividade, e famílias que tendem a manter um nível de custo muito mais baixo, quando têm acesso à tecnologia. Como ficará o preço final ofertado por essas famílias, quando tiverem de competir com esses setores?

Propostas estão sendo elaboradas e apresentadas. As comunidades não estão paradas. Em Rio Pardo de Minas, há uma proposta para a retomada de 75.000ha de terras, de maneira que garanta produção sustentável e rentabilidade. Fizemos propostas concretas pelos resultados que o grande sertão vem obtendo com os agricultores só com um dos elementos do extrativismo.

Por unidade familiar, hoje é possível ter renda bruta anual de R\$12.675,00. No caso da proposta que fizemos em Rio Pardo de Minas, de retomada das terras públicas, é possível produzir, criar gado, manter roça de mandioca ou de abacaxi, com a implantação de sistemas agroflorestais e silvipastoris associados ao extrativismo vegetal, proporcionando renda bruta anual familiar da ordem de R\$27.573,00. A proposta de Rio Pardo de Minas representa um movimento de recursos que possibilitará alterar toda a economia municipal. Investindo nessa proposta, por experiências concretas verifica-se que é possível ter nova política florestal que garanta a produção com fornecimento de madeira e lenha, com inclusão social e produção de outras atividades econômicas passíveis de serem desenvolvidas.

É fundamental que o poder público e que a Assembléia Legislativa escutem essas comunidades. Estivemos aqui há duas semanas. Infelizmente, a Secretaria de Planejamento não recebeu o pessoal da Rede Alerta contra o Deserto Verde que tencionava apresentar suas propostas. Aliás, recebeu sim, com a polícia. Discutir políticas florestais em seus aspectos econômicos, sociais e ambientais é discutir a inclusão sociopolítica de setores que foram convenientemente mantidos à margem. É discutir política de gestão ambiental, de reordenamento territorial e de mitigação da pobreza. É ampliar os espaços de democracia, de acesso equitativo e sustentável dos recursos naturais. É discutir outra institucionalidade para que o poder público e a sociedade civil saiam do isolamento e ajam juntos, enredados frente ao desafio de construção de uma sociedade humana e sustentável.

#### Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Passaremos à fase de debates. Além das 30 inscrições, várias perguntas por escrito foram dirigidas e já repassadas aos debatedores. Assim, vou fazer uma espécie de sorteio, considerando que algumas pessoas querem se dirigir a esse ou àquele debatedor, e escolher dez inscritos para falar, pedindo-lhes que sejam extremamente sucintos e gastem o tempo máximo de 2 minutos para suas perguntas. Após as perguntas, passarei a palavra aos debatedores por 10 minutos, para que respondam às perguntas orais que lhes foram dirigidas e as escritas de que já estão de posse, pedindo-lhes que também sejam sucintos. Com isso, gastaremos quase todo o tempo que nos resta, mas, se for possível, ouviremos outros inscritos. Inicialmente, por força do horário, vou passar a palavra apenas para dez inscritos e, obviamente, declaro encerradas as inscrições.

#### Debates

A Sra. Marilda Quintino Magalhães - Leonardo Fares disse há pouco que as populações pobres têm o mesmo direito que as ricas. Mas o que observamos nos últimos 30 anos ou mais é que as populações empobrecidas do Norte de Minas, do vale do Jequitinhonha e de outras regiões de Minas e do Brasil vêm sendo expulsas de suas terras pela expansão da monocultura do eucalipto, além de outras mazelas ambientais. Acha que os direitos das populações empobrecidas - direito à terra, à vida digna, à água, ao uso do seu ambiente, à cultura, etc. - estão sendo respeitados?

O Sr. Carlos Mercês de Oliveira, do Ministério Público - Gostaria de fazer uma consideração que julgo importante para subsidiar as soluções que podem vir a ser encaminhadas com a conclusão deste ciclo de debates, que acho muito oportuno, aproveitando para parabenizar a Deputada Maria José Haueisen e o Deputado Rogério Correia pelo trabalho que realizam. Gostaria de abordar, como exemplo, a situação da bacia do Araçuaí, afluente do Jequitinhonha. Para não ficarmos presos à questão do eucalipto, mas para ampliarmos nossa visão, os principais usos nessa bacia são as pastagens e a cafeicultura, utilizada principalmente em Capelinha, Angelândia e região; o eucalipto predomina nas chapadas. Os impactos ambientais são diversos, com conseqüências para a flora, a fauna, o ambiente aquático, etc.

Mas gostaria de salientar a questão do consumo de água, que precisa ser mais esclarecida. Falou-se aqui dos trabalhos do Prof. Walter de Paula Lima, e precisamos refletir mais sobre aqueles 3,5mm de água a mais que são transpirados. E é preciso que os órgãos ambientais - IEF, FEAM e IGAM -, para a concessão de futuras licenças e autorização para se trabalhar nessas regiões, levem tudo isso em consideração. É importante que os estudos não sejam excluídos. É preciso somar a água consumida pelas culturas de eucalipto e café. Não se pode isolar as culturas, quando da obtenção de licença. É preciso verificar todos os consumos. Por exemplo, o café consome bastante água. Será a melhor cultura para a região? Se for, deverão ser escolhidas as espécies adequadas aos aspectos climáticos. Mas é preciso somar tudo. O estudo deve ser integrado, levando em consideração todos os consumos. O que constatamos na região das bacias do Fanado, Capivari e Itamarandiba, afluentes do rio Araçuaí, são reclamações quanto à escassez de água, especialmente nos períodos de maio, junho e julho. A água é um problema sério e precisa ser levado em consideração.

A Sra. Andréa Zhouri - Como várias entidades já se pronunciaram, quero ceder meu tempo aos trabalhadores, que vieram de tão longe para participar deste evento. Quem gostaria de falar? Aguardando que ela chegue, chamo a atenção para o fato de trabalharmos com o conceito de sustentabilidade. Percebi várias distorções conceituais. Gostaria de debater com os colegas. Não vejo a necessidade de dicotomia entre desenvolvimento sustentável como modelo e inventário de bacia hidrográfica como prática, como se o modelo fosse utópico e irreal e a prática fosse distorcida, distanciada disso. É impossível fazermos um inventário sem uma concepção política de planejamento que leve em conta a sustentabilidade do lugar.

A Sra. Maria Camargos Soares - Sou de Guaraciama. Vim discutir os nossos problemas. Moro encurralada dentro da Mannesmann. Todos os dias sou ameaçada. Não tenho água. Quando minha avó era viva e dona do terreno, a água era suficiente para plantarmos feijão três vezes por ano. Agora, não temos água nem para beber. Dependemos de caminhão-pipa. Os guardas colocados na região ameaçam minha família, meus filhos na volta da escola. Já puxaram revólver para meu filho de 15 anos.

A Sra. Ivanete Rodrigues dos Santos - Sou de Rio Pardo de Minas e gostaria de fazer algumas considerações, especialmente ao Diretor do IEF. Não sei se ele se lembra, mas estivemos lá no dia 4 de dezembro mostrando o que acontece na nossa região, e até hoje não se explicou. Quando conversamos, fiquei muito chateada, porque parecia que não conhecia o nosso caso. Na nossa região, usam fogo e estão incentivando o desmate nativo. Está havendo venda terrível de notas para o desmate nativo. O eucalipto está sendo implantado para incentivar o desmate nativo. Está acontecendo a morte das nascentes, e não é feito nenhum tipo de curva de nível. Não existem documentos legais. O IEF diz que eles têm licença, mas as coisas estão sendo feitas em total irregularidade. Nenhuma das ponderações do Prof. José se referia ao pequeno produtor, que está sendo massacrado pelo eucalipto. Pequeno produtor não planta monocultura; tem diversidade em sua propriedade. Não há nenhum pequeno produtor degradando a propriedade porque mexemos com diversidade.

A Sra. Domingas da Silva Paz - Sou de Riacho dos Machados e estou aqui em nome do meu povo. No meu município, a única fonte de sobrevivência é o eucalipto. Fico triste em ver as outras regiões com tantas reclamações sendo o eucalipto a fonte de vida em nosso município. Fiquei triste em saber que existem lugares onde as pessoas são ameaçadas porque pegam feixes de lenha. Na nossa região tem um grupo de senhoras que ajudam na construção dos fornos e que entram no eucalipto para pegar o detrito para fazer carvão. Não temos guardas jogando feixes de lenha na estrada. Estou aqui para defender o eucalipto na minha região porque deu e tem dado certo. Lá já esteve praticamente acabado, e o pessoal pediu para voltar porque era a única fonte de sobrevivência. Quem vai sustentar as famílias quando o eucalipto acabar?

O Sr. Dely Alves de Souza - Tenho pequena propriedade em Riacho dos Machados. Parabéns ao Dr. José Roberto por sua brilhante explicação. O Dr. Carlos Alberto Dayrell fala que conhece o Norte de Minas, mas, com certeza, não conhece o nosso município, porque sua grandeza se deve ao reflorestamento. Aumentou o número de famílias, e melhorou a nossa situação: criamos gado e plantamos o que queremos. Se acabarem com o reflorestamento, o nosso município se tornará o sertão da miséria.

O Sr. José Batuira de Assis - Apenas para contraponto ao Prof. Mazzetto, que ontem citou Walter de Paula Lima, citado hoje pelo Prof. Klemens, com dados parciais, a conclusão do Prof. Walter, na pág. 127, é: "As evidências disponíveis na literatura estão mostrando que as espécies de eucalipto normalmente utilizadas em plantações intensivas de curta rotação para a produção de madeira industrial não são nada diferentes que outras espécies florestais no que diz respeito ao controle estomático de transpiração. Por outro lado, os valores absolutos das perdas por interceptação em plantações de eucalipto se encontram perfeitamente dentro da gama de variação encontrada para plantações de outras espécies florestais, e mesmo menores que os verificados em condições de floresta natural".

O Prof. Klemens aconselhava que o pasto poderia ser opção melhor que o eucalipto, mas tenho publicação, "Água no Século XXI, Enfrentando a Escassez", do Prof. José Galizia Tundisi, da USP e da Universidade de São Carlos, nos seguintes termos: "Para se fazer 1kg de carne fresca de bovinos, são gastos 15.000 litros de água e, para se fazer 1kg de carne fresca de ovelhas, são gastos 10.000 litros de água. Então, o pasto não é a opção comparativa. Vamos fazer uma política em que se insiram todos, o pequeno e o médio, para que possamos suprir a nossa sociedade com os materiais de que necessita.

O Sr. Joaquim Vaz de Medeiros - Graças a Deus, Leme do Prado não está infectado de eucalipto, mas as regiões de Minas Novas e Lagoa Grande, sim. Lagoa Grande era imensa região de água, mas plantaram eucalipto ao redor e, hoje, existe apenas areia e poeira. Em Vereda da Dona, que abastecia Turmalina, não existe água suficiente para um grilo beber. Ontem, um senhor da região de Capelinha falou a favor do eucalipto. Com certeza, é empresário. Nós temos de defender é a água.

O Sr. Pedro Batista dos Santos Neto - Saúdo a todos com um bom-dia. Com todo o respeito, quero exercer meu direito de falar, pois a Constituição nos dá o direito de ouvir e ser ouvido. Na reunião de ontem, fiz pergunta, mas ela não foi respondida, nem eu fui mencionado. Quero falar a alguns, principalmente ao José Roberto, sobre a clonagem de eucalipto. Sou clonista da Plantar S.A. e fui acidentado na empresa. Falaram sobre as raízes do eucalipto, e quero dizer claramente que conheço um pouco da teoria e conheço a prática do eucalipto. A clonagem do eucalipto, dependendo dos clones feitos na Plantar, passa por processo de 45 dias para sair da estufa e do estaqueamento para a área sequeira de 100% sol, 100% sombra. Há um processo de corte da raiz, porque fica a 45cm, em cima da banca. A raiz desce, perfura o solo e cresce para baixo. Então, é podada com tesoura para diminuir o crescimento, senão não pode ser levada para a área sequeira.

Estamos num processo degradante de acidentes causados pela monocultura de eucalipto. Os representantes da imprensa podem ver minhas costas: tenho três hérnias de disco causadas por acidente ocorrido na empresa. Depois que sofri o acidente, fui "encanteirado" dentro da casa de vegetação, com temperatura acima de 45°C, onde permaneci agachado durante três meses. Não consegui mais trabalhar, devido a outro acidente que atingiu minha mão, e tive de fazer cirurgia. Minha junta ficou mais larga; não uso relógio, porque a mão incha; não posso usar machado nem enxada, nem fazer serviços pesados. Até hoje não recebi indenização, porque a empresa comprou o médico ortopedista, que não faz o laudo. Nosso advogado sindical está presente, e batalhamos pelo direito do povo. Minha CAT foi liberada depois que levei a Plantar à justiça, e a levarei novamente se for necessário. Todos os trabalhadores rurais da área de eucalipto que estão presentes têm o direito de denunciar a empresa, porque esse é um direito do cidadão brasileiro. Precisamos de trabalho, dignidade e acolhimento, porque levantamos às 5 horas da manhã e chegamos a casa quase às 6 horas da tarde, recebendo somente um salário e fazendo um serviço forçado, porque os encarregados não se preocupam com nossa situação.

É pura mentira dizer que não seca a água, porque o agrotóxico está sendo batido e os peixes estão morrendo. Em Curvelo, ninguém come os peixes, porque estão contaminados. Esse é meu repúdio por quem olha apenas o lado financeiro dos grandes produtores. O pobre está morrendo na escassez, porque não é valorizado. Nós, sindicalistas, precisamos trabalhar e defender o direito do povo. Não estudei e não me formei em faculdade, como muitos, mas procuro entender o que é verdade e o que é mentira. Muitas coisas ditas aqui para defender o eucalipto são mentiras, são compradas. As pessoas estão com o dinheiro no bolso, enquanto nós passamos vergonha. Quero dizer à senhora de Machado, região onde fui criado, que me desculpe, mas não aceitamos que encha o bolso lá e venha desfazer de nós, trabalhadores, aqui. Ganhe sua campanha política na sinceridade, porque pode perder as eleições por causa da mentira que disse aqui. Muito obrigado.

A Sra. Vera Maria das Graças - Represento a Associação dos Moradores do Distrito de Baixa Verde, de Dionísio. Nosso município tem mais ou menos 132 lagoas, com 150ha a 200ha. A economia da região está muito ligada ao eucalipto. Não sou candidata a nenhum cargo, não fui comprada e falo o que realmente ocorre nessa região. Paralelamente à exploração do eucalipto, a Empresa CAF desenvolve projetos sociais de apicultura, agricultura, fruticultura e piscicultura, que está começando. Estudos estão sendo feitos, porque usaremos as lagoas e temos legislação a seguir. A empresa trabalha cumprindo a legislação, dentro dos parâmetros legais. Respeitamos a área de 50m em volta das lagoas e dos rios; fazemos plantio de mata ciliar onde é preciso; desenvolvemos projetos ambientais em parceria com escolas, o IEF, a CAF e a Prefeitura. Os remanescentes de mata atlântica, como corredores ecológicos são conservados nas áreas da empresa, e nós, da comunidade, fiscalizamos. A empresa está presente na vida das comunidades. Sou contra qualquer tipo de desmatamento. Peço principalmente aos que assistiram ao "Jornal Nacional" que atentem para a região Sul e que encontrem soluções para os problemas. Em nossa região, o eucalipto é fonte de renda, não sei o que seria de nós sem ele.

A Sra. Synara de Fátima Almeida Thomás - Há diversos impactos na nossa região e problemas com o órgão governamental, o IEF, com cujo apoio não contamos, e muito menos com o da Prefeitura. Sou agente do CODEMA, e nunca tomei posse por negligência da Prefeitura para com as empresas. Tenho em mãos avaliação de certificação da Plantar S.A., incluindo as unidades de manejo florestal de Felixlândia, feita em maio

de 2003, constatando que a empresa estava em conformidade com a legislação ambiental. Foram entrevistados Biodiversitas, AMDA e IEF. Rubens, como um órgão desse porte pode falar que a empresa não tem nenhum tipo de problema sendo que, só numa área mínima, foram mortas duas nascentes e um córrego? A legislação ambiental diz que o plantio do eucalipto deve distar 50m da nascente e a plantação encontra-se a apenas 18,4m. Trata-se de negligência ou conivência com as empresas.

O Sr. José Coelho Júnior - Dentre os temas até hoje debatidos, esse é o mais sério e importante, porque, segundo a Constituição, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Lamentavelmente, em nosso País, em nosso Estado, especialmente em nossa região, a lei só existe no papel por falar o mais importante ato do ser humano, que é o de conscientizar os pequenos de que quem tem direito não precisa pedir nem se humilhar. Sugiro à Assembléia Legislativa que elabore projeto de lei exigindo que toda e qualquer reflorestadora siga a lei e faça o relatório de impacto ambiental. Não somos contra o eucalipto, contra a Acesita Energética nem contra a CESAMA. Recentemente, encaminhei ofício à Acesita, solicitando esse RIMA, mas até hoje não obtive resposta. Hoje, fiquei sabendo que ela não tem essa licença.

O certo não é ser contra o plantio de eucalipto, é combater formas erradas de plantar. Por isso está faltando água na lagoa em Minas Novas, assim como fauna e flora. Sou contra os erros, o desrespeito e a forma desordenada de plantar sem respeitar a lei. Convido a Comissão de Meio Ambiente a fazer uma reunião em Minas Novas e a dar oportunidade aos pequenos, que não têm como vir aqui.

O Sr. Klemens Laschewski - O Ivo, da EMATER-MG, questiona minha afirmação de que os plantios de eucalipto não são economicamente viáveis. Tirei essa afirmação da proposta dos projetos da linha básica da V&M do Brasil e da Plantar, para o MBL e para o PCF. Eles justificaram os recursos do Banco Mundial com esse argumento. A V&M alegou que depois que o Estado pagou o financiamento com subsídios para os plantios de eucalipto, pensou-se em trocar o combustível, que em inglês foi chamado de "Fuel Switch". Temem que a siderúrgica use o carvão mineral em vez do vegetal. Assim, perderão os clientes, os consumidores do carvão vegetal. A Plantar alegou que foi obrigada, pelo setor de siderurgia, a trocar o combustível para carvão mineral, em virtude das dificuldades econômicas, depois que os subsídios foram encerrados.

Aqui são mencionados dois números. Obviamente, algumas empresas têm taxa interna de retorno de 12% a 25%, dependendo do tipo de manejo. Isso é bastante delicado, porque pensamos nas condições em que essa taxa de retorno é possível. Em termos macroeconômicos, essa é simplesmente a externalização de custos sociais e ambientais. A empresa não paga pelos resultados que provoca. No nível macroeconômico, mostra a inviabilidade econômica desse sistema. Nos subsídios que o Estado paga, faltam programas sociais para apoiar os desempregados durante o processo do avanço ecológico. As empresas estão criando o desemprego estrutural. Ouvimos alguns depoimentos de trabalhadores nas plantações de eucalipto. Eles têm sorte, porque a tendência é cada vez mais a diminuição dos trabalhadores. Fizemos as contas de quantas pessoas perderão sua terra, sua fonte de renda. Economicamente, é inviável esse tipo de monocultura, como todas as outras monoculturas.

Outra pergunta refere-se às leis ambientais e à legislação federal. Quando falei que a legislação vale para o Brasil inteiro, referia-me ao art. 2º do Código Florestal. Na Amazônia, determinam-se corredores ecológicos de 30m a 50m, dependendo da largura dos rios, o que se aplica em todo o Brasil. Cabe lembrar que há uma legislação bastante interessante, a Lei Estadual nº 9.375/86, para a bacia do rio São Francisco, que determina que no cerrado, particularmente em Curvelo, caso do córrego Buriti, a área de preservação permanente ao redor das veredas seja de 800m. Nunca vi a aplicação dessa lei na região. Fiz pergunta ao IEF sobre isso.

Questionou-se sobre o consumo da água. É claro que a monocultura tem grande impacto no ciclo ecológico da água. Os trabalhadores rurais estão sentindo, porque os córregos secam. Paulo Lima faz observação interessante, mas na leitura de seus textos, sempre tive a impressão de que tinha dificuldades com seus próprios dados. Quando conseguiu levantar isso em nível internacional, comparando países da Ásia e da África, achou espécies que têm o mesmo consumo de água, os mesmos dados fisiológicos do eucalipto. Só isso não resolve o problema que enfrentamos no cerrado, onde há um ecossistema. É difícil para o pesquisador entender sistematicamente o que acontece. As veredas secas e os córregos têm sido observados desde que o eucalipto foi plantado centenas de vezes, durante dezenas de anos. Essa experiência é muito mais rica que a dos pesquisadores, que fazem um estudo de apenas cinco anos. Precisamos levar isso a sério. Não podemos simplesmente transferir a responsabilidade ao "El Niño" ou a outras mudanças climáticas. Os exploradores observaram que, quando o eucalipto foi cortado, a água voltou. Então, há índices claros de que essa confirmação é correta.

Não dá para comparar 1kg de carne com 1kg de madeira. Já disse que não se pode comer madeira, mas, quando há condições, é possível criar gado no cerrado. Não podemos, portanto, pensar em dados quantitativos que não têm relevância para os problemas ecológicos enfrentados pela região. O cerrado é, muitas vezes, considerado floresta de cabeça para baixo, porque as raízes de suas árvores são muito profundas e a copa pequena. Há razões ecológicas para isso. As árvores do cerrado usam as raízes para armazenar água no solo e garantir a sobrevivência na seca. O eucalipto faz o contrário: retira a água do solo. Há estimativas também de que o carbono armazenado pela vegetação natural do cerrado é igual ao da Amazônia. Isso é importante para projetos que pretendem combater o efeito estufa.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, minha fala é, na verdade, uma confissão da angústia que sinto ao ver que o seminário não esgotou totalmente o assunto. Sei que não era esse seu objetivo, mas a angústia é inevitável. Estou participando da Comissão Especial da Silvicultura, instalada nesta Casa, na semana passada, que tem, como Presidente, o Deputado Paulo Piau e, como integrantes, os Deputados Célio Moreira, Leonardo Quintão e Doutor Viana.

Confesso que a situação não fica clara ainda. Os dados científicos são contraditórios. Como Deputado, devemos ter certa imparcialidade, buscando o desenvolvimento dos municípios, das regiões e do Estado em geral, garantindo vida digna a todos, sem nunca agredir a mãe natureza, pensando nas vidas de hoje e também de daqui a 100, 200, 500 anos.

Alguns pontos são consensuais, como o próprio termo eucaliptocultura, e não floresta, uma vez que não possibilita a diversidade de plantas, de animais e, portanto, o microclima. Posso estar equivocado, mas a floresta não garante a chuva, mas o próprio microclima facilita a sua ocorrência, o que as culturas não garantem, inclusive a do eucalipto. É fato que, onde havia uma nascente, ela secou. Então, as pesquisas apresentadas estão equivocadas ou está errada a metodologia de cultivo. E aí os órgãos ambientais precisarão da atuação desta Casa, deste Deputado, da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão Especial da Silvicultura junto aos órgãos do Estado, sobretudo o IEF. Alguma coisa está errada, foi feito aqui esse relato sobre as nascentes, será que as pessoas estão mentindo? Deputado Paulo Piau, quero pedir de público que aumentemos o número de visitas da Comissão, incluindo os lugares citados; foram apresentadas apenas três. Não é que não estejamos acreditando no que foi dito, mas para conversarmos com as comunidades e verificarmos se o que está errado é a metodologia ou se será necessária melhor análise das pesquisas apresentadas. Só queria confessar esta minha angústia e pedir a participação da comunidade nas reuniões da Comissão Especial da Silvicultura, que, nesta quinta-feira, será às 9h15min e as posteriores às 15 horas, parece-me.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Parabenizo os Deputados Rogério Correia e Maria José Hauelsen pela iniciativa. Tivemos oportunidade, nesses dois dias, de ouvir manifestações importantes, do ponto de vista do conhecimento científico, sobre as técnicas de plantio de eucalipto e também manifestações da sabedoria popular. Temos de tirar as mais importantes lições para unir ciência e sabedoria popular. Não é possível trabalharmos numa relação de conflito. A ciência não entra em conflito com a sabedoria popular, que faz parte de um processo importante do conhecimento humano. Se for adequadamente utilizada, poderá haver grandes e significativos avanços.

Nesta oportunidade, falo também de uma história recente de Minas referente aos processos de implantação de eucaliptos, à sua monocultura, à apropriação e à utilização do território mineiro, ao manejo do eucalipto e ao trato dos trabalhadores nesta monocultura. Há dados importantes demonstrando que milhões de hectares de terras devolutas, públicas de Minas Gerais... Hoje muitas pessoas reagem à ocupação das terras devido à reforma agrária defendida pelos movimentos sociais. Porém não vi, com a mesma intensidade, manifestações de indignação e de

reação contra a expropriação e a preparação dessas terras para o plantio do eucalipto e a sua implantação, o que interessa ao grande capital, ou seja, aos mais poderosos. Essa questão precisa ser melhor estudada. Logo, neste momento, não podemos encerrar a discussão.

Em 2002, instalamos uma CPI para abordar a questão da exploração do trabalho, principalmente nas carvoarias. Houve discussões importantes aqui sobre a utilização do eucalipto para produzir energia, melhorar o rendimento e gerar desenvolvimento, emprego e renda. Há muitas potencialidades. Isso é muito significativo. Não vejo isso de modo negativo. Não devemos condenar o eucalipto, mas as práticas referentes à lógica da sua utilização. Nesse sentido, sou testemunha de que, em muitas empresas, o trabalho era adequadamente formulado, ou seja, as pessoas trabalhavam com dignidade e respeito à legislação vigente. Porém, em muitas empresas grandes e poderosas, com capital nacional e internacional, os trabalhadores eram tratados de maneira indigna e trabalhavam exaustivamente, bebendo água suja, dormindo mal, levando para casa somente o cansaço. Portanto, havia um verdadeiro desrespeito à lei. Essa questão deve ser resolvida. Se quisermos defender política de integração, de desenvolvimento, de respeito e de promoção da dignidade humana, devemos não somente aprimorar a lei do eucalipto, mas também fazer com que seja respeitada a lei vigente neste Estado, referente à dignidade e aos direitos dos trabalhadores.

O Deputado Célio Moreira - Cumprimento o Deputado Rogério Correia, pela condução democrática dos trabalhos, a Deputada Maria José Haueisen e todos que acompanham este debate. A Assembléia cumpre o seu papel. Salvo engano, pela primeira vez, em nível de Brasil, ocorre discussão sobre plantio do eucalipto. Ouvimos os debatedores, os cientistas, enfim, as pessoas que conhecem profundamente a questão. Como disse o Deputado Padre João, ainda ficaram dúvidas. Tanto a Comissão de Meio Ambiente quanto a Comissão Especial da Silvicultura, da qual sou relator, promoverão encontros e debates e discutirão as legislações estadual e federal, para terminar com o "achismo". Pessoas responsáveis fizeram suas ponderações, mas deixaram dúvidas, como a questão referente aos contrapontos. Com certeza, a Assembléia fará essa apuração, pois quer vida, superar questões sociais e preservar o meio ambiente. Vamos fazer esse debate, sem paixões, mas com democracia.

Ouvimos depoimentos calorosos nesta Casa, contamos com a presença do Secretário de Estado, de funcionários públicos e de outras pessoas. Fiquei preocupado com duas denúncias: um cidadão, não guardei o nome, disse que algumas pessoas foram compradas, estão com o bolso cheio. Gostaria de pedir a V. Exa. que apurasse, pois denúncia grave como essa não pode cair no vazio nesta Casa. Que se apurem os fatos. Peço a V. Exa. que registre o nome e o endereço dessa pessoa e que ela aponte de quem e de onde recebeu, para que não pare dúvida de que as pessoas que aqui estão foram compradas.

Estamos debatendo assunto sério, não estamos aqui para brincadeira. A Assembléia está abrindo suas portas para debater com democracia. Uma acusação séria como essa não pode passar despercebida: que pessoas vieram aqui, com os bolsos cheios, patrocinadas não sei por quem. Solicito a V. Exa. que apure para que esse corrupto ou essa corrupta seja punido exemplarmente.

O Sr. Presidente - Deputado Célio Moreira, não cabe apuração porque não foi dado o nome. A Presidência desconsiderará a denúncia, mas fica registrada sua mensagem. Pedimos aos debatedores e ao público que tenham mais cuidado com as denúncias.

O Deputado Célio Moreira - Foi dado o nome da senhora acusada, Domingas. Não me lembro do nome do rapaz que fez a acusação. Não estamos aqui para brincadeiras. É desse jeito que conduziremos o tema eucalipto e silvicultura.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao público que tenha cuidado com as palavras, que as denúncias sejam feitas apenas se houver provas.

O Deputado Paulo Piau - Essa discussão continuará, como disse o Deputado Célio Moreira, na comissão especial que esta Casa criou para discutir a cadeia produtiva da madeira. Isso extrapola o eucalipto. Aqui, ouvimos acusações sérias, graves, em relação à agricultura familiar, sem o apoio devido. Isso é fato. Ouvimos acusações sobre a expulsão do homem do campo. Isso é sério, é grave. Há o problema do êxodo rural. Sabemos muito bem que o principal fator do êxodo rural é a educação, isso está comprovado nas pesquisas realizadas. As terras devolutas do Estado têm de se prestar para fins sociais. Tudo isso foi mencionado. Os projetos não sustentáveis, que degradam o meio ambiente, têm de ser apontados, para a correção devida. Também existem projetos bons, que cumprem sua função social, são produtivos, sustentáveis, não são degradadores nem ecologicamente incorretos.

Não teremos a unanimidade do aplauso, mas esses projetos deveriam ser aplaudidos, porque são bons para o Brasil. Produzir gera riqueza e empregos. Se alguém souber de outra forma de gerar empregos e riqueza que não seja produzindo - obviamente, estou extrapolando a questão do eucalipto -, que nos aponte, porque particularmente não a conheço. Isso coloca o Brasil em igualdade com as outras nações.

Hoje pela manhã, debatendo com o Judiciário, falávamos que, de dez processos que dão entrada, apenas cinco - ou seja, a metade - saem com alguma decisão judicial, o que é muito grave, pois deixa a população brasileira sem a proteção do Judiciário. A Defensoria Pública, responsável pela condução de 40% dos processos, está ameaçando entrar em greve, por falta de orçamento e de dinheiro. Se pararmos de produzir, a situação brasileira só vai se agravar. E isso interessa a quem? Deixo-lhes essa reflexão.

Quero, por fim, cumprimentar a Comissão de Meio Ambiente pela realização deste debate, especialmente a Deputada Maria José Haueisen e o Deputado Rogério Correia, torcendo por que possamos politizar cada vez mais o sindicato, a nossa escola, o agronegócio, a questão do eucalipto, etc., porque assim se fortalece a democracia, mas sem "partidarizar" nem "ideologizar" o que não é pertinente.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, a quem cumprimento pela forma democrática como vem conduzindo os trabalhos - aliás, característica de sua história nesta Casa -, Deputada Maria José, expositores, senhores e senhoras ambientalistas, trabalhadores e pesquisadores, quero compartilhar a minha preocupação de que o tema não se esgote aqui, mas que, por outro lado, não seja conduzido com excessos. Tudo o que é em exagero faz mal. Até se comermos demais, passaremos mal. A natureza é sábia e busca o equilíbrio, mas às vezes intervimos, atrapalhando esse equilíbrio. O eucalipto em exagero, plantado de forma desmedida, sem planejamento, desequilibrando a natureza, faz mal. A ausência absoluta de opções para produzir uma madeira que possa ser extraída, para mover não apenas a indústria moveleira, mas para construirmos nossas casas e viabilizarmos o funcionamento do setor siderúrgico, por exemplo, também faz mal.

Venho de cidade onde a siderurgia é responsável por grande parte dos empregos que ali se oferecem. Sem a siderurgia, Divinópolis talvez não tivesse a sua história nem os milhares de trabalhadores que ali garantem o seu sustento. Não queremos, com isso, sair por aí matando o mundo e destruindo a natureza. Mas, nessa história, talvez o eucalipto não seja o vilão, mas o mocinho, porque, se não tivéssemos uma alternativa de produção de madeira industrializada, quem sabe todas as matas nativas já não teriam sido destruídas? Isso não quer dizer que podemos sair plantando eucalipto em qualquer lugar e de qualquer maneira.

Sou produtor rural. Minha propriedade em Divinópolis não é grande, mas tenho algo em torno de 30ha de eucaliptos, o que equivale a mais ou menos 10% da propriedade. Na época em que plantamos, eu era Presidente da cooperativa, e, então, incentivamos o programa chamado Fazendeiro Florestal, para que houvesse opção de renda em área da fazenda que fosse compatível. Para que tenham idéia, essa área tem espaçamento de 10m entre cada duas fileiras de eucalipto, e ali o pasto nasceu melhor do que era antes. Então, é possível compatibilizar as coisas, e pensar nisso é parte do trabalho da Comissão da Silvicultura, do Deputado Paulo Piau e dos demais companheiros. Queremos debater o assunto com absoluta responsabilidade, preocupando-nos com a natureza, com os trabalhadores e com as indústrias, que precisam da madeira. Falou-se aqui que não é a mesma coisa de 1kg de carne, mas, no garfo ou na colher que vamos usar daqui a pouco, há eucalipto ou alguma madeira, porque, sem a energia, o processo de fusão do metal não teria ocorrido. Então, é preciso ter bom-senso e não radicalizar.

Vamos encontrar a melhor solução. Minas Gerais tem condições de produzir eucalipto ou outro tipo de madeira industrializada e, ao mesmo tempo, continuar sendo a caixa-d'água do Brasil. Devemos preservar nossas nascentes, mas não precisamos deixar de plantar. O equilíbrio deve prevalecer.

A Deputada Ana Maria Resende - Parabenizo a Mesa e a Comissão Especial da Silvicultura pela realização deste debate tão importante, principalmente para o Norte de Minas, região pobre em água, que possui muitos locais inóspitos, desmatados, sem utilização. Se sobrevoarmos o Norte de Minas, veremos terras gretadas e secas. Quem sabe a silvicultura seja uma opção para o povo, que precisa de oportunidade de trabalho e renda? A silvicultura não produz carne, mas recursos para que as pessoas compreem o que precisam.

Como esta reunião está sendo gravada, solicito ao Presidente da Comissão de Silvicultura que peça a fita, a fim de que, na próxima reunião, possamos conversar com a pessoa que fez aquela grave denúncia. Esta Assembléia não pode se prestar, mais uma vez, à brincadeira do "denuncismo". O Brasil já não suporta denúncias infundadas, que poderão nos levar à bancarrota.

Acredito que poderemos encontrar um caminho na silvicultura. No fim do ano passado, estive em Foz do Iguaçu, em direção à Argentina. Percorri, de carro, mais de 60km na divisa entre os dois países, a fim de saber o que a Argentina está produzindo. Encontrei apenas plantação de árvores. Podemos, Deputado Paulo Piau, encontrar um equilíbrio e saber por que as águas estão secando: se é o plantio do eucalipto ou os maus tratos que dispensamos ao meio ambiente. Percebi, durante a viagem, que países evoluídos e povos desenvolvidos também trabalham com a silvicultura.

O Sr. Presidente - Ainda existem várias pessoas inscritas. Infelizmente, como o tempo é curto, não terei condições de conceder a palavra a todos. Nosso prazo termina às 14 horas, quando será aberta a reunião ordinária desta Assembléia. Peço desculpas aos que se inscreveram e não puderam usar a palavra. Mas como os Deputados ressaltaram, esse não é o fim das nossas discussões. A Comissão Especial de Silvicultura foi criada para dar prosseguimento a esses debates. Um projeto de lei, de nossa autoria, com o objetivo de regulamentar o chamado zoneamento agroecológico, está paralisado, aguardando a realização desse debate. Pretendemos chegar a um substitutivo que seja aprovado por unanimidade. Para isso o debate terá de aflorar. Vamos ter que realizar muitos debates, mas é necessário que a legislação seja aperfeiçoada para garantir o plantio de eucalipto, e respeitadas as questões socioeconômicas e o meio ambiente. Este seminário foi um pontapé inicial para a resolução dessas questões. Agradeço a contribuição de todos e peço desculpas àqueles que não puderam falar.

O Sr. Rubens Vargas Filho - Parabenizo o Deputado Rogério Correia e a Deputada Maria José Haueisen por essa importante iniciativa. A reunião foi muito calorosa. Nela apareceram as necessidades pontuais, que são prementes e precisam ser levadas em conta, tanto em relação àquelas áreas onde se tem os cultivos quanto nas áreas que apresentam problemas com a comunidade. Toda monocultura no Estado é prejudicial à biodiversidade, à população, aos recursos hídricos. Na realidade, o que deve ser feito como definição de uma política clara é exatamente a parceria com as comunidades e que não se pratique grandes extensões de monocultura. Foi citado aqui que o uso de maquinário tem diminuído o número de empregos, assim como acontece em várias atividades. Essas questões devem ser debatidas, devem ser levadas em conta, e uma solução para os diversos problemas citados deve ser encontrada.

Gostaria de responder a Synara e a Ivanete. A Synara falou sobre o IEF dar apoio a certificação de determinada empresa. Não cabe ao IEF conceder certificado a ninguém e muito menos os nossos técnicos darem apoio a certificação. Isso é inerente a um processo. Os técnicos têm a obrigação de fiscalizar e combater o uso nocivo ao meio ambiente. Quanto ao que a Ivanete falou sobre a conversa com o Dr. Humberto, foram claras as demandas. Se não houve solução local, essa demanda pode ser feita aos escritórios regionais e até aqui, na sede. Tomaremos as providências necessárias. A responsável pela fiscalização e pelo monitoramento das atividades florestais é a minha diretoria. Levantaremos os problemas sobre o uso inadequado do fogo e o desmate de áreas nativas para fazer-se o plantio de eucalipto.

Não repetirei outros questionamentos; apenas acho importante ressaltar que o IEF tem uma política muito clara para o desenvolvimento florestal do Estado. O Deputado Domingos Sávio disse isso muito bem, realmente temos grande demanda pela produção das siderúrgicas. Todo produto material que usamos é derivado do ferro-gusa, e o carvão vegetal é utilizado como termorredutor.

Então, para diminuir a pressão sobre as florestas nativas, poderemos dar uso alternativo a algumas áreas do Estado, sem criar monoculturas em larga escala, mas apenas em pequenas propriedades rurais, que têm a possibilidade de utilizar o eucalipto como uma fonte de renda. Quer dizer, fomentar pequenos fragmentos em áreas adequadas, para minimizar o impacto sobre a floresta nativa. Esse é o grande objetivo do IEF e da Secretaria de Estado, por meio da política do Dr. José Carlos Carvalho, nosso Secretário. Assim, a nossa política é fazer o fomento florestal em pequenas atividades.

De maneira geral, todos esses questionamentos em relação à monocultura, não só do eucalipto, são decorrentes da intervenção do homem na biodiversidade, como também é o caso da seca de córrego, de rio, ou da extinção de animal. Portanto, isso deve ser tratado de maneira clara, definindo-se estratégias de implementação de todas as atividades, sejam agrícolas ou não.

O Sr. Herly Carlos Teixeira Dias - A Prof. Andréa, da UFMG, levantou possível dicotomia entre o desenvolvimento sustentável e o inventário da bacia hidrográfica. Na verdade, a melhor forma de se alcançar o desenvolvimento sustentável é tomarmos a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e desenvolvimento.

O que quis dizer com isso? Temos as grandes bacias hidrográficas, como as bacias do rio Doce e a Amazônica. Tomando a bacia do rio Doce como exemplo, ela é formada por um grande número de sub-bacias, bacias menores, que são formadas por bacias menores ainda, que são as bacias de primeira, segunda e terceira ordem. Essas bacias, quando tomadas como unidades, são importantes porque respondem rapidamente a qualquer atividade nelas desenvolvidas. Então, se retirarmos as áreas de preservação permanente de uma bacia de primeira e segunda ordem, certamente isso terá um resultado imediato em alguma nascente, em algum pequeno curso de água. Da mesma forma, se essa pequena bacia de primeira, segunda ou terceira ordem for manejada corretamente - então o inventário aqui não é correto, mas uma parte do manejo, fazemos o inventário da bacia para desenvolver a atividade no manejo -, preservando os recursos e, ao mesmo tempo, utilizando de forma correta as áreas passíveis de alteração de uso, haverá um efeito em cadeia, cada pequena bacia contribuindo com água em quantidade e qualidade. Isso vai crescendo, até chegar na bacia do rio Doce. Então, não há dicotomia. Acreditamos no desenvolvimento sustentável e na importância da bacia hidrográfica como unidade de manejo.

A estudante Sheila Ricoi comenta que, segundo minha exposição, a monocultura é retirada e o ecossistema volta ao equilíbrio. Ela diz que, de acordo com seu ponto de vista, esse é um equívoco, pois sabemos que um ecossistema não volta ao normal de um dia para o outro; que a natureza demorou milhões de anos para construir o que está sendo retirado. Na engenharia florestal, identificamos uma floresta clímax como floresta equilibrada, onde todos os recursos são utilizados de maneira correta. Então, se tomarmos uma floresta natural, com um determinado número de espécies secundárias e pioneiras, há uma interação entre essas espécies, a produção de serapilheira, a conservação de água dentro da floresta e uma melhor utilização da radiação solar nos diversos estratos do dossel florestal. Esse sistema, funcionando perfeitamente, está em equilíbrio. Conseguimos recuperar o equilíbrio até com escala de tempo menor. Tem razão: é difícil voltar ao ecossistema normal. Estou entendendo normal como igual ao que era antes; e isso é difícil, porque a própria composição de espécies que existiam antes pode sofrer alteração. E falo sobre espécie não só vegetal, mas também animal, pois há a fauna silvestre. É complicado voltar ao normal, mas é possível voltar ao equilíbrio. Agradeço a oportunidade, esse debate representa o início, a semente que, se de boa qualidade, tem tudo para germinar, crescer, produzir. Caso o debate não tenha qualidade, fica fadado a parar por aí.

O Sr. José Roberto Scolforo - Agradeço as perguntas dirigidas pela Carla, pelo Costa Alves, Joaquim Ferreira, José Ildeu, Luciano, Manoel Rosa, José Barbosa e José Gonçalves, com quem podemos conversar sobre semente de feijão posteriormente. Agradeço, ainda, aos Srs. Élder, Guilherme, Paulo Sadi e à Ana Maria. Deixo claro que, quando fazemos uma exposição com tempo limitado, nós nos atemos ao tempo disponível. Sou um engenheiro florestal por vocação e por amor, e não um engenheiro de eucaliptos. Assim como estamos ajudando, contribuindo para mapear e criar a reserva extrativista de pequi em Japonvar, continuamos fazendo vários estudos sobre os frutos de plantas do cerrado, como a favela, o pequi, o baru e outras mais. Viajamos e trabalhamos muito, percebendo o grau de dificuldade enfrentado pelas pessoas das regiões onde chove menos. O Deputado Paulo Piau foi muito feliz ao dizer que os estudos existentes sobre o êxodo rural estão centrados na possibilidade de as pessoas terem acesso à educação. Um grande projeto de desenvolvimento passa fundamentalmente por educação e respeito às culturas regionais. Nunca estudamos em nenhum local sem antes fazer um diagnóstico agrossocioeconômico, para não ficarmos reinventando situações ou estabelecendo pacotes tecnológicos.

As perguntas que me foram feitas podem ser resumidas em duas questões, justamente as questões finais da minha apresentação que, dado ao tempo, ficaram bastante resumidas. Na realidade, defendemos um manejo, o fortalecimento de políticas públicas de um manejo correto de microbacias. Defendemos uma ação em que não se deve olhar os pingos no "is", mas todo o alfabeto. Em qualquer município de Minas Gerais que existir espécie de eucalipto, não existirá somente ela, mas ações seculares, outras culturas, tanto agrícola quanto pecuária. Haverá impacto em todas. Precisamos aprender a gerir e a planejar o uso da microbacia como um todo. Ciclicamente são eleitos vilões. Se eliminamos um vilão, outro aparecerá por um motivo muito simples: o homem continua ali com as suas mazelas, muitas vezes atuando de forma predatória, egoísta, utilizando aquele recurso como se tivesse caído do céu. É necessário que haja respeito à coletividade de cada região, de cada município, de cada microbacia. Se queremos entender por que os riachos estão secando, é preciso entender as mazelas feitas na microbacia. Por que será que secam os riachos desse Brasil afora, onde não há um pé de eucalipto?

Temos de ser mais coletivistas e nos apropriarmos da natureza de maneira geral. Se queremos resolver as questões que geram produção, é preciso pensarmos no planejamento das microbacias, da paisagem. Ai, perceberemos que não é cortando o eucalipto que a água voltará. Isso pode acontecer em outro planeta, não aqui na Terra. O que acontece é um processo lento e gradual de recuperação da natureza. Fazemos a degradação rapidamente, mas a natureza demora décadas para se recuperar. Então, se alguém planta mal qualquer cultura, tem de ser penalizado, porque existem regras de conduta ambiental. Isso não é só com quem planta mal o eucalipto, mas também as pastagens, o feijão, o milho, a soja, etc. Precisamos elegeer na microbacia as áreas de proteção ripárias. Têm de existir. Façam um diagnóstico em Minas Gerais para ver o que acontece.

No mês de junho, lançaremos um CD, cuja distribuição será grátis. Haverá um evento em Brasília e um em Belo Horizonte. Fizemos um mapeamento de todos os rios da bacia do São Francisco onde há e onde não há eucalipto. As mazelas do cidadão estão ali, e isso é uma calamidade. Se não pensarmos no todo, na microbacia, fica muito difícil resolver qualquer problema.

Para quem está praticando a cultura do eucalipto, do café, da cana, ou qualquer outra, é fundamental trabalhar o manejo de paisagem. Não podemos enxergar apenas a monocultura. É preciso enxergar grandes maciços com vegetação nativa. É preciso enxergar a comunicação entre essa vegetação nativa em uma escala fortalecida. Precisamos de manejo da paisagem em que se estabeleça a sensatez no uso do recurso.

Alguém falou que se come carne, mas não se come madeira. Mas sem madeira não há higiene pessoal, em todo o sentido que se quiser pensar. Só para ficar na questão da higiene pessoal, que também é muito mal tratada neste País. Se queremos trabalhar de forma sensata e equilibrada, é preciso pensar na propriedade como um todo. É necessário - e possível - fortalecer fragmentos nativos incrustados na cultura praticada no local. Estamos exercitando isso em Minas, ainda que de forma tênue. Desde 1998, temos projeto com empresa florestal. Acordou-se que tudo o que fosse diagnosticado por essa empresa estaria disponível na Internet e que todas as prescrições que fizéssemos teriam de ser registradas em cartório e averbadas no órgão ambiental do Estado. Naturalmente, para isso acontecer plenamente, serão necessárias décadas porque temos de aprender uma série de coisas que ainda não sabemos. É possível estabelecer-se bom manejo da paisagem para qualquer cultura neste Estado.

Sugiro aos Deputados - essa é uma posição pessoal - que pensem na forma de desenvolvimento sustentável para o produtor de águas. A conta de água que pagamos no final do mês não é da água que utilizamos, é do tratamento efetuado pela COPASA. Se instituímos o produtor de águas, aquela pessoa que cuida para que exista de forma mais abundante um recurso tão importante quanto a água, será possível reduzirmos um conflito. Por que parte da vegetação ciliar é eliminada pelo cidadão? Porque aquele é um pedaço de terra muito produtivo. E seu ganho conflita com a condição de cidadão, de conservar. Podem existir saídas que comecem neste seminário.

A Sra. Presidente (Deputada Maria José Haueisen) - Estamos preocupados porque às 14 horas se inicia a reunião ordinária, e ainda estamos ocupando o Plenário.

O Sr. Leonardo Fares - A Marilda perguntou se acho que os direitos estão sendo respeitados. Evidentemente não. A história brasileira é de iniquidade social, de desrespeito ao cidadão e à comunidade. O trabalho que estamos fazendo nessa Comissão é para mudar a forma de abordar o problema. A mudança em si é necessária, mas é preciso definir o rumo certo. E qual é o rumo certo? É algo que teremos de discutir. No entanto, tenho absoluta certeza de que qualquer rumo que desconsidere as formas renováveis de geração de energia seguramente não é o correto. Seria, mal comparando, querer jogar futebol sem bola. Não adianta um bom estádio e um bom time. Se não tiver a bola, não tem jogo. Não há, então, como tirar a questão energética dessa equação. É conto de fadas.

Guilherme Freitas pergunta por que algumas ONGs só questionam o problema do eucalipto, e não o de outras culturas. Está muito claro que a questão do eucalipto, como está sendo posta, aponta inúmeros problemas. As comunidades apresentaram sérias acusações e estão se mobilizando para resolvê-las. O processo de mobilização social é assim mesmo: começa num ponto e, depois, vai caminhando para outros. Estamos avançando. Acredito que tal qual o impacto do eucalipto, o impacto de todas as outras monoculturas entrará no âmbito dessa discussão e que a sociedade, lentamente, se mobilizará em torno do assunto. É um processo natural.

A pergunta de Luciano, da CPT, não se refere ao tema da discussão, mas sempre sou interrogado a respeito: "Por que a AMDA, entidade ambientalista, aceita empresas como suas contribuintes?". A resposta é simples. A AMDA, como qualquer outra ONG, precisa de recursos para trabalhar. Esse é um padrão mundial. Umam operam com recursos governamentais; algumas, com recursos de fundos estrangeiros; e outras, com o "mix" dessas duas coisas. A AMDA opera basicamente com dois recursos: de contribuintes físicos, que são 750 associados, e de 15 empresas, pessoas jurídicas. Esse é o nosso modelo, está no estatuto, e é assim que funciona.

O Sr. Carlos Alberto Dayrell - Coube-me a difícil tarefa de enfrentar o debate em que é proposto novo modelo para a eucaliptocultura em Minas Gerais. O "slogan" do seminário é "Vamos Evitar os Erros do Passado". Todos concordamos em que os erros devem ser realmente encarados e enfrentados. Mas, para evitar os erros do passado, temos de mexer nas feridas, e as feridas ainda estão abertas. Basta visitar as regiões que foram afetadas pela monocultura do eucalipto para vê-las ainda sangrar, pedindo ações urgentes e efetivas. Está em voga novo discurso bastante sedutor, mas vemos com clareza que o que se está propondo não passa de maquiagem. Precisamos sair da maquiagem e enfrentar o Brasil real, o Minas Gerais real. É um desafio inevitável, para, então, se pensar uma nova política florestal no Estado.

Derly, de Rio Pardo de Minas, fez-me uma pergunta, e infelizmente tenho notícia triste para lhe dar. Há 12 anos, estamos trabalhando em Rio Pardo com o assentamento Tapera e outras comunidades. O assentamento Tapera é uma área de 4.000ha, e a CAF tem área de 16.000ha, sendo cerca de 6.000ha destinados à monocultura de eucalipto. Segundo um levantamento feito recentemente, o assentamento Tapera gera

hoje 145 empregos diretos. Os antigos trabalhadores da CAF estão reivindicando terras no Tapera, e a empresa tem menos que seis empregados diretos e são muito poucos os indiretos.

A questão do emprego é séria, foi levantada por algumas pessoas, mas não sei o que fazer. Infelizmente, as pessoas estão conhecendo o Norte de Minas de maneira muito vaga. Precisamos conhecer o Norte e o Jequitinhonha por meio do povo que lá vive e trabalha. Se esse modelo proposto para a eucaliptocultura continuar com o processo de mecanização, não haverá emprego para ninguém, a não ser que ela seja proibida porque está tirando emprego em várias regiões. É preciso desenvolvermos outro modelo com outra lógica.

A Synara levantou a questão da certificação da Plantar, e o mesmo está ocorrendo com a da V&M. Tivemos notícia de que um licenciamento da V&M contou com a aprovação da AMDA, com que temos até uma dívida. O Tapera foi desapropriado, e ali foi implantado um assentamento que é modelo em termos de gestão dos recursos naturais graças à contribuição da AMDA na década de 90. Ela entrou na luta, e hoje temos um assentamento que é referência em qualidade de vida das populações locais. Gostaríamos que a AMDA fizesse uma visita ao assentamento, os moradores sempre fazem essa solicitação. Queríamos que visitasse também a comunidade de Canabrava, que me convidou há duas semanas. Não conhecia a região, passei um final de semana lá e deparei-me com determinada situação. É importante que a Assembléia considere a questão, porque é um desrespeito aos direitos humanos. As pessoas estão sendo consideradas réus, quando, na verdade, são vítimas. É necessária visita da Assembléia à região, porque fiquei assustado com o que vi e ouvi. As denúncias têm de ser feitas, mas não de modo vago. Temos três documentos encaminhados ao Diretor-Geral do IEF, ao Gerente-Geral do IBAMA e ao representante do Ministério Público. Estão assinadas, foram feitas em 4/12/2003, mas ainda estamos à espera de respostas. As denúncias apresentadas são baseadas no que está ocorrendo na região.

Temos de avançar muito. Pesquisas existem, como foi dito, mas precisa haver estímulo a que sejam realizadas nos próprios locais. É possível avançar na resolução dos principais problemas por meio das pesquisas. Com propostas baseadas em outro modelo, é possível mudar a situação, que gera desemprego e destruição ambiental. E as propostas estão sendo construídas em Minas, nos demais Estados e no mundo. Com isso, poderemos inverter a situação, que coloca em risco a sobrevivência.

A Sra. Presidente - Pergunta do Sr. Joaquim Cabral Neto, dirigida a mim: "Nas escolas rurais de ensino fundamental, existem programas educacionais específicos para criar nos filhos dos produtores rurais um espírito ecológico de defesa do meio ambiental?". Não sei dizer ao certo se há esse trabalho específico nas escolas rurais; entretanto, existem as chamadas Escolas-Família Agrícolas, de pedagogia alternativa, originária da França. Existem várias dessas escolas no Espírito Santo, e 14 em Minas Gerais. O objetivo delas é preparar os jovens da zona rural para que continuem lá. Os jovens passam 15 dias nas escolas e 15 dias em suas casas, e há revezamento das duas turmas. O programa escolar não tem matéria específica do meio ambiente. Quem cuida do currículo é o Conselho Estadual de Educação. Deve-se respeitar a ecologia e perpassar todas as matérias. Essa é a preocupação não só do currículo escolar, mas também dos sindicatos e de quem tem liderança. Devemos fazer esse trabalho em nossa casa, com nossa família e em nosso ambiente, para que possamos melhorá-lo, incluindo os jovens da zona rural e os que estão nas cidades e cujas escolas não têm essa matéria específica. Eles também têm de estar preparados para isso.

Fico feliz por ter participado junto com a Deputada que propôs este evento e o Deputado Rogério Correia. Agradeço a todos os expositores, que nos brindaram com conhecimentos científicos, e a todos os que participaram do evento.

#### Encerramento

A Sra. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 18ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 27/5/2004

#### Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Sr. José Luiz Borges Horta - Palavras da Sra. Ângela Maria Prata Pace de Assis - Palavras da Desembargadora Jane Ribeiro Silva - Palavras do Sr. Raimundo Cândido Júnior - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Dalmo Ribeiro Silva - Durval Ângelo - Gustavo Valadares.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Durval Ângelo, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa as Exmas Sras. Jane Ribeiro Silva, Desembargadora do Tribunal de Justiça; e Ângela Maria Prata Pace de Assis, Pró-Reitora do Centro Universitário Newton Paiva; e os Exmos. Srs. Raimundo Cândido Júnior, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais; e José Luiz Borges Horta, Professor da UFMG.

#### Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à realização do painel "Prática Jurídica, Universidade e Sociedade", tema de abertura do encontro Prática Jurídica Universitária - Questão de Justiça e Cidadania, promovido em parceria pela Assembléia, por intermédio da Escola do Legislativo, pelo

## Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

## Palavras do Sr. Presidente

Exma. Sra. Jane Ribeiro, Prof<sup>a</sup>. Ângela Pace, Raimundo Cândido, Prof. José Luiz, caríssimos acadêmicos, universitários, professores, em nome do Presidente desta Casa, manifesto nossa imensa alegria em recepcioná-los. Esta reunião é muito especial, pois me faz voltar ao passado na minha querida terra, Ouro Fino, quando tive a honra de presidir a 39ª Subseção da Ordem dos Advogados daquela cidade e lembrar-me da Universidade de São Francisco, em Bragança Paulista, onde, por longos anos, tive a honra maior de ser o coordenador de cursos penais. Representando o parlamento mineiro neste importante debate, temos certeza de que será de grande valia para os que lidam com o direito.

É com grande satisfação que a Assembléia Legislativa abriga, neste Plenário, a abertura do encontro Prática Jurídica Universitária - Questão de Justiça e Cidadania. Este evento pretende ser espaço de discussão acerca da assistência jurídica prestada pelas instituições de ensino do direito, a qual, extrapolando sua pretensão inicial de proporcionar aos alunos oportunidade para a prática dos conhecimentos teóricos adquiridos, tornou-se nos dias atuais importante instrumento de ampliação do acesso à justiça e de garantia de direitos, especialmente a parte da sociedade normalmente privada não apenas de condições econômicas, mas da própria consciência de cidadania.

O tema da prática jurídica universitária comporta várias dimensões e perspectivas de análise: seja a partir da visão da universidade, que tem nesse trabalho mecanismo de reforço do processo de ensino-aprendizagem e forma de aproximação e de retorno à sociedade; seja a partir do ponto de vista das instituições e profissionais envolvidos com o exercício da justiça, aos quais a prática vem se somar, na nobre missão de solucionar os conflitos, promover a pacificação social e, em última análise, contribuir para a garantia de melhores condições de vida aos cidadãos. Nesse contexto, o debate sobre a prática exercida pelas escolas de Direito interessa também aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, na medida em que, constituindo mais um caminho para que o cidadão conheça e exerça seus direitos, serve também como oportunidade e estímulo para o reconhecimento do seu papel perante o poder público, principalmente como agente de transformação, por meio da efetiva ocupação dos espaços de participação política e social proporcionados pelo ambiente democrático.

Ao colaborar para a realização deste debate, a Assembléia também busca exercer um dos seus principais papéis, qual seja o de congregar e fomentar o diálogo entre diferentes segmentos da sociedade, para, a partir do conflito pacífico de idéias, chegar a encaminhamentos e propostas de ação que atendam aos anseios maiores da população mineira. Procura ainda estreitar os laços que a unem à própria sociedade aqui representada, de forma a, num esforço de transparência e legitimação, proporcionar maior conhecimento e envolver pessoas e instituições nos trabalhos desenvolvidos no âmbito do parlamento. Cabe destacar, finalmente, que a promoção deste evento constitui mais uma das ações do Programa de Educação para a Cidadania mantido pela Escola do Legislativo, por meio do qual busca-se levar a diferentes segmentos informações e reflexões acerca do Poder Legislativo, da participação política, enfim, das condições necessárias ao exercício da plena democracia, objetivo e esperança maior de toda a sociedade.

Desejamos que o evento seja profícuo e que, além das discussões e resultados que certamente irá gerar, sirva como instrumento de integração das instituições envolvidas, tanto no âmbito do ensino quanto no da prática profissional, abrindo caminho para o prosseguimento e para o aprofundamento desse debate, bem como para a construção de novas parcerias com relação a temas de interesse comum. Sintam-se à vontade nesta Casa, e que essas reflexões sejam da maior importância para o mundo jurídico. Bom trabalho e muito obrigado.

## Palavras do Sr. José Luiz Borges Horta

Presidente, ilustres membros da Mesa nesta noite abençoada, quero saudá-los e a todos os presentes, bem como aos telespectadores da TV Assembléia, e, em meu nome e no do Prof. Sérgio Luiz Souza Araújo, que nesta Mesa represento, agradecer às entidades promotoras do evento. É uma alegria estar aqui e, mais ainda, ter a oportunidade de trazer a palavra da academia, que temos discutido nas universidades e faculdades de direito do Brasil, acerca da importância e da conexão da prática jurídica com a sociedade e com a universidade.

Estruturei minha intervenção em alguns pontos que me pareceram significativos e que nos permitem reflexão mais aprofundada acerca da prática jurídica, sobretudo nas faculdades de direito. Passarei à exposição dessas questões. Inicialmente, é preciso pensar no sentido maior da existência de uma faculdade de direito. Há controvérsia, por assim dizer, presente nas faculdades de direito desde a criação dos cursos jurídicos, em 11/8/1827. É uma tensão entre duas funções essenciais que se espera de boa faculdade de direito, de bom curso de bacharelado em direito.

A primeira preocupação, originalmente debatida pelos parlamentares da Nação que se iniciava sempre, foi a criação de faculdades vocacionadas para a formação profissional, pensando, evidentemente, na formação dos operadores jurídicos clássicos como o advogado, o Promotor de Justiça e o Juiz de Direito. Além dessa primeira função das faculdades de direito, que é eminentemente profissional, há outro sentido na existência das faculdades de direito. Desde o início, esse foi o sentido determinante para que aquele País que se emancipava, para o Brasil que se proclamava independente, decidisse investir tão clara, forte e profundamente na criação de faculdades de direito. Era exatamente a formação ou a garantia da autonomia nacional, por meio da formação dos quadros preparados para gerir o Estado então nascente. Na verdade, essa tensão entre uma faculdade de direito vocacionada para formar profissionais e outra vocacionada para formar os gestores do Estado, é a tensão originária, é a primeira grande questão que surge no momento da criação das faculdades de direito. Ora, seremos faculdade profissionalizante ou de formação generalista, mais ampla e que capacite o futuro profissional do direito a ser não apenas profissional clássico tradicional, mas apto a assumir a condução dos negócios do Estado, naquele momento? Essa tensão entre faculdade profissionalizante e generalizante produz algo que podemos chamar de conflito de identidade nos cursos jurídicos brasileiros, que se manifesta desde a primeira hora e que vem gerando, no curso dessas dezenas e centenas de anos de história do ensino jurídico brasileiro, necessidade de compormos esses dois grandes fatores de tal forma que tenhamos uma faculdade que resolva o problema da profissionalização para cursos jurídicos tradicionais e, por outro lado, forneça os quadros preparados a assumirem a liderança e a ocuparem os postos-chaves da sociedade e do Estado.

A isso devemos a primeira pergunta que gostaria de apresentar: que prática jurídica devemos ter? De que modo podemos construir prática jurídica adequada a esses dois fins, que não são contraditórios e que, ao contrário, devem se harmonizar na construção de projeto de uma faculdade de direito? Uma verdadeira faculdade de direito tem olhos postos nessas duas grandes vertentes, importantes tarefas que se espera das universidades. A faculdade foi pensada ora em perspectiva profissionalizante, ora de maneira mais ampla e política. Essas duas concepções fazem com que a prática jurídica conste na versão curricular de 1827. Para muitos, a prática é questão debatida atualmente, mas, no princípio do séc. XIX, ao serem criadas as duas primeiras faculdades de direito do Brasil, Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, e Faculdade de Direito de Olinda, já havia a cadeira de Teoria e Prática do Processo. Desde 1827, existe a noção de que o ensino jurídico necessita de dimensão prática. Em 1853, a reforma curricular separa a teoria processual da prática forense, primeiro momento em que se fala dessa prática na história brasileira. Em 1879, os cursos de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais sofrem cisão. A faculdade de direito tenta ser

o mais técnica e profissionalizante possível, e as disciplinas Teoria do Processo e Prática do Processo passam a fazer parte do curso de Ciências Políticas.

Em 1895, com a república, os cursos de Ciências Políticas e de Ciências Sociais voltam a se unir, e fica clara a noção de que a faculdade de direito deve atender a essas duas grandes demandas: forense e profissionalizante e política-social. A partir de 1895, cristaliza-se a noção de que é preciso haver prática forense nas faculdades de direito. Em 1915, com a Reforma Maximiliano, passa-se a falar em prática de processo, e, em 1931, a Reforma Francisco Campos inclui a disciplina Direito Judiciário, consagrando a nova nomenclatura. Antes, falava-se em Direito Processual ou processo. O Direito Judiciário é o campo do conhecimento jurídico que trata da administração e da estruturação do Judiciário e do Direito Processual. Essa nomenclatura surge antes do Código de Processo Civil Nacional, de 1939.

Em 1931, ao se criar o Direito Judiciário, é extinta a prática. A própria legislação que cria essa disciplina amarra as práticas jurídica e forense, exigindo que os professores de Direito Judiciário incluam a prática do processo em suas disciplinas, em estrutura que perdura na matriz curricular aprovada em 1962. Em 1954, na aula magna do curso de Direito da UFRJ, o grande jurista Santiago Dantas pronunciou conferência com o tema "A Educação Jurídica e a Crise Brasileira", a qual está comemorando seu cinquentenário e que teve enorme impacto na trajetória dos cursos jurídicos brasileiros. O impacto da aula inaugural de 1954 de Santiago Dantas fez com que tomássemos consciência do problema central do ensino jurídico. Desde a criação dos cursos jurídicos, em momento algum aprendemos como conectar o ensino da sala de aula à realidade prática externa e concreta que vive nosso País. Para ele, a necessidade de ensinar a pensar era fundamental. Ele entendia que só era possível fazer com que o aluno aprendesse a pensar se o ensino se voltasse para os problemas jurídicos, discutindo a realidade concreta na sala de aula, fora do mundo teórico em que vive a academia.

A idéia de Santiago repercutiu pelo menos de duas maneiras na trajetória da educação jurídica brasileira. Em 1972, houve modificação curricular e incluiu-se a prática forense sob a forma de estágio supervisionado. A matriz curricular de 1972 acabou tornando-se negativa para as faculdades de direito, já que se separou a prática forense do Direito Processual, induzindo-nos a ministrar aulas práticas de Direito Processual, tão criticadas por serem semelhantes a aulas de natação por correspondência. Nesse período, tornei-me bacharel sob o manto da Resolução nº 3, de 1972, do Conselho Federal de Educação, e havia aulas práticas nas faculdades de direito, as quais não nos acrescentavam muitos conhecimentos. Talvez, em razão do fracasso da experiência de 1972, de manter as aulas práticas, no Governo de Itamar Franco construiu-se nova matriz curricular. No último dia útil de Governo, o Ministro Hingel baixou nova portaria curricular dos cursos jurídicos, a Portaria nº 1.886/1994, que definiu não mais uma prática forense, mas uma prática jurídica. Inserir, nas pastas dos participantes, resumo dessa portaria.

Em 2002, o Conselho Nacional de Educação aprovou nova versão curricular a partir do Parecer nº 146/2002, que trazia no bojo esboço de resolução que permanece sobre a mesa do Ministro da Educação até hoje. Segundo a Portaria nº 1.886, a estrutura dos contornos normativos da prática jurídica apresenta novidades maravilhosas para as faculdades de direito. A prática jurídica estabelece que não falemos apenas em prática forense. A advocacia mudou e não é puramente forense. Falamos cada vez mais em mundo jurídico extraforense. A Portaria nº 1.886 nos autoriza a pensar em prática jurídica que se divide em prática forense e extraforense. Quanto à prática forense, a portaria estimula nitidamente as atividades de prática real, muito embora continue estimulando a prática forense simulada. A prática forense simulada, do modo como a pensou a Portaria nº 1.886, realiza-se por treinamentos práticos, e não mais por aulas. São atividades completamente diferentes, pensadas em cartórios ou salas de simulação de audiências, onde se estimula a realidade forense com que o aluno vai deparar fora da academia.

Além da prática jurídica forense simulada, temos a prática jurídica forense real. Quanto a isso, há bela trajetória nas faculdades de direito da prática forense real, pelos chamados escritórios-modelo de advocacia, ou dos órgãos de assistência judiciária que prestam assessoria jurídica gratuitamente à população. É o caso da Divisão de Assessoria Jurídica da Faculdade de Direito da UFMG, a DAJ, criada pelo Prof. José Olímpio de Castro Filho, em 1968, se não me engano. Tem longa trajetória na prestação da assistência e, portanto, de extensão. De outro lado, de ensino e, portanto, puramente acadêmico, de formação, tornando-se verdadeira escola de advocacia dentro da Faculdade de Direito da UFMG.

Essa prática real não se dá apenas nos escritórios-modelo, mas também por meio de convênios. Os senhores podem ver no texto da portaria que a prática forense é estimulada amplamente nos órgãos públicos e privados. A prática jurídica se apresenta hoje também como extraforense por convênios, nos escritórios-modelo e não mais de advocacia, mas de consultoria. A estrutura das empresas júnior, dos cursos de Ciências Gerenciais, pode perfeitamente ser organizada nas faculdades de direito, na lógica dos chamados núcleos de prática jurídica, que podem, à luz do art. 14 da Portaria nº 1.886, ser estruturados de modo interinstitucional. Se o MEC decidir modificar a Portaria nº 1.886 por nova resolução, será muito grave, pois sequer define o tempo mínimo de estágio.

Agradeço a deferência de me convidarem para este painel, de estimularem as faculdades de direito a construir verdadeiramente uma prática jurídica criativa, vinculada à noção de que o direito é cada vez maior e pensar o direito é cada vez mais aprender a modificar nossas instituições e construir outras alternativas para o nosso mundo.

Palavras da Sra. Ângela Maria Prata Pace de Assis

Presidente Dalmo Ribeiro Silva; estimada e respeitada Desembargadora Jane Ribeiro, exemplo de magistrado e de mulher que nos representa tão bem no Poder Judiciário; prezado e digno Presidente, que nos honra muito em suas ações frente à OAB-MG, Dr. Raimundo Cândido; Prof. Sérgio Luiz, que colocou de forma tão concisa e, ao mesmo tempo, tão brilhante a dimensão da prática jurídica; Alaôr Messias Marques, na pessoa de quem cumprimento os funcionários desta Casa, por quem tenho grande admiração, aprendi muito aqui. Tenho a grande satisfação de dizer que a Casa do Legislativo mineiro é um orgulho entre os Legislativos brasileiros, porque aqui se faz um pensar construído com muita responsabilidade. Portanto, na pessoa do Alaôr presto homenagem a todos que trabalham nesta Casa, incluindo os Deputados, que, juntamente com os policiais, os educadores e os médicos, precisam ser mais valorizados na construção de nova ordem jurídica. Prezados alunos, colegas, senhoras e senhores, percebemos que é necessário pensar e agir para que o fortalecimento da sociedade civil e nova proposta de organização desta sociedade, que está em permanente mutação, assoberbada por alterações tecnológicas, culturais e econômicas, façam emergir setores extremamente comprometidos com as camadas mais populares, em contrapartida ao modelo neoliberal, que minimiza a participação da sociedade política. Nessa nova visão, entendemos que a universidade não pode deixar de reavaliar seus processos de ensino, pesquisa e extensão, buscando opções de participação e atuação, propondo alternativas aplicáveis para a solução dos mais diversos problemas que afetam a sociedade contemporânea. Ensinar conteúdos, pesquisar fatos, dados e apenas promover práticas intramuros não é o papel da nova universidade no contexto da nossa história atual.

A articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão rompe a barreira do mero assistencialismo, buscando e, ao mesmo tempo, propondo novas formas de ver e rever o mundo. O estudante tem papel de suma importância na perspectiva de futuro de um mundo mais justo, humano e consciente. Tem de ser protagonista nesse processo. Um desafio permanente estabeleceu-se dentro das instituições de educação superior. Como promover programas de extensão que realmente abranjam os objetivos de mudar a realidade social? Como tirar proveito dessas experiências e, cada vez mais, aprimorar esses processos? Essas são perguntas que precisam ser respondidas com ações cidadãs, pois a complexidade do nosso mundo e das nossas relações políticas, econômicas e sociais estão a exigir isso.

Nesse ponto, gostaria de dar-lhes meu testemunho de fé nas ações de extensão. Como Secretária da Justiça e Direitos Humanos, contamos, em todo o território mineiro, com as ações extensionistas de faculdades, centros universitários e universidades. Como exemplos, temos o Mutirão da Execução Penal; em Belo Horizonte, o programa PAI-TJ, em parceria com o Tribunal de Justiça; e o Núcleo de Apoio à Família - NAF. A extensão da universidade acolhia a família do recuperando e entrava para o ambiente do adolescente em conflito com a lei, ensinando e, às

vezes, alfabetizando, como aconteceu na Penitenciária Nelson Hungria, em Contagem, onde havia 63% de analfabetos e onde sequer havia chegado escola. Ali contamos com a extensão universitária, funcionando em todos os pavilhões, e, finalmente, chegou, de maneira definitiva, a Secretaria da Educação. Isso para citar apenas alguns exemplos dentro dos 192 parceiros com que contamos, sendo várias ações extensionistas.

A prática jurídica realizada dentro dos cursos de direito, a meu ver, é um exemplo a ser seguido, inicialmente, por buscar, na realização de trabalhos práticos, uma formação mais sólida de seus alunos, e, depois, por terem os núcleos de assistência judiciária cumprido papel fundamental na prestação de serviços jurídicos à camada da população que precisa ser atendida. E há de se ressaltar algo que considero fundamental: não se trata de justiça pobre para pobres. Trata-se de garantir dignidade e cidadania aos excluídos, por meio de atendimento ágil, eficaz e extremamente zeloso com a qualidade. São estudantes de direito que acolhem milhares de cidadãos brasileiros, realizando, com firmeza, retidão e ética, um trabalho árduo de pesquisa e elaboração de peças, visando ao sucesso de seus constituintes. Deverão, ainda, priorizar a solidariedade social, a ética, a consistência humanitária e a competência técnica, fundamentais nas ações extensionistas. Vale ressaltar que essa formação busca desenvolver habilidades previstas na Portaria nº 1.886, de 1994, do Ministério da Educação. Aguardamos solução definitiva e esperamos que venha atender a nossos anseios: a Portaria nº 55 do mesmo órgão, editada em fevereiro.

No perfil desejado do formando, há as principais características a serem desenvolvidas, e isso é vital para nós que estamos dentro da academia estimulando o conceito de cidadão acima de qualquer coisa: permanente formação humanística, técnico-jurídica e prática, indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais; conduta ética associada à responsabilidade social e profissional; capacidade de apreensão, transmissão crítica e produção criativa do direito, a partir da constante pesquisa e investigação; capacidade para equacionar problemas e buscar soluções harmônicas com as demandas individuais e sociais; capacidade de desenvolver formas judiciais e extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos; capacidade de atuação individual, associada e coletiva, no processo comunicativo próprio ao seu exercício profissional; domínio da gênese, dos fundamentos, da evolução e do conteúdo do ordenamento jurídico vigente; e consciência dos problemas de seu tempo e de seu espaço.

Assim, com essas características, os alunos apresentarão as seguintes habilidades: leitura, compreensão e elaboração de textos e documentos; interpretação e aplicação do direito; pesquisa e utilização da legislação da jurisprudência da doutrina e de outras formas do direito; correta utilização da linguagem, com clareza, precisão e propriedade; fluência verbal e escrita com riqueza de vocabulário; utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica; julgamento e tomada de decisão e domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do direito. É sob esses aspectos que integramos completamente a pesquisa com o ensino e a extensão, colocando em prática a indissociabilidade prevista na Constituição Federal em seu art. 207. O operador do direito é por natureza um pesquisador, na prática jurídica consegue aplicar o ensino e conjugá-lo no desenvolvimento de suas habilidades.

Há muito se fala da justiça e de seus problemas. Por isso, temos que ter a preocupação em formar excelentes profissionais, com senso de ética e socialidade acima de tudo. A prática jurídica permite aos alunos o contato com os mais diversos problemas e lhes apresenta a oportunidade de intervir. Permite-lhes a oportunidade de saírem da posição de teóricos para a posição de agentes da transformação, preparando-se até mesmo para o exercício do poder.

O importante, nesta hora em que se discute o papel e a relevância da prática jurídica na formação dos nossos bacharéis, é lembrar-nos de que esses bacharéis desenvolvem papel de suma importância em nossa sociedade, pois são verdadeiramente agentes do Estado, porque só aos bacharéis em direito estão reservados os mais importantes e essenciais postos do Poder Judiciário. Permitir que a extensão possibilite aos estudantes de direito sólida formação é construir um cidadão mais consciente de seu papel e de seu lugar na sociedade.

O estágio supervisionado, realizado de práticas simuladas ou reais, é de fundamental importância nos cursos jurídicos. E as práticas reais, realizadas no âmbito dos núcleos de práticas jurídicas, cumprem um papel extensionista, e não meramente assistencialista para a sociedade. Não só o atendimento na assistência judiciária, mas o desenvolvimento de programas de divulgação de direitos fundamentais para maior conscientização e construção de cidadania podem e devem fazer parte da formação de nossos jovens estudantes de direito. Para isso, as atividades complementares estatuídas nos projetos pedagógicos devem privilegiar tais práticas, estimulando nossos estudantes a interagir e a difundir os direitos básicos do cidadão nas áreas dos direitos constitucionais fundamentais, direitos do consumidor, direito do trânsito, direito da criança e do adolescente e, por que não, do direito tributário. Essa conformação só poderá ser construída por meio de projeto pedagógico consciente da realidade e comprometido em desenvolver um aluno que nela possa atuar.

Como Sêneca dizia, "não é para a escola, mas para a vida, que aprendemos". Bem disse Álvaro Melo Filho que "a aprendizagem é mudança de comportamento, e não acúmulo de informações". E sabemos que a extensão universitária, por meio da prática jurídica, permite o diálogo permanente dos cursos jurídicos com a sociedade, servindo de ponto de captação para novas oportunidades de transformar a realidade social, e que devem ser constantemente analisadas, para interferirem, se for o caso, na realidade da universidade. O grande questionamento da prática jurídica não é especificamente sobre qual método deve basear-se, e sim onde deve intervir e atuar. Nesse caminho, Boaventura Santos bem ressalta: "em uma sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assentam em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades hoje ditas de extensão se aprofundarem, a um ponto tal que passem a integrar a investigação e o ensino". E é esse caminho em que, creio, os núcleos de prática jurídica se encontram. Muito obrigada.

Palavras da Desembargadora Jane Ribeiro Silva

Exmo. Sr. Deputado Dalmo Ribeiro, na pessoa de quem saúdo não só os componentes desta Mesa, mas também os operadores do direito e professores, alunos, acadêmicos e colegas Juizes que se encontram envolvidos na busca de solução para a verdadeira administração do saber jurídico, senhores e senhoras, intitulou-se este encontro "Prática Jurídica Universitária - Questão de Justiça e Cidadania", mas, neste painel, estamos discutindo "Prática Jurídica, Universidade e Sociedade", cabendo-nos falar sobre a visão do Poder Judiciário, principalmente sobre a prática forense e o que deve precedê-la.

Sabe-se que o ensino jurídico tem sido alvo de severas críticas, e o Conselho Nacional de Educação já enviou ao Ministro da Educação, Tarso Genro, o Parecer nº 55/2004, por ele elaborado, o qual, para ganhar força normativa, deverá ser aprovado pelo referido Ministro. Entre as várias modificações propostas, sugere-se que o estágio deva ser realizado, preferencialmente, na própria instituição de ensino, por meio do núcleo de prática jurídica ou da celebração de convênios. Entretanto, entendemos que se deve adotar a prática jurídica como matéria curricular, sob a supervisão da instituição de ensino, com a colaboração dos diversos poderes, órgãos públicos e operadores do direito.

Quando se debate a utilização de métodos para eficaz prática jurídica de nossos estudantes de direito é mister lembrarmos que o saber sobre determinada ciência é constituído de duas etapas: o conhecimento da teoria e a prática referente a tal conhecimento. É indiscutível que só o conhecimento da teoria sem que o estudante realmente o tenha aplicado implica concluir que o saber não foi aperfeiçoado e que não poderá realizar-se plenamente, gerando fatos, ou seja, atingindo o objetivo primeiro que é se obter solução satisfatória dos conflitos. Outrossim, não se pode concordar com a expressão "a teoria na prática é outra coisa", visto que a teoria, se corretamente conhecida, deverá ser a mesma utilizada quando efetivamente vamos aplicá-la. Por outro lado, sabemos que o direito constitui talvez a mais relevante e complexa das ciências humanas, pois conduz à pacificação social e, para isso, atua conjuntamente com todas as demais ciências humanas. Deve valer-se, portanto, não só da ciência jurídica propriamente dita, representada pelos princípios e regras que a informam, como de outras ciências correlatas, como por exemplo, a filosofia, a sociologia, a psicologia e tantas outras, para que finalmente se atinja o fim colimado, a atuação do poder jurídico.

Falo poder jurídico porque entendo que as idéias de Montesquieu estão mortas. Hoje, na verdade, só há dois poderes: o poder político e o jurídico; o jurídico controlando as normas emanadas do político. A atuação do poder jurídico é para a limitação e o controle das regras emanadas do poder político, visando-se a estabelecer a paz nas relações sociais entre os indivíduos e entre eles e o Estado, por meio de seus múltiplos agentes. Atentos a tal fim, conclui-se, como fez Jacques Marcovitch, em artigo publicado na "Folha de S. Paulo", que, além de formar o aluno e prepará-lo para o exercício profissional, devemos fazê-lo conhecer os valores humanos em toda a sua essência, preparando-o sobretudo para o pleno exercício da cidadania.

Muito se tem falado nesta Casa e em todo o País sobre o fracasso que vem rondando o ensino da prática jurídica. Quando se fala em fracasso ou em deficiência de uma determinada prática, é mister serem analisados os métodos que têm sido utilizados para sua consecução. E, se necessário, sejam criadas novas maneiras para que ela seja ministrada ou aperfeiçoado o procedimento já existente. Assim, vê-se que muitas vezes o método escolhido é bom, mas há falha na prática jurídica, por ter sido omissa a transmissão da parte teórica, por não terem sido ressaltados princípios que devem informar a teoria a ser aplicada. Recordo-me de uma aula inaugural proferida num modelo de prática penal que se desenvolveria na Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, da magistratura mineira, e que foi proferida pelo então Desembargador Mercedo Moreira, que estabeleceu a diferença existente entre um rábula e um advogado, dizendo que o primeiro simplesmente aplica as normas, copiando a jurisprudência, enquanto o segundo conhece os princípios que informam as normas a serem aplicadas. Logo, consegue fazê-lo corretamente. Quem conhece os princípios chega com facilidade à aplicação do direito, mas quem não os conhece transforma-se em um mero papagaio e acaba por não se fazer entendido, não obtendo o êxito desejado.

Quando estávamos fazendo o curso de bacharelado, na inesquecível Casa de Afonso Pena, na década de 60, não tínhamos, lamentavelmente, uma cadeira específica sobre estágio profissional, mas conhecíamos os princípios que deviam informar nossa atuação. Mas, como solicitadores, tínhamos um Departamento de Assistência Judiciária e ali havia um orientador, que coordenava nosso trabalho, e tais fundamentos nos eram, constantemente, lembrados e cobrados, levando-nos a atingir a meta pretendida: sair da faculdade em condições de, realmente, exercer a advocacia e lutar pelos direitos daqueles que nos procuravam, fazendo-o com segurança e a exigida eficiência.

Hoje, o acesso à prática jurídica apresenta-se, aparentemente, bem mais fácil, visto que todas as faculdades de direito têm cadeira específica sobre o estágio profissional, mas, ainda assim, muitos jamais conseguem transformar-se em advogados, exibindo apenas o diploma de bacharel em direito. Outro aspecto que deve ser considerado é o de que as regras do estágio devem ser, efetivamente, aplicadas, não se podendo admitir a existência de um estágio meramente formal.

Durante décadas de nossa atuação no cargo de Juiz, vimos estagiários entrarem nos recintos da justiça como se estivessem entrando numa reunião festiva, mostrando, claramente, que não sabiam a finalidade daquilo, o que ali se desenvolve e o motivo para ali se encontrarem. Entravam rapidamente, conversavam todo o tempo, mostravam nada entender do ato que ali estava se desenvolvendo e, ansiosos, aguardavam a liberação do processo, para anotar o seu número, o nome das partes, a espécie da ação, para a obtenção do visto do Juiz ou da certidão do escrivão sobre o seu comparecimento. Ali estiveram presentes, viram e nada entenderam, mas conseguiram obter a prova de que ali estiveram, parecendo ser o bastante. Muitas vezes, atuam em secretarias e escritórios como se fossem meros meninos de recado, batendo carimbos, atendendo telefonemas ou transportando processos, buscando tão-só preencher requisito para a obtenção do almejado diploma. Posteriormente, quando já formados e submetidos ao exame da OAB, são reprovados e só lhes resta pendurar num quadro o seu diploma. São bacharéis, mas nunca chegam a advogados.

Vê-se, assim, a necessidade de que, além da instituição de ensino, toda aquela parcela da sociedade que de alguma maneira participa da formação prática do aluno contribua para que isso se faça de modo eficiente. É necessário que estejamos conscientes de que estamos ajudando alguém na aplicação dos princípios e regras aprendidos, daí a nossa contribuição, verdadeira e responsável. Ouso sugerir que nos convênios com promotorias, Juizes e tribunais, com os departamentos jurídicos de empresas privadas e órgãos públicos, defensorias e escritórios de advocacia sejam estabelecidas as funções e as orientações a que os estagiários ficarão sujeitos e como deverá ser visto seu aproveitamento, sendo feita rigorosa avaliação, que deverá ser encaminhada ao professor da cadeira de estágio profissional. Sugiro, ainda, que, primeiramente, os alunos recebam os ensinamentos teóricos sobre questões que deverão examinar nos estágios e, depois, em caso de audiências, seja devidamente agendado o comparecimento dos estagiários, quer na primeira ou na segunda instância, solicitando-se a colaboração dos Juizes para que expliquem, ainda que sucintamente, o que está ocorrendo, e que orientem sobre o que foi feito e a razão por que determinado procedimento está sendo adotado. Não sendo possível contar com a colaboração dos Juizes, sejam os estagiários acompanhados de coordenador experiente, que poderá, ao final, explicar-lhes a razão do que ouviram e presenciaram.

Ressalte-se que, anteriormente, os alunos deverão ser instruídos quanto aos atos que presenciarão e iniciados nas aulas práticas sobre a elaboração de petições e demais trabalhos, bem como deverá ser reforçada a ética a ser desenvolvida nos locais de estágio. Finalmente, a avaliação a ser feita deve ser rigorosa, ante a relevância da profissão que futuramente exercerão. Assim, possibilitar-se-á integralmente o acesso ao verdadeiro saber jurídico e o correto exercício da profissão escolhida, da cidadania.

Palavras do Sr. Raimundo Cândido Júnior

Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados. Na pessoa do eminente Deputado Dalmo Ribeiro Silva, cumprimento os ilustres Deputados e os zelosos funcionários desta Casa. Desembargadora Jane Ribeiro Silva, aplaudo as palavras de V. Exa. e medito sobre a proposta de dualidade dos poderes político e jurídico, pedindo licença para acrescentar um terceiro, o mais querido pela sociedade, o poder da informação. Prof<sup>a</sup> Ângela, aplaudo a manifestação de V. Exa., que repudia justiça pobre para os pobres, o que também fazemos. Professor e amigo José Luiz, que tive oportunidade de conhecer nos bancos acadêmicos em debates interessantes, inteligentes, disse V. Exa. que o Raimundinho seria a consciência crítica dos advogados mineiros. Não sei se sou, mas, com o apoio de pessoas como V. Exa., procuro mostrar a efetiva posição dos advogados de Minas Gerais a respeito de temas palpantes como o que está sendo discutido.

A OAB tem tudo que ver com isso, porque todos os que recebem carteiras de advogado prestam juramento e, entre outras coisas, juram defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado democrático, os direitos humanos, a justiça social, a boa aplicação das leis, o aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas; portanto, até mesmo por lei, os advogados, a OAB, têm tudo que ver com o tema.

Quero cumprimentar os universitários, as autoridades, os magistrados e os advogados. Aqueles que freqüentam os bancos acadêmicos na área do direito estão procurando, por assim dizer, lugar ao sol: estabilização numa determinada profissão. Talvez não estejam tão vocacionados para a profissão. Talvez estejam procurando lugar na magistratura por conta de estabilidade financeira, a mesma coisa com relação ao Ministério Público e à advocacia, que abre a possibilidade de realização de inúmeros concursos. A advocacia à qual me refiro não é profissão, mas sacerdócio, vocação. Aqueles que se enveredam pelos corredores das universidades estão apressados por esse lugar ao sol e enfrentam concorrência desleal, diria, porque a OAB já fez levar ao Ministro da Educação preocupação com a indiscriminada e desmedida proliferação dos cursos de Direito, nem todos com a qualidade desejada. É preciso que se diga, com coragem, que alguns dos cursos são verdadeiros caça-níqueis, que, em pouco tempo, sem preocupação com a qualidade, estarão fechando as portas por falta de alunos. A persistir essa proliferação indiscriminada dos cursos, em pouco tempo já não haverá alunos, como já ocorre com alguns. É preciso mostrar para a sociedade essa grave preocupação, porque o povo brasileiro pobre está investindo sua parca poupança no ensino superior de alguns de seus membros, para realizar aquele sonho de um lugar ao sol. Isso se pode frustrar, porque estamos, quanto à advocacia, enfrentando verdadeiro paradoxo: de um lado, a proliferação dos cursos, número maior de pessoas ingressando no mercado de trabalho, e, de outro, leis inconstitucionais, "data venia", feitas sobretudo pelo parlamento nacional, permitindo processos sem advogados, principalmente em causas relacionadas com os pobres.

Na Constituição está escrito que é dever do Estado dar assistência jurídica gratuita e integral aos pobres, e o Estado, infelizmente, não vem

cumprindo esse papel. A Defensoria Pública está sucateada, sem condições materiais de trabalho, mal-remunerada. Não há Defensores Públicos suficientes, e aqueles que são nomeados dativos para defender as causas dos pobres não vêm recebendo do Estado o que a lei determina. Para resolver esse problema, o Estado vem escrevendo na lei que o pobre pode comparecer sozinho, como nos Juizados Especiais e na Justiça do Trabalho, com o perdão da franqueza, numa propaganda enganosa, como se os Juizados e a Justiça do Trabalho fossem segmentos tão bons que nem necessitassem de advogados. E quem sai prejudicado, muito mais do que o advogado, porque os pobres não vão pagar os advogados, é o pobre, entregue nos Juizados e na Justiça do Trabalho à sua própria sorte. Aqueles que mais precisam da assistência técnica são os que menos a têm. Precisamos refletir sobre isso. Somos País de maioria, indiscutivelmente, pobre. Se não houver justiça para os pobres, evidentemente não haverá justiça. Isso tem tudo a ver com o tema, porque essa busca de aprimoramento cultural dos futuros operadores do direito se vem dando, muitas vezes, por meio dos departamentos de assistência judiciária, em que estagiários, como tais inscritos na OAB, com a assessoria de professores orientadores, vêm atendendo à demanda da pobreza, tentando minimizar essa situação.

A Desembargadora Jane foi muito arguta nas suas observações. De fato, nem todos esses departamentos de assistência judiciária, nem todos esses estágios nas faculdades têm sido levados a sério. São verdadeiros faz-de-conta. Nós, que perambulamos pelos corredores dos Tribunais, nos encontramos, muitas vezes, exatamente como disse a Desembargadora, com alunos perdidos, e não porque queiram estar perdidos, mas por falta de acompanhamento adequado de seus professores orientadores. Permita-me o exemplo do Prof. José Luiz sobre natação. São jogados dentro da piscina: "Se virem, nadem, ou morram afogados". Percebemos isso e é preciso enfrentar a situação. É assim que a questão está sendo vista pela OAB. É lógico que a teoria, por si só, não serve de nada. José Luiz disse que não adianta abrir livro e aprender a nadar ou a dirigir automóvel na teoria, sem pegar na direção de um carro ou pular na piscina. Mas só a prática também não adianta, porque sabemos de cartórios, por exemplo, que fazem as coisas como autômatos, sem saber por que. Certa vez, em São Paulo, perguntei a uma colega por que estava fazendo aquilo e disse que não sabia, mas era assim que tinha de ser feito.

Precisamos filosofar, pensar mais nas coisas, porque, neste mundo capitalista, neste capitalismo exacerbado em que vivemos, percebemos que estamos como pequenas arruelas nas engrenagens, rodando e não sabendo por que e para que continuar nesta caminhada em busca sempre do ter, esquecidos cada vez mais do ser. Estamos preocupados com a questão da justiça para os pobres, porque a situação tem ficado complicada.

Ainda hoje participamos de reunião ao lado do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, tentando resolver a questão da Defensoria Pública, que está em via de participação que já ocorre com relação aos dativos. E o que haverá? Os pobres ficarão sem assistência. A justiça não funcionará, parará, será o caos em termos de realização da justiça do Estado. Precisamos nos valer desta oportunidade ímpar que se nos oferece este evento, que ora se inaugura, para meditarmos sobre essas questões, porque, evidentemente, estamos querendo saber da prática jurídica, na visão da OAB, que vem deixando a desejar e pode contribuir muito para tentar resolver esses problemas. Vem deixando a desejar porque, não tendo, de alguns cursos jurídicos, a seriedade necessária, deixa de dar a assistência necessária aos futuros operadores do direito. E a qualidade, evidentemente, vai valer no uso, todos perdemos, porque, evidentemente, se não houver justiça, não haverá Estado democrático que sobreviva e todos estaremos em gravíssimo risco, sem querer fazer o pregoeiro do caos, mas essa é a realidade que estamos vivendo.

Na Presidência da OAB de Minas, temos viajado por todo o Estado. Estamos à frente da OAB há cento e vinte e poucos dias e já fizemos 96 viagens, vendo problemas em todos os cantos do Estado, e temos de enfrentá-los. Por exemplo, faltam Juizes porque as pessoas não são aprovadas nos concursos. Algumas vezes há falhas nos concursos. Não se admite curso que queira saber como é o direito civil no Japão, como será a questão na Alemanha, mas precisamos de Juizes que possam resolver as questões no Brasil. A mesma coisa acontece no Ministério Público: faltam Promotores. O que fazer? Não foram aprovados no concurso. Por um lado, é preciso mudar o sistema dos concursos, e, por outro, os cursos precisam preocupar-se com sua qualidade técnica. O exame da OAB vem reprovando em demasia. Essas reprovações, muitas vezes, decorrem da deficiência do exame, e já estamos atentos a essa realidade, procurando corrigir essa deficiência. No exame da Ordem, não podemos pretender que aqueles que estão começando a caminhar saibam mais do que aqueles que estão no fim da caminhada.

Esta é a realidade que precisamos corrigir. Foucault, grande jurista e filósofo francês, dizia que os processos não demorariam tanto se a culpa fosse apenas de um lado. Todos os problemas têm nossa parcela de responsabilidade. Juizes, Promotores, Defensores, advogados, todos devemos bater no peito e dizer minha culpa e reconhecer nossa parcela de responsabilidade pelo caos da Justiça, sobretudo para os pobres. Precisamos da conscientização dos futuros operadores do direito. A OAB pesquisou e concluiu que, em cinco anos, a maioria dos inscritos serão jovens e mulheres. É preciso investir e conscientizar os jovens e as mulheres do importante papel de maioria e de comando para gerir os destinos do País na área do direito. Precisamos contar com todos para que tenhamos a justiça desejada, não de faz-de-conta, com elevado número de processos e reduzido número de Juizes e Promotores. Seria um caos se esse estado persistisse.

Agradeço a oportunidade que este evento propicia, agradeço ao Alaor, e aplaudo os Promotores, a Assembléia Legislativa, o Tribunal de Justiça e o Centro Universitário Newton Paiva. Desejo que seja um sucesso, porque a população de pobres, cada vez mais crescente, tem fome e sede de justiça. Com a ação dos novos operadores do direito que freqüentam a universidade, no futuro esses pobres serão saciados.

#### Esclarecimentos sobre os Debates

O locutor - Neste instante, daremos início à fase de debates. Os participantes poderão formular perguntas aos expositores, por escrito.

#### Debates

O Sr. Presidente - Carmem Lúcia, da Universidade Salgado de Oliveira: "Dr. Raimundo, por que só após a formação a OAB entra em contato para saber se está apto a exercer a profissão?"

O Sr. Raimundo Cândido Júnior - A OAB participativa, na plataforma de campanha, preocupou-se com a possibilidade de se fazer avaliação durante o processo. Estamos visitando as faculdades de direito para conhecê-las e, após conversar com a Direção e com os alunos, levaremos às autoridades competentes nossas preocupações, para que a situação seja modificada a tempo. Nas inúmeras viagens que fiz, dirigi-me a jovens universitários. Ontem à noite, falei sobre essa preocupação na Faculdade de Direito Pitágoras, de Montes Claros. Assim tem acontecido em todos os campos do Estado. A observação é oportuna. Poderia responder que a lei não me permite, mas não me proíbe ir à faculdade, conversar com a direção e os corpos docente e discente e mostrar o diagnóstico de todas essas escolas. A OAB vem credenciando com um selo de qualidade baseado em dados objetivos.

O Sr. Presidente - Tatiana Guedes ao Prof. José Luiz: "Como a filosofia do direito poderia solucionar a questão da prática jurídica e a teoria forense?"

O Sr. José Luiz Borges Horta - A questão e o saber jusfilosófico nas faculdades permitem olhar de maneira compreensiva não apenas para a realidade, mas também para nós mesmos, razão de a trajetória da educação jurídica brasileira sempre ter sido reflexiva e refletiva. Conhecemos claramente os déficits internos. E o olhar da filosofia do direito permite reconhecer que não podemos construir apenas prática marcada pelo ensino de prática e que deveria haver ensino prático em todas as áreas do direito, o que significa trabalhar com estudos de casos como elemento didático, de formação. Por exemplo, no Constitucional, poderia haver seminários sobre processo constituinte. Entretanto não pesquisamos a beleza dos anais das Constituintes. Os processos do ensino de prática e do ensino prático na sala de aula são muito ricos. A filosofia faz reconhecer que o objeto de compreensão é cada vez maior. Portanto a prática jurídica não se deve restringir à jurisdicional, mas à

legislativa, administrativa e negocial.

O Sr. Presidente - Francisco José Ferreira Pinto a Raimundo Cândido: "Como a OAB poderia ajudar um advogado que não tem escritório, consequência de concorrência desleal, a regularizar a sua anuidade, sem prejuízo do sustento de sua família?"

O Sr. Raimundo Cândido Júnior - Esse problema nos preocupa. A proletarização da advocacia é realidade para a qual não podemos fechar os olhos. É nosso desejo reduzir o valor das anuidades, mas a situação financeira em que encontramos a OAB, com dívidas de R\$8.000.000,00, não nos permitiu reduzir, de imediato, o valor das anuidades. A OAB participativa tem duas propostas. A primeira é o Projeto Pai e Mãe. Os professores da Escola Superior de Advocacia farão plantões para atender aos advogados, pela Internet e por ligações telefônicas. A exemplo do que ocorre na OAB de Goiás, implementamos cooperativa para ajudar o advogado a montar escritório e a comprar computador. Vamos procurar fazer isso, contornando o problema financeiro apresentado. Temos absoluta certeza de que, com o apoio e a compreensão dos advogados, conseguiremos tornar essa idéia real, estabelecer, como no passado, escritórios virtuais para os advogados. Ajudaremos os que estão nessa dificuldade premente, no início da profissão, tentando conquistar o lugar ao sol que todos desejamos. Pode acreditar que vamos chegar lá, porque temos fé. E quem tem fé acredita e realiza.

O Sr. Presidente - Dr. Raimundo, há mais seis perguntas. Vamos fazê-las por blocos. Vinícius Laender, da PUC-MG: "O que a OAB tem realizado efetivamente para a instalação da Defensoria Pública da União?" Ana Cristina Melo, da Newton Paiva: "É claro que há faculdades que são verdadeiros caça-níqueis, mas o exame da Ordem também não está seguindo essa linha, já que um aluno, após cinco anos, ainda não tem direito à carteira?" Rangel Gonçalves, da Faculdade Cenequista de Varginha: "Existem várias instituições de ensino jurídico sem infra-estrutura no País. O que a OAB tem planejado para solução? E sobre a questão do mercado saturado do direito atualmente?" Raquel Albuquerque, da Faculdade Cenequista de Varginha: "Qual é a principal característica do operador do direito enquanto agente transformador e construtor da sociedade?"

O Sr. Raimundo Cândido Júnior - Caríssimo Vinícius, em relação à Defensoria Pública da União, a OAB-MG ajuizou ação e obteve medida liminar em relação a todos aqueles que atuam na área federal, não só Defensores Públicos, mas também advogados da União, para que não sofram quaisquer sanções por causa do atual movimento de paralisação. Foi obtida a liminar, pois a Ordem está apoiando. A Defensoria Pública da União é precária. É preciso que o poder público federal atue nessa área. Evidentemente, a OAB é nossa parceira. Depende da OAB federal a ação junto ao poder público federal. Na Vice-Presidência da OAB federal está o ilustre conselheiro Aristóteles Atheniense, também envolvido na questão da Defensoria Pública da União. Repito que já existe precariamente em Minas e está em movimento de paralisação por conta da falta de condição de trabalho e da má remuneração. A Ordem ajuizou ação e obteve liminar a favor desses sofridos Defensores Públicos da União.

Quanto à pergunta da Ana Cristina, reafirmo que o futuro mostrará que, de fato, determinados cursos são verdadeiros caça-níqueis e deixarão muitos no meio do caminho. Por intermédio da OAB federal, levamos esse fato ao conhecimento do Ministro da Educação que, por causa da ação da OAB, determinou a suspensão da criação de novos cursos por pelo menos 90 dias. Isso agora se ampliou para a suspensão da criação de novos cursos em quaisquer áreas. Democraticamente, devemos procurar cumprir a lei. A minha posição, manifestada num congresso memorável de advogados, realizado em Araxá há cerca de 14 anos, foi contra o exame da Ordem. Sou contra, mas, se sou vencido, sou obrigado a cumprir a lei. Lutarei para que seja flexível e, como já disse, não seja um exame com sistema fora da realidade, reprovando Desembargadores, advogados e professores. Nunca vi, por exemplo, Desembargadores, Juizes, Promotores, Defensores Públicos, advogados e professores queimarem ou trancarem suas bibliotecas, não realizando consultas, a fim de resolver seus problemas. Por que aquele que irá se submeter ao exame da Ordem, que está começando sua carreira, precisa ser um cérebro privilegiado, desses que ganham prêmios em programas de televisão, decorando toda a legislação brasileira? Isso não tem lógica. Sou contra o exame, mas sou obrigado a cumpri-lo. Lamento profundamente que essa seja a situação atual. A pergunta que fiz naquele congresso de Araxá foi: por que nós, que estamos participando deste congresso, não fizemos o exame da Ordem, e os novos advogados terão de fazê-lo? A justificativa foi a de que o ensino de hoje é ruim. Precisamos enfrentar esse problema. Devemos lutar para que a escola seja consertada ou fechada. O caminho é esse.

Com relação à falta de estrutura e ao mercado saturado, como pergunta Rangel, essa é a lei do mercado. Temos mostrado essa situação. Como disse, a advocacia não é profissão, mas sacerdócio, vocação. Os verdadeiramente vocacionados conseguirão vencer no mercado de trabalho, qualquer que seja a concorrência que forem obrigados a enfrentar.

Cláudia, a principal característica é procurar ser em vez de ter, em vez de envolver-se nessa filosofia capitalista do mundo em que vivemos.

O Sr. Presidente - De Felipe Mendonça à Profa. Ângela: "Como a prática jurídica deve atuar nas universidades, e como o universitário pode atuar nessa prática?"

A Sra. Ângela Pace - Devemos estimular a indissociabilidade, articulando o ensino, a prática e a extensão, trabalhar na formação sólida dos alunos. Existem quatro pilares fundamentais na prática jurídica: a solidariedade social, a ética, a consciência humanitária e a competência técnica, que se dá por meio das ações que a prática jurídica proporciona dentro do seu núcleo, da forma mais eficiente possível, fazendo com que o ensino seja global, com ações gerais, mas pontuando nas ações práticas que o ensinamento nos obriga a atender.

O Sr. Presidente - À Desembargadora Jane Ribeiro Silva, de Marina, da Faculdade Arnaldo: "Como a escola pode contribuir nos cursos para a prática jurídica?" Cláudia Ribeiro de Carvalho, da Faculdade Cenequista de Varginha: "Qual seria o meio mais pertinente a uma viável solução para a ausência de profissionalismo na área do direito?" Fábio César, da Faculdade Universo: "A Defensoria está com poucos estagiários. Por que não utilizar estudantes de direito das universidades?"

A Desembargadora Jane Ribeiro Silva - Marina, hoje não falamos em Escola Judicial, mas Escola Judiciária, pois a escola da magistratura não abrange apenas os Juizes, mas também toda a estrutura e funcionários. O TJ tem programas que atingem também a sociedade, como os juizados informais de conciliação, a APAC e tantos outros. Poderíamos contribuir mais. Não sei se repararam quando falei sobre a necessidade de os Juizes participarem efetivamente da prática forense. Sinto-me mal quando comissão de alunos visita nossa câmara durante sessão e percebo que não entendem o que acontece. Isso não acontece por não serem inteligentes ou por não quererem entender, mas porque a questão é muito complexa, principalmente na segunda instância, e haveria necessidade de darmos esclarecimentos.

A Escola Judicial quer colaborar com a sociedade. Temos criado inúmeros cursos e ministrado para juizados de conciliação, sempre aproveitando estagiários e demais pessoas da sociedade. Na verdade, nossa parcela ainda é muito pequena, como disse o Prof. Raimundo Cândido. Todos nós, operadores do direito, principalmente os do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Ordem dos Advogados e das faculdades, temos nossa parcela de culpa. Hoje estamos muito preocupados em ter e muito pouco em ser. Esse é o grande problema que vivemos. Na medida em que a escola prepara bem Juizes, facilita a prática jurídica e o acesso aos órgãos da justiça, para que os alunos tenham estágio eficiente.

Fábio, os departamentos de assistência judiciária já utilizam bastante os estudantes. Trabalho em uma favela, em um juizado de conciliação, e temos convênio com a FUMEC e com a Faculdade Milton Campos. Encaminhamos a seus departamentos de assistência jurídica grande quantidade de clientes, todos muito bem atendidos. Vocês da mocidade agem mais rapidamente que nós, com idade provecta. No meu tempo de estudante, éramos muito solicitados. Quase agíamos sozinhos. Havia poucos advogados, existiam apenas duas faculdades em BH. Ninguém me pediu carteira de advogado. Trabalhava em um escritório e no Departamento de Assistência Judiciária da Faculdade. O nosso trabalho era

largamente utilizado pelos que necessitavam. Hoje, as faculdades agem mais ou menos assim, e, com a crise da Defensoria, deveriam aumentar ainda mais seus departamentos jurídicos para atender, como disse a Dra. Ângela, aos excluídos. Falamos muito em reinserção social, mas, na verdade, precisamos fazer a inserção social, já que a maioria das pessoas sequer tem conhecimento dos seus direitos. Se fosse possível o Poder Judiciário utilizar mais estagiários, nós o faríamos sem dúvida.

Finalmente, quanto à ausência de profissionalismo na área do direito, afirmo que a crise é de ética. Se os valores éticos forem realmente cultuados, mesmo nessa competição desenfreada em que nos encontramos, poderemos vencer. Há necessidade de as faculdades preocuparem-se com o ensino jurídico, mas também com a formação de um ser humano na sua plenitude, conhecendo todos os valores que devem orientar sua atuação.

O Sr. Presidente - Marcos Antônio Barbosa, ao Presidente da OAB: "Não acha que a OAB é muito crítica em relação à universidade sem conhecê-la de perto? Não seria guerra política?" Marco Antônio Morais: "Fala em justiça ao alcance dos pobres, mas hoje é fato que há grande morosidade para resolução dos processos. O Juizado Especial, criado para resolver essa questão, opera com mais de 100 mil processos. Como resolver esse problema em curto período?" Marlon Mariano Ramos: "Como vê o fato de um jovem de 22 anos tornar-se Juiz apenas com formação universitária, sem experiência como advogado e de vida?".

O Sr. Raimundo Cândido Júnior - Marco Antônio, relativamente à morosidade na resolução dos processos, realmente há. Outro dia, ao fazer palavras cruzadas, pedia-se a característica principal da justiça brasileira, com dez letras. E a palavra era "morosidade". Isso todos sabem e há alusão ao fato até nas palavras cruzadas. Mas os processos não demorariam tanto se a culpa estivesse apenas de um lado. E isso porque há problemas que ocasionam essa morosidade: o pequeno número de Juizes, o grande número de demandas, as leis processuais da Idade Média que permitem processo cada vez mais arrastado. Isso é lamentável. Os juizados especiais civis têm bons princípios a norteá-los. No art. 2º da Lei nº 9.099, fala-se em oralidade, simplicidade, informalidade, economia, celeridade. A presença do Defensor Público, do advogado pago pelo Estado para defender o pobre, em nada prejudicaria o funcionamento dos juizados porque, embora haja centenas de milhares de processos nos juizados especiais, sabemos que, quando se faz acordo no juizado, e é cumprido, resolve-se a questão. Mas quando se faz e não é cumprido, o que geralmente acontece, a execução se frustra porque o juizado não tem condições materiais para tornar real sua execução. Não podemos ver essa questão apenas em relação a Minas já que o problema ocorre em todo o Brasil. Mas por que não a pessoa do Defensor para defender os pobres?

Marlon, jovem de 22 anos tornar-se Juiz é questão muito séria. Hoje procura-se tempo maior para o exercício da advocacia. Não adianta recém-saído dos bancos acadêmicos se trancafiar no quarto, ficar estudando de manhã, de tarde e de noite, ficar tecnicamente muito bem, com a cabeça fresquinha, dominando toda a matéria e não ter experiência de vida. Ser aprovado em concurso e, de repente, ser colocado em pequena comunidade, mas sem saber como enfrentar os problemas mais simples. Vejo isso com muita frequência com relação aos jovens. Não é discriminação, pelo contrário. Já fui jovem e sei que sempre achamos que não precisamos da experiência. Como não sou mais tão jovem assim, vejo a necessidade dessa experiência fundamental para exercer bem a função. Às vezes, o problema é singelo, sabe tudo no mundo do direito, mas não tem experiência de vida para resolver a questão. Por isso, os concursos vêm procurando aumentar o período de advocacia para permitir o trabalho como Juiz.

Marcos Antônio, não sou sócio nem dono de faculdade e não tenho absolutamente nada a ver com isso. Estamos conhecendo as faculdades, sim. Temos ido a todas as universidades para conhecê-las, para poder fazer as críticas. Não somos só nós, o Raimundinho falando, mas a OAB federal tem comissão de ensino jurídico, que percorre todas as faculdades do Brasil para fiscalizar e verificar o que está acontecendo antes de adotar essa postura crítica.

O Sr. Presidente - À Profa. Ângela, da Denise: "Para melhorar a qualidade do estágio supervisionado ou da prática jurídica afigura-se fundamental o papel do respectivo docente. Como preparar e formar tal docente para esta função, considerando os princípios expostos em sua palestra?" Da Daniele: "Como é possível a não-realização de justiça pobre para os pobres sabendo da existência de tamanhas disparidades no interior da justiça nacional?" Da Michele: "É notório o crescimento de mulheres no Poder Judiciário. Que diferença se é notada, devido a esta participação no direito?"

A Sra. Ângela Pace - Denise, considero fundamental o papel do professor. Tanto é que no Centro Universitário Newton Paiva, no ano passado, começamos a reforma curricular do curso de Direito, tendo como maior preocupação a capacitação dos professores. Como estamos trabalhando em todos os 27 cursos, percebemos grande entusiasmo da maioria dos professores. No entanto, na área do direito, temos de sensibilizar mais, porque normalmente o professor está acostumado a julgar. Em um grande encontro de Reitores, de Pró-Reitores e Diretores de faculdades de Direito, escutei um Desembargador falando que estava fazendo avaliação institucional no curso de direito e que um professor disse que não queria ser avaliado pelos discentes. O Desembargador, que era o Diretor aposentado daquela faculdade disse: "Não, professor, aqui terá de ser avaliado porque é necessidade que temos de cumprir". Ele falou: "Não, sou um Juiz. Eu julgo, não posso ser julgado". E o Desembargador falou: "Aqui é um educador. E um educador não só tem de ser julgado como tem de cada vez mais se superar no seu conhecimento não só pedagógico mas também de consistência acadêmica. E isso se faz em fóruns e, principalmente, em oportunidades de treinamento". O que estamos fazendo há um ano é um trabalho através de fóruns de capacitação e de melhoria não do trabalho dele enquanto cientista, mas enquanto educador, com visão pedagógica necessária e premente.

Danielle, acredito na justiça, assim como no ser humano. Escolhi as profissões de professora e advogada porque o advogado tem na alma a necessidade de lutar pelo contraditório e por aqueles que demandam por justiça. Até os que estão no fundo do poço cumprindo determinação judicial merecem segunda chance. Acredito nos operadores de direito. É nisso que precisamos acreditar daqui para a frente, valorizando os que fazem justiça com letra maiúscula.

Michelle fala da mudança da justiça com a chegada das mulheres. Tenho o orgulho de ser considerada feminista histórica. Fui, sou e serei. Acho que é importantíssima a presença dos homens. Precisamos deles. Não viemos para disputar com eles, viemos para agregar, para trazer a compensação da alma feminina. Quando nós, mulheres, exercemos o poder, levamos junto o sonho, o amor e a alma de mãe, porque conseguimos fazer isso com equilíbrio. Muitas vezes, a força masculina também traz equilíbrio. As mulheres vieram para trazer o que a justiça tanto precisa, que é equilíbrio e bom senso.

O Sr. Presidente - Várias perguntas foram feitas ao Presidente da OAB, a quem solicito a gentileza de fornecer seu "e-mail". Algumas poderão ser respondidas no decorrer da plenária de amanhã.

O Sr. Raimundo Cândido Júnior - Agradeço aos que participaram com perguntas. A OAB não é inimiga de novos cursos de direito. Esse exame da Ordem vem criando mal-estar entre a comunidade universitária e a OAB. Equivocam-se os que pensam que a OAB quer tornar-se inimiga e fechar suas portas para os novos operadores do direito. Este Presidente tem a posição de abertura e já se posicionou contra o exame. Estarei ao inteiro dispor na OAB e pelo "e-mail" raimundinho@veloxmail.com.br.

O Sr. Presidente - À Desembargadora Janem, do Máximo: "Há falta de Juizes em diversas comarcas. Os concursos são extremamente rigorosos. Qual a visão do Poder Judiciário?".

A Desembargadora Jane Ribeiro Silva - Concordo que muitos concursos são difíceis, mas o concurso da magistratura mineira é um dos mais

fáceis do País. Porém abomino a primeira etapa, ou seja, a prova de múltipla escolha, pois Juizes, Promotores e advogados não põem fogo em seus livros. Peticionam, e os Juizes decidem com os livros abertos. A primeira prova é necessária, devido ao grande número de candidatos, mas elimina bons candidatos. Para fazer o concurso para Juiz, é preciso ter quatro anos de efetivo exercício de advocacia. Bons candidatos são eliminados, passando os "decobas", já que as questões são teóricas. Quem se tranca num quarto consegue passar, mas não tem maturidade para enfrentar os problemas do exercício da jurisdição. Somente uma pessoa madura tem condições de atuar como Juiz. Portanto, não há solução. Há mais de 100 comarcas de primeira instância sem Juizes. O tribunal empenha-se em aprovar candidatos. Não sei o que está havendo com o ensino jurídico do País. As provas são terríveis, vê-se cada barbaridade que não dá para acreditar que quem as está fazendo é advogado. É preciso maturidade intelectual dos candidatos, que devem estudar mais e se aprofundar no exercício da profissão antes de se submeterem ao concurso.

O Sr. Presidente - Gostaria de enaltecer a importância da participação de todos. Tivemos verdadeira aula, por meio das cabeças iluminadas do Poder Judiciário, da advocacia e de todos os que compõem a constelação jurídica de Minas Gerais. Isso faz bem para o nosso sentimento e para a nossa alma.

Vocês, que lidam com o direito, são os verdadeiros sacerdotes do dia-a-dia. Com essas considerações, reitero minha fé inabalável na justiça e na inteligência dos senhores. Lutem com denodo, façam prevalecer o art. 133 da Constituição. A presença do advogado é indispensável em todos os atos processuais em defesa do cidadão e da própria cidadania.

Que Deus abençoe a todos, para que, no dia-a-dia, possam crer na verdade e, acima de tudo, na transparência do direito. Sejam corretos e transparentes no exercício de sua profissão e lutem pelos seus clientes. Somente assim teremos nossa plenitude de advogados consagrados na Carta Magna, e tenho certeza de que poderemos viver em paz com nós mesmos e com a consciência do dever cumprido.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 28, às 8 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

### ATA DA 20ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 3/6/2004

#### Presidência do Deputado Adalclever Lopes

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Ivair Nogueira - Palavras do Sr. José Ricardo Faleiro Carvalhaes - Exibição de vídeo - Palavras do Sr. Roberto Moreira Brant - Apresentação musical - Entrega de placa - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Adalclever Lopes - Ivair Nogueira - Leonídio Bouças - Sebastião Navarro Vieira.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Adalclever Lopes) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Leonídio Bouças, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomarem assento à mesa os Exmos. Srs. José Ricardo Faleiro Carvalhaes, Magnífico Reitor do Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH; Roberto Moreira Brant, Presidente da Fundação Cultural de Belo Horizonte - FUNDAC-BH; e o Deputado Ivair Nogueira, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

#### Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença em Plenário do querido Professor Aluísio Pimenta, Assessor do Governador, que, sempre com muito carinho, recebemos nesta Casa.

#### Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Fundação Cultural de Belo Horizonte - FUNDAC-BH - e o Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH - por seus 40 anos de fundação.

#### Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pela Orquestra de Câmara do UNI-BH, sob a regência do Maestro Francisco Guimarães.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### Palavras do Deputado Ivair Nogueira

Exmos. Deputado Adalclever Lopes, representando o Deputado Mauri Torres, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Prof. José Ricardo Faleiro Carvalhaes, Reitor do UNI-BH; Prof. Roberto Moreira Brant, Presidente da FUNDAC-BH; demais professores, imprensa, alunos, senhoras e senhores.

O Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH - nasceu do sonho de 30 intelectuais que idealizaram a extinção do elitismo que imperava no ensino superior brasileiro. Liderado por Mário de Oliveira, esse grupo prôpos a criação de uma faculdade que atendessem um segmento da sociedade belo-horizontina que trabalhava durante o dia e não tinha oportunidade de frequentar os cursos diurnos oferecidos, naquela época, pela UFMG e pela PUC-Minas.

Em meados de 1964, enquanto muitas instituições de ensino fechavam as portas devido à repressão da ditadura militar, foi fundada, em Minas Gerais, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belo Horizonte - FAFI-BH. Símbolo de modernidade, a FAFI-BH foi a primeira faculdade do Estado a oferecer cursos noturnos. Com isso, ampliou a mobilidade social na Região Metropolitana de Belo Horizonte, possibilitando o acesso a conhecimentos científicos e acadêmicos e preparando um enorme contingente de homens e mulheres para o mercado de trabalho. Em uma das fases mais sombrias e obscuras da história do Brasil, a nova faculdade reuniu uma elite intelectual para levantar os lastros da fundação mantenedora, a Fundação Cultural de Belo Horizonte -FUNDAC-BH. As condições físicas e financeiras eram precárias, a repressão estava presente no dia-a-dia da Instituição. Os diretórios estudantis da Faculdade, verdadeiras escolas de líderes políticos, foram fechados.

O regime militar ainda obrigava as instituições de ensino superior, inclusive a antiga FAFI-BH, a aceitar "olheiros" da Escola Militar, que nem sequer prestavam vestibular. Com o AI-5 de Geisel, três docentes foram cassados pelo regime e, em alguns momentos, houve somente um professor em um departamento; os outros estavam presos ou foragidos.

Os tempos difíceis não impediram a construção do sonho. Em 23/2/99, a FAFI-BH foi reconhecida pelo Ministério da Educação como Centro Universitário de Belo Horizonte, último degrau para alcançar o "status" de universidade. Com a criação do UNI-BH, a instituição ganhou mobilidade, criou novos cursos e ampliou o número de vagas já existentes.

A pós-modernidade trouxe novos desafios. As transformações sociais em face do avanço tecnológico, especialmente no campo da informática e da automação na indústria de transformação, no comércio e na prestação de serviços, levou a Instituição a ajustar-se às novas condições do saber e da ocupação humana. Mas é justamente este o papel da universidade: enfrentar e decifrar os enigmas do tempo presente.

Nessas quatro décadas, o UNI-BH marcou o cenário mineiro, aliando tradição e solidez no ensino, formando profissionais competentes e conscientes de sua cidadania em mais de 40 cursos de graduação, sequenciais, especialização e extensão.

Instalada em três unidades estrategicamente localizadas e aparelhadas com recursos tecnológicos e laboratoriais de ponta, a Instituição conta com 15 mil alunos e 1.500 empregados, entre professores e funcionários da área administrativa.

Buscando propiciar a seus alunos uma educação integral, o UNI-BH apóia atividades culturais de interesse acadêmico, como grupos de dança, coral e bandas de música, e promove, desde 2000, o Festival de Inverno de Ouro Preto e de Mariana.

Recentemente, a Universidade assinou um termo de cooperação com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes para propiciar ao público jovem atividades esportivas, educacionais e culturais.

Em um momento em que a sociedade brasileira discute o aumento da criminalidade, o Centro Universitário de Belo Horizonte dá o exemplo da responsabilidade social, possibilitando o crescimento intelectual e humano de pessoas que vivem à margem do saber e marcadas pela exclusão social.

E hoje a Assembléia Legislativa de Minas Gerais cumpre a tarefa de exaltar os 40 anos de existência do UNI-BH e da FUNDAC-BH, entendendo que, mais que a mensagem de reconhecimento, a palavra desta Casa deve ser de agradecimento.

Digo isso porque, presidindo esta solenidade de hoje, temos o jovem Deputado Adalclever Lopes, meu amigo, Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa. Temos tido a oportunidade de discutir amplamente o futuro da educação no Estado e no País, o que muito nos preocupa, principalmente porque nosso desejo é que todo brasileiro tenha acesso, principalmente, ao ensino superior. Mas há uma outra preocupação. Não podemos ter apenas a iniciativa de fazer proliferar faculdades e universidades, como vem ocorrendo pelo Brasil agora; é preciso que tenhamos universidades como o UNI-BH, uma instituição de ensino respeitada, composta por professores do mais alto gabarito. Alunos que por ali passaram, e também os que irão passar, podem ter a tranquilidade de estar entregues a uma instituição que realmente poderá inseri-los num futuro melhor, principalmente num mercado de uma competitividade cada vez maior.

O Prof. Aluísio Pimenta fala que a Assembléia Legislativa deve promover ampla discussão com o Governo Federal, para que realmente possamos, por meio dos Conselhos Estaduais de Educação, traçar um perfil daquilo que é melhor para o ensino superior. Tanta coisa tem sido discutida: vagas para negros, vagas para pessoas carentes, coisas que só poderão ser definidas depois de um amplo debate.

Como Deputado Estadual, Líder da Bancada do PMDB nesta Casa, gostaria de dizer da minha satisfação, primeiro porque às vezes não temos a oportunidade de conhecer uma instituição de ensino de perto. Tive essa oportunidade, por intermédio do Arquiman, meu conterrâneo de Betim, ex-Secretário de Administração do Município de Betim, profissional do mais alto gabarito, que, fazendo parte da Fundação, convidou-me para conhecer o UNI-BH. O UNI-BH tem o que há de melhor em termos de espaço físico, de profissionais de ensino, de planejamento e de participação.

E o Centro, além de buscar condições para abrir as vagas para os cursos superiores, tem outra preocupação muito importante. A vida tem mudado, e os avanços acontecem com maior rapidez. Nós, seres humanos, e as instituições de ensino temos de estar preparados para atender ao mercado. Vejo que o UNI-BH tem procurado projetar-se nesse cenário nacional, buscando alternativas e cursos mais rápidos, como de Recursos Humanos, principalmente neste momento em que o índice de desemprego é tão grande e em que a qualificação é da maior importância. Os cursos sequenciais têm ocorrido. Parabêniso o UNI-BH por isso.

Parabêniso o Arquiman pela oportunidade que me proporcionou de conhecer mais de perto o UNI-BH. Disso surgiu a iniciativa de promover esta reunião simples para registrar o apoio da Assembléia Legislativa em prol de uma instituição tão séria e competente.

Tive a oportunidade também de fazer uma visita ao UNI-BH, também a convite do Arquiman, onde pude levar o Secretário de Turismo, Deputado Federal Herculano Anghinetti. Ele ficou encantado com a estrutura e com tudo que o UNI-BH oferece. Após uma reunião realizada lá, que durou quase duas horas, discutimos a possibilidade de os alunos de Turismo do UNI-BH participarem do Projeto Estrada Real, que começa a ser implantado em Minas Gerais e vem despertando o interesse dos empresários e cursos mais rápidos, como de Turismo. Esse projeto precisa ser aperfeiçoado. O próprio Secretário de Turismo dizia que está em condição embrionária. O Governador Aécio Neves está muito preocupado em proporcionar ao Estado a sua representatividade. Vemos como os outros Estados cresceram em função do turismo. E a Bahia é um exemplo

disso. Essa preocupação em Minas veio justamente ao encontro do que o UNI-BH está fazendo, ou seja, dessa aproximação com a Secretaria de Turismo. E o Secretário foi claro ao dizer que esteve em outras faculdades de turismo, mas viu no UNI-BH algo de positivo que lhe chamou a atenção. É necessário realizar um levantamento para mostrarmos as estatísticas ao Brasil e ao exterior. Mas é necessário também acompanhamento, avaliação e participação de todos que fazem parte da nossa história e da nossa cultura.

Ali percebi o princípio de uma parceria do UNI-BH com a Secretaria e com o Governador Aécio Neves, que tem realizado um trabalho da mais alta importância e feito com que Minas Gerais seja respeitada pelo Governo Federal, buscando incentivos e investimentos para o nosso Estado. Quando um Estado promete crescimento, tudo ajuda em todos os segmentos.

Agradeço a presença de cada um. Fiquei muito feliz por ser convidado a participar deste evento. Quando se trata de uma instituição de ensino, pretendemos ajudar, pois estamos passando por um momento em que a violência está sempre em pauta. Cada um de nós está convivendo com a falta de segurança. Não temos mais tranquilidade, e não há soluções a serem apresentadas em curto prazo. A solução mais rápida e objetiva é o investimento na educação. Vocês fazem parte desse investimento e, além de contribuírem com o ensino superior, têm buscado, por meio de parcerias e de convênios, o investimento nas pessoas que não têm acesso ao esporte e ao lazer.

Parabenizo a todos do UNI-BH. Esta homenagem é simples, mas é de coração. Muito obrigado a todos.

Palavras do Sr. José Ricardo Faleiro Carvalhaes

Exmos. Srs. Deputado Adalclever Lopes, representante do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Prof. Roberto Moreira Brant, Presidente da FUNDAC-BH; Deputado Ivair Nogueira, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade; professores, alunos, funcionários, convidados, boa noite.

É com enorme satisfação que compareço a este evento, de iniciativa do nobre Deputado Ivair Nogueira, em homenagem aos 40 anos da FUNDAC e do UNI-BH. Muito nos honra sermos homenageados nesta Casa, que tantos serviços tem prestado ao povo mineiro e em prol do desenvolvimento de nosso Estado.

A relação que se estabelece entre a ALEMG e o UNI-BH certamente extrapola a simples efetivação de regras básicas de convivência que essas instituições devem manter no âmbito formal, dimensionado-se a partir de uma afinidade política elementar: ambas, de acordo com suas especificidades, são essenciais ao desenvolvimento e à consolidação do regime democrático em nosso País. A primeira, por constituir o Poder Legislativo, no qual se representa a diversidade sociopolítica de uma comunidade, e cuja função primordial, a elaboração das leis, assegura a legitimidade da ordem institucional que estrutura os padrões formais de organização dessa comunidade nos marcos do Estado de direito. A segunda, na condição de instituição de ensino, pode e deve contribuir para a expansão da cultura democrática e da cidadania, sedimentando um conjunto de valores políticos e filosóficos sem os quais a convivência democrática estaria restrita aos códigos legais; letra morta sem correspondência com a prática concreta dos atores sociais.

É nesse sentido que, sempre que uma instituição de ensino em nosso País alcança o reconhecimento público por sua trajetória de ações voltadas para a promoção e a difusão do conhecimento, tal fato deve ser, sem dúvida, comemorado. Os economistas e cientistas sociais em geral ressaltam, a todo momento, a importância da educação como fator necessário ao desenvolvimento econômico e social de uma nação.

Diferentes exemplos históricos, principalmente nos últimos 50 anos, mostram-nos que a opção dos governos por investimentos maciços na ampliação e massificação do ensino, em todos os níveis, pode não ser uma condição por si só suficiente para que a comunidade nacional pavimente seu caminho rumo a um projeto civilizatório que consagre valores humanos fundamentais, como os da liberdade e do bem-estar social; mas - e quanto a esse ponto há um largo consenso - tal condição impõe-se como elemento estratégico imprescindível à consolidação desse projeto.

Na última década, o panorama geral da educação escolar brasileira apresentou alguns avanços significativos, especialmente a educação básica. As políticas adotadas nesse período propiciaram um grau de inclusão jamais alcançado até então no que se refere ao acesso de nossas crianças às escolas. Hoje podemos vislumbrar uma possibilidade real de que, em médio prazo, tenhamos superado a chaga do analfabetismo, um dos componentes mais constrangedores de nossa imensa dívida social. Precisamos agora almejar o mesmo avanço em relação ao ensino médio e superior, combinando as demandas quantitativas com as exigências qualitativas de um mundo marcado pelas revoluções tecnológicas, que conformaram uma nova sociedade do conhecimento.

Nesse plano, os desafios são gigantescos, pois não se trata apenas de criar novas vagas ou de estabelecer mecanismos inclusivos baseados em critérios de discriminação positiva.

A grande batalha deverá ser travada em duas frentes. Primeiro, endogenamente ao sistema de ensino, no campo da qualidade. Embora haja estudos que mostram que o diploma escolar, independentemente dos conhecimentos e habilidades efetivamente adquiridos por seu portador, facilita a promoção social, a crescente cientificização da vida, decorrente da utilização em larga escala de tecnologias cada vez mais sofisticadas, obriga-nos a desenvolver instrumentos eficazes e permanentes de controle social dos conteúdos, métodos e processos didático-pedagógicos em nossas escolas, assegurando que o ensino ministrado esteja sintonizado com os imperativos do século XXI.

A segunda frente remete-nos a fatores exógenos ao sistema de ensino. Trata-se de criar condições para que os estudantes possam permanecer na escola após conseguirem seu ingresso. Os diferentes projetos de financiamento estudantil são importantes e necessários, mas dificilmente haverá recursos públicos suficientes, pelo menos em médio prazo, para suprir a demanda existente, uma vez que a maioria dos jovens brasileiros vem de famílias de baixa renda, e, mesmo que não precisem arcar com os custos de mensalidades quando ingressam em escolas particulares, as despesas com transporte, alimentação e material didático inviabilizam a continuação dos estudos. O ponto central é: o Brasil precisa voltar a crescer. Somente após a expansão da riqueza nacional, acompanhada de um modelo eficaz de distribuição de renda, poderemos superar essa situação, ao mesmo tempo frustrante e constrangedora, que obriga a nossa juventude a enfrentar longos processos burocráticos em busca de financiamento, sonho que, para muitos, jamais se realizará. Tem-se, assim, uma relação de dependência mútua entre escolaridade e renda. O aumento da escolaridade propicia, em tese, um acréscimo na renda dos trabalhadores. Mas esse acréscimo, por sua vez, é condição necessária para que esses mesmos trabalhadores e seus filhos possam permanecer na escola, tendo em vista a incapacidade estrutural do Estado brasileiro de garantir todos os requisitos imprescindíveis à universalidade e à gratuidade do ensino.

Diante desses desafios, nós, do UNI-BH, sempre estivemos comprometidos com a qualidade. Desde que, há 40 anos, um grupo idealista de professores decidiu materializar sua utopia, fundando a primeira escola de ensino superior que oferecia cursos noturnos em Belo Horizonte, a antiga FAFI-BH, a busca pela excelência tem sido o nosso objetivo precípuo. A pequena faculdade cresceu; tornou-se centro universitário, e, agora, caminha inexoravelmente para transformar-se em universidade. Contamos, hoje, com mais de 14 mil alunos, 35 cursos de graduação sequenciais e de pós-graduação "latu sensu"; desenvolvemos projetos de pesquisa e, cumprindo nossa missão filantrópica, distribuímos mais de mil bolsas de estudo, além de realizarmos projetos sociais de extensão como parte de nossa contribuição para a promoção da comunidade. Esses números evidenciam a pujança dessa instituição que se consolida dia a dia como referencial no sistema de ensino superior de Minas e do Brasil.

Nesses novos tempos, para darmos continuidade e aprofundarmos os nossos objetivos institucionais, o UNI-BH vem passando por um processo amplo de transformação de sua estrutura acadêmica e administrativa. Por um lado, visamos adequar o nosso modelo de gestão à nova dimensão que adquirimos ao nos tornarmos centro universitário, sem perder de vista a condição de universidade que, em breve, alcançaremos. Por outro, os atuais dirigentes do UNI-BH e da FUNDAC-BH assumiram, perante toda a comunidade universitária, o compromisso indelével de que essa reestruturação acadêmica e administrativa destina-se, sobretudo, a efetivar um modelo institucional mais aberto e democrático, a começar pela implantação das eleições diretas para Reitor e por uma completa reformulação de nossos processos decisórios, para torná-los mais participativos.

Pretendemos, assim, resgatar, pelo menos em parte, o espírito de nossos fundadores, que sonharam com uma instituição de ensino superior gerida e desenvolvida pelos professores, sem prejuízo da participação responsável dos corpos discente e técnico-administrativo.

Senhoras e senhores, nobres Deputados, autoridades, tenham certeza de que os nossos objetivos se coadunam com a esperança partilhada por todos os brasileiros: podemos construir um País melhor, mais justo e próspero e a educação é, sem dúvida, um elemento essencial desse projeto. Precisamos combinar os nossos esforços, poder público e sociedade civil organizada, com o intuito de materializarmos o ideal iluminista, conforme um modelo de civilização no qual se centraliza o potencial libertador da razão e do conhecimento, algo que apenas um ensino universalizado e de qualidade pode realizar.

Reitero, por fim, em nome de toda a comunidade do UNI-BH, meu agradecimento a esta Casa, especialmente ao nobre Deputado Ivair Nogueira, por essa honrosa homenagem, na convicção de que o Legislativo mineiro será, como tem sido, um parceiro fundamental para a efetivação desse objetivo que nos aproxima, o da busca pela excelência da educação em nosso Estado e no País. Muito obrigado.

#### Exibição de Vídeo

O locutor - Neste instante, será exibido um vídeo institucional do UNI-BH.

- Procede-se à exibição de vídeo.

#### Palavras do Sr. Roberto Moreira Brant

Exmo. Sr. Deputado Adalcleber Lopes, representando o Deputado Mauri Torres, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Sr. José Ricardo Faleiro Carvalhaes, Reitor do Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH -, Deputadas, Deputados, demais autoridades presentes, professores, funcionários, alunos, senhoras e senhores e, particularmente, Deputado Ivair Nogueira, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, é com subida honra e muito orgulho que a Fundação Cultural de Belo Horizonte - FUNDAC-BH - recebe esta homenagem que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais presta à nossa instituição ao ensejo dos seus 40 anos de existência. Tal distinção enche-nos de orgulho, sobretudo porque não provém de uma instituição qualquer. É o reconhecimento de um dos Poderes do Estado, a Assembléia de Minas, que se destaca no cenário nacional pelo trabalho sério que realiza como Casa do povo.

Ficamos felizes, e até mesmo lisonjeados, porque é uma homenagem que recebemos num momento marcante de nossa história, quando celebramos 40 anos de existência, prestando serviços de qualidade à comunidade. Estamos certos de que temos cumprido bem esse objetivo que norteou a criação da FUNDAC-BH: divulgar a cultura e promover a educação, sempre buscando desenvolver um trabalho voltado para o social, especialmente para as camadas menos favorecidas.

Ao longo dessas quatro décadas, procuramos ser fiéis ao princípio que norteou a fundação da entidade: "buscar a excelência na formação e na educação de nossos alunos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, favorecendo o seu desenvolvimento pessoal, profissional e cultural, com vistas à sua inserção ativa na sociedade".

Como disse o Deputado Ivair Nogueira, criada em 1964, a FUNDAC-BH é uma entidade sem fins lucrativos, que tem como missão promover a educação e divulgar a cultura, realizando um trabalho pautado pela dimensão filantrópica.

Tendo iniciado a sua trajetória com 30 abnegados professores numa sede modesta, no Bairro Lagoinha, hoje a instituição, consolidada por 40 anos de atividades, pode ostentar, com orgulho, uma folha de serviços que tem a marca do social.

Na área cultural, a instituição vem promovendo, desde o ano 2000, o Festival de Inverno de Ouro Preto e Mariana, que movimentam essas cidades em julho, atraindo turismo e divisas para a região. Aliás, sempre buscando ampliar as nossas atividades, neste ano, seguindo as trilhas da Estrada Real, como disse o ilustre Deputado, incluímos, em nosso roteiro, outras cidades: Catas Altas, Ouro Branco e Santa Luzia, além de Itapeçerica, cidade onde desenvolvemos projetos educacionais e assistenciais.

Como também lembrou, com muita propriedade, o Deputado Ivair Nogueira, para o próximo ano, é nossa intenção, em parceria com o Governo do Estado e as Prefeituras locais, ampliar ainda mais a abrangência do Festival de Inverno UNI-BH, incluindo outras cidades do Circuito do Ouro da Estrada Real.

Com isso, a instituição brinda a população com cultura, arte e entretenimento, fazendo aflorar outro ciclo de riqueza das douradas minas de outrora: agora, as lavras são as oficinas e o artesanato; o ouro, os seminários e os minicursos; e o diamante, os concertos e os "shows". Não temos dúvida de que tudo isso movimentará a indústria turística desse futuro Caminho de Santiago de Compostela! Além de gerar divisas para a região e estimular o turismo, o Festival de Inverno UNI-BH, ao percorrer trechos da Estrada Real, estará contribuindo também para saciar aquela fome de que fala o poeta Carlos Drummond no poema que evoca o outrora resplandecente Hotel Toffolo, de Ouro Preto: "e vieram dizer-nos que não havia jantar. Como se não houvesse outras fomes e outros alimentos. Como se a cidade não nos servisse o seu pão de nuvens. Não, hoteleiro, nosso repasto é interior, e só pretendemos a mesa".

Na área da comunicação, a Fundação mantém a Rádio FM Lagoinha; a TV UNI-BH Inconfidentes, que cobre a região dos inconfidentes - Ouro Preto e Mariana -, com uma programação cultural e de entretenimento diversificada, voltada para a comunidade local; e a TV UNI-BH, que opera desde 1998, exibindo uma programação de qualidade no canal 4 a cabo - TV Universitária -, em parceria com a UFMG, a PUC-Minas e a Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG.

Conforme exibido no vídeo, atenta a seu papel social, a instituição tem desenvolvido projetos que beneficiam especialmente a população carente. Basta lembrar o trabalho realizado por alguns de nossos cursos de graduação, que prestam mensalmente milhares de atendimentos gratuitos à população: a Clínica-Escola do curso de Fisioterapia, recentemente homenageada pela Câmara Municipal desta Capital pelo trabalho social que desenvolve; o Ambulatório Nutricional do curso de Nutrição, que orienta a população quanto a hábitos saudáveis de alimentação; o Camp Jr., do curso de Matemática, voltado para a assistência pedagógica a alunos de escolas da periferia; e o Núcleo de Práticas Jurídicas do curso de Direito, que presta assistência jurídica, sobretudo à população carente.

Em suma, todos os nossos cursos estão orientados para o desenvolvimento de projetos pedagógicos e de extensão que têm como meta a dimensão social, num trabalho sempre direcionado para o humanismo, em que se busca aliar teoria e prática. Não temos dúvidas de que é nosso dever de educadores comprometidos com o desenvolvimento pleno do País preparar profissionais, além de competentes, conscientes de seu papel social e de cidadão.

Sempre buscando o trabalho em parceria, a instituição vem desenvolvendo projetos conjuntos com o SERVAS e a Prefeitura de Belo Horizonte, como a planta-piloto do curso de Engenharia de Alimentos. Recentemente, assinamos termo de cooperação com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes, cujo Secretário, Deputado João Leite, foi um de nossos mais caros alunos. Trata-se de mais uma iniciativa que visa ao social, que tem como objetivo o resgate da população carente, em especial dos jovens da comunidade em que está inserida a instituição.

Assim, consciente de sua missão de promover a educação e divulgar a cultura com a marca do social, a FUNDAC-BH, hoje consolidada por quatro décadas de existência, prepara-se para alçar seu vôo mais alto: criar a tão sonhada Universidade de Belo Horizonte. Para isso, contamos com o imprescindível apoio da prestigiosa Assembléia Legislativa de Minas.

Na qualidade de Presidente da FUNDAC-BH, é de coração que agradecemos esta homenagem, aprofundando que tal distinção nos dá força para prosseguir, revigorados, nossa missão de promover a educação e divulgar a cultura, sem jamais perder a dimensão social e humana que tem norteado nossas iniciativas.

Ao encerrar estas palavras, rendemos sinceros agradecimentos, de um modo especial, ao Deputado Ivair Nogueira, autor do requerimento que ensejou esta honraria, e a todos os seus pares que assinaram o pedido. Expressamos nossa gratidão a V. Exas. 'ex toto corde', e saibam que tudo faremos para fazer jus às amáveis palavras que ali estão. Neste momento, congratulamo-nos com os Deputados Miguel Martini e Sargento Rodrigues, que temos a honra de ter como nossos alunos no UNI-BH.

Muito obrigado e cordiais saudações a todos nesta agradável noite outonal!

#### Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvirem mais uma apresentação da Orquestra de Câmara do UNI-BH, que, sob a regência do Maestro Francisco Guimarães, apresentará três danças de Béla Bartók.

- Procede-se à apresentação musical.

#### Entrega de Placa

O locutor - Senhoras e senhores, neste momento o Sr. Presidente, Deputado Adalclever Lopes, fará a entrega ao Reitor José Ricardo Faleiro Carvalhaes de placa alusiva a esta homenagem com os seguintes dizeres: "As marcas da formação sólida e do comprometimento social da Fundação Cultural de Belo Horizonte - FUNDAC-BH - e do Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH - se fazem presentes no desenvolvimento de Minas Gerais. Hoje, a FUNDAC-BH e o UNI-BH aliam tradição e solidez à diversificação e modernidade no ensino, formando profissionais e cidadãos em mais de 30 cursos superiores. A homenagem da Assembléia Legislativa a essas instituições, pelos 40 anos de serviços prestados à educação superior e à cultura em nosso Estado".

O Sr. Presidente - Convido o Deputado Ivair Nogueira para que proceda à entrega da placa comigo.

- Procede-se à entrega da placa.

#### Palavras do Sr. Presidente

Reitor José Ricardo Faleiro Carvalhaes, Prof. Roberto Moreira Brant, querido amigo Deputado Ivair Nogueira, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade. A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais tem a grande satisfação de promover esta reunião especial em homenagem aos 40 anos do Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH.

Nessas quatro décadas, o UNI-BH tem promovido a integração entre o mundo acadêmico e a comunidade, compartilhando saber e prática em prol do bem comum. Tem contribuído, ativamente, com o desenvolvimento do ensino fundamental e médio da região metropolitana, pela constante formação de profissionais qualificados, tanto docentes quanto administrativos. Simultaneamente, vem formando excelentes profissionais para o mercado de trabalho, com destaque para os nossos órgãos de imprensa. Os serviços prestados pela instituição à sociedade mineira, propiciando uma educação integral a seus alunos, pela promoção de importantes atividades culturais, inserem-se no percurso da própria instituição universitária, propagadora dos valores humanistas há um milênio.

Surgindo no século XI, já procuravam as primeiras faculdades divulgar os conhecimentos cultivados nos mosteiros, tendendo, com o passar do tempo, a se desvincular do clero e vindo a praticar o ensino laico. O século XIII assistiu à inauguração de dois importantes baluartes da cultura europeia: Coimbra, fundada em 1290, e Sorbonne, em 1298. Uma reforma profunda no século XVIII trouxe à universidade portuguesa as idéias do iluminismo que marcariam seus alunos brasileiros, os quais trouxeram para cá o ideal da liberdade, representado no sonho dos inconfindentes de uma república instalada a partir de Minas Gerais e da frustrada criação de nossa primeira universidade.

Nosso ensino superior só surgiria no Império, tardiamente. Ouro Preto acolheria a Escola de Farmácia, em 1839, e a Escola de Minas, em 1875. Surgida em 1892, a Faculdade de Direito transferiu-se para Belo Horizonte em 1898, vindo a constituir o primeiro braço da Universidade de Minas Gerais, atual Universidade Federal, criada em 1927.

O País ainda se ressentia de uma formação universitária ampla e que atenda à demanda de sua juventude. Ainda temos uma porcentagem pequena de jovens universitários, mesmo em relação a outros países do continente, como a Argentina e o Chile.

Na celebração dos 800 anos da Sorbonne, foi emitido um documento que afirma que a Europa que hoje se constrói não é somente a do euro, dos Bancos e da economia, mas, sobretudo, uma Europa do saber, com dimensões intelectuais, culturais, sociais e técnicas. Salientou-se a necessidade da educação e da formação como obrigação evidente ao longo de toda a vida, promovendo a mobilidade e a cooperação, por meio de programas pluridisciplinares que utilizam as novas tecnologias da informação.

Nesse movimento mundial de valorização do saber, atua o UNI-BH, mantido pela Fundação Cultural de Belo Horizonte e criado em 10/3/64. Com cerca de 30 cursos de graduação e seqüenciais e dezenas de cursos de pós-graduação e de extensão, ocupa três unidades, com recursos

tecnológicos e laboratoriais de ponta. Conta com 15 mil alunos e emprega, entre funcionários e professores, 1.500 pessoas.

Verdadeiro pólo de cultura humanística, tecnológica e de prestação de serviços, o UNI-BH vem propondo uma educação integrada e diversificada, aliando teoria e prática na aprendizagem de seus alunos, bem como democratizando o acesso da comunidade à cultura. Nesse aspecto, destaca-se a promoção, desde o ano 2000, do Festival de Inverno de Ouro Preto e de Mariana.

Recebam, pois, o Reitor do UNI-BH, seus professores, funcionários e alunos, os cumprimentos desta Casa. Que estes 40 anos frutifiquem, trazendo aos mineiros e aos brasileiros, no futuro, a oportunidade de uma educação permanente, democrática e de qualidade. Muito obrigado.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta às autoridades e convidados os agradecimentos pela honrosa presença, e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as reuniões especiais de segunda-feira, dia 7, às 9 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 22ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 7/6/2004

#### Presidência do Deputado Rêmoló Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presenças - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Adalclever Lopes - Palavras do Sr. Abílio Pinto Gontijo - Palavras da Sra. Mariana Germano Gontijo - Exibição de vídeo - Entrega de placa - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

#### Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Rêmoló Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Adalclever Lopes - Célio Moreira - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Gil Pereira - Jô Moraes - José Henrique - Laudelino Augusto - Maria José Haueisen - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila - Weliton Prado.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Adalclever Lopes, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Agostinho Patrús, Secretário de Transportes e Obras Públicas, representando o Sr. Aécio Neves, Governador do Estado; Abílio Pinto Gontijo, Presidente da Empresa Gontijo de Transportes; Mauro Lopes, Deputado Federal, representando o Sr. João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados; Cel. Evandro Bartholomei Vidal, Assessor Parlamentar da 4ªRM-4ªDE, representando o Cel. Paulo Castro, Comandante; José Santana de Vasconcelos, ex-Presidente da Assembléia Legislativa; e Deputado Adalclever Lopes, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

#### Registro de Presenças

O locutor - Registramos as presenças em Plenário dos Exmos. Srs. Romeu Queiroz, Deputado Federal e ex-Presidente desta Assembléia Legislativa; Arlindo Porto, ex-Senador; Padre João de Bona Filho, Paróco da Paróquia da Divina Providência; Geraldo Félix, Vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte; Oscar Corrêa Júnior, ex-Deputado; Fábio Ramalho, Prefeito Municipal de Malacacheta. Sintam-se, como extensão, componentes desta Mesa de Honra. Em nome destes gostaríamos de dar as nossas saudações aos familiares, amigos e funcionários da empresa do homenageado.

#### Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Sr. Abílio Pinto Gontijo, Presidente da Empresa Gontijo de Transportes Ltda.

#### Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo Sr. Wagner Costa, Tenor do Palácio das Artes, acompanhado pelo Conjunto de Câmara da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### Palavras do Deputado Adalclever Lopes

Exmos. Srs. Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, Deputado Estadual Rêmoló Aloise, representando o Sr. Presidente desta Casa, Deputado Mauri Torres; Secretário de Transportes e Obras Públicas, Deputado Agostinho Patrús, representando o Governador do Estado, Aécio Neves; Presidente da Empresa Gontijo de Transportes, Sr. Abílio Pinto Gontijo; Exmo. Sr. Deputado Federal Mauro Lopes, representando o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal João Paulo Cunha; Assessor Parlamentar da 4ª RM - 4ª DE do Exército Brasileiro, Cel. Evandro Vidal, representando o Cel. Paulo Castro, e ex-Presidente desta Casa, Deputado José Santana de Vasconcelos, é com imensa honra que ocupamos hoje a tribuna desta Assembléia Legislativa para externar nossa homenagem a Abílio Gontijo.

A realização desta reunião foi uma iniciativa nossa e do Deputado Rêmoló Aloise, prontamente recepcionada pelos demais membros deste parlamento que, como nós, reconhecem o grande valor do homenageado, como homem, empresário e pai de família.

A homenagem é justa e merecida não só pela sua condição de empresário-modelo, grande gerador de empregos, que, nos últimos 60 anos, tem diuturnamente contribuído, com o seu trabalho, para o crescimento de nosso Estado, mas também pela sua força, coragem e determinação, virtudes essas compartilhadas pelo povo mineiro ao longo de sua trajetória.

Seu Abílio, como é chamado carinhosamente pelos funcionários de suas empresas, é um mineiro simples, de uma simplicidade típica dos grandes homens de nossa terra, desses que nos fazem sentir orgulho de nossas raízes.

Nasceu na zona rural de Carmo do Paranaíba, a 354km da Capital, onde iniciou a sua vocação para o transporte de passageiros.

Era o caçula de uma família humilde e numerosa de dez irmãos e, desde cedo, precisou trabalhar no campo com criação de gado, capina, plantio de café e cana-de-açúcar.

Perdeu o pai aos 9 anos de idade e aos 15 foi para a cidade em busca de uma vida melhor.

Foi mecânico e chegou a ser dono de oficina até 1943 quando, aos 19 anos de idade, comprou uma jardineira e começou a transportar passageiros de Carmo do Paranaíba para Patos de Minas.

Trabalhava sozinho. Era motorista, trocador, mecânico e tudo o que fosse preciso para cumprir seu ofício. Levava até mesmo uma foice e um machado para o caso de precisar desbravar o caminho, numa época de poucas estradas, de conservação inexistente.

Com disciplina, trabalho e inovação, que são suas marcas, Seu Abílio, que aos 19 anos de idade, contava apenas com o quarto ano primário, transformou aquela velha jardineira Chevrolet 1940 em uma das maiores empresas de transporte coletivo da América Latina.

Hoje, os números apresentados pelas empresas Gontijo são motivo de orgulho. São milhares de empregos diretos e indiretos, uma frota de veículos que trafega pelas linhas que ligam todos os pontos do País e que têm, por epicentro, Belo Horizonte, onde se encontra a sua sede.

Além da geração de milhares de empregos, capitaneados pelo Patriarca, a direção da empresa prima pela excelência na constante profissionalização de seus empregados, que são a principal engrenagem de seu vertiginoso crescimento.

Felicitemos e agradecemos ao empresário Abílio Gontijo pelo muito que faz por nossa Minas Gerais e pelo Brasil. Construiu um verdadeiro império com o suor de seu trabalho e graças às inúmeras virtudes da pessoa íntegra e humana que é. Tais virtudes somente podem ser compartilhadas por pessoas que, como nós, têm o ímpar privilégio de conhecê-lo pessoalmente.

Parabéns, seu Abílio! O povo de Minas homenageia-o nesta noite!

Palavras do Sr. Abílio Pinto Gontijo

Exmos. Srs. Deputados Mauri Torres, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Adalclever Lopes e Rêmoló Aloise; demais Deputados e autoridades presentes; senhoras e senhores, intensa e sincera é minha emoção em receber, nesta data, tão distinta homenagem desta honrosa Casa Legislativa. Eterna e verdadeira é a minha gratidão a todos.

Sei que na vida as verdadeiras emoções nem sempre cabem no dizer das palavras. Todavia, existe uma que define, no meu jeito simples e direto, toda a trajetória de minha vida, retratada nesta homenagem. É a palavra trabalho.

Sempre acreditei na idéia de que o homem evolui e constrói seu destino pelo trabalho.

Deus, com sua bondade, abençoou-me na empreitada a que me propus, qual seja, procurar transmitir, pelo meu exemplo, aos meus filhos, genros, noras, netos, familiares, companheiros que trabalham conosco, essa firme convicção que tenho na força do trabalho humano.

Minha grande felicidade é perceber, a cada dia, o êxito dessa integração e os frutos desse ensinamento sempre renovado. Assim, gostaria de dizer que esta homenagem, mesmo que materializada na minha pessoa, é, no meu sentir, uma homenagem a todos os trabalhadores, a todos aqueles que pautam suas vidas em servir, progredir pelo trabalho.

Por isso, acredito sempre no destino do nosso País, pois somos uma grande Nação de gente ordeira e vocacionada ao trabalho. E, nesta minha crença, inspiro-me sempre no exemplo do patrono deste Plenário, o saudoso Juscelino Kubtschek de Oliveira. Não preciso mais de palavras. Muito obrigado.

Palavras da Sra. Mariana Germano Gontijo

Na pessoa do Exmo. Sr. Deputado Rêmoló Aloise, representando o Presidente desta Casa, cumprimento os demais integrantes da Mesa.

A vontade de se tornar algo melhor, a cada dia, é o que faz do ser humano uma máquina de sonhar. De que são feitos os sonhos? De ilusões, fantasias, batalhas, provações...

Hoje estamos reunidos para solenizar a realização de um sonho iniciado em 22/12/1923, quando nasceu meu querido avô. Caçula de 12 irmãos, filho de Aleixo Pinto Gontijo e Severina Cândida de Assunção, enfrentou, aos 9 anos de idade, o desengano, com a perda de seu pai. Mesmo assim, aos 14 anos, iniciou sua caminhada, deixando a vida rural e partindo para a cidade em busca de seu sonho.

Nascia então a integração entre a zona rural e a urbana, hoje a do povo de Minas. Sonhos são feitos também de muita garra, trabalho, força de vontade e determinação.

Vovô Abílio, a sua estrada da vida confunde-se com as rodovias trilhadas sob qualquer clima, qualquer condição, com ou sem perspectivas,

mas com a visão do empreendedor.

Acreditando no País e com um trabalho incessante de 65 anos, tornou possível a Gontijo de hoje, uma família de 7.500 trabalhadores, que integra não somente Minas Gerais, mas também o Brasil, porque são 20 os Estados percorridos.

Senhor de caráter seguro e de alma brilhante, juntamente com minha avó Terezinha também semeou essa perseverança e essa determinação no seio de nossa família: novos sonhos, novas esperanças e a credibilidade para o futuro, qualquer que seja a estrada a ser percorrida.

Sonhos são feitos de fé e esperança, mas, acima de tudo, de dignidade e respeito. Esse é o maior legado que nós, familiares, recebemos, fertilizado pelo otimismo e pela motivação de um homem realizado.

Vovô Abílio e vovó Terezinha, em nome de todos os seus filhos, netos e bisnetos, quero agradecer-lhes, do fundo do meu coração, pela vida que nos deram e por nos ensinarem o melhor caminho.

Que Deus esteja com vocês, iluminando as suas almas para que continuem refletindo em nossa família a sua benção. Que assim seja, obrigada.

#### Exibição de Vídeo

O locutor - Senhoras e senhores, neste instante será exibido um vídeo em homenagem ao Sr. Abílio Pinto Gontijo.

- Procede-se à exibição de vídeo.

#### Entrega de Placa

O locutor - Neste instante, o Sr. Presidente fará a entrega ao Sr. Abílio Pinto Gontijo de placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: "Nascido na zona rural de Carmo do Paranaíba, este mineiro sempre demonstrou, desde menino, perseverança e disciplina para alcançar seus objetivos. Não é por acaso que contribui, há anos, para o desenvolvimento do Estado, como empreendedor modelo e grande gerador de empregos. Por essa história de sucesso, a Assembléia Legislativa de Minas sente-se honrada em homenagear o Sr. Abílio Pinto Gontijo, Presidente da Empresa Gontijo de Transportes Ltda., uma das maiores empresas de transporte coletivo da América Latina."

- Procede-se à entrega de placa.

#### Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o tenor do Palácio das Artes Wagner Costa, acompanhado do Conjunto de Câmara da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar, que interpretará "All I ask of you", da ópera "O Fantasma da Ópera", e "Eu sei que vou te amar".

- Procede-se à apresentação musical.

#### Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Secretário de Transporte e Obras Públicas, Deputado Agostinho Patrus, representando o Exmo. Governador do Estado Aécio Neves; Presidente da Empresa Gontijo de Transportes Ltda, Abílio Pinto Gontijo; representante da Câmara dos Deputados, Deputado Mauro Lobo; Assessor Parlamentar da 4ª Região Militar do Exército Brasileiro, Cel. Evandro Bartholomei Vidal, representando o Comandante Cel. Paulo Castro; ex-Presidente desta Casa e Presidente do PL, Deputado Federal José Santana de Vasconcelos; autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, nosso querido e jovem Deputado Adalclever Lopes; Srs. Deputados, Sras. Deputadas, minhas senhoras e meus senhores,

Sinto-me particularmente honrado em presidir esta sessão da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais em homenagem a Abílio Gontijo, modelo de empresário e exemplo de cidadão.

A brevidade deste discurso não fará jus àquele que merece o nosso reconhecimento. Esta é apenas a lição de um dito romano: mais agrada aquele que é breve.

Assim, em busca da atenção dos presentes, deixo de mencionar tantos detalhes significativos da vida desse ilustre mineiro.

O crescimento de Minas Gerais, nas últimas décadas, registra a influência e a contribuição desse homem, que, pelo trabalho e pela capacidade de criar e ampliar seus empreendimentos, superando os mais diversos desafios, tornou-se responsável pela mais importante companhia de transportes rodoviários do Brasil.

Abílio Gontijo soube ser o homem do seu tempo. Mas o homem que compreendeu o seu tempo será o homem de todos os tempos. Nosso homenageado é, então, o modelo não apenas de sua geração, mas, principalmente, o exemplo a ser tomado pelos empresários do futuro. Cada época traz oportunidades, e é preciso reconhecer e compreender essas oportunidades.

A ampliação da Gontijo deu-se de forma paulatina e segura, acompanhando a trajetória de seu fundador, de acordo com seu temperamento e suas raízes mineiras.

Abraham Lincoln, lenhador humilde, tornou-se o mais importante Presidente da história dos Estados Unidos. Um fato semelhante aconteceria entre nós.

Abílio, menino da roça, caçula de onze irmãos, tinha, na infância, a tarefa de, com os pés descalços, colher lenha e ajudar nas tarefas domésticas da família. O amor ao trabalho, adquirido desde cedo, se manifestaria ao longo de toda uma vida.

Em 1943, aos 19 anos, Abílio Gontijo, dirigindo uma jardineira, inaugura um importante capítulo da história dos transportes rodoviários.

Em 1949, muda-se para Patos de Minas, criando uma linha para Belo Horizonte, iniciando a expansão da empresa que acompanhava a

ampliação da malha rodoviária estadual.

A consolidação da Gontijo ocorre em 1965, com a transferência da sede para Belo Horizonte e a criação de linhas para Governador Valadares e Teófilo Ottoni. A compra da Viação Santa Marta, ligando a Capital ao Triângulo Mineiro, é um marco importante para a integração do Estado.

Em mais dez anos, já temos uma companhia mineira com dimensões nacionais, abrindo linhas para Salvador, Recife, Goiânia e Campo Grande.

Em seguida, é criado em Belo Horizonte o imponente Parque Rodoviário Gontijo, logo transformado em moderno centro administrativo e de manutenção. Em constante expansão e aperfeiçoamento, a Gontijo abre novas garagens em diversos pontos do País.

Em 1996 é inaugurada a linha Belo Horizonte - São Paulo, coroando sua expansão. A Gontijo tornou-se proprietária da maior frota de ônibus Scania em todo o mundo e já conquistou, por várias vezes, o Troféu Melhores do Transporte, além do título Melhor entre as Melhores do Transporte.

Geradora de milhares de empregos diretos, a companhia ainda se destaca pelo treinamento de seus funcionários, oferecendo-lhes cursos que lhes permitem crescer dentro da estrutura da empresa.

Ao homenagear o valor humano e o exemplo de trabalho de Abílio Gontijo, esta Casa reverencia uma vida de coragem e determinação e as notáveis virtudes do homenageado.

Estendemos esta homenagem a D. Therezinha, companheira e, com certeza, incentivadora de Abílio nessa vitoriosa jornada, e aos seus filhos, Juninho, Luiz Carlos, Júlio César, Marco Antônio, Maria do Carmo, Cristina, Fátima e Terezinha, e aos netos, bisnetos, genros, noras, funcionários da Empresa Gontijo e amigos do homenageado.

Esse mineiro simples, detentor das qualidades típicas de nossa terra, merecedor do carinho e da amizade de seus funcionários, é também razão de orgulho para nós, que nele reconhecemos um dos grandes homens de Minas Gerais. Muito obrigado.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta às autoridades e aos convidados os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 8, às 8 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição do dia 8/6/2004.). Levanta-se a reunião.

### ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 44ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, EM 9/6/2004

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

##### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57/2003, da Comissão Especial do Tribunal de Contas, que modifica o art. 124 da Constituição Estadual e acrescenta dispositivo a seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Emendada em Plenário, voltou a proposta à Comissão Especial, que opina pela aprovação da Emenda nº 1 na forma da Subemenda nº 1, de sua autoria, e da Emenda nº 2, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.188/2003, do Deputado Doutor Viana, que dispõe sobre a proibição da veiculação de mensagens de conteúdo impróprio ou inadequado em embalagens de produtos destinados à comercialização para crianças e adolescentes no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.397/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Alfenas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.398/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 359/2003, do Deputado Bilac Pinto, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Cláudio. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 501/2003, do Deputado Wanderley Ávila, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guiricema o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 657/2003, do Deputado José Milton, que dispõe sobre a obrigatoriedade do registro do grupo sanguíneo e do fator RH nos uniformes dos trabalhadores que menciona e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta. As Comissões do Trabalho e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.084/2003, da Deputada Ana Maria Resende, que estabelece normas para o cumprimento do disposto no inciso VIII da Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 9/6/2004

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.415/2004, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.470/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Finalidade: debater, com convidados, o Projeto de Lei nº 571/2003, da Deputada Jô Moraes, que disciplina as atividades a serem adotadas na prevenção e no combate às inundações e dá outras providências. Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 9/6/2004

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Resolução nº 1.516/2004, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 431/2003, do Deputado Sebastião Navarro Vieira e 1.396/2004, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 355/2003, do Deputado Arlen Santiago; 766/2003, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 1.068/2003, do Deputado Paulo Piau; 1.330/2003, do Deputado Gil Pereira; 1.335/2003, 1.347, 1.348, 1.351 e 1.354/2004, do Governador do Estado; 1.364/2004, da Comissão Especial da Cafeicultura Mineira; 1.430/2004, do Deputado Leonardo Moreira; 1.484/2004, do Deputado Chico Simões; 1.537 e 1.558/2004, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.949/2004, do Deputado Fábio Avelar, e 2.985/2004, da Deputada Ana Maria Resende.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 9/6/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.378/2004, da Deputada Maria José Haueisen.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 9/6/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.047/2003, do Deputado Sidinho do Ferrotaco.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.494/2004, da Deputada Ana Maria Resende.

Requerimentos nºs 2.917/2004, da Deputada Vanessa Lucas; 2.930, 2.931 e 2.944/2004, do Deputado Doutor Viana; 2.967 a 2.969/2004, do Deputado André Quintão; 2.978/2004, da Deputada Ana Maria Resende; 2.979/2004, da Deputada Vanessa Lucas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 9/6/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.529/2004, do Deputado George Hilton.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.926/2004, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 2.941/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.948 e 2.971/2004, do Deputado Doutor Viana; 2.950 a 2.960/2004, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15h30min do dia 9/6/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 330/2003, do Deputado Miguel Martini.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.570/2004, do Deputado Luiz Humberto Carneiro.

Requerimentos nºs 2.961/2004, da Deputada Vanessa Lucas; 2.970/2004, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 16 horas do dia 9/6/2004

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.585/2004, dos Deputados Leonardo Quintão, Antônio Júlio, Antônio Andrade, José Henrique e Weliton Prado; 997/2003, do Deputado Mauri Torres; 1.144/2003, do Deputado Zé Maia; 1.334/2003 e 1.481/2004, do Governador do Estado; 1.530/2004, do Deputado George Hilton; 1.546/2004, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 1.548/2004, da Deputada Ana Maria Resende; 1.559/2004, do Governador do Estado; 1.588/2004, do Deputado George Hilton; 1.608/2004, do Deputado João Bittar; 1.611/2004, da Deputada Marília Campos; 1.617/2004, do Deputado Antônio Júlio; 1.622/2004, do Deputado Chico Simões; 1.629/2004, do Deputado Leonardo Moreira; 1.632/2004, do Deputado Antônio Júlio; 1.639/2004, do Deputado Rogério Correia; 1.648/2004, do Deputado Leonídio Bouças; 1.649 e 1.650/2004, do Deputado Miguel Martini; 1.653 e 1.654/2004, do Deputado Sebastião Helvécio; 1.662/2004, do Deputado Célio Moreira; 1.667/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.672/2004, da Deputada Maria Tereza Lara; 1.680/2004, da Deputada Jô Moraes.

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.589/2004, do Deputado George Hilton.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 648/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.087/2003, do Deputado Neider Moreira; 1.451/2004, da Deputada Maria Olívia; 1.592/2004, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 1.612/2004, do Governador do Estado; 1.618, 1.619, 1.620 e 1.621/2004, do Deputado Célio Moreira; 1.623 e 1.624/2004, do Deputado Domingos Sávio; 1.626/2004, da Deputada Jô Moraes; 1.627/2004, do Deputado João Bittar; 1.631/2004, do Deputado Zé Maia; 1.634/2004, do Deputado Doutor Viana; 1.635/2004, do Deputado José Henrique; 1.641/2004, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.643/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.644/2004, do Deputado George Hilton; 1.658/2004, do Deputado Miguel Martini; 1.659/2004, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 1.660/2004, da Deputada Maria José Hauelsen.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 14ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9 horas do dia 16/6/2004

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Realização de debate sobre a homofobia, tratando-se em especial do combate à violência contra homossexuais no Estado, com a presença de convidados.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 66/2003

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Domingos Sávio, Paulo Piau, Leonídio Bouças e Márcio Passos, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/6/2004, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e de votar, em 1º turno, o parecer sobre a Emenda nº 2, apresentada em Plenário à Proposta de Emenda à Constituição nº 66/2003, da Comissão Especial da UEMG, e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 8 de junho de 2004.

Ricardo Duarte, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 78/2004

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, Leonídio Bouças, Paulo Piau e Ricardo Duarte, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 15/6/2004, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o

Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 8 de junho de 2004.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.606/2004

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Ricardo Duarte, o Projeto de Lei nº 1.606/2004 visa declarar de utilidade pública a Creche Espírita Josefina de Magalhães, com sede no Município de Ituiutaba.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida Creche, fundada em 1967, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, voltada para o atendimento a crianças na faixa etária até 6 anos e 11 meses. Os benefícios que oferece incluem educação, alimentação e cuidados diversos, de forma a proporcionar atividades que visem a melhorar as condições de vida e o bem-estar dessas crianças.

Ao cuidar dos filhos, possibilita aos pais ou responsáveis trabalhar, para oferecerem condições de subsistência em um lar mais bem estruturado.

Por tais considerações, justa e oportuna se faz a outorga do título declaratório de utilidade pública à entidade em questão.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.606/2004, em turno único.

Sala das Comissões, 8 de junho de 2004.

Alberto Bejani, relator.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 1.350/2004

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do Governador do Estado e encaminhado a esta Casa por meio da Mensagem nº 163/2004, o projeto de lei em epígrafe cria a Ouvidoria-Geral do Estado e dá outras providências.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 22/1/2004, foi o projeto distribuído à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com as Emendas nºs 1 a 5, que apresentou, e às de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Cabe, agora, a esta Comissão, nos termos regimentais, analisar a proposição quanto ao mérito.

Fundamentação

A proposição em análise cria a Ouvidoria-Geral do Estado, órgão autônomo, vinculado diretamente ao Governador do Estado, com a finalidade de auxiliar o Poder Executivo na fiscalização e no aperfeiçoamento de serviços e atividades.

A criação de ouvidorias é medida que vem sendo adotada em diversos países, visando à defesa dos direitos do cidadão e ao controle auxiliar das atividades da administração pública. Mundialmente conhecido como "ombudsman", a figura do ouvidor surgiu na Suécia, no início do séc. XVII, sob a forma de comissário da justiça, eleito pelo parlamento, com a função de supervisionar a observância das leis e dos regulamentos pelos servidores públicos e Juizes.

No nosso Estado, já estão em funcionamento a Ouvidoria da Polícia e a Ouvidoria Ambiental, instituídas, respectivamente, nos termos das Leis nºs 12.622, de 1997, e 13.214, de 1999. Aliás, a criação de ouvidorias é medida que vai ao encontro do anseio desta Casa parlamentar, que, nos últimos anos, recebeu inúmeras propostas de criação de ouvidorias especializadas, que não lograram o êxito de se transformar em norma jurídica, em virtude do vício de iniciativa.

O projeto de lei em exame pretende centralizar em um único órgão o recebimento de denúncias e sugestões de cidadãos no que respeita à prestação de serviços públicos, atendendo, assim, os princípios da transparência, da eficiência, da moralidade e da participação popular na administração pública. Assim, a Ouvidoria-Geral terá competência para receber denúncias e examinar procedimentos e ações de agentes, órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo, bem como das concessionárias e permissionárias de serviços

públicos. Caber-lhe-á, ainda, propor medidas para a prevenção e correção de falhas apuradas, produzir relatórios semestrais sobre a atuação dos órgãos e entidades mencionados e encaminhá-los aos seus dirigentes, ao Governador do Estado e à Assembléia Legislativa, disponibilizando-os, também, na rede mundial de computadores - Internet.

A atuação da Ouvidoria-Geral será direcionada para cinco áreas específicas. O órgão compreenderá a Ouvidoria da Polícia e do Sistema Penitenciário, a Ouvidoria Educacional, a Ouvidoria de Saúde, a Ouvidoria Ambiental e a Ouvidoria de Fazenda, Patrimônio e Licitações Públicas. A apreciação das matérias não afetas às ouvidorias especializadas ficará a cargo do Ouvidor-Geral ou do Ouvidor-Geral Adjunto. Por esse motivo, o projeto cuida de revogar a lei instituidora da Ouvidoria da Polícia, e a Comissão de Constituição e Justiça apresentou emenda no intuito de revogar a lei que criou a Ouvidoria Ambiental.

Um dos aspectos relevantes do projeto é que à Ouvidoria será assegurada autonomia administrativa, orçamentária e financeira, bem como autonomia e independência nas decisões técnicas, o que é garantido pelo mandato fixo e pela estabilidade de seus dirigentes.

É também importante ressaltar que a criação de um órgão específico e centralizado para receber denúncias e sugestões de cidadãos no que respeita à prestação de serviços públicos atende uma demanda da própria sociedade mineira, com vistas à densificação dos princípios da transparência, da eficiência, da moralidade e da participação popular na administração pública. Aliás, antes de encaminhar o projeto a esta Casa, o Poder Executivo o submeteu a consulta pública, da qual se originaram inúmeras sugestões, que foram por ele acolhidas.

Ressalte-se, por fim, que, visando a sanar problemas de ordem técnica e jurídica, a Comissão de Constituição e Justiça - CCJ - apresentou emendas que muito aprimoram o projeto. Entre elas, vale destacar a Emenda nº 3, que estabelece um percentual mínimo de cargos a serem providos por servidores efetivos. Da mesma forma que aquela Comissão, entendemos que tal medida se coaduna com os princípios constitucionais orientadores da administração pública, notadamente os da eficiência, da moralidade e da razoabilidade, atendendo, também, à premissa básica da continuidade da prestação dos serviços públicos. Ademais, não se pode deixar de ressaltar que a Constituição Federal, em seu art. 37, inciso V, com a redação dada pela Emenda à Constituição nº 19, de 1998, determina que os cargos em comissão devem ser preenchidos por servidores de carreira nos casos, nas condições e nos percentuais mínimos previstos em lei. Com efeito, por ser a Ouvidoria um órgão que exercerá uma função eminentemente fiscalizadora, com poder, inclusive, para aplicar multas, nos termos do § 4º do art. 16 do projeto, é razoável que uma parcela do seu quadro de pessoal seja provida por servidores detentores de cargos efetivos, que contam com o atributo da estabilidade, indispensável para o melhor desempenho de determinadas funções.

#### Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.350/2004 com as Emendas nºs 1 a 5, apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 8 de junho de 2004.

Domingos Sávio, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva, relator - Fábio Avelar- Weliton Prado.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 2/6/2004, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado João Bittar

exonerando André Rios do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas;

exonerando Antônio Auridice de Araújo Guerra do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando Hélio Vargas do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando Iveli Menezes do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

exonerando João dos Reis de Resende do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando Leonilda Tavares Gama do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

exonerando Luciano Antônio Abdalla do cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando Sandra Maria Mendes Alves do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando Sérgio Henrique de Gouvêa do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando André Rios para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 4 horas;

nomeando Antônio Auridice de Araújo Guerra para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 4 horas;

nomeando Hélio Vargas para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 4 horas;

nomeando Iveli Menezes para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando João dos Reis de Resende para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 4 horas;

nomeando Leonilda Tavares Gama para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 4 horas;

nomeando Luciano Antônio Abdalla para o cargo de Motorista, padrão AL-10, 4 horas;

nomeando Luís Fernando Bernardes Gabriel para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 4 horas;

nomeando Sandra Maria Mendes Alves para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 4 horas;

nomeando Sérgio Henrique de Gouvêa para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 4 horas.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2004

CONCORRÊNCIA Nº 1/2004

Em 8/6/2004, o Sr. Diretor-Geral autorizou o adiamento da data da reunião de início da abertura dos envelopes da concorrência em epígrafe para o dia 22/6/2004, às 14h30min, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação, na R. Rodrigues Caldas, 79, 14º andar, Bairro Santo Agostinho, para análise de pedidos de impugnação ao edital e esclarecimentos apresentados.

Belo Horizonte, 8 de junho de 2004.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

#### TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Núcleo de Nefrologia de Belo Horizonte S/C Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Vigência: de 1º/6/2004 a 15/2/2005. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903900.